



CARTA EDUCATIVA ***DO*** ***MUNICÍPIO DE LOURES***

VOLUME I
ELEMENTOS FUNDAMENTAIS



Junho, 2006

CARTA EDUCATIVA
DO MUNICÍPIO DE LOURES

VOLUME I – ELEMENTOS FUNDAMENTAIS

Ficha Técnica

- **Coordenação :**
Vitor Fragoso (DPE)
- **Apoio à Coordenação :**
Dulce Miranda (DPE/DPEI)
Maria C. Santos (DPE/DPEI)
- **Grupo de Trabalho:**
Andreia Bernardes (DSC/DEJ - AGRE)
Dulce Miranda (DPE/DPEI)
Filipe Melo (DSC/DEJ - AGRE)
Inês Farracho (DPE/DPEI)
Maria C. Santos (DPE/DPEI)
Nuno Medeiros (DPPDM)
Raquel Silva (DSC/DEJ - AGRE)
Tiago Belchior (DPPDM)
- **Contributos:**
Gita Santilal (DPE/DPEI)
Irene Escudeiro (DPPDM)
João Pires (DPE/DPEI)
Miriam Rodrigues (ESTAGIÁRIA)
Paulo B. Moura (DPE/DPEI)
(DPE/DIG)
(DSC/DEJ/AGRE)
(DSC/DEJ/AGTE)
(DSC/DEJ/AASE)
(DGU)
(DOM/DEP)
- **Elaboração e Edição Gráfica**
Paulo B. Moura (DPE/DPEI)
Sandra Pires (DPE/DIG)
José Francisco Matos (DPE/DIG)
- **Tratamento Texto e Composição Gráfica**
Dulce Miranda (DPE/DPEI)
Maria C. Santos (DPE/DPEI)

ÍNDICE

VOLUME I

I ENQUADRAMENTO	Pág. 1
1. Introdução	Pág. 1
2. Carta Educativa	Pág. 6
2.1. Objectivos e Princípios Orientadores	Pág. 6
2.2. Objectivos Específicos	Pág. 8
2.3. Metodologia	Pág. 10
II CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA DO CONCELHO DE LOURES	Pág. 13
1. Localização e Inserção Regional	Pág. 13
2. Perfil Socio-económico do Concelho no âmbito da GAM e RLVT	Pág. 15
2.1. Análise sectorial e localizações	Pág. 16
3. Caracterização Económica	Pág. 18
3.1. Emprego	Pág. 18
3.1.1. A actividade profissional da população	Pág. 19
3.2. Desemprego	Pág. 23
4. Infra-Estruturas e Acessibilidades	Pág. 26
5. Eixos Estratégicos de desenvolvimento socio-económico	Pág. 27
III CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DO CONCELHO DE LOURES	Pág. 29
1. Dinâmica Populacional	Pág. 29
1.1. Evolução Demográfica. Factores de Evolução.	Pág. 29
1.2. Crescimento Populacional	Pág. 32
1.2.1. Distribuição da população residente nas freguesias segundo as décadas	Pág. 34
1.3 Densidade Populacional	Pág. 35
1.4. Evolução da População no Concelho com Base no Estimado pelo PDM	Pág. 37
2. Crescimento Natural e Efectivo	Pág. 38
3. Caracterização da população Residente	Pág. 39
3.1. A Estrutura populacional em 2001	Pág. 39
3.2. A Escolaridade da população residente em 2001	Pág. 42
3.2.1. A escolaridade no concelho de Loures	Pág. 43
3.2.1.1. O nível de instrução	Pág. 43
3.2.1.2. A qualificação académica nas freguesias do concelho de Loures	Pág. 44
IV REDE EDUCATIVA	Pág. 47
1. O Sistema Educativo em Portugal	Pág. 47
2. Demografia e População em Idade Escolar	Pág. 49

3. População Escolar no período 1995/96 – 2004/05	Pág. 51
3.1. Evolução da Frequência	Pág. 51
3.1.1. Crianças Inscritas em Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar	Pág. 56
3.1.2. Alunos Matriculados em Estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico	Pág. 60
3.1.3. Alunos Matriculados em Estabelecimentos do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	Pág. 64
3.1.4. Alunos Matriculados no Ensino Secundário	Pág. 68
3.2. Taxa de Retenção e de Abandono Escolar	Pág. 73
3.2.1. 1º Ciclo do Ensino Básico	Pág. 74
3.2.1.1. Retenção Escolar	Pág. 74
3.2.1.2. Abandono Escolar	Pág. 75
3.2.2. 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	Pág. 78
3.2.2.1. Retenção Escolar	Pág. 78
3.2.2.2. Abandono Escolar	Pág. 79
3.2.3. Ensino Secundário	Pág. 81
3.2.3.1. Retenção Escolar	Pág. 81
3.2.3.2. Abandono Escolar	Pág. 82
3.3. Taxa de Cobertura na Educação Pré-Escolar e Taxa Bruta de Escolarização no Ensino Básico e Secundário	Pág. 85
3.4. Previsão da População a Escolarizar	Pág. 88
3.5. Fluxos: Zonas de Proveniência das crianças e alunos na Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário – Rede Pública	Pág. 90
3.5.1. Educação Pré-Escolar	Pág. 91
3.5.2. 1º Ciclo do Ensino Básico	Pág. 93
3.5.3. 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	Pág. 95
3.5.4. Ensino Secundário	Pág. 98
4. Evolução da Procura	Pág. 102
4.1. Crianças com 5 Anos Inscritas em Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar	Pág. 102
4.2. Alunos com 6 Anos Matriculados no 1º Ano de Escolaridade	Pág. 105
4.3. Alunos com 10 Anos Matriculados no 5º Ano de Escolaridade	Pág. 109
4.4. Alunos com 12 Anos Matriculados no 7º Ano de Escolaridade	Pág. 112
4.5. Alunos com 15 Anos Matriculados no 10º Ano de Escolaridade	Pág. 115
5. Oferta de Educação, Ensino e Formação	Pág. 119
5.1. Caracterização Física da Rede Educativa	Pág. 119

5.1.1. Valências	Pág. 119
5.1.2. Evolução da Oferta de salas no período 1995/96 – 2004/05	Pág. 121
5.1.2.1. Educação Pré-Escolar	Pág. 125
5.1.2.2. 1º Ciclo do Ensino Básico	Pág. 126
5.1.2.3. 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	Pág. 128
5.1.2.4. Ensino Secundário	Pág. 130
5.2. Funcionamento da Rede Educativa	Pág. 134
5.2.1. Evolução do número de Turmas nos Equipamentos Educativos da Rede Pública no período 1996/97 – 2004/05	Pág. 134
5.2.1.1. 1º Ciclo do Ensino Básico	Pág. 134
5.2.1.2. 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	Pág. 138
5.2.1.3. Ensino Secundário	Pág. 141
5.2.2. Serviço de Apoio à Família	Pág. 143
5.2.3. Recursos Humanos	Pág. 149
5.3. Acção Social Escolar	Pág. 153
5.3.1. Transportes Escolares	Pág. 153
5.3.2. Auxílios Económicos	Pág. 155
5.3.3. Apoio Alimentar	Pág. 156
6. Da Oferta à Procura – Diagnóstico Síntese	Pág. 158
6.1 Uma Visão Global	Pág. 158
6.2 Educação Pré-Escolar	Pág. 163
6.3 1º Ciclo do Ensino Básico	Pág. 165
6.4 2º-3º Ciclos do Ensino Básico	Pág. 168
6.5 Ensino Secundário	Pág. 170
V PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA	Pág. 172
1. Enquadramento	Pág. 172
1.1. Opções Estratégicas	Pág. 174
1.2. Objectivos Específicos dos TE	Pág. 175
1.3. Metodologia	Pág. 176
2. Caracterização da Intervenção Proposta	Pág. 179

2.1. Delimitação dos Territórios Educativos	Pág. 180
2.2. Proposta de Novos Equipamentos Educativos	Pág. 182
2.2.1. Critérios de Localização	Pág. 182
2.2.2. Critérios de Dimensionamento	Pág. 183
2.2.3. Critérios de Programação	Pág. 183
2.3. Proposta de Intervenção sobre o Parque Existente	Pág. 185
3. Síntese da Proposta Apresentada	Pág. 186
4. Prioridades de Intervenção	Pág. 189
4.1. Indicadores de Prioridade	Pág. 189
4.2 Quadro de Prioridades	Pág. 190
VI CONSIDERAÇÕES FINAIS	Pág. 196

VOLUME II

Anexo 1 – Elementos de Síntese da Proposta

Anexo 2 – Mapas da Rede Escolar Existente e Proposta

Anexo 3 – Fichas de Caracterização dos Territórios Educativos

Anexo 4 – Caracterização e Evolução dos Equipamentos Educativos

VOLUME III

Introdução	Pág. 2
1 – Programa de Execução	Pág. 3
1.1 – Custos de Execução	Pág. 6
1.1.1 – Investimentos de remodelação onde é necessária ampliação de área	Pág. 7
1.1.2 - Investimentos de remodelação onde não é necessária ampliação de área	Pág. 8
1.1.3 – Investimentos de construção de raiz	Pág. 10
1.1.4 – Investimentos de melhoria de resposta sobre o Parque Escolar existente	Pág. 12
2 – Plano de Financiamento	Pág. 13

INDICE DE QUADROS

Quadro I.1 – Diagnóstico do sistema educativo	Pág. 3
Quadro II.1 – Evolução da população activa nos concelhos da GAM (1991-2001)	Pág. 15
Quadro II.2 – Índice de concentração empresarial em Loures e na GAM	Pág. 16
Quadro II.3 – Repartição do número de activos por ramo de actividade económica em 2001	Pág. 18
Quadro II.4 – Distribuição etária e nível de qualificação da população activa em 2001	Pág. 19
Quadro II.5 – População residente segundo o género, por grupo socioprofissional, no concelho de Loures	Pág. 22
Quadro II.6 – Evolução do número de desempregados em 2001 e 2002	Pág. 23
Quadro II.7 – Duração de desemprego no concelho de Loures em 2001 e 2002	Pág. 23
Quadro II.8 – Repartição do desemprego no concelho de Loures entre 2001 e 2002, por género	Pág. 24
Quadro II.9 – Evolução do desemprego por grupos etários entre 2001 e 2002 no concelho de Loures	Pág. 24
Quadro III.1 – Evolução demográfica por freguesia (1900 e 1950-2001)	Pág. 30
Quadro III.2 – Variação populacional entre 1991 e 2001	Pág. 32
Quadro III.3 – Taxas de crescimento da população residente por freguesias no período 1950-2001.	Pág. 33
Quadro III.4 – População residente em 1991 e 2001. Projecções para o período 2005-2020	Pág. 37
Quadro III.5 – População total estimada para o concelho de Loures em 2015	Pág. 37
Quadro III.6 – Crescimento natural, saldo migratório e crescimento efectivo entre 1950 e 2001 no concelho de Loures	Pág. 38
Quadro III.7 – Taxas de natalidade (1991-2000)	Pág. 40
Quadro III.8 – Taxas de mortalidade	Pág. 40
Quadro III.9 - População residente, por grupo etário e género	Pág. 41
Quadro III.10 – Concelho de Loures. População residente nas freguesias em função do nível académico atingido (Valor e %)	Pág. 45
Quadro IV.1 – População Escolar em 2001. Projecções para 2015	Pág. 49
Quadro IV.2 – População residente e prevista, em idade escolar (3-19 anos), por zonas	Pág. 50
Quadro IV.3 – População residente em 2001 (entre os 3 e os 19 anos) e população presente na rede educativa (ano lectivo 2001/02)	Pág. 53
Quadro IV.4 – Necessidades Específicas de Educação na rede de ensino pública	Pág. 55
Quadro IV.5 – Necessidades Específicas de Educação no pré-escolar, na rede pública (2004/05)	Pág. 59
Quadro IV.6 – Necessidades Específicas de Educação no 1º CEB, na rede pública (2004/05)	Pág. 62
Quadro IV.7 – Necessidades Específicas de Educação nos 2º e 3º CEB (2004/05)	Pág. 67
Quadro IV.8 – Necessidades Específicas de Educação no Ensino Secundário, na rede pública (2004/05)	Pág. 71
Quadro IV.9 – Taxas Brutas de Cobertura e de Escolarização no concelho de Loures em 1991/92, 2001/02 e 2004/05, na Rede Pública e Privada	Pág. 86
Quadro IV.10 – Taxa de cobertura e taxa bruta de escolarização por zonas, no concelho de Loures	Pág. 87
Quadro IV.11 – População total e por níveis de ensino prevista para o concelho de Loures para 2015	Pág. 89
Quadro IV.12 – Frequência da rede escolar concelhia em 2004/05. Proveniência das crianças/alunos por níveis de educação e ensino.	Pág. 90
Quadro IV.13 – Crianças e alunos provenientes de fora do concelho de Loures em 2004/05	Pág. 100
Quadro IV.14 – Síntese da evolução da taxa da procura, no concelho de Loures	Pág. 118

Quadro IV.15 – Equipamentos de ensino e formação a funcionar no concelho de Loures em 2004/05, por valência, rede de ensino e zona.	Pág. 120
Quadro IV.16 – Evolução da oferta de salas no concelho de Loures	Pág. 121
Quadro IV.17 – Evolução da oferta de salas por redes e graus de ensino	Pág. 123
Quadro IV.18 – Evolução da oferta de salas por zona, no concelho de Loures	Pág. 124
Quadro IV.19 – Peso da oferta pública e privada no concelho de Loures, no ano lectivo 2004/05	Pág. 132
Quadro IV.20 – Número de escolas públicas com valência de 1ºCEB, segundo o regime de funcionamento no ano lectivo de 2004/05	Pág. 134
Quadro IV.21 – Evolução do número de turmas do 1º CEB por zona, segundo o regime de funcionamento	Pág. 136
Quadro IV.22 – Evolução do número de turmas do 2º e 3º CEB por zona, no concelho de Loures	Pág. 139
Quadro IV.23 – Evolução do número de turmas do ensino secundário por zona, no concelho de Loures	Pág. 142
Quadro IV.24 – Evolução do SAF – Refeições – N.º de utentes	Pág. 144
Quadro IV.25 – Evolução do SAF - Refeições	Pág. 145
Quadro IV.26 - Evolução do SAF - Refeições	Pág. 145
Quadro IV.27 – Evolução do SAF – Prolongamento de horário	Pág. 147
Quadro IV.28 – Evolução do SAF – Prolongamento de horário	Pág. 148
Quadro IV.29 – Recursos humanos no concelho de Loures, Rede Pública (ano lectivo 2004/05)	Pág. 149
Quadro IV.30 – Recursos humanos no concelho de Loures, Rede Privada (ano lectivo 2004/05)	Pág. 150
Quadro IV.31 – Recursos humanos por zona, no concelho de Loures (ano lectivo 2004/05)	Pág. 151
Quadro IV.32 – Transportes escolares. N.º de crianças/alunos apoiados	Pág. 153
Quadro IV.33 – Evolução dos auxílios económicos – 1º CEB	Pág. 155
Quadro IV.34 – Evolução do apoio alimentar em JI e no 1º CEB, no concelho de Loures	Pág. 156
Quadro IV.35 – Educação Pré-Escolar. Necessidade de resposta estimada para o ano 2015	Pág. 163
Quadro IV.36 – Evolução da rede pública de Educação Pré-Escolar	Pág. 164
Quadro IV.37 – 1º CEB. Necessidade de resposta estimada para o ano 2015.	Pág. 166
Quadro IV.38 – Evolução da capacidade de resposta dos estabelecimentos de 1º CEB da rede pública (1996/97 – 2004/05)	Pág. 167
Quadro IV.39 – 2º e 3º CEB. Necessidade de resposta estimada para o ano 2015	Pág. 168
Quadro IV.40 – Evolução da capacidade de resposta dos estabelecimentos de 2º e 3º CEB da rede pública (1996/97 – 2004/05)	Pág. 169
Quadro IV.41 – Ensino Secundário. Necessidade de resposta estimada para o ano 2015	Pág. 170
Quadro IV.42 – Evolução da capacidade de resposta dos estabelecimentos do ensino secundário da rede pública (1996/97 – 2004/05)	Pág. 171

INDICE DE FIGURAS

Figura II.1 – Localização do município de Loures na Grande Área Metropolitana de Lisboa	Pág. 13
Figura III.1 – Densidade populacional por freguesia no concelho de Loures em 2001	Pág. 36
Figura IV.1 – Organograma do sistema educativo	Pág. 47
Figura IV.2 – Diagrama do fluxo educativo	Pág. 48

Figura V.1 – Mapa de prioridades do Pré-Escolar	Pág. 191
Figura V.2 – Mapa de prioridades do 1º Ciclo do Ensino Básico	Pág. 193
Figura V.3 – Mapa de prioridades do 2º-3º Ciclos do Ensino Básico	Pág. 195

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico II.1 – População perante a actividade económica no concelho de Loures em 2001 (%)	Pág. 20
Gráfico II.2 – Meio de vida da população residente no concelho de Loures em 2001 (%)	Pág. 20
Gráfico II.3 – População empregada segundo a situação na profissão, no concelho de Loures (%)	Pág. 21
Gráfico II.4 – Taxa de desemprego por freguesia	Pág. 25
Gráfico III.1 – Evolução demográfica do concelho de Loures em 1900 e no período 1950-2001	Pág. 31
Gráfico III.2 – Concelho de Loures. Taxas de natalidade e mortalidade (1991/2000)	Pág. 40
Gráfico III.3 – Concelho de Loures. Pirâmides etárias 1991-2001	Pág. 41
Gráfico III.4 – Concelho de Loures. Distribuição da população (%) com 10 e mais anos sem nível de ensino segundo os grupos etários (N = 10636)	Pág. 43
Gráfico III.5 – Concelho de Loures. Residentes nas freguesias (N = 199059) em função da qualificação académica (%)	Pág. 44
Gráfico IV.1 – Evolução da frequência no concelho de Loures	Pág. 51
Gráfico IV.2 – Evolução da frequência por redes de ensino, no concelho de Loures	Pág. 52
Gráfico IV.3 – Evolução da frequência por zonas, no concelho de Loures	Pág. 54
Gráfico IV.4 – Evolução da frequência da educação pré-escolar, no concelho de Loures	Pág. 56
Gráfico IV.5 – Evolução da frequência da educação pré-escolar por redes de ensino, no concelho de Loures	Pág. 57
Gráfico IV.6 – Evolução da frequência da educação pré-escolar por zonas, no concelho de Loures	Pág. 58
Gráfico IV.7 – Evolução da frequência do 1º CEB no concelho de Loures	Pág. 60
Gráfico IV.8 – Evolução da frequência do 1º CEB por redes de ensino, no concelho de Loures	Pág. 61
Gráfico IV.9 – Evolução da frequência do 1º CEB por zonas, no concelho de Loures	Pág. 62
Gráfico IV.10 – Evolução da frequência do 2º e 3º CEB no concelho de Loures	Pág. 64
Gráfico IV.11 – Evolução da frequência do 2º e 3º CEB por redes de ensino, no concelho de Loures	Pág. 65
Gráfico IV.12 – Evolução da frequência do 2º e 3º CEB por zonas, no concelho de Loures	Pág. 66
Gráfico IV.13 – Evolução da frequência do ensino secundário no concelho de Loures	Pág. 68
Gráfico IV.14 – Evolução da frequência do ensino secundário por redes de ensino, no concelho de Loures	Pág. 69
Gráfico IV.15 – Evolução da frequência do ensino secundário por zonas, no concelho de Loures	Pág. 70
Gráfico IV.16 – Evolução da taxa de retenção no 1º CEB, no concelho de Loures	Pág. 74
Gráfico IV.17 – Evolução da taxa de retenção no 1º CEB por zonas, no concelho de Loures	Pág. 75
Gráfico IV.18 – Evolução da taxa de abandono no 1º CEB, no concelho de Loures	Pág. 76
Gráfico IV.19 – Evolução da taxa de abandono no 1º CEB por zonas, no concelho de Loures	Pág. 76
Gráfico IV.20 – Evolução da taxa de retenção no 2º e 3º CEB, no concelho de Loures	Pág. 78
Gráfico IV.21 – Evolução da taxa de retenção no 2º e 3º CEB por zonas, no concelho de Loures	Pág. 79
Gráfico IV.22 – Evolução da taxa de abandono no 2º e 3º CEB, no concelho de Loures	Pág. 79
Gráfico IV.23 – Evolução da taxa de abandono nos 2º e 3º CEB por zonas, no concelho de Loures	Pág. 80

Gráfico IV.24 – Evolução da taxa de retenção no ensino secundário, no concelho de Loures	Pág. 81
Gráfico IV.25 – Evolução da taxa de retenção no ensino secundário por zonas, no concelho de Loures	Pág. 82
Gráfico IV.26 – Evolução da taxa de Abandono no ensino secundário, no concelho de Loures	Pág. 82
Gráfico IV.27 – Evolução da taxa de abandono no ensino secundário por zonas, no concelho de Loures	Pág. 83
Gráfico IV.28 – Frequência da educação Pré-Escolar, por freguesia em 2004/05: proveniência (%)	Pág. 91
Gráfico IV.29 – Frequência da educação Pré-Escolar, por zonas em 2004/05: proveniência (N.º)	Pág. 92
Gráfico IV.30 – Frequência do 1º CEB, por freguesia em 2004/05: proveniência (%)	Pág. 93
Gráfico IV.31 – Frequência do 1º CEB, por zonas em 2004/05: proveniência (N.º)	Pág. 94
Gráfico IV.32 – Frequência dos 2º e 3º CEB, por freguesia em 2004/05: proveniência (%)	Pág. 96
Gráfico IV.33 - Frequência dos 2º e 3º CEB, por zonas em 2004/05: proveniência (N.º)	Pág. 97
Gráfico IV.34 – Frequência do ensino secundário, por freguesia em 2004/05: proveniência (%)	Pág. 98
Gráfico IV.35 - Frequência do ensino secundário, por zonas em 2004/05: proveniência (N.º)	Pág. 99
Gráfico IV.36 – Evolução da procura de educação pré-escolar no concelho de Loures. Crianças com 5 anos	Pág. 103
Gráfico IV.37 – Evolução da procura de educação pré-escolar por rede de ensino, no concelho de Loures. Crianças com 5 anos	Pág. 104
Gráfico IV.38 – Evolução da procura de educação pré-escolar por zonas, no concelho de Loures. Crianças com 5 anos	Pág. 105
Gráfico IV.39 – Evolução da procura do 1º CEB no concelho de Loures. Alunos com 6 anos matriculados no 1º ano de escolaridade	Pág. 106
Gráfico IV.40 – Evolução da procura do 1º CEB por redes de ensino, no concelho de Loures. Alunos com 6 anos matriculados no 1º ano de escolaridade	Pág. 107
Gráfico IV.41 – Evolução da procura do 1º CEB por zonas. Alunos com 6 anos matriculados no 1º ano de escolaridade	Pág. 108
Gráfico IV.42 – Evolução da procura do 2º CEB no concelho de Loures. Alunos com 10 anos matriculados no 5º ano de escolaridade	Pág. 109
Gráfico IV.43 – Evolução da procura do 2º CEB por redes de ensino, no concelho de Loures. Alunos com 10 anos matriculados no 5º ano de escolaridade	Pág. 110
Gráfico IV.44 – Evolução da procura do 2º CEB por zonas, no concelho de Loures. Alunos com 10 anos matriculados no 5º ano de escolaridade	Pág. 111
Gráfico IV.45 – Evolução da procura do 3º CEB, no concelho de Loures. Alunos com 12 anos matriculados no 7º ano de escolaridade	Pág. 112
Gráfico IV.46 – Evolução da procura do 3º CEB por redes de ensino, no concelho de Loures. Alunos com 12 anos matriculados no 7º ano de escolaridade	Pág. 113
Gráfico IV.47 – Evolução da procura do 3º CEB por zonas, no concelho de Loures. Alunos com 12 anos matriculados no 7º ano de escolaridade	Pág. 114
Gráfico IV.48 – Evolução da procura do ensino secundário no concelho de Loures. Alunos com 15 anos matriculados no 10º ano de escolaridade	Pág. 115
Gráfico IV.49 – Evolução da procura do ensino secundário por rede de ensino, no concelho de Loures. Alunos com 15 anos matriculados no 10º ano de escolaridade	Pág. 116
Gráfico IV.50 – Evolução da procura do ensino secundário por zonas, no concelho de Loures. Alunos com 15 anos matriculados no 10º ano de escolaridade	Pág. 117
Gráfico IV.51 – Evolução da oferta de salas por rede de ensino, no concelho de Loures	Pág. 122

Gráfico IV.52 – Evolução da oferta de salas na Educação Pré-Escolar por rede de ensino, no concelho de Loures	Pág. 125
Gráfico IV.53 – Evolução da oferta total de salas da Educação Pré-Escolar por zona, no concelho de Loures	Pág. 126
Gráfico IV.54 – Evolução da oferta de salas do 1º CEB por rede de ensino, no concelho de Loures	Pág. 127
Gráfico IV.55 – Evolução da oferta total de salas do 1º CEB por zona, no concelho de Loures	Pág. 127
Gráfico IV.56 – Evolução da oferta de salas do 2º e 3º CEB por rede de ensino, no concelho de Loures	Pág. 129
Gráfico IV.57 – Evolução da oferta total de salas do 2º e 3º CEB por zona, no concelho de Loures	Pág. 130
Gráfico IV.58 – Evolução da oferta de salas no ensino secundário por rede de ensino, no concelho de Loures	Pág. 131
Gráfico IV.59 – Evolução da oferta total de salas no ensino secundário por zona, no concelho de Loures.	Pág. 132
Gráfico IV.60 – Evolução do número de turmas do 1º CEB segundo o regime de funcionamento, no concelho de Loures	Pág. 135
Gráfico IV.61 – Evolução do número de turmas do 1º CEB por zona, segundo o regime de funcionamento, no concelho de Loures	Pág. 137
Gráfico IV.62 – Evolução do número de turmas do 2º e 3º CEB, no concelho de Loures	Pág. 139
Gráfico IV.63 – Evolução do número de turmas do 2º e 3º CEB por zona, no concelho de Loures	Pág. 140
Gráfico IV.64 – Evolução do número de turmas do ensino secundário no concelho de Loures	Pág. 141
Gráfico IV.65 – Evolução do número de turmas do ensino secundário por zona, no concelho de Loures	Pág. 142
Gráfico IV.66 – Evolução do SAF – Refeições. N.º de utentes e equipamentos implementados em JI e no 1º CEB, no concelho de Loures	Pág. 144
Gráfico IV.67 – Evolução do SAF – Refeições. N.º de refeições servidas em JI e no 1º CEB, no concelho de Loures	Pág. 145
Gráfico IV.68 – Evolução do SAF – Prolongamento de horário. N.º de utentes e equipamentos implementados em JI, no concelho de Loures	Pág. 147
Gráfico IV.69 – Evolução dos transportes escolares (DL 299/84 e opções da autarquia). N.º de crianças/alunos apoiados	Pág. 154
Gráfico IV.70 – Evolução dos transportes escolares por ciclo de ensino e educação. N.º de crianças/alunos apoiados	Pág. 154
Gráfico IV.71 – Evolução dos auxílios económicos – 1º CEB. N.º de alunos beneficiados e subsídios atribuídos	Pág. 155
Gráfico IV.72 – Evolução do apoio alimentar. N.º de crianças/alunos beneficiados e subsídios atribuídos em JI e 1º CEB, no concelho de Loures	Pág. 157

I ENQUADRAMENTO

1. Introdução

A relação de proximidade que naturalmente se estabelece entre a população e a administração local, bem como a sucessiva transferência de competências para os Municípios no que se refere à educação, são factores que fazem com que estes se constituam como interlocutores privilegiados na participação e gestão dos sistemas educativos locais.

No município de Loures, a elaboração do Plano Director Municipal (PDM) veio reforçar a necessidade de programação das várias redes de equipamentos colectivos, nos quais se inserem os equipamentos educativos, tendo em conta a evolução urbanística e o desenvolvimento pretendidos para o território e a comunidade local.

No domínio dos equipamentos educativos, a Carta Educativa constitui-se como o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo estabelecido por lei, dos edifícios, equipamentos e recursos educativos do município, visando a sua melhor utilização no quadro do desenvolvimento demográfico e socio-económico de cada autarquia.

Com a publicação da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, que atribui às autarquias a responsabilidade de elaboração da Carta Educativa¹, reforçada pelo DL 7/2003 de 15 de Janeiro (n.º 1 do art.º 19º), tornou-se mais premente a necessidade de se dispor deste instrumento no curto prazo de forma a permitir o desenvolvimento das próprias competências autárquicas nos domínios de planeamento e gestão do sistema educativo, em sintonia com os normativos da política educativa.

Em vez de uma resposta imediata a uma procura insuficientemente avaliada, a programação da Rede Educativa, que aqui se apresenta, introduz uma componente de planeamento a médio prazo, de acordo com a fundamentação apresentada, quer de estudos demográficos e de previsão da população escolar, quer em termos de ordenamento do território, de forma a que a Escola constitua um elemento estruturante no desenvolvimento local.

Conforme o espírito da Lei, a Carta Educativa deve ser entendida não como um documento acabado, mas como um projecto fundamental e dinâmico de intervenção de planeamento e

¹ N.º 2 do art. 19º do Capítulo III da Lei n.º159/99, de 14 de Setembro

ordenamento da Rede Educativa inserida no contexto mais abrangente do ordenamento territorial. Embora projectada para um determinado horizonte temporal como expressão de uma política educativa, essa é destinada a ser permanentemente avaliada e actualizada nos planos normativos e da gestão administrativa e operacional.

Assumindo a Escola como o centro privilegiado das políticas educativas², a Carta Educativa propõe-se como uma estratégia de intervenção da política educativa, tanto ao nível central como local, e que conseqüentemente se vai reflectir no planeamento da Rede Educativa.

Neste contexto, a identificação da escola com o edifício per si, é redutora da problemática da Rede Educativa. O conceito de edifício escolar isolado é uma concepção desajustada de uma realidade onde a escola deve ser cada vez mais um centro, ou um elo, de uma rede de locais de educação e formação, num espaço de múltiplas e diversas actividades de cariz comunitário.

A escola tem hoje um quadro de responsabilidades que vai muito além do conceito restrito de instituição de ensino tradicional. A escola tende a recuperar um lugar central no sistema social e um papel preponderante na formação dos jovens para a cidadania. Como tal precisa de se enraizar, trocar influências e enriquecer comportamentos, valores e vivências dentro da sociedade em que está inserida.

O planeamento e reordenamento da rede educativa pressupõe uma visão integrada e integradora da escola não só no plano interno da organização, mas também da gestão de recursos e práticas e das relações com a comunidade.

Assim e em síntese, as propostas contidas no presente documento orientaram-se por:

- Uma concepção da escola integrada no espaço de recursos educativos diferenciados;
- Uma visão prospectiva da realidade, delineada num cenário de evolução construído a partir de análises globais e qualitativas;
- Uma programação de equipamentos subordinada a princípios estratégicos assentes na diversidade de tipologias, na flexibilidade e versatilidade de soluções e na complementaridade na gestão e utilização de recursos.

² "Pacto Educativo para o Futuro" – Mensagem do Ministro da Educação, Ministério da Educação, Lisboa, 1996.

A concepção de uma escola-organização, articulada com outras unidades de educação e formação, centros de recursos e outros apoios diversificados, levou a que o conceito de Carta Escolar evoluísse para o conceito mais abrangente de Carta Educativa, que abarca não só os Equipamentos Educativos mas todos os equipamentos sociais e colectivos que têm a ver com educação e formação ao longo da vida³.

A Carta Educativa pressupõe um diagnóstico sobre as condições de funcionamento do actual sistema educativo e disfunções existentes. Esse diagnóstico será aqui apresentado e teve como base um conjunto de indicadores indispensáveis para a compreensão da comunidade onde a Escola se insere e para o conhecimento do meio social circundante, do qual o sistema educativo não se pode dissociar.

Neste sentido, foram alvo de análise factores geográficos, demográficos e sócio-económicos. Pretende-se conhecer o contexto, as necessidades e as carências do sistema educativo do concelho, o qual foi estudado segundo duas perspectivas: interna e externa (Quadro I.1).

Quadro I.1 - Diagnóstico do sistema educativo.

Domínio	Áreas
Extra Educativo	Eficácia externa Indicadores de situação “resultados finais das aprendizagens” “Adequação ao mercado de trabalho” “Medidas de política educacional” Estruturas do sistema Recursos físicos e humanos Recursos financeiros
Intra Educativo	Fluxos de alunos Custos Igualdade de oportunidades e disparidades Participação

Fonte: “Análise Social de Educação” - Aroteia J.

A análise da demografia escolar do concelho, é particularmente importante para o planeamento da Rede Educativa, já que, por um lado, o sistema educativo deste reflecte o comportamento dos diversos fenómenos demográficos relacionados não só com o

³ Ver “Manual para elaboração da carta educativa” – Ministério da Educação, Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento, Lisboa, 2000.

movimento natural e os movimentos migratórios, mas também com o estado e a natureza da população residente, por outro lado, o conhecimento de aspectos relacionados com a dinâmica demográfica e com as tendências de crescimento, estagnação e diminuição da população são indispensáveis para o planeamento das necessidades futuras em termos de equipamentos educativos e para o eventual ajustamento da Rede Educativa do concelho aos novos padrões de distribuição e dinâmica da população local.

A persistência de um registo demográfico jovem, o processo de democratização do ensino, o alargamento da obrigatoriedade da escolaridade básica, a valorização dos diplomas, são razões que, nas últimas décadas, têm levado de um modo geral a um aumento da procura social do ensino.

Na avaliação desta situação há que ter em conta o recente abrandamento demográfico que reduzindo a pressão, proporciona uma grande oportunidade para colmatar o défice quantitativo acumulado e, ao mesmo tempo, requalificar os estabelecimentos educativos sujeitos a menor pressão da procura (criando, por exemplo, os espaços para as actividades extra-curriculares e de laboratório).

Em relação à oferta de ensino, a capacidade, qualidade e conforto das instalações escolares incluem vários aspectos que se podem analisar segundo três grandes vertentes:

- a Escola como espaço arquitectónico e funcional;
- a Escola como espaço percebido pelos sentidos;
- a Escola como espaço partilhado.

Aqui, emergem indicadores cuja análise se justifica para avaliar o nível de integração da Escola no Meio, bem como aferir a relação que se pode estabelecer entre os utilizadores e a Escola enquanto espaço “físico” e espaço de “pertença”, são eles:

- as características arquitectónicas e funcionais das instalações;
- a sua situação de segurança ou vulnerabilidade;
- o seu estado de conservação e conforto;
- a existência de espaços de ensino e de apoio diversificados e destinados a diferentes utilizadores;
- a qualidade dos equipamentos, bem como a localização e acessibilidades destes.

No âmbito da caracterização do sistema educativo, o método de recolha de dados respeitantes à Rede Educativa consistiu na aplicação de “Fichas de Caracterização” dos estabelecimentos de ensino. Os dados obtidos foram informatizados numa base de dados para a respectiva análise gráfico-estatística.

O período de análise a que se reportam os dados utilizados no diagnóstico do sistema educativo, respeita a um período de 10 anos lectivos compreendidos entre 1995/96 e 2004/05.

Considerou-se “rede pública”, o conjunto de equipamentos educativos que são da responsabilidade do município (estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico), bem como os que são da responsabilidade do Ministério da Educação (estabelecimentos 2º e 3º ciclos do ensino básico, e ensino secundário).

Por “rede privada” considerou-se o conjunto de equipamentos educativos que são da responsabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), os equipamentos educativos particulares que funcionam com alvará, bem como os que não o tendo, funcionam com autorização da segurança social.

As fontes de informação foram as delegações escolares do concelho, bem como as juntas de freguesia, estabelecimentos de ensino e outros serviços. Acrescente-se o trabalho de terreno dos técnicos dos vários serviços da Câmara Municipal de Loures, que no desenvolvimento das suas actividades foram colectando informações e dados que complementaram os já existentes.

As análises/caracterizações sócio-económica e demográfica foram elaboradas no âmbito da revisão do PDM. As projecções demográficas utilizadas para 2015 foram baseadas nos estudos e previsões de crescimento urbano e populacional do PDM.

Para o cálculo da população a escolarizar, manteve-se a tendência de diminuição da população jovem por freguesia projectada para 2015 pelo PDM. Contudo, nas freguesias onde estão previstas novas construções, a projecção da população a escolarizar em 2015 teve em atenção a estrutura média do concelho em 2001 aplicada às “folgas de operação” consideradas no PDM.

2. Carta Educativa

2.1 Objectivos e Princípios Orientadores

A Carta Educativa e de Reordenamento da Rede Educativa do Concelho de Loures visa definir a política educativa a desenvolver no município bem como assegurar a racionalização e complementarização dos meios e das estratégias necessárias à sua concretização, com vista a constituir um instrumento de trabalho que congregue em si as normas que devem reger a acção educativa. A Carta Educativa deverá reflectir as dinâmicas e os objectivos políticos e estratégicos definidos ao nível central e local.

Este documento tem como objectivo principal, a formulação de uma proposta de reordenamento da Rede Educativa do Concelho, isto é, delinear os contornos da rede educativa que se considera mais adequada e que se pretende atingir num determinado horizonte temporal, projecto para o qual deverão convergir todas as intervenções a executar a curto e médio prazo.

O desenvolvimento deste documento orienta-se por uma perspectiva pedagógica e de requalificação do ambiente educacional. Pretende, assim, ser um produto que oriente o ordenamento da Rede Educativa, vindo a traduzir-se num instrumento dinâmico e operacional de planeamento e de suporte à gestão dos processos e meios de aprendizagem no concelho.

A acção de reordenamento da rede educativa aqui proposta responde ao princípio orientador fundamental de que nenhum estabelecimento de educação ou ensino deve ser considerado isoladamente, mas sim integrado em redes de equipamentos concebidas como organizações integradas e integradoras, tanto no plano interno como das relações com a comunidade.

A Carta Educativa identifica geograficamente os edifícios e equipamentos educativos, bem como a sua oferta em termos de educação pré-escolar, ensino básico e secundário (quer da rede pública, quer privada), com inclusão das modalidades especiais de educação e da educação extra-escolar. Este documento inclui uma identificação dos recursos humanos necessários à actividade educativa, bem como uma análise da integração dos mesmos a nível municipal, para posterior racionalização dos mesmos.

Incide igualmente sobre a concretização da acção social escolar definida por lei, como sendo competência municipal, bem como a que fora desse âmbito, a autarquia concretiza.

A Carta Educativa é desenvolvida com um enquadramento jurídico-legal que passa pelas directrizes da:

- Lei de Bases do Sistema Educativo onde estão definidos os pressupostos de aproveitamento e valorização das características específicas dos territórios envolvidos e da dinâmica das suas comunidades;
- Legislação geral em matéria de educação ou equipamentos educativos e ordenamento do território, com especial destaque para a Lei 159/99 de 14 de Setembro e para o Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro;
- Propostas de planos municipais de ordenamento do território.

O produto final deste documento nunca poderá ser entendido como estático, necessitando de permanente avaliação e readaptação, sempre que:

- sejam significativas as alterações da rede educativa, nomeadamente a criação ou o encerramento de estabelecimentos de ensino (do pré-escolar ao secundário);
- quando a rede educativa do município esteja em desacordo com os princípios, objectivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa;
- passem cinco anos após a aprovação da Carta Educativa.

2.2. Objectivos Específicos

A Carta Educativa traduz uma filosofia educativa e uma posição pedagógica no sentido do desenvolvimento e adequação às particularidades do território e da população do concelho.

Os objectivos específicos subjacentes às intervenções propostas são:

- A qualificação da Rede de Equipamentos Educativos que traduza uma adequação às particularidades do território e da população do Concelho.
- A promoção de uma integração vertical dos diversos níveis educativos de forma a garantir a sequencialidade do processo de ensino – da Educação Pré-Escolar ao 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário.
- A programação das escolas necessárias de forma a que as crianças em idade escolar encontrem a oferta adequada às suas necessidades educativas e sociais e, que a possam perspectivar em todo o seu percurso.
- A adequação funcional dos Equipamentos de Educação Pré-Escolar e Ensino Básico às exigências actuais do sistema educativo.

Para além destes são ainda de considerar os seguintes:

a) Racionalizar os recursos existentes numa visão de Território Educativo:

- salas de aula normais;
- salas de aula específicas;
- espaços de complemento curricular;
- bibliotecas/mediatecas;
- refeitórios;
- equipamentos desportivos;
- transportes escolares;

b) Reorganizar as áreas de drenagem da população escolar de forma a rentabilizar a Rede Educativa;

c) Requalificar o sistema de ensino aprendizagem numa perspectiva de ligação da escola ao meio que contemple o processo das alterações dinâmicas das comunidades envolvidas e envolventes;

d) Aproveitar as características e os meios das comunidades locais como forma de recurso educativo através de:

- actividades culturais;
- actividades económicas;
- actividades associativas;
- actividades desportivas.

e) Promover a relação Escola-Meio como mediadora dos vários saberes;

f) Propôr uma programação da rede educativa, tendo subjacentes os objectivos definidos pela Carta e a dinâmica proposta para os Territórios Educativos;

g) Reorganizar a rede de transporte escolar sempre que seja necessário reordenar situações de impossível resolução através do edificado.

h) Programar as escolas de forma a que os alunos tenham a oferta adequada às suas necessidades educativas.

Em termos de estrutura/crescimento urbano, torna-se pertinente ter em consideração um cenário que tenha a ver com a capacidade de alojamento criada com a concretização das construções em curso e/ou daquelas que foram aprovadas, em diferentes áreas do território do concelho. Com efeito, deve haver resposta educativa pensada à sua medida, sendo de primordial importância a respectiva reserva de áreas para garantir essa resposta educativa.

2.3. Metodologia

O âmbito do trabalho inclui a educação pré-escolar, o ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos) e o ensino secundário, da rede pública e da rede particular/cooperativa e de solidariedade social.

A elaboração da Carta Educativa desenvolveu-se em duas fases.

A **primeira fase** diz respeito à análise da realidade socio-educativa e destina-se a servir de fundamentação e molde à elaboração do diagnóstico. A **segunda fase**, executada com base nas conclusões do diagnóstico, é constituída pela elaboração da proposta de reordenamento da rede educativa.

Na **primeira fase** procedeu-se ao levantamento exaustivo dos recursos existentes, avaliando a sua capacidade e potencialidades de resposta numa visão prospectiva do evoluir da realidade educativa.

A análise e diagnóstico correspondem à análise do sistema educativo do concelho efectuada numa perspectiva sistémica incidindo sobre variáveis:

- Internas ao processo educativo, níveis de escolarização, evolução da frequência e procura, taxas de retenção e abandono, fluxos, taxas de ocupação e cobertura, evolução da oferta, recursos humanos e acção social escolar, dotação e adequação de recursos, etc;
- De envolvimento socio-económica, nomeadamente nos domínios da demografia, da hierarquização dos aglomerados, da organização e dinâmica interna, da localização das actividades económicas.

Como já foi referido anteriormente, o período de análise a que se reportam os dados utilizados na caracterização do sistema educativo municipal, abrange os anos lectivos de 1995/96 a 2004/05. Os dados foram organizados de modo a permitirem a comparação de diferentes anos lectivos e redes, assim como a elaboração de taxas de variação entre o primeiro e o último anos lectivos do período analisado.

Os dados relativos à **Rede Pública** (no período acima referido), bem como os dados da **Rede Particular e de Solidariedade Social** (de 1995/96 a 2003/04), utilizados na

caracterização da oferta de educação foram fornecidos pela DEJ/AGRE e em resultado de inquéritos anuais que esta U.O. realiza junto dos estabelecimentos de ensino.

Os dados da **Rede Particular/Cooperativa e de Solidariedade Social** para o ano lectivo 2004/05 foram recolhidos pela DPEI/DPE junto dos responsáveis por cada equipamento, possibilitando assim uma uniformização temporal na análise, bem como uma melhor aproximação à realidade.

De referir ainda que relativamente à Rede Particular com fins lucrativos, após uma recolha de dados exaustiva efectuada em 1995/96 e até ao novo levantamento levado a cabo no presente ano lectivo pela DPEI/DPE, a forma de actualização anual dos dados efectuou-se também através de “Ficha de Caracterização” enviada aos estabelecimentos de educação e ensino pela DEJ/AGRE. No entanto, nem todos os estabelecimentos se disponibilizaram a corresponder à solicitação, pelo que, ocorreram anos lectivos em que os dados recolhidos não foram elucidativos naquela rede. Para esses anos, consideraram-se os dados fornecidos em anos anteriores ou posteriores.

A análise da rede educativa foi feita com base num zonamento que respeitou características geográficas do município (génese e organização do território, densidade populacional, paisagem, etc.), tendo sido definidas **três zonas**:

- **Norte Rural** – engloba as freguesias de Bucelas, Fanhões, Lousa, Santo Antão do Tojal e São Julião do Tojal;
- **Norte Urbana** – engloba as freguesias de Frielas, Loures e Santo António dos Cavaleiros;
- **Oriental** – engloba as freguesias da Apelação, Bobadela, Camarate, Moscavide, Portela, Prior Velho, Sacavém, Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Unhos.

Depois de elaborado o diagnóstico da realidade existente, quantificada a população a escolarizar no horizonte temporal previsto (2015) e de acordo com os objectivos determinados pela política educativa e de formação adoptados para o município, à evolução demográfica previsível e no quadro dos planos de ordenamento do território municipal, avançou-se para a formulação de propostas para reordenamento da rede educativa.

As propostas de reordenamento são elaboradas com base no cenário considerado, inspiradas em princípios da prospectiva e planeamento estratégico, incidindo:

- Sobre o parque existente, através de propostas de melhoria, alteração de tipologia ou desactivação.
- Sobre a realidade educativa futura, através de propostas de novos equipamentos a criar definindo quer a tipologia quer a localização.

Nesta fase assume importância primordial a definição de “Territórios Educativos”, cuja delimitação foi feita dando primazia a critérios de irradiação e acessibilidades.

No caso dos estabelecimentos propostos, assume particular relevo a opção de ligar a reserva do terreno necessário ao processo de planeamento urbanístico enquanto a efectiva construção do equipamento será de relacionar com a efectiva existência da população a escolarizar.

Por fim, mas não por isso menos importante, procedeu-se à definição de uma escala de prioridades, elaborada ao nível de freguesia, por ciclo de ensino, como o intuito de orientar a operacionalização/faseamento das intervenções propostas, bem como o plano de financiamento com a estimativa de custos das realizações propostas, referência das fontes de financiamento e das entidades responsáveis pela sua execução.

II CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA DO CONCELHO DE LOURES

1. Localização e Inserção Regional

O município de Loures (www.cm-loures.pt) localiza-se na região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT), está integrado na Grande Área Metropolitana de Lisboa (GAM) e tem como concelhos limítrofes: Lisboa, Vila Franca de Xira, Arruda dos Vinhos, Mafra, Sintra e Odivelas (Figura II.1).

Fig. II.1 - Localização do município de Loures na Grande Área Metropolitana de Lisboa.



Fonte: Câmara Municipal de Loures, DIG, 2004.

É também nesta região que se localizam parte importante dos sistemas de transportes rodoviários, ferroviários, marítimos e aéreos que ligam esta área a outras do país, da União Europeia e a outros países do mundo.

Loures está portanto numa situação privilegiada em termos de acesso ao mais importante mercado do país, o que permite à grande maioria das empresas sediadas no concelho o escoamento dos seus produtos (35% da produção é vendida no mercado municipal, sendo os restantes 65% canalizados para mercados exteriores a Loures).

A atractividade que a capital sempre exerceu, como local de trabalho e perspectiva de melhoria das condições de vida, sobre os outros municípios da GAM, sobretudo os que lhes estão adjacentes, continua a ter como consequência o aumento populacional na sua periferia. Deste modo, o número de pessoas que se deslocam de outros concelhos para trabalhar em Lisboa tem vindo a aumentar. Em 2001, cerca de 42.6% dos residentes no concelho de Loures, faziam parte da estatística dos movimentos pendulares.

2 - Perfil socio-económico do concelho no âmbito da Grande Área Metropolitana e Região de Lisboa e Vale do Tejo

O concelho de Loures apresenta, de acordo com os censos de 2001, uma taxa de actividade de 49.6%, valor um pouco acima da média da GAM (48.2%). No intervalo 1991-2001 conheceu, porém, uma dinâmica de crescimento mais modesto comparativamente à maior parte dos outros concelhos. O quadro II.1 traduz esse dinamismo.

Quadro II.1 – Evolução da população activa nos concelhos da GAM (1991-2001).

	1991	2001	Var. (%)
Alcochete	4.221	6.126	31,10%
Almada	65.204	74.571	12,56%
Amadora	86.292	86.664	0,43%
Azambuja	7.415	9.229	19,66%
Barreiro	34.660	35.646	2,77%
Cascais	69.890	84.307	17,10%
Lisboa	281.077	251.444	-11,79%
Loures*	90.198	98.785	8,69%
Mafra	17.848	26.606	32,92%
Moita	24.727	30.440	18,77%
Montijo	15.234	17.809	14,46%
Odivelas*	63.120	69.322	8,95%
Oeiras	69.868	81.010	13,75%
Palmela	18.216	24.874	26,77%
Seixal	52.036	74.679	30,32%
Sesimbra	10.878	17.236	36,89%
Setúbal	41.527	52.225	20,48%
Sintra	124.589	190.522	34,61%
Vila Franca de Xira	46.088	62.407	26,15%
A.M.L.	1.123.088	1.293.802	13,20%

*O concelho de Odivelas estava incluído em Loures em 1991
Fonte: I.N.E., Censos 1991, 2001

De acordo com os censos 2001, é na RLVT que se concentram grande parte das empresas bem como a população com o mais elevado poder de compra (33.3% da população do país, que produz 41.9 % do PIB e detém 39.6% do rendimento disponível bruto das famílias). É ainda de salientar que mais de 70% da riqueza criada nesta região é produzida nos concelhos da GAM.

Comparativamente a outros concelhos da GAM, o município de Loures apresenta três potencialidades ao nível sócio-económico :

- a vocação de produtor e abastecedor de produtos hortícolas e vitivinícolas, impõe uma modernização no sector, modernização essa que salvguarde tanto os valores ambientais como os económicos;
- a importância do potencial “Recursos Humanos”;
- a afirmação e o crescimento das actividades terciárias não impede o peso que a indústria transformadora ainda assume na estrutura económica do concelho.

2.1. Análise sectorial e localizações

No quadro das actividades terciárias, são as actividades de Comércio e Reparação (detem quase 40% das empresas do concelho e 29% dos empregos oferecidos), Transportes e Armazenagem , Construção e Imobiliárias, que mais população activa empregam no concelho, com 59.1% dos activos (Quadro II.2). Estes dados vêm confirmar uma crescente “terciarização” da economia do município.

É igualmente de considerar o peso da Indústria Transformadora em termos de emprego que absorve 29.4% de empregados no concelho de Loures.

Quadro II.2 – Índice de concentração empresarial em Loures e na GAM

Actividades	N.º de empresas		Pessoal empregado	
	G.A. M.	Loures	G.A. M.	Loures
Comércio e Reparação	32,0%	39,0%	23,5%	29,2%
Transportes e Armazenagem	2,8%	3,7%	10,2%	9,6%
Imobiliárias	14,2%	11,0%	18,3%	10,7%
Construção	16,3%	18,0%	8,6%	9,6%
Indústria Transformadora	7,6%	9,0%	18,8%	29,4%

Fonte: I.N.E., Anuário Estatístico de Lisboa e Vale do Tejo, 2001

Em 2001 foram constituídas 1388 sociedades, das quais 406 no ramo da Construção, 284 no de Comércio e Reparação e 279 no de Transportes e Armazenagem, o que indica que a tendência para a especialização do concelho se mantém.

Numa perspectiva de localização geográfica, importa referir o seguinte:

- As actividades de Comércio e Reparação de Automóveis, Máquinas e Equipamentos acusam um padrão particular de especialização produtiva nas freguesias Prior Velho e Sacavém;
- As sociedades da Indústria Transformadora continuam a empregar o maior número de assalariados por conta de outrém, localizam-se sobretudo nas freguesias de Santa Iria de Azóia e São João da Talha;
- As actividades de Construção Civil, que também oferecem um importante volume de emprego, encontram-se dispersas por todo o município.

3. Caracterização Económica

De acordo com o “*Projecto do Plano – Caracterização sócio-económica*” que integra a revisão do PDM, do ponto de vista económico, a caracterização e a evolução da população activa, e a sua relação com as características qualitativas da mesma, poderão indicar o potencial em recursos humanos e o mercado de trabalho municipais. A mobilidade populacional é também, como já foi referido, um fenómeno relevante nomeadamente no quadro das relações casa-trabalho que, de uma forma directa ou indirecta, poderá afectar a escolha da escola a frequentar por parte dos dependentes em idade escolar.

3.1 - Emprego

Segundo o recenseamento de 2001, Loures caracteriza-se por possuir uma “terciarização acima da média do país (53%), um sector industrial que absorve cada vez menos efectivos e por um sector primário estável pois, apesar de uma queda no decénio 1991-2001, há indícios de ligeiros aumentos nos últimos 2-3 anos.

Em 2001, a população activa do concelho era de 98.785 trabalhadores, o que corresponde a uma taxa de actividade de cerca de 49.6%, a qual, relativamente à de 1991, denuncia um crescimento de 2,6 pontos percentuais.

A repartição da população empregada por ramos de actividade económica (Quadro II.3) reflecte uma maior importância do emprego relacionado com a Construção Civil, o Comércio a Retalho (alimentar e de outros produtos) e a Administração Pública, a que se segue um leque diversificado de outras actividades de serviços.

Quadro II.3 – Repartição do número de activos por ramo de actividade económica em 2001.

Ramos de actividade económica	Nº de activos	%
Construção de edifícios	9.458	9,57%
Comércio a retalho de outros produtos novos	7.590	7,68%
Administração pública geral, económica e social	5.608	5,68%
Actividades de saúde humana	3.753	3,80%
Empregados domésticos	3.369	3,41%
Transportes terrestres (excluindo caminhos-de-ferro)	3.139	3,18%
Ensino básico e secundário	2.902	2,94%
Justiça, segurança, ordem pública e protecção civil	2.848	2,88%
Restaurantes	2.570	2,60%
Actividades de limpeza industrial	2.388	2,42%
Comércio a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco	2.361	2,39%
Outros ramos de actividade profissional	52.799	53,45%
TOTAL	98.785	100,00%

Fonte: I.N.E., Censos 2001.

Relativamente aos níveis de qualificação da população activa (Quadro II.4), afere-se da existência de um potencial populacional com elevado nível de qualificação (ensino secundário, médio e superior), que constitui 47.2% do total de activos do concelho.

Quadro II.4 – Distribuição etária e nível de qualificação da população activa em 2001.

	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	>75	Total	Total %
Sem nível de ensino	21	33	90	131	154	193	204	183	257	395	144	50	60	1915	1,9
Ensino básico	1.287	3.015	4.027	5.190	6.009	6.986	7.600	7.516	5.108	2.441	737	204	130	50250	50,9
Ensino secundário	1.057	4.933	5.507	4.684	3.996	2.970	1.957	1.494	776	242	87	29	14	27746	28,1
Ensino médio	0	0	0	65	98	188	177	154	120	61	23	4	2	892	0,9
Ensino superior	118	2.283	4.595	2.817	2.109	1.799	1.616	1.447	798	286	86	21	7	17982	18,2
TOTAL	2.483	10.264	14.219	12.887	12.366	12.136	11.554	10.794	7.059	3.425	1.077	308	213	98.785	100,0

Fonte: I.N.E., Censos 2001.

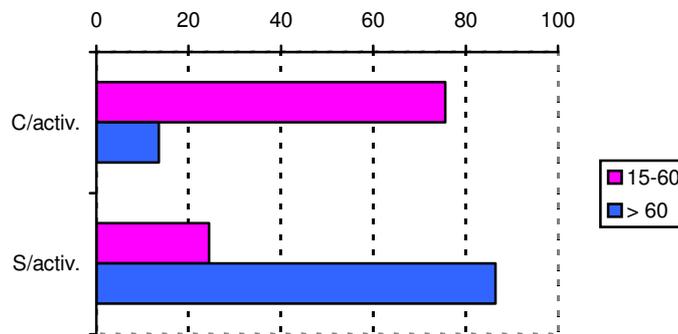
Mais de metade da população em idade activa (52.8%), possui como habilitações literárias o ensino básico obrigatório ou menos. Destes, 8.3% têm idade inferior a 25 anos, 29.9% idades compreendidas entre 25 e 39 anos, 53.8% na faixa etária dos 40 aos 59 anos e 8% idades acima dos 60.

3.1.1 – A actividade profissional da população

Para se entender a situação da população residente no concelho de Loures perante a actividade económica, retirou-se ao seu total os residentes com menos de 15 anos (31510) e, a partir daí criaram-se dois grandes grupos (o dos 15 aos 60 anos e os de mais de 60). Posteriormente analisou-se os que exerciam ou não uma actividade económica, concluindo-se que de um total de 167549 de população activa, 106256 (63,4%) têm actividade económica e 61293 (36,6%) não.

Entre a população inserida no grupo etário dos 15 aos 60 anos, 75.6% exerce actividade e 24.4% não. Dos residentes de idade superior a 60 anos somente 13,5% tem uma actividade económica (gráfico II.1).

Gráfico II.1 – População perante a actividade económica no concelho de Loures em 2001 (%).

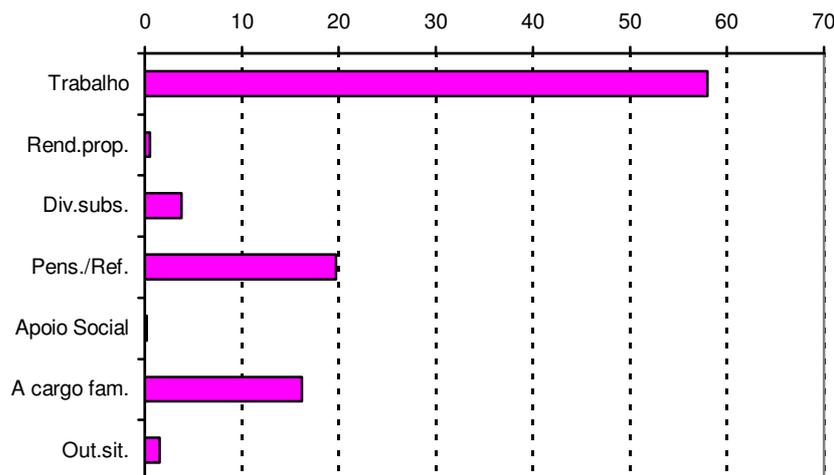


Fonte: INE, Recenseamento geral da população e habitação, 2001.

A distribuição da população activa em função do género remete-nos para uma maior percentagem de activos entre os homens. Assim, do total da população activa 53,4% está representada pelos homens e 46,6% pelas mulheres.

Se bem que o principal meio de vida da população activa com 15 ou mais anos seja proveniente do exercício de uma actividade remunerada (58%), existem duas situações que têm pesos significativos sendo elas a pensão/reforma (19,7%) e a cargo da família (16,2%) conforme se pode observar no gráfico II.2.

Gráfico II.2 – Meio de vida da população residente no concelho de Loures em 2001(%).



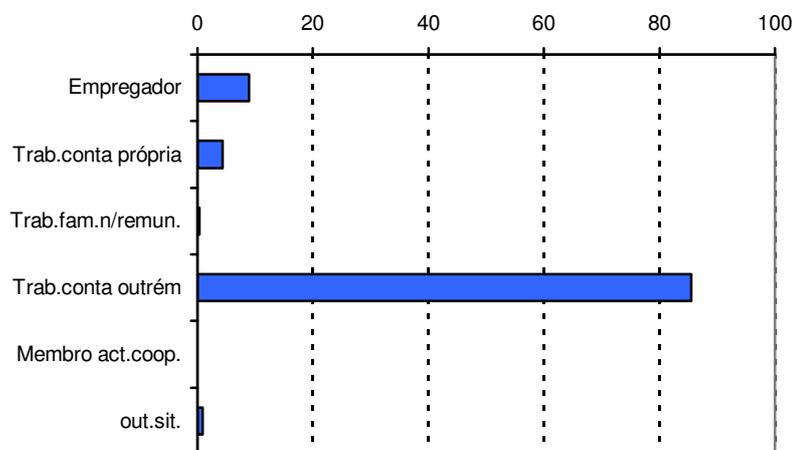
Fonte: INE, Recenseamento geral da população e habitação, 2001.

Das 33032 pessoas com pensão/reforma 96,1% estão inseridas nos grupos etários de idade superior a 50 anos, estando 32,4% entre os escalões etários dos 50 aos 64 anos. Na situação

de a cargo da família tem-se 27121 pessoas das quais 66% se integram nos escalões etários dos 15 aos 30 anos.

A observação do gráfico II.3 permite identificar que a maioria da população empregada é trabalhadora por conta de outrém (85,5% de um total de 98785 pessoas), 8,9% são empregadores (patrões) e 4,4% são trabalhadores por conta própria. As restantes situações não têm significado expressivo.

Gráfico II.3 – População empregada segundo a situação na profissão, no concelho de Loures (%).



Fonte: INE, Recenseamento geral da população e habitação, 2001

A distribuição da população pelos grupos socioprofissionais (Quadro II.5) permite constatar que 63,1% dos residentes se incluem dentro de dois grandes grupos: 40,1% são empregados administrativos, do comércio e serviços (dos quais 13,2% são não qualificados) e 23,7% são operários (dos quais 20,8% qualificados e semi-qualificados e 2,9% não qualificados).

Com valores mais baixos, mas ainda assim significativos, tem-se 8,6% dos residentes como quadros técnicos intermédios e 7,6% como quadros intelectuais e científicos. Os dirigentes e quadros dirigentes do estado e de empresas aparecem com 2,7%. Os pequenos patrões do comércio e serviços têm um peso de 3,9% enquanto os pequenos patrões da indústria 1,6%. Os trabalhadores industriais e artesanais independentes e os prestadores de serviços e comerciantes independentes representam 1,9% e 1,8%, respectivamente. As restantes situações têm um valor pouco significativo.

Quadro II.5 – População residente segundo o género, por grupo socioprofissional, no Concelho de Loures.

	População Total		Homens		Mulheres	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Emp.c/prof.int.,cient.e técnicas	283	0,3	171	0,2	112	0,1
Emp.indúst.com.e serviços	1256	1,2	678	0,6	578	0,5
Empresários sector primário	16	0,0	12	0,0	4	0,0
Peq.patrões c/prof.intel.e científicas	468	0,4	274	0,3	194	0,2
Peq.patrões c/prof.téc.n.intermédias	544	0,5	374	0,4	170	0,2
Peq.patrões da indústria	1700	1,6	1483	1,4	217	0,2
Peq.patrões comérc.e serviços	4192	3,9	2244	2,1	1948	1,8
Peq.patrões sector primário	89	0,1	53	0,0	36	0,0
Profis.intelect.e cient.independentes	217	0,2	113	0,1	104	0,1
Profis.téc.n.intermédios independentes	299	0,3	240	0,2	59	0,1
Trab.indust.e artesanais independentes	1979	1,9	1458	1,4	521	0,5
Prestad.serv.e comerciantes indep.	1892	1,8	825	0,8	1067	1,0
Trab.independentes sect.primário	259	0,2	148	0,1	111	0,1
Dir.e quad.dirig.est.e empresas	2843	2,7	1965	1,8	878	0,8
Dir.peq.empresas e organizações	446	0,4	258	0,2	188	0,2
Quadros intel.e científicos	8097	7,6	3359	3,2	4738	4,5
Quadros técnicos e intermédios	9151	8,6	5579	5,3	3572	3,4
Quadros administ.intermédios	1937	1,8	336	0,3	1601	1,5
Empreg.administ.com.e serviços	28568	26,9	10548	9,9	18020	17,0
Operários qualif.e semi-qualif.	22154	20,8	19652	18,5	2502	2,4
Assalariados sector primário	483	0,5	298	0,3	185	0,2
Trab.adm.,com.e serv.não qualificados	13980	13,2	3356	3,2	10624	10,0
Operários não qualificados	3111	2,9	1940	1,8	1171	1,1
Trab.não qualif.sector primário	1	0,0	1	0,0	0	0,0
Pessoal dorças armadas	714	0,7	674	0,6	40	0,0
Outras pessoas activas n.e.	1577	1,5	652	0,6	925	0,9
Total	106256	100,0	56691	53,4	49565	46,6

Fonte: INE, Recenseamento geral da população e habitação – 2001 (resultados definitivos - Internet)

Na distribuição dos grupos socioprofissionais as mulheres têm o maior peso entre os empregados administrativos, do comércio e serviços qualificados e não qualificados (27% contra 13,1% dos homens). Por sua vez os homens apresentam uma percentagem de 20,3% entre os operários qualificados e semiqualificados (18,5%) e não qualificados (1,8%) enquanto as mulheres não ultrapassam os 3,5% no total. Entre os quadros técnicos e intermédios são os homens que se distinguem (5,3% para 3,4% de mulheres). Já no que se refere aos quadros intelectuais e científicos são as mulheres que têm a primazia (4,5% para 3,2% de homens).

3.2. Desemprego

A análise do desemprego permite identificar aspectos relevantes do ponto de vista económico que contribuem para salientar as especificidades do tecido económico do concelho de Loures.

As profissões com maior incidência de desemprego no concelho de Loures são: empregados de escritório, trabalhadores não qualificados de serviço e comércio, pessoal dos serviços directos e particulares de protecção e segurança, manequins e vendedores.

A taxa média de desemprego no concelho de Loures (Quadro II.6) em 2001 era, de acordo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, de 2.34%, ou seja, o correspondente a um total de 7394 desempregados. Destes 7394 desempregados em 2001, 325 encontravam-se em situação de procura do primeiro emprego e os restantes à procura de um novo. Em 2002, de acordo com a mesma fonte, a taxa média de desemprego no concelho sofreu um ligeiro decréscimo, passando a situar-se nos 2.22%, os quais equivaliam a um total de 8241 desempregados. Apesar do número de desempregados ter aumentado a sua relação face ao número de desempregados no país era menor, facto que levou a que a taxa média de desemprego baixasse. Em 2002, o número de pessoas a procurar primeiro emprego era de 387 e os 7854 restantes procuraram novo emprego.

Quadro II.6 – Evolução do número de desempregados em 2001 e 2002.

	2001	2002	Varição 02/01
(1) Loures	7394	8241	11.46%
(2) RLVT	114551	134075	17.04%
(3) Nacional	316440	371400	17.37%
(1) / (2)	6.45%	6.15%	- 4.77%
(1) / (3)	2.34%	2.22%	- 5.04%

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional

Em Loures existiu, até 2001, uma taxa de desemprego de longa duração, um pouco acima da média do país (47% contra cerca de 40% a nível nacional e da R.L.V.T), taxa atenuada em 2002 no que respeita ao desemprego de mais de um ano (Quadro II.7)

Quadro II.7 – Duração de desemprego no concelho de Loures em 2001 e 2002.

	2001			2002			Var 02/01
	H	M	Total	H	M	Total	
< 3 meses	729	864	1593	1195	1058	2253	41,43%
>= 3 a < 6 meses	457	603	1060	658	760	1418	33,77%
>= 6 a < 12 meses	636	603	1239	741	808	1549	25,02%
>= 12 meses	1690	1812	3502	1479	1542	3021	-13,74%
Total	3512	3882	7394	4073	4168	8241	11,46%

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional

A distribuição do desemprego entre 2001 e 2002 foi bastante equilibrada entre homens e mulheres (Quadro II.8), revelando uma estrutura de população activa com características maioritariamente urbanas e qualificadas e que, por essa via possibilitou uma situação sócio-económica em que o acesso ao mercado de emprego não revelava diferenciação entre géneros.

Quadro II.8 – Repartição do desemprego no concelho de Loures entre 2001 e 2002, por género.

	2001	Peso (%)	2002	Peso (%)
Homens	3512	47,5	4073	49,42
Mulheres	3882	52,5	4168	50,58
Total	7394	100	8241	100

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional

A distribuição do desemprego em termos de grupos etários manteve-se relativamente constante entre 2001 e 2002, mas o aumento do desemprego registou-se sobretudo nos grupos etários com idades inferiores a 45 anos (Quadro II.9).

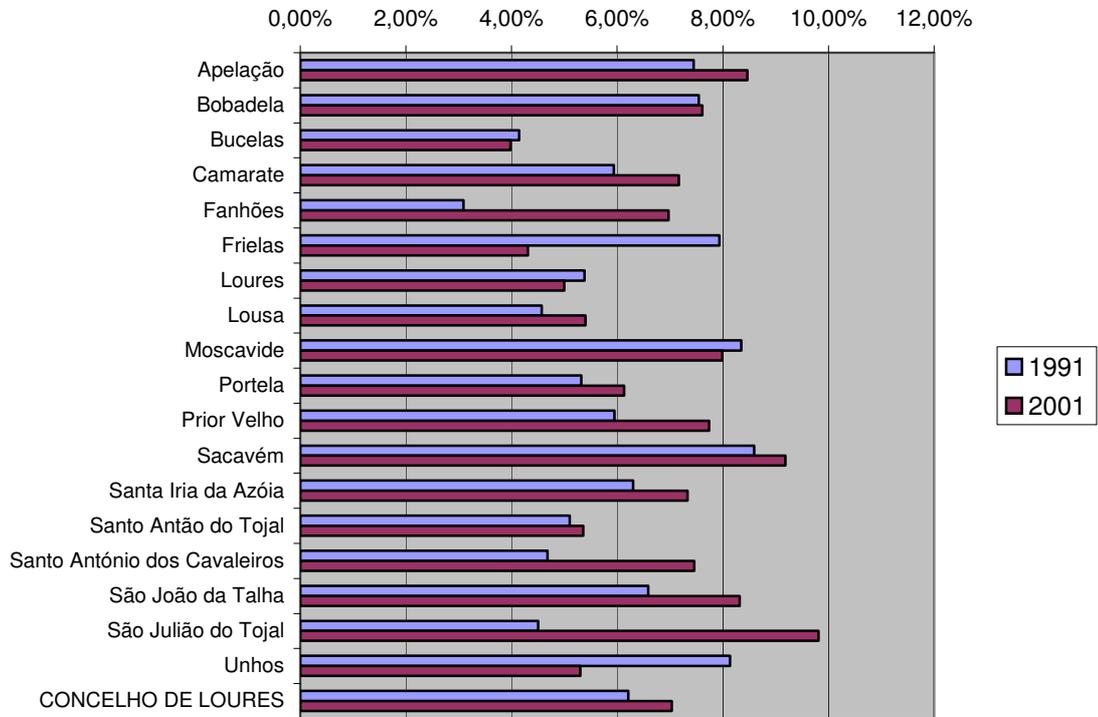
Quadro II.9 – Evolução do desemprego por grupos etários entre 2001 e 2002 no concelho de Loures.

Grupo Etário	2001			2002			Var 02/01
	H	M	Total	H	M	Total	
< 25 anos	389	541	930	561	609	1170	25,81%
25-44 anos	1133	1648	2781	1562	1808	3370	21,18%
45-54 anos	723	865	1588	777	875	1652	4,03%
>= 55 anos	1267	828	2095	1173	876	2049	-2,20%
Total	3512	3882	7394	4073	4168	8241	11,46%

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional

Ao nível das freguesias, a taxa de desemprego aumentou, de 1991 para 2001, em praticamente todas elas, com excepção de Bucelas, Frielas, Loures, Moscavide e Unhos (Gráfico II.4).

Gráfico II.4 - Taxa de desemprego por freguesia



Fonte: I.N.E., Censos 1991, 2001; DPPDM

4. Infra-Estruturas e Acessibilidades

Porque também as infra-estruturas e as acessibilidades num qualquer território condicionam significativamente a sua ocupação e organização, podendo inclusivé contribuir para a emergência de assimetrias no uso do solo, ou pelo contrário constituir uma mais valia, promovendo a homogeneidade e o equilíbrio sustentável desse território, é importante que neste capítulo se sintetizem as infra-estruturas e as acessibilidades do concelho de Loures.

Em relação às infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento, o município encontrava-se, em 2001, coberto em 95% no que se refere a abastecimento de água potável, 97,7% quanto à recolha de águas residuais e em relação ao seu tratamento, prevendo-se alcançar 90% após a construção das últimas ligações à ETAR de Frielas. A nível empresarial 58,1% das empresas estão ligadas a um sistema de tratamento de efluentes e 4,3% têm um sistema próprio para este mesmo fim.

A recolha dos resíduos sólidos urbanos existe na totalidade do concelho havendo ainda instalados 1 ecoponto por cada 460 habitantes.

O sistema de transportes apresenta algumas deficiências em termos da rede metropolitana, nomeadamente no que se refere aos transportes colectivos entre Loures e Lisboa e às ligações transversais do concelho, com escassas ligações entre a zona oriental e a zona ocidental.

No que se refere às infra-estruturas rodoviárias, Loures apresenta um excelente posicionamento em relação aos grandes eixos viários (CREL, CRIL, Eixo Norte-Sul; Aeroporto de Lisboa, A1 - Auto-Estrada Lisboa-Porto, A8 – Auto-Estrada Lisboa-Leiria, A10 – Auto-Estrada Bucelas-Carregado) tornando-se um concelho de fácil acesso em termos regionais e nacionais. Goza portanto de boa acessibilidade viária a Lisboa e às principais infra-estruturas de transportes (aeroportuária, ferroviária e portuária).

Registe-se contudo a diminuição da capacidade de resposta da rede viária intra-concelhia, particularmente junto às zonas de maior pressão urbanística. Com vista a melhorar a circulação no interior do concelho e também entre concelhos limítrofes existe já um Plano Director de Acessibilidades Municipal para a reformulação de toda a rede viária concelhia.

5 – Eixos Estratégicos de desenvolvimento sócio-económico

Um estudo recente, elaborado pela CODES, para a Câmara Municipal de Loures em 2003, aponta como eixos estratégicos a seguir pelo concelho:

1. A modernização da base económica existente através da reconversão/renovação do tecido industrial, de acções de mobilização da iniciativa pública e privada que abrangem as áreas da produção e comercialização, e de acções de reordenamento industrial em áreas críticas do município.
2. A atracção e o apoio a novos investimentos estruturantes com aposta na proximidade aos mercados e aos grandes pólos de consumo nacionais (as actividades a atrair são as da produção audiovisual, das indústrias gráficas e de informação e da produção cultural), e às grandes infra-estruturas de transporte internacional (as novas actividades a atrair são as da base logística que incluem as de aperfeiçoamento activo).

Fundamental nos dias de hoje, enquadrada no conceito de desenvolvimento sustentável, é a aposta nas indústrias ligadas ao ambiente, em particular no concelho de Loures (localizado numa extremidade da AML, em que se colocam problemas de reciclagem e valorização de resíduos), que podem constituir também, áreas de negócio no município.

3. A melhoria da qualidade dos recursos humanos e do emprego. Esta opção poderá passar pela criação de uma bacia própria de emprego, devendo a mesma munir-se de recursos humanos mais qualificados, de modo a reduzir os efeitos negativos, quer directos, quer indirectos, bem como situações de pobreza e exclusão social.

A melhoria dos recursos humanos passará pela oferta de cursos, medidas incentivadoras de formação profissional, apoio informativo e orientação profissional, nas escolas profissionais do concelho (IPTRANS e futura escola de hotelaria que aposta ainda no turismo).

Relativamente ao emprego, a dinamização deste deverá considerar também as populações de menor qualificação, através de um programa integrado de formação e emprego social, sobretudo na área dos serviços de: assistência a crianças, idosos, acamados, domésticos de limpeza, de jardinagem, de vigilância, de estafeta, distribuição e recolha, de reparação e manutenção mecânica.

4. Dotar o concelho de infra-estruturas económicas modernas através da construção de um parque empresarial e de uma infra-estrutura moderna de acolhimento e processamento de mercadorias.
5. O desenvolvimento e a diversificação do turismo do concelho que terá de passar inicialmente por um planeamento e promoção turística, entre outros aspectos. Têm sido dados passos neste sentido, dos quais se destacam a aposta no turismo de habitação, através da transformação de quintas em hotéis e casas rurais, sobretudo na zona norte do concelho. Além disso a construção do Hotel-Escola na quinta da Francelha traduz, através da qualificação dos recursos humanos, a aposta em novas vocações e aptidões no sector do turismo.
6. Completar as infra-estruturas de acessibilidade, mobilidade, água, electricidade e comunicação, garantindo a sua qualidade e equidade.

III CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DO CONCELHO DE LOURES

1. Dinâmica Populacional

1.1. Evolução Demográfica. Factores de Evolução

Pela análise global do concelho é possível concluir que Loures possui uma dinâmica muito própria, largamente influenciada pela sua localização geográfica na Grande Área Metropolitana de Lisboa, mais concretamente na área da Grande Lisboa. Sendo simultaneamente um concelho adjacente à capital assimila em primeira mão, as influências desta, nomeadamente as de cariz demográfico.

No início do século, Loures caracterizava-se por ser um concelho essencialmente rural, funcionando economicamente como o principal abastecedor de produtos frescos (hortofrutícolas) da capital. Constituía igualmente um espaço de veraneio da população de Lisboa, que aqui ocupava os seus tempos de lazer.

Com o desenvolvimento industrial, implantam-se algumas unidades fabris no concelho, sobretudo na zona oriental servida pelo caminho de ferro desenvolvido ao longo do eixo Moscavide, Sacavém e St.^a Iria de Azóia. A zona norte e oeste, por seu turno, mantém as características rurais e de veraneio.

Com as primeiras carreiras de camionagem de ligação a Lisboa, instaladas a partir de 1930, o processo de industrialização alarga-se dando origem ao desenvolvimento de núcleos populacionais na zona envolvente de Lisboa, nomeadamente Apelação e Camarate.

A década de 50 marca o início de um crescimento demográfico significativo, sendo acompanhada pelo aparecimento do fenómeno da construção ilegal sobretudo nas freguesias da Apelação, Camarate e Unhos.

Na década de 60, continua a registar-se uma alteração significativa no ritmo de crescimento da população do concelho (Quadro III.1). Nesta altura o número de habitantes do município duplicou face aos resultados populacionais obtidos na década de 50 (de 50440 habitantes em 1950 o concelho passou a albergar 102124 residentes em 1960). Esta forte explosão demográfica ocorreu principalmente à custa de elevados contingentes de população migrante proveniente de Lisboa de onde, devido à substituição da função residencial pelos serviços, ia sendo “obrigada” a dirigir-se para os concelhos limítrofes, do que Loures não era excepção. A expansão

urbana incidiu sobretudo nas freguesias envolventes à capital, processando-se preferencialmente ao longo dos eixos de penetração viários e ferroviário.

Tratava-se inicialmente de uma expansão de carácter residencial, que aos poucos foi sendo complementada com a instalação de pequenas unidades industriais dispersas, que por sua vez, induziram a novas ocupações residenciais.

Quadro III.1 - Evolução demográfica por freguesia (1900 e 1950-2001)

Freguesias	1900	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Apelação	334	573	923	1.515	2.604	3.419	6043
Bobadela (1)	---	---	---	---	---	9.041	8577
Bucelas	2.596	3.776	3.904	4.307	5.171	4.932	4810
Camarate	475	832	5.053	14.053	19.900	20.800	18821
Caneças (2) (16)	---	1.962	2.709	3.812	6.937	9.664	---
Famões (3) (16)	---	---	---	---	---	7.092	---
Fanhões	1.840	1.976	1.865	2.134	2.559	2.690	2698
Frielas	291	609	618	856	917	1.596	2676
Loures (4)	4.829	6.089	7.623	13.736	32.874	19.636	24237
Lousa	1.647	2.289	2.439	2.595	3.315	3.164	3419
Moscavide (5)	---	8.911	22.065	21.647	24.390	14.497	12184
Odivelas (6) (16)	1.746	6.772	27.423	51.037	84.624	53.531	---
Olival de Basto (7) (16)	---	---	---	---	---	7.346	---
Pontinha (8) (16)	---	---	---	---	---	26.252	---
Portela (9)	---	---	---	---	---	16.879	15441
Póvoa St.º Adrião (10) (16)	427	1.518	4.966	9.367	19.386	14.463	---
Prior Velho (11)	---	---	---	---	---	4.378	6683
Ramada (12) (16)	---	---	---	---	---	11.667	---
Sacavém (13)	2.101	6.488	10.624	19.087	27.945	16.231	17659
St.ª Iria Azóia	1.497	1.889	2.662	6.334	13.385	15.645	17571
St.º Antão do Tojal	1.354	1.625	1.796	2.491	3.614	4.236	4192
St.º António Cavaleiros(14)	---	---	---	---	---	26.267	21947
S.º João Talha (15)	496	1.791	3.858	7.229	18.273	15.511	17970
S.º Julião do Tojal	1.424	1.640	1.782	1.769	2.329	3.403	3600
Unhos	397	700	1.814	4.198	8.244	9.818	10531
Total do Concelho	21.454	50.440	102.124	166.167	276.467	322.158	199059

Fonte: PDM de Loures e Censos 2001 (INE)

Legenda do Quadro III.1:

- (1) Freguesia criada em 1989.
- (2) Freguesia criada em 1915 e desanexada em 1999.
- (3) Freguesia criada em 1989 e desanexada em 1999.
- (4) Com a formação da freguesia de St.º António dos Cavaleiros (em 1989), a área da freguesia de Loures foi reduzida em cerca de 12%, daí também a diminuição do número de habitantes no período de 81-91.
- (5) Com a formação da freguesia da Portela (em 1985), a área da freguesia de Moscavide foi reduzida em cerca de 20%, daí também a diminuição do número de habitantes no período de 81-91.
- (6) Com a desanexação da freguesia da Pontinha (em 1984) e das freguesias de Famões e Ramada (em 1989), a freguesia de Odivelas ficou com uma área significativamente menor, por isso a diminuição do número de habitantes no período de 81-91 Odivelas foi desanexada em 1999.
- (7) Freguesia criada em 1989 e desanexada em 1999.
- (8) Freguesia criada em 1984 e desanexada em 1999.
- (9) Freguesia criada em 1985.
- (10) Com a criação da freguesia de Olival Basto (em 1989), a freguesia de Póvoa de St.º Adrião ficou com a sua área reduzida a metade, o que justifica a diminuição do número de habitantes entre 1981 e 1991. Esta freguesia foi desanexada em 1999.
- (11) Freguesia criada em 1989.
- (12) Freguesia criada em 1989 e desanexada em 1999.
- (13) Com a formação da freguesia da Portela (em 1985) e a do Prior Velho (em 1989), Sacavém ficou com metade da sua área inicial, por isso a redução do número de habitantes entre 81-91.
- (14) Freguesia criada em 1989.
- (15) Desta freguesia foi desanexada, em 1989, a freguesia da Bobadela.
- (16) Com criação do concelho de Odivelas, estas freguesias foram desanexadas do concelho de Loures.

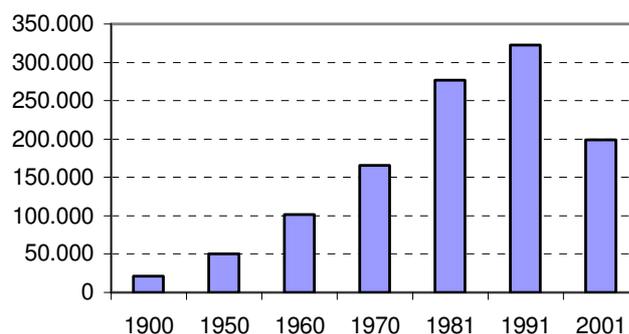
A partir de 1970, assiste-se à progressiva terciarização do município e, com o aumento da função residencial, à dependência em termos de emprego dos residentes do concelho de Loures face à capital. As migrações pendulares em direcção a Lisboa tornam-se progressivamente mais importantes e visíveis e os maiores fluxos populacionais dão-se nos eixos de comunicação de Loures, Apelação, Unhos e em toda a faixa oriental junto ao Tejo, desde St.^a Iria de Azóia a Sacavém.

O crescimento de construções clandestinas (consequência do êxodo rural iniciado na década de 50), torna-se mais expressivo na década de 70 sobretudo após o 25 de Abril de 1974, com o retorno da população das ex-colónias, com influências ainda hoje evidentes.

Na década de 80, o número de habitantes do concelho de Loures continua a aumentar, passando a registar, de acordo com os Censos populacionais de 1981, 276467 residentes.

Os dados estatísticos de 1991 registavam o concelho de Loures como o segundo concelho do País em número de habitantes (322158). Porém, a 14 de Dezembro de 1998, com a criação do concelho de Odivelas, o município de Loures deixou de integrar um conjunto de freguesias que passaram a pertencer aquele concelho. O gráfico III.1 demonstra a evolução demográfica do concelho de Loures e nele é possível observar a quebra no número de habitantes entre 1991 e 2001, resultado da referida desanexação de algumas freguesias pela criação do concelho de Odivelas.

Gráfico III.1 - Evolução demográfica do concelho de Loures em 1900 e no período 1950-2001.



Fonte: PDM de Loures e Censos 1991 e 2001 (INE).

Em 1991 Loures representava 12.8% da população residente na área geográfica de Lisboa (Grande Lisboa e Península de Setúbal) e 17.1% na da Grande Lisboa. Em 2001, a população dos dois concelhos – Loures com 199059 e Odivelas com 133847 residentes - equivalia a 12.5% da população residente na área geográfica de Lisboa (7.5% de Loures e 5% de Odivelas), mantendo o mesmo peso que apresentava em relação à área da Grande Lisboa em 1991 (17.1%), distribuindo-se 10.2% por Loures e 6.9% por Odivelas.

1.2. Crescimento Populacional

O concelho de Loures teve, entre 1991 e 2001 e na sua configuração actual, uma variação populacional positiva de 3,6% (exactamente coincidente com a variação ocorrida na Grande Lisboa – Quadro III.2), que resulta basicamente do seu saldo natural, atendendo à ausência da capacidade atractiva do concelho, como será abordado no ponto seguinte.

Quadro III.2 – Variação populacional entre 1991 e 2001.

	População residente					
	1991		2001		Variação 1991-2001	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Loures	192143	10,2	199059	10,2	6916	3,6
Grande Lisboa	1880215	100,0	1947261	100,0	67046	3,6

Fonte: INE, Censos da População e Habitação 1991 e 2001.

Analisando a evolução da taxa de crescimento populacional a partir de 1950, apenas com as freguesias que actualmente constituem o concelho de Loures (Quadro III.3), verifica-se que tem havido um aumento gradual do número de habitantes e que foi na década de 70 que esse crescimento foi mais explícito (67 026 habitantes em 1960 para 101 951 em 1970).

A taxa de crescimento populacional sofreu uma variação desde a década de 50 até à de 80 em torno dos 60% e, só a partir desta data se verificou uma forte redução na taxa de crescimento (4.8% entre 81/91 e 3.6% entre 91/01).

Quadro III.3 – Taxas de crescimento da população residente por freguesias no período 1950-2001.

Freguesias	1950	1960	50-60 (%)	1970	60-70 (%)	1981	70-81 (%)	1991	81-91 (%)	50-91 (%)	2001	91-01 (%)	50-01 %
Bucelas	3.776	3.904	3,4	4.307	10,3	5.171	20,1	4.932	-4,6	30,6	4810	-2,5	27,3
Fanhões	1.976	1.865	-5,6	2.134	14,4	2.559	19,9	2.690	5,1	36,1	2698	0,3	36,5
Lousa	2.289	2.439	6,6	2.595	6,4	3.315	27,7	3.164	-4,6	38,2	3419	8,1	49,3
S.º Julião do Tojal	1.640	1.782	8,7	1.769	-0,7	2.329	31,7	3.403	46,1	107,5	3600	5,8	119,5
St.º Antão do Tojal	1.625	1.796	10,5	2.491	38,7	3.614	45,1	4.236	17,2	160,7	4192	-1	158
Moscavide	8.911	22.065	147,6	21.647	-1,9	24.390	12,7	14.497	-40,6	252,1	12184	-16	210
Portela (11)	---	---	---	---	---	---	---	16.879	---	---	15441	-8,5	---
Prior Velho (3)	---	---	---	---	---	---	---	4.378	---	---	6683	52,6	275,2
Sacavém	6.488	10.624	63,7	19.087	79,7	27.945	46,4	16.231	-26,3	217,6	17659	8,8	---
Frielas	609	618	1,5	856	38,5	917	7,1	1.596	74,0	162,1	2676	67,7	339
St.º Ant. Cavaleiros (10)	---	---	---	---	---	---	---	26.267	39,6	---	21947	-16,4	658,5
Loures	6.089	7.623	25,2	13.736	80,2	32.874	139,3	19.636	---	653,9	24237	23,4	---
St.ª Iria Azóia	1.889	2.662	40,9	6.334	137,9	13.385	111,3	15.645	16,9	728,2	17571	12,3	830,2
Camarate	1.832	5.053	175,8	14.053	178,1	19.900	41,6	20.800	4,5	1.035,4	18821	-9,5	927,3
Apelação	573	923	61,1	1.515	64,1	2.604	71,9	3.419	31,3	496,7	6043	76,7	954,6
Bobadela (2)	---	---	---	---	---	---	---	9.041	---	---	8577	-5,1	---
S.º João da Talha	1.791	3.858	115,4	7.229	87,4	18.273	152,8	15.511	34,4	1.270,8	17970	15,9	1382,2
Unhos	700	1.814	159,1	4.198	131,4	8.244	96,4	9.818	19,1	1.302,6	10531	7,3	1404,4
Concelho	40.188	67.026	58,1	101.951	61,8	165.520	58,9	192.143	4,8	378,5	199059	3,6	395,3

Fonte: P.D. M. de Loures e Censos de 1991 (INE).

Legenda do Quadro III.3: (2) Criada em 1989. Pertencia a São João da Talha. (3) Criada em 1989. Pertencia a Sacavém. (10) Criada em 1989. (11) Criada em 1985. Pertencia a Moscavide e Sacavém.

A análise da taxa de crescimento entre 1950 e 2001 permite individualizar zonas homogéneas em termos da sua dinâmica demográfica (ver Quadro III.3). Assim, é possível individualizar os seguintes grupos:

1º Grupo: Engloba as freguesias de Bucelas, Fanhões e Lousa. Estas freguesias apresentam ao longo do período em estudo um crescimento populacional pouco significativo face ao universo considerado e inferior à média do concelho (395.3%).

2º Grupo: É composto pelas freguesias de São Julião do Tojal, Santo Antão do Tojal, Moscavide, Portela, Prior Velho, Sacavém e Frielas. As taxas de crescimento da população destas freguesias oscilam entre 119.5% (São Julião do Tojal) e 339% (Frielas), mas mantêm-se inferiores à média do concelho.

3º Grupo: Com taxas bastante superiores à média do concelho, encontram-se as freguesias de Santo António dos Cavaleiros, Loures, Santa Iria de Azóia, Camarate, Apelação, Bobadela, São João da Talha e Unhos. A maior taxa de crescimento regista-se em Unhos (1404.4%) e a menor deste grupo, em Santo António dos Cavaleiros (658.5%).

1.2.1 - Distribuição da população residente nas freguesias segundo as décadas

A divisão em três grandes grupos segundo as taxas de crescimento da população nas várias freguesias (Quadro III.3), esconde diferentes realidades, razão pela qual se considera relevante uma análise comparativa por décadas, desde 1950 até 2001:

- Entre 1950 e 1960 ocorre um surto expansionista em toda a coroa envolvente da cidade de Lisboa: Camarate, Moscavide, Unhos e São João da Talha/Bobadela ultrapassam os 100% da taxa de crescimento da população, alcançando o valor de 175.8% em Camarate.
- Entre 1960 e 1970, o ritmo de crescimento abranda nas freguesias atrás mencionadas com excepção de Camarate que sobe ligeiramente (178.1%). Também St.^a Iria de Azóia e Loures, apresentam uma taxa de crescimento elevada (respectivamente, 137.9% e 80.2%) devida, em grande parte, aos eixos de penetração e/ou atravessamento. Moscavide, pelo contrário, constitui uma grande excepção já que a taxa de crescimento passa de 147.6% em 50/60, para -1.9% em 60/70. De um aumento explosivo na década anterior passa-se, em 10 anos, para uma situação de perda de população, facto este justificado, em parte, por se tratar de uma freguesia com uma área diminuta, saturada de tal forma que se torna repulsiva.
- Entre 1970 e 1981 todas as freguesias apresentam um aumento nas taxas de crescimento, sendo este mais significativo nos eixos de desenvolvimento envolventes à capital. As freguesias de Bobadela/S.^o João da Talha (152.8%) e Loures/St.^o António dos Cavaleiros (139.3%) são as que apresentam maiores acréscimos. Moscavide volta a ganhar população registando um aumento na ordem dos 13% devido ao aparecimento de empreendimentos habitacionais de grande envergadura no lugar da Portela.
- Entre 1981 e 1991 todas as freguesias do concelho apresentam uma diminuição nas taxas de crescimento populacional, à excepção de Frielas e S.^o Julião do Tojal que registam respectivamente um aumento de 74% e 46,1%. Frielas mantém-se como a freguesia que menos população possui no total do concelho (1596 habitantes em 1991). As freguesias de Moscavide e Sacavém/Prior Velho apresentam as maiores taxas negativas em virtude de parte da sua população se ter deslocado para a Portela, freguesia recém criada (em 1985), que regista, relativamente ao seu lugar em 1981, um aumento populacional de 151%.

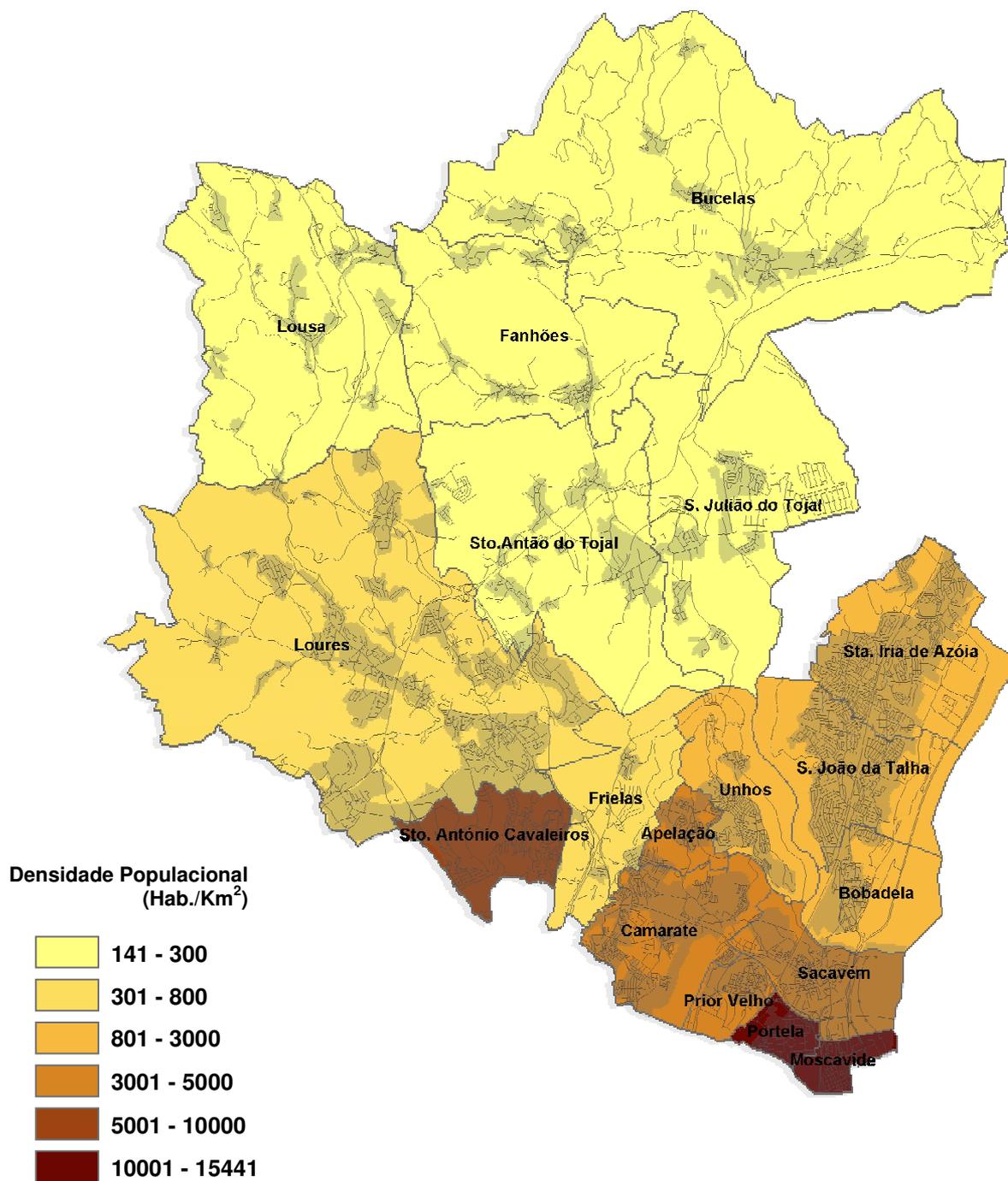
- Entre 1991 e 2001, a população do concelho cresceu cerca de 3.6%, revelando que ao contrário das décadas anteriores, o concelho deixou de atrair populações migrantes. Ainda com crescimento populacional um pouco acima da média, registam-se as freguesias de São Julião do Tojal (5,8%), Lousa (8,1%), Prior Velho (52,6%), Sacavém (8,8%), Frielas (67,7%), Loures (23,4%), Santa Iria de Azóia (12,3%), Apelação (76,7%), São João da Talha (15,9%) e Unhos (7,3%).

1.3. Densidade Populacional

De acordo com o “*Projecto de Plano – Análise Demográfica e Social*” que integra a revisão do PDM, os 199059 habitantes do concelho de Loures estão distribuídos por uma área de 167.8 km², de que resulta uma densidade populacional de 1186 habitantes por km². Um dos elementos que acentua a heterogeneidade do concelho passa pelos contrastes de densidade populacional entre as freguesias a norte do concelho, de génese rural, e as freguesias orientais. A figura III.1 sintetiza a diferença deste parâmetro entre as 18 freguesias do concelho:

- uma muito baixa densidade (141 a 300 habitantes por km²) nas freguesias situadas mais a norte do concelho – Bucelas, Lousa, Fanhões, Santo Antão do Tojal e São Julião do Tojal;
- uma densidade baixa (301 a 800 habitantes por km²) nas freguesias de Loures e Frielas;
- uma densidade média (801 a 3000 habitantes por km²) nas freguesias situadas na zona oriental do concelho – Sta. Iria de Azóia, S. João da Talha, Bobadela e Unhos ;
- uma densidade média alta (3001 a 5000 habitantes por km²) nas freguesias de Sacavém, Prior Velho, Camarate e Apelação;
- uma densidade alta (5001 a 10 000 habitantes por km²) em Santo António dos Cavaleiros;
- uma densidade elevada (10001 a 15441 habitantes por km²) nas freguesias de Moscade e Portela.

Figura III. 1 – Densidade populacional por freguesia no concelho de Loures em 2001.



Fonte: Câmara Municipal de Loures, DPPDM, Revisão do PDM, 2005.

Embora não se possa fazer uma correlação directa entre a densidade populacional e a estrutura etária da população das freguesias, constata-se que nas de muito baixa densidade populacional, se encontra uma população envelhecida ou em vias disso.

1.4. Evolução da População no Concelho com Base no Estimado pelo PDM

A previsão de evolução populacional determinada no Programa Base do PDM para o período 2005-2020 seguiu, com a adaptação respectiva para o concelho de Loures, as projecções do Instituto Nacional de Estatística. Deste modo considerou-se o peso que a população de Loures tem em relação ao país e procedeu-se à distribuição desse peso (proporção), ano a ano, tendo como ponto de partida a população residente no concelho em função da estrutura do Censo 2001. No Quadro III.4, apresentam-se as projecções demográficas para 2005, 2010, 2015 e 2020, para o município de Loures.

Quadro III.4 – População Residente em 1991 e 2001. Projecções para o período 2005-2020.

	Residentes		Projecção			
	1991	2001	2005	2010	2015	2020
Concelho Loures	192143	199059	204805	205471	204199	201895

Fonte: INE – Censos 1991 e 2001. Município de Loures, DPPDM.

Contudo, a distribuição desta população prevista funciona como valor indicativo, uma vez que o acréscimo ou decréscimo populacional nas freguesias depende da dinâmica populacional que se vier a concretizar em cada uma. Ou seja, deverá ter-se em consideração, que a população estimada pelo PDM, poderá ser acrescida de outra assumida em “Folgas de Operação” (compromissos, planos, alvarás, pretensões, etc).

O quadro III.5 é uma síntese da população estimada para 2015, e teve como base as “folgas de operação”, bem como a população prevista pelo PDM para esse ano.

Quadro III.5 – População total estimada para o concelho de Loures em 2015.

	Residente		Estimada 2015		
	1991	2001	PDM	Folgas	TOTAL
Concelho Loures	192143	199059	204199	38557	242756

Fonte: INE – Censos 1991, 2001; Câmara Municipal de Loures, DPPDM.

2. Crescimento Natural e Efectivo

A evolução populacional do concelho nos últimos 40 anos assentou num crescimento natural favorável e, sobretudo, nas migrações muito fortes nas décadas de 60 e 70.

Após a década de 70 registaram-se alterações, tanto ao nível das migrações como do saldo demográfico natural, o qual, com a redução simultânea da natalidade e mortalidade assegurou um crescimento natural positivo de cerca de 0.45% ao ano.

De um modo geral, a taxa de natalidade sofreu uma redução progressiva e actualmente regista valores de cerca de 12‰ no concelho, ou seja, cerca de 2300 a 2400 nascimentos por ano. A taxa de mortalidade foi sofrendo uma lenta e progressiva redução e actualmente traduz-se num total anual para o concelho de 1500 óbitos (7.5 ‰).

Actualmente, em termos de migrações, o concelho de Loures é um território que se traduz pela quase nula migração líquida, apesar de em décadas antecedentes se ter comportado como um chamariz relativamente a outros concelhos da GAM.

Analisando o crescimento natural da população e o saldo migratório (Quadro III.6) é possível concluir que, durante as décadas em estudo, o saldo migratório é sempre superior ao crescimento natural, excepto na década 91-01, cujo saldo é francamente negativo (-72,3%), o que poderá indiciar a pouca atractividade que o concelho passou a constituir na panorâmica actual.

Quadro III. 6 – Crescimento natural, saldo migratório e crescimento efectivo entre 1950 e 2001 no concelho de Loures.

Anos	Crescimento natural		Saldo migratório		Crescimento efectivo	
	Número	%	Número	%	Número	%
1951-1960	3.178	6,10	48.506	93,90	51.684	100,00
1961-1970	23.407	36,50	40.636	63,50	64.043	100,00
1971-1980	34.156	31,00	76.144	69,00	110.300	100,00
1981-1991	22.165	45,40	26.685	56,60	48.850	100,00
1991-2001	11915	172,3	-4999	-72,3	6916	100,00
1951-2001	94821	33,6	186972	66,4	281793	100,00

Fonte: Censos de 1950 a 2001 (INE).

Legenda do Quadro III.6:

Crescimento Natural= (Nascimentos - Óbitos)

Saldo Migratório= (Entradas - Saídas)

Crescimento Efectivo= (Crescimento Natural + Saldo Migratório)

3. Caracterização da População Residente

A análise à população residente foi retirada, com as respectivas adaptações no âmbito da carta educativa, do documento “*Projecto de Plano – Análise Demográfica e Social*”, que integra a revisão do PDM de Loures, assim como os quadros e gráficos que aqui se apresentam.

3.1. A Estrutura Populacional em 2001

Na população por grupos etários funcionais o grupo dos 0 aos 14 anos apresenta um valor percentual de 15,8, o dos 15 aos 64 anos refere 71,9 e o dos 65 e mais anos de 12,3. O índice de envelhecimento¹ do concelho, que representa o peso de idosos por cada 100 jovens, é de 77,4. A relação de dependência de jovens² que representa o número de jovens por cada 100 activos é de 22,1 e a relação de dependência de idosos,³ que representa o número de pessoas de idade igual ou superior a 65 anos por cada 100 activos, é de 17,2. A relação de dependência total⁴ que representa o somatório das anteriores é de 39,3.

Analizados alguns indicadores demográficos como sejam as taxas de natalidade e mortalidade entre 1991 e 2000 (gráfico III.2) verifica-se existir na última década uma quase estagnação nas taxas referidas (11,2‰ e 7,2‰, respectivamente), o que se por um lado vem contribuir para o reforço e acompanhamento do processo de envelhecimento populacional que se verifica em todo o país, por outro, ainda não existe na generalidade do concelho de Loures em 2001, índices de estrutura etária que o façam considerar como envelhecido.

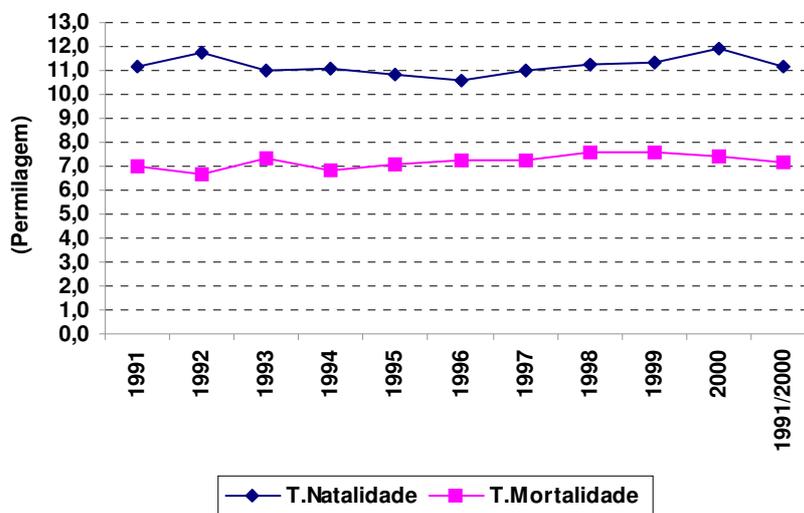
¹ Índice de envelhecimento (Pop. 65 e + anos/Pop. 0-14)*100

² Relação de dependência de jovens (R.D.J.) = (Pop. 0-14 anos/Pop.15-64)*100

³ Relação de dependência de idosos (R.D.I.) = (Pop. 65 e + anos/Pop. 15-64)*100

⁴ Relação de dependência total (R.D.T.) = RDJ + RDI

Gráfico III.2 - Concelho de Loures. Taxas de natalidade e mortalidade (1991/2000).



Fonte: Câmara Municipal de Loures, DPPDM, Revisão do PDM, 2005.

Comparando estes valores com os da Grande Lisboa verifica-se que, durante esta década, o concelho de Loures apresentou taxas de natalidade idênticas às da Grande Lisboa, (quadro III.7).

Quadro III.7 - Taxas de Natalidade 1991-2000.

	Taxa de Natalidade (%)										1991/ /2000
	2000	1999	1998	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	
Loures	11,92	11,37	11,29	11,03	10,57	10,81	11,06	11,04	11,73	11,2	11,20
Grande Lisboa	12,53	12,00	11,67	11,27	11,10	10,73	10,98	11,42	11,32	11,26	11,43

Fonte: Câmara Municipal de Loures, DPPDM, Revisão do PDM, 2005.

Relativamente à taxa de mortalidade (Quadro III.8) e durante todo o período analisado, Loures apresenta valores sempre inferiores aos da Grande Lisboa, o que poderia evidenciar um elevado crescimento entra a população mais idosa e algum estrangulamento nas classes etárias mais jovens.

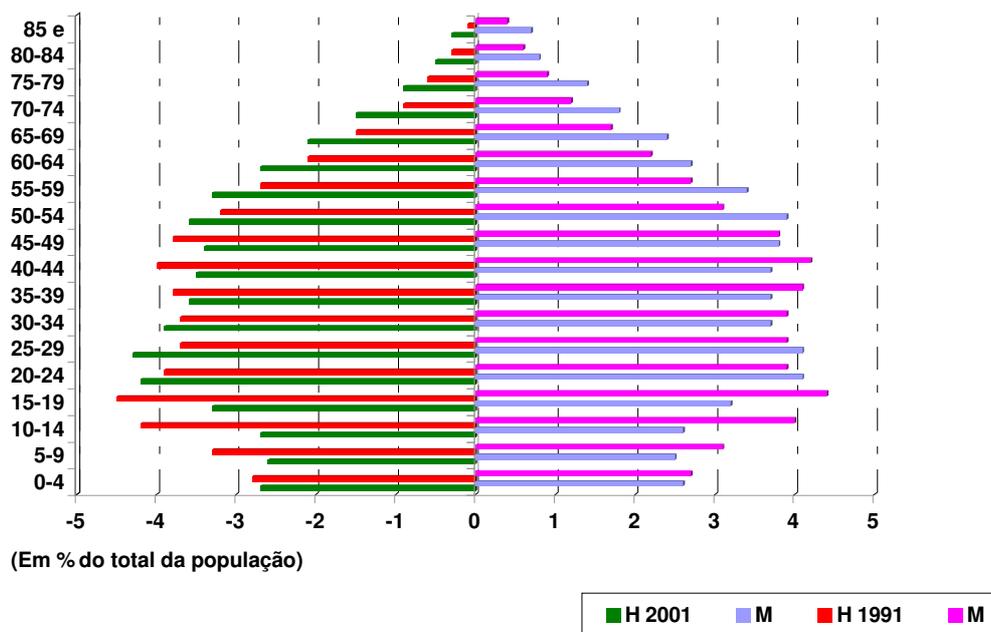
Quadro III.8 - Taxas de Mortalidade 1991-2000.

	Taxa de mortalidade (%)										1991/ /2000
	2000	1999	1998	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	
Loures	7,45	7,62	7,62	7,21	7,26	7,09	6,81	7,36	6,63	6,96	7,20
Grande Lisboa	9,07	9,40	9,20	9,02	9,14	8,80	8,71	8,95	8,37	8,52	8,92

Fonte: Câmara Municipal de Loures, DPPDM, Revisão do PDM, 2005.

No entanto, a análise das pirâmides etárias de 1991 e de 2001 (gráfico III.3 e quadro III.9) não nos permite fundamentar essas conclusões.

Gráfico III.3 - Concelho de Loures. Pirâmides etárias 1991-2001



Fonte: Câmara Municipal de Loures, DPPDM, Revisão do PDM, 2005.

Quadro III.9 – População residente, por grupo etário e género.

	1991					2001				
	Homens	%	Mulheres	%	Total	Homens	%	Mulheres	%	Total
0-4	5312	2,8	5116	2,7	10428	5328	2,7	5188	2,6	10516
5-9	6380	3,3	6027	3,1	12407	5254	2,6	5054	2,5	10308
10-14	8044	4,2	7781	4,0	15825	5423	2,7	5263	2,6	10686
15-19	8657	4,5	8393	4,4	17050	6610	3,3	6343	3,2	12953
20-24	7495	3,9	7462	3,9	14957	8305	4,2	8134	4,1	16439
25-29	7116	3,7	7510	3,9	14626	8508	4,3	8250	4,1	16758
30-34	7170	3,7	7578	3,9	14748	7671	3,9	7283	3,7	14954
35-39	7215	3,8	7862	4,1	15077	7082	3,6	7286	3,7	14368
40-44	7641	4,0	8153	4,2	15794	6879	3,5	7385	3,7	14264
45-49	7257	3,8	7269	3,8	14526	6788	3,4	7525	3,8	14313
50-54	6151	3,2	5931	3,1	12082	7183	3,6	7758	3,9	14941
55-59	5148	2,7	5231	2,7	10379	6565	3,3	6827	3,4	13392
60-64	4034	2,1	4225	2,2	8259	5320	2,7	5453	2,7	10773
65-69	2908	1,5	3354	1,7	6262	4237	2,1	4793	2,4	9030
70-74	1779	0,9	2374	1,2	4153	2901	1,5	3585	1,8	6486
75-79	1120	0,6	1817	0,9	2937	1805	0,9	2703	1,4	4508
80-84	566	0,3	1131	0,6	1697	899	0,5	1631	0,8	2530
85 e +	259	0,1	677	0,4	936	527	0,3	1313	0,7	1840
Total	94252	49,1	97891	50,9	192143	97285	48,9	101774	51,1	199059

Fonte: Câmara Municipal de Loures, DPPDM, Revisão do PDM, 2005.

Se bem que o topo da pirâmide etária (65 e mais anos) apresente valores percentuais significativos associados a um aumento da esperança de vida, com maior valor nas mulheres principalmente a partir dos 70 anos, o problema mais grave que se observa é ao nível da sua base que vem confirmar a existência de um menor nível de fecundidade.

Por outro lado, é perceptível avaliar o saldo migratório negativo na última década associado aos diversos escalões etários que revelam, nos escalões dos 20 aos 29 anos um valor idêntico ao que se verificava nos últimos dez anos nos escalões dos 10 aos 19 anos e, nos restantes escalões, valores sempre inferiores aos verificados na última década. De assinalar ainda como preocupante o facto dos escalões etários dos 30 aos 49 anos apresentarem estrangulamentos sendo estes mais acentuados nas mulheres.

Ou seja, no concelho, o envelhecimento populacional não é muito visível, contrariando o que seria de esperar, devendo-se tal ao facto de ter existido uma forte emigração populacional dentro de todos os grupos etários.

3.2. A Escolaridade da População Residente em 2001

Surge a necessidade de num primeiro momento proceder à definição de alguns conceitos, nomeadamente o de **nível de instrução** e o de **qualificação académica**. O primeiro define-se como o “*grau de ensino mais elevado atingido pelo recenseado, completo ou incompleto*” e o INE acrescenta ainda a esta situação a de “*a frequentar*”. A **qualificação académica** é o “*grau de instrução completo mais elevado atingido no momento censitário*”.

Outra situação que se deve esclarecer é o que se entende por ensino básico. Quando se define que tem como escolaridade o ensino básico está-se a afirmar que possui nove anos de escolaridade (a escolaridade mínima obrigatória para os que ingressaram, em 1987-1988, no 1º ano do ensino básico, conforme a Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei 46/86). O ensino básico é composto por três ciclos – 1º, 2º e 3º ciclos – correspondendo o primeiro aos quatro anos de escolaridade (antiga 4ª classe), o segundo aos 5º e 6º anos (antigo ciclo preparatório e anterior escolaridade obrigatória) e o terceiro aos 7º, 8º e 9º anos.

O ensino secundário (ainda não obrigatório) é formado por três anos de escolaridade (10º, 11º e 12º anos) conforme Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro.

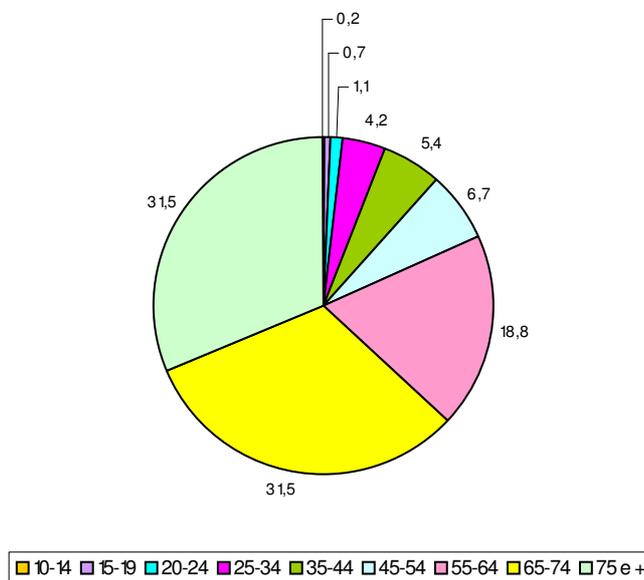
3.2.1 - A escolaridade no concelho de Loures

3.2.1.1 - O nível de instrução

Não obstante o concelho de Loures se apresentar com uma população considerada jovem o certo é que mantém, ainda, um elevado número de pessoas (10 636) sem qualquer nível de ensino a que corresponde uma taxa de analfabetismo⁵ de 6%.

Como se pode observar no gráfico III.5 é, naturalmente, entre a população mais envelhecida, grupos etários dos 65 aos 74 e 75 e mais anos, que se observa a maior percentagem (31,5% para cada) de pessoas sem qualquer nível de ensino, seguindo-se o grupo dos 55 aos 64 anos com 18,8%. No entanto, se bem que com percentagens bem diferenciadas, esta situação também se verifica entre os grupos etários jovens. Assim, do total de residentes sem nível de ensino, 0,2% e 0,7% estão inseridos nos escalões etários dos 10 aos 14 anos e dos 15 aos 19 anos; 1,1% e 4,2% estão nos escalões dos 20 aos 24 e dos 25 aos 34 anos; 5,4% e 6,7% pertencem aos grupos dos 35 aos 44 e dos 45 aos 54 anos.

Gráfico III.4 - Concelho de Loures. Distribuição da População (%) com 10 e mais anos sem nível de ensino segundo os grupos etários (N=10636).



Fonte: INE, Recenseamento geral da população e habitação 2001 (resultados definitivos)

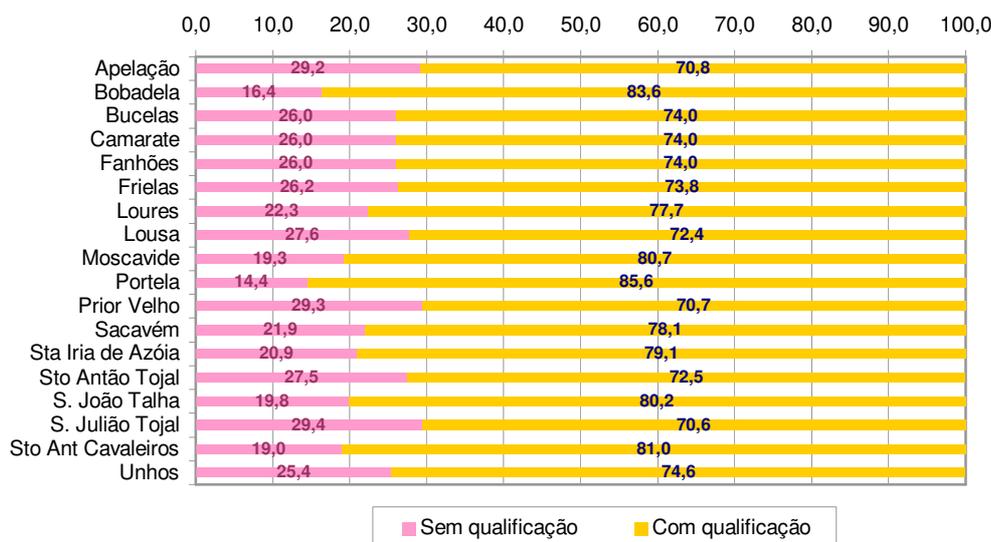
⁵ Taxa de analfabetismo = população com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever/total da população com 10 ou mais anos*100. O INE, em quadros anteriores sobre nível de instrução referente à Grande Lisboa, refere para o concelho de Loures um número ligeiramente inferior de pessoas analfabetas (10484) correspondendo a uma taxa de analfabetismo de 5,9%.

3.2.1.2 - A qualificação académica nas freguesias do concelho de Loures

Como já foi referido aquando da análise da estrutura etária da população residente, as freguesias do concelho apresentam realidades bem distintas. Em termos de qualificação académica se bem que se consigam identificar algumas diferenças elas não são tão distintas quanto as primeiras.

No gráfico III.5 é possível verificar, em relação a cada uma das freguesias, a percentagem de residentes com e sem qualificação académica, permitindo visualizar as freguesias que apresentam maior e menor percentagem de residentes sem qualificação académica.

Gráfico III.5 - Concelho de Loures. Residentes nas freguesias (N=199059) em função da qualificação académica (%)



Fonte: INE, Recenseamento geral da população e habitação 2001 (resultados definitivos)

São Julião do Tojal, Prior Velho e Apelação são as freguesias em que a percentagem dos sem qualificação está mais próxima dos 30%. Com valores percentuais inferiores a 20% referem-se Portela e Bobadela (14,4% e 16,4%), Sto António dos Cavaleiros, Moscavide e São João da Talha com valores percentuais na ordem dos 19%. As restantes freguesias apresentam valores que se situam entre os 20 e os 28%.

O quadro III.10, e em função da população que possui qualificação académica, sintetiza o grau de ensino atingido nas 18 freguesias do município.

Quadro III.10 - Concelho de Loures. População residente nas freguesias em função do nível académico atingido. N= 199 059 e N=155 311. (Valor e %)

Freguesias	Residentes		Com qualificação segundo o nível atingido											
	Total		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Secundário		Medio		Superior	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Apelação	6043	3,0	1708	39,9	950	22,2	924	21,6	549	12,8	15	0,4	134	3,1
Bobadela	8577	4,3	2403	33,5	926	12,9	1658	23,1	1521	21,2	81	1,1	582	8,1
Bucelas	4810	2,4	1596	44,9	644	18,1	643	18,1	465	13,1	14	0,4	196	5,5
Camarate	18821	9,5	6017	43,2	2225	16,0	3227	23,2	1995	14,3	41	0,3	428	3,1
Fanhões	2698	1,4	864	43,3	365	18,3	418	20,9	252	12,6	7	0,4	91	4,6
Frielas	2676	1,3	785	39,8	333	16,9	466	23,6	303	15,3	6	0,3	81	4,1
Loures	24237	12,2	5855	31,1	2675	14,2	4265	22,6	3666	19,5	238	1,3	2134	11,3
Lousa	3419	1,7	1106	44,7	445	18,0	489	19,8	290	11,7	10	0,4	134	5,4
Moscavide	12184	6,1	3908	39,7	1078	11,0	1725	17,5	1834	18,6	125	1,3	1167	11,9
Portela	15441	7,8	2149	16,3	1103	8,3	1964	14,9	3329	25,2	406	3,1	4260	32,2
Prior Velho	6683	3,4	1785	37,8	707	15,0	972	20,6	796	16,9	35	0,7	427	9,0
Sacavém	17659	8,9	5027	36,5	2024	14,7	2697	19,6	2558	18,5	133	1,0	1351	9,8
Santa Iria de Azóia	17571	8,8	5104	36,7	2071	14,9	3166	22,8	2631	18,9	90	0,6	839	6,0
Santo Antão do Tojal	4192	2,1	1267	41,7	548	18,0	608	20,0	428	14,1	26	0,9	161	5,3
São João da Talha	17970	9,0	5275	36,6	2219	15,4	3549	24,6	2566	17,8	65	0,5	733	5,1
São Julião do Tojal	3600	1,8	1180	46,4	440	17,3	553	21,8	303	11,9	7	0,3	59	2,3
Sto António Cavaleiros	21947	11,0	4013	22,6	2475	13,9	4673	26,3	4308	24,2	257	1,4	2060	11,6
Unhos	10531	5,3	3415	43,5	1370	17,4	1725	22,0	1102	14,0	21	0,3	224	2,9
Total	199059	100,0	53457	34,4	22598	14,6	33722	21,7	28896	18,6	1577	1,0	15061	9,7

Fonte: INE, Recenseamento geral da população e habitação 2001 (resultados definitivos)

Em termos de nível de qualificação o 1º ciclo do ensino básico é o que tem maior expressão nas freguesias do concelho com excepção de duas – Portela (16,3%) e Santo António dos Cavaleiros (22,6%) – que apresentam percentagens inferiores a 30%. Por sua vez outras há em que os valores percentuais são superiores a 40% como sejam as freguesias de S. Julião do Tojal (46,4%), Bucelas (44,9%), Lousa (44,7%), Unhos (43,5%), Fanhões (43,3%), Camarate (43,2%) e Santo Antão do Tojal (41,7%). Na casa dos 30% mas mais próximo dos 40% tem-se Apelação (39,9%), Frielas (39,8%) e Moscavide (39,7%); Prior Velho, Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Sacavém apresentam valores que se situam entre os 37,8% e os 36,5%; Bobadela e Loures têm uma representação de 33,5% e 31,1%, respectivamente. Ou seja, de entre os residentes nas freguesias que têm qualificação académica, em média, o primeiro ciclo do ensino básico tem uma representação de 34,4%.

Com valores inferiores ao primeiro, o segundo ciclo do ensino básico apresenta um valor médio de 14,6% sendo sensivelmente as mesmas freguesias atrás referidas as que maior peso refletem (Apelação com 22,2%, Fanhões com 18,3%, Bucelas com 18,1% e Lousa e S. Julião do Tojal com 18%). Ou seja existe um grupo de freguesias em que cerca de 60% dos seus residentes não possuem a actual escolaridade mínima obrigatória (9º ano). Nesta situação encontram-se as freguesias de Apelação, Bucelas, Fanhões, Lousa, São Julião do Tojal, Unhos, Santo Antão do Tojal e Camarate.

O terceiro ciclo do ensino básico refere uma média de 21,7% distribuindo-se de forma equitativa pelas freguesias sendo a Portela a excepção uma vez que apresenta um valor muito abaixo desta média (14,9%).

O ensino secundário, com uma média de 18,6% apenas apresenta valores significativos acima da média nas freguesias de Portela (25,2%), Santo António dos Cavaleiros (24,2%), Bobadela (21,2%) e Loures (19,5%).

O ensino médio tem pouca expressão no concelho (1%) sendo nas freguesias de Portela (3,1%), Santo António dos Cavaleiros (1,4%) e Loures (1,3%) que têm algum significado.

O ensino superior com um valor médio de 9,7% tem uma presença muito acima da média entre os residentes na freguesia da Portela (32,2%) e acima da média em Moscavide (11,9%), Santo António dos Cavaleiros (11,6%), Loures (11,3%) e Sacavém (9,8%). Nas restantes freguesias as percentagens são muito baixas destacando-se, com valores percentuais inferiores a 4% as freguesias de Apelação e Camarate (3,1%), Unhos (2,9%) e S. Julião do Tojal (2,3%).

Nas duas últimas décadas, verificou-se de um modo geral, no conjunto das freguesias do concelho, uma melhoria da qualificação escolar da população. No entanto, muito trabalho e investimento na área educacional terá de ser feito, sobretudo em áreas que possam contribuir para o desenvolvimento das riquezas endógenas do concelho. Essas apostas poderão passar pelo incentivo à criação de escolas profissionais em áreas estratégicas, designadamente aquelas que diversos estudos económicos têm vindo a apontar – turismo, artes gráficas, logística, entre outros.

IV REDE EDUCATIVA

1. Sobre o sistema educativo em Portugal

Em Portugal, o sistema educativo tem início com a educação pré-escolar sendo esta ministrada em Jardins de Infância a crianças com idade compreendida entre os 3 e os 5 anos. A Educação pré-escolar, não constitui propriamente um nível de ensino, mas pratica um programa próprio para o desenvolvimento global da criança, fornecendo-lhe um manancial de conhecimentos que desenvolvem os pré-requisitos para o posterior ingresso no ensino do 1.º ciclo, podendo assim ser considerado como um nível “facilitador” da autonomia, e do sucesso educativo e prospectivo da sua integração social e desempenho como cidadão.

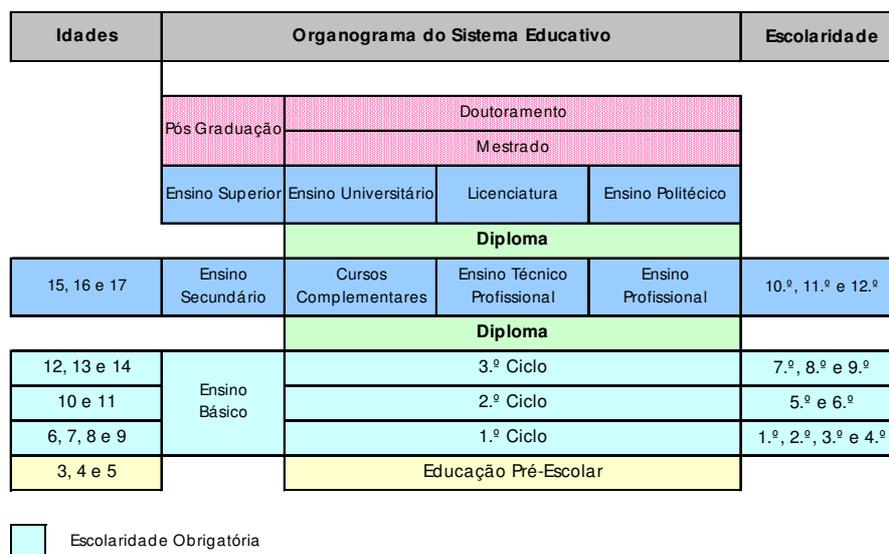
Considerando a Lei de Bases do Sistema Educativo - Lei n.º 26/86 de 14 de Outubro - o sistema educativo português prevê após a educação pré-escolar três níveis de ensino estruturados do seguinte modo (figura IV.1):

1º - O Ensino Básico Universal e obrigatório com nove anos de escolaridade, desenvolvido em três ciclos (1º, 2º e 3º ciclos);

2º - O Ensino Secundário, com a duração de três anos (10º, 11º e 12º anos de escolaridade);

3º - O Ensino Superior, englobando duas vertentes: o ensino superior politécnico e o ensino superior universitário, com duração entre três a cinco anos.

Figura IV.1 - Organograma do Sistema Educativo.

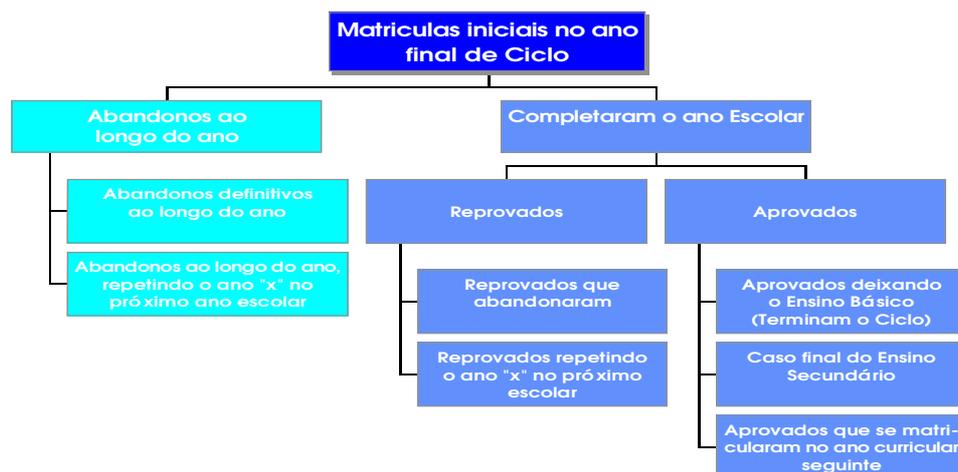


Não se pode deixar de referir que existem algumas variantes na sequência do ensino referido e que dentro do mesmo há diferentes saídas, como é o caso dos Currículos Alternativos e do Ensino Recorrente que absorvem os alunos que por variadas razões não conseguem levar a cabo o prosseguimento regular dos estudos.

O fluxo dos alunos constitui um barómetro da demografia escolar. Os modelos de fluxos de alunos mais vulgarmente usados baseiam-se nas definições de Aprovação, Repetência, Abandonos e Diplomados. O Diagrama, que a seguir se apresenta, mostra o que pode acontecer aos alunos que entram num 1.º ano, num dado ano escolar (figura IV.2).

Figura IV.2 - Diagrama do Fluxo Educativo

O que acontece aos alunos no ano “x” do Ensino Básico?



O ano “x” é o primeiro ano de um nível de ensino. Os alunos que obtêm um diploma concluindo o nível de ensino, podem ou não entrar no nível de ensino seguinte. Quando não o fazem consideram-se, para o nível seguinte, como alunos que abandonaram o ensino pelo que são incluídos na taxa de abandono da sequencialidade de ensino (segundo estudos elaborados pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação).

2. Demografia e População em Idade Escolar

A população prevista para 2015 foi estimada com base nos estudos e previsões de crescimento urbano e populacional do PDM para aquele horizonte temporal.

A esta previsão, foi aplicada a tendência de crescimento para os diferentes escalões etários, prevista para o total do concelho (Projecto do Plano – Análise Demográfica e Social, Revisão do PDM, 2005), extrapolando-a para cada freguesia a partir dos dados do Censos 2001.

No âmbito deste estudo, houve a necessidade de à estimativa populacional elaborada se proceder a um apuramento dos resultados (sobretudo a nível das freguesias), com base em informações e estudos específicos que poderão alterar significativamente o cenário populacional aí desenvolvido. A essas estimativas foram acrescentadas “Folgas de Operação” (planos, alvarás e pretensões) previstas pelo município, enquadradas numa lógica de desenvolvimento municipal e regional.

O cálculo da população em idade escolar foi baseado na metodologia apresentada, sendo que aos valores encontrados, foram acrescentadas as folgas de operação (planos, alvarás, pretensões), devidamente localizadas em cada freguesia.

No Quadro IV.1 encontra-se sintetizada a população escolar prevista para 2015, bem como a verificada em 2001, por grupos etários em idade escolar.

Quadro IV.1 - População Escolar em 2001. Projecções para 2015.

	2001	%	2015*	%
3-5	5998	15,8	6956	16,4
6-9	8298	21,9	9797	23,1
10-11	4236	11,2	4944	11,7
12-14	6450	17,0	7552	17,8
15-17	7190	19,0	7653	18,1
18-19	5763	15,2	5457	12,9
Concelho	37935	100,0	42359	100,0

* PDM + Folgas de Operação

Fonte: INE - Censos 2001. Município de Loures - DPPDM e DPEI.

Em 2001, era nas faixas etárias dos 6 aos 9 anos e dos 15 aos 17, que se encontrava a maior parte da população residente em idade escolar (21,9% e 19%, respectivamente). À excepção dos residentes com idade compreendida entre 10 e 11 anos, os restantes grupos etários representavam entre 15 a 17 % desta população.

Considerando a população em idade escolar prevista para 2015, prevê-se um aumento relativo dos jovens até aos 14 anos, continuando o escalão etário dos 6 aos 9 anos a dominar face aos

outros. Contudo, nos escalões etários correspondentes aos jovens em idade de frequentar o ensino secundário (dos 15 aos 19 anos), a tendência será para a diminuição relativa destes face aos grupos anteriores.

A análise da distribuição da população em idade escolar por zonas (quadro IV.2), permite constatar que em 2001, a zona oriental detinha a maior percentagem de população em idade escolar (64%), seguida da zona norte urbana (26,6%) e da zona norte rural (9,4%). A previsão para 2015 segue a tendência registada em 2001, prevendo-se porém um decréscimo na percentagem de população em idade escolar, tanto na zona norte rural como na zona oriental, comparativamente a 2001.

Quadro IV.2 – População residente e prevista, em idade escolar (3-19 anos), por zonas.

	2001	%	2015*	%
Zona Norte Rural	3561	9,4	3631	8,6
Zona Norte Urbana	10083	26,6	13175	31,1
Zona Oriental	24291	64,0	25573	60,3
Concelho	37935	100,0	42379	100,0

* Previsão

Fonte: INE - Censos 2001. Município de Loures - DPPDM e DPEI.

Nos próximos pontos, depois de analisados os dados relativos à frequência, procura, retenção, abandono, fluxos de alunos para além das taxas de cobertura e escolarização, será avançada uma previsão de população a escolarizar por freguesia e grau de ensino, para o horizonte em causa e que será utilizada como base para as propostas de reordenamento da rede educativa.

3. População Escolar no período 1995/96 – 2004/05

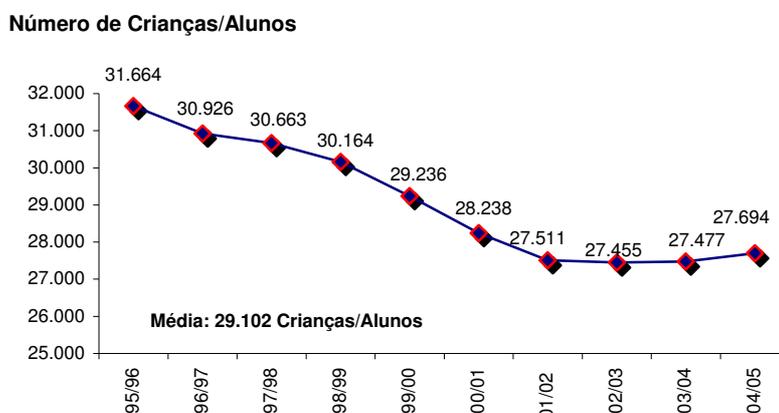
3.1. Evolução da Frequência

Com o objectivo de definir e avaliar a evolução da frequência do sistema de ensino da rede pública e privada, apresenta-se seguidamente a distribuição das crianças inscritas em estabelecimentos de educação pré-escolar, e alunos matriculados em estabelecimentos do ensino básico e secundário entre os anos lectivos de 1995/96 e 2004/05.

Ocorreram alguns anos lectivos em que não foi possível obter da rede privada os dados suficientemente detalhados para que se pudessem efectuar as evoluções necessárias ao presente estudo, pelo que sempre que essa situação ocorreu, utilizaram-se os dados do ano mais próximo (anterior ou posterior).

O gráfico seguinte (gráfico IV.1) mostra a evolução da frequência das redes pública e privada neste período.

Gráfico IV.1 - Evolução da frequência no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI.

A evolução da frequência apresentou na década em análise, dois períodos distintos:

- Até 1999/00 com valores de frequência permanentemente acima do valor médio (superiores a 29.102 indivíduos);
- De 2000/01 e até ao final do período em análise, valores de frequência abaixo do valor médio, sendo que, no total da frequência do Concelho de Loures, o valor da variação entre 1995/96 e 2004/05 foi negativo em cerca de 12,5%, perdendo-se em valores absolutos, 3970 alunos e crianças;

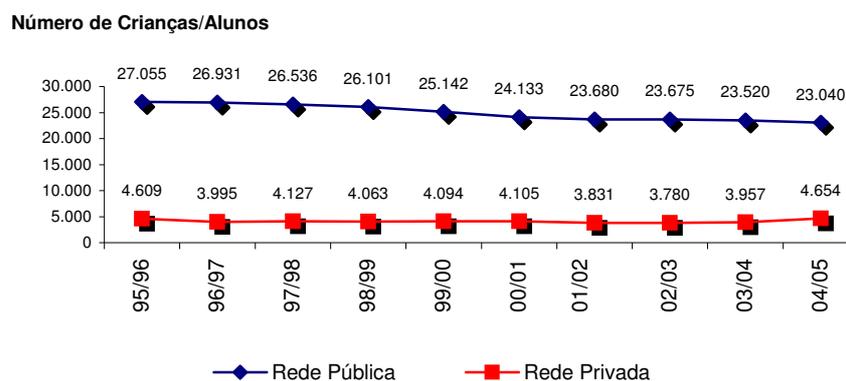
- Apesar de se ter verificado alguma recuperação no número de indivíduos presentes na rede nos 2 últimos anos lectivos relativamente ao ano 2002/03 (ano em que ocorreu a frequência mais baixa do período analisado) e pelo facto de no período intercensitário entre 1991 e 2001 ter ocorrido uma variação negativa de 22,9% da população total em idade escolar, dever-se-ia ponderar esta tendência e equacionar as suas várias implicações sobre a estratégia de reordenamento da rede escolar.

O gráfico que se segue (gráfico IV.2) mostra uma comparação por redes (**pública e privada**) da evolução da frequência registada na última década, devendo no entanto considerar-se com as devidas cautelas os valores apresentados na rede privada para o período compreendido entre os anos lectivos 1996/97 e 2003/04, pelos motivos anteriormente referidos.

Apesar **da rede privada** manifestar algumas tendências de evolução nos dois últimos anos lectivos, dever-se-á lembrar que os motivos que levaram ao aumento excepcionalmente elevado que se registou no último ano lectivo se deveu nomeadamente:

- ao facto de todos os estabelecimentos educativos da rede particular com fins lucrativos terem apresentado os números actualizados das matrículas;
- terem sido considerados os estabelecimentos com alvará do Ministério da Educação e os que, apesar de não possuírem alvará, laboram com autorização da Segurança Social.

Gráfico IV.2 - Evolução da frequência por redes de ensino, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI.

Através da sua leitura constata-se:

- Uma involução constante da frequência na **rede pública** e que no total do período analisado ultrapassou os 14,8% (menos 4.015 crianças e alunos);
- Que a **rede privada** apresentou uma curva com registos bastante regulares, tendo terminado a década com um ligeiro aumento na frequência (cerca de 1%, 45 crianças e alunos), valor este que não possui relevância alguma no contexto total (representa 0,15% do total dos indivíduos presentes na rede em 2004/05);
- Que o peso relativo da rede privada sobre o total, chega a abranger no final do período considerado, cerca de **16,8% da frequência**.

Seguir-se-á uma análise da distribuição da população escolar por **Zonas** previamente definidas (ver capítulo I, ponto 2.3 Metodologia).

A distribuição da frequência pelas 3 zonas segue de perto a distribuição do valor da população residente em idade escolar (3-19 anos) registado pelo Censos de 2001, conforme Quadro IV.3.

Quadro IV.3 - População Residente em 2001 (entre os 3 e os 19 anos) e População Presente na Rede Educativa (ano lectivo 2001/02)

Zona	Distribuição Pop. Residente 3-19 Anos Nº	Distribuição Pop. Residente 3-19 Anos %	Frequência Total 2001/02 %
Norte Rural	3561	9,4	6,1
Norte Urbana	10083	26,6	32,6
Oriental	24291	64,0	61,2
	37935	100	100

Fonte: DEJ/AGRE; Censos 2001

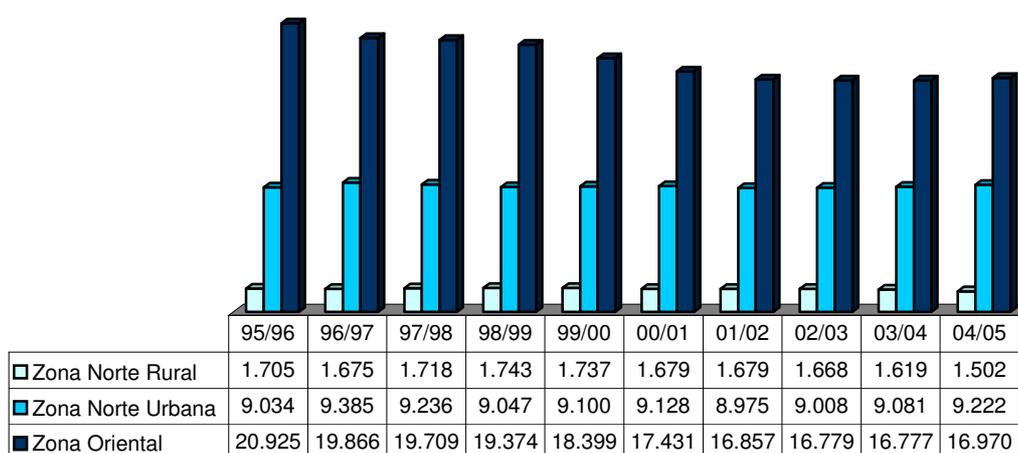
De referir ainda em relação ao quadro supra, o facto de ser apenas a **Zona Norte Urbana** a que regista valores relativos de frequência superiores aos valores da concentração da população residente naquela faixa etária.

No gráfico IV. 3, que traduz a evolução da frequência na rede escolar pública e privada por zonas, pode observar-se que:

- **A Zona Norte Rural**, face ao reduzido peso relativo da população presente na rede, sentiu de forma bastante marcada a redução nos valores de frequência (11,9%, menos 203 alunos), sobretudo devido à involução do número de residentes em idade escolar;

- **A Zona Oriental** contribuiu com a maior redução no número de alunos (3955 alunos e crianças, 18,9%);
- **A zona Norte Urbana** foi a única no período em análise que apresentou valores de evolução da frequência e da população residente, positivos (188 alunos e crianças, 2,1%);

Gráfico IV.3 - Evolução da frequência por zonas, no concelho de Loures.



Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI.

Em 2004/05 o peso da frequência de cada zona face ao total de alunos presentes na rede educativa no concelho de Loures, foi de 5,4% na **Zona Norte Rural**, 33,3% na **Zona Norte Urbana** e de 61,3% na **Zona Oriental**.

Crianças e Alunos com Necessidades Específicas de Educação

Segundo informação dos estabelecimentos da rede pública para o ano 2004/05, o número de crianças/alunos com necessidades específicas de educação integradas no ensino regular público foi de 2099, representando 9,1% do total das crianças/alunos presentes na rede pública.

A sua distribuição efectuou-se de acordo com o sintetizado no Quadro IV.4

Quadro IV.4 - Necessidades Específicas de Educação Na Rede de Ensino Pública

Tipo de Dificuldade	N.º Alunos	%
Auditiva	36	1,7
Dificuldade Aprendizagem	1088	5,8
Distúrbio Emocional	279	13,3
Mental	188	9,0
Motora	40	1,9
Múltiplas Deficiências	53	2,5
Outras Situações	276	13,1
Sem Diagnóstico	96	4,6
Visual	43	2,0
TOTAL	2099	100

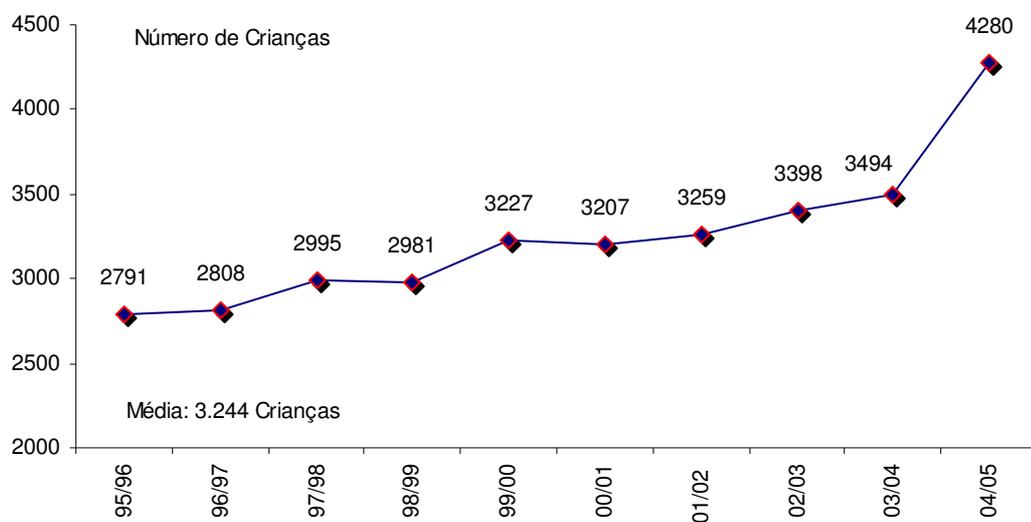
Fonte: DEJ/AGRE

Verificou-se que as dificuldades de aprendizagem foram o tipo de dificuldade dominante neste ano lectivo, com 1088 crianças/alunos (51,8% do total de crianças/alunos com Necessidades Específicas de Educação), sendo também de referir o grande número de alunos e crianças com distúrbios emocionais e outras situações não definidas, com pesos de 13,3% e 13,1% respectivamente.

3.1.1. Crianças Inscritas em Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar

Em relação à educação pré-escolar, constata-se ter ocorrido um manifesto crescimento da frequência, na generalidade do período em análise (variação de 1489 alunos, 53,4%), com maior expressão a partir do ano lectivo 2002/03 (gráfico IV.4);

Gráfico IV.4 - Evolução da frequência da educação pré-escolar, no concelho de Loures

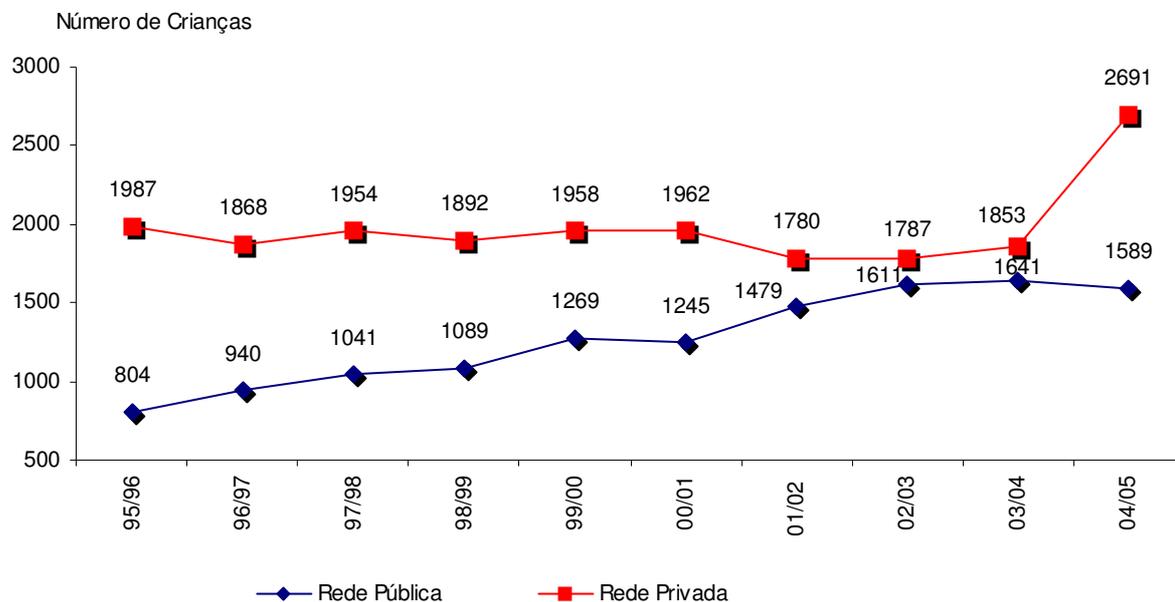


Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI.

O ano lectivo 2001/02 representa o início de um período em que os valores de frequência são sempre superiores aos da média da década em análise (3244 crianças).

Quando a análise à evolução da frequência tem em atenção **as redes de ensino** (pública e privada), torna-se evidente a importância **da rede privada**, com valores de frequência **acima dos 61,5%** (gráfico IV.5).

Gráfico IV.5 - Evolução da frequência da educação pré-escolar por redes de ensino, no concelho de Loures

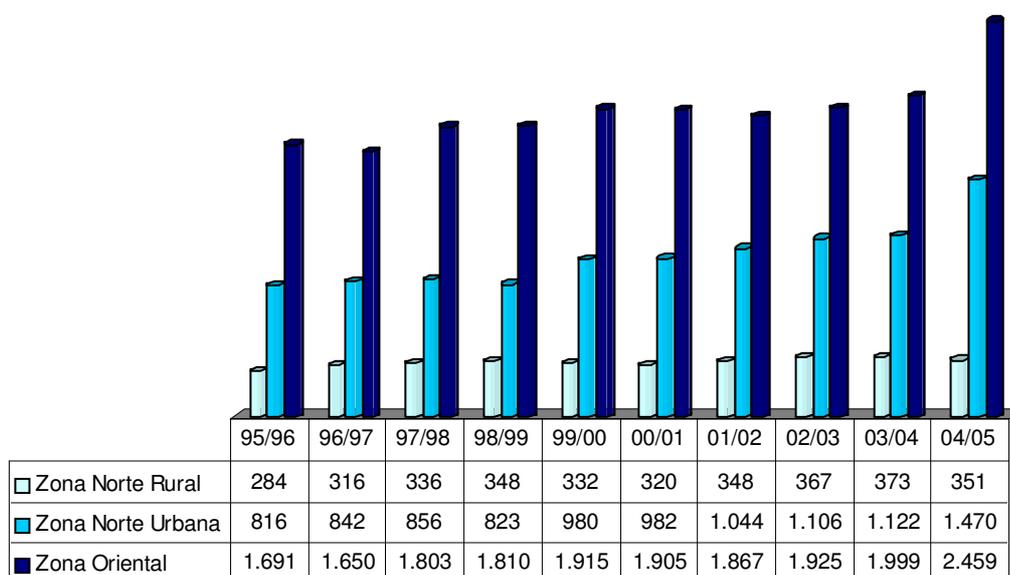


Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI.

- Ambas tiveram uma taxa de variação positiva entre 1995/96 e 2004/05 (um aumento de 785 crianças, 97,6% **na rede pública** e de 704 crianças, 35,4% **na rede privada**) apresentando ligeiríssimas oscilações, nomeadamente em 2000/01 e em 2004/05 **na rede pública** e um pouco mais frequentes **na rede privada** (1996/97, 1998/99 e 2001/02);
- Na curva desenhada pela **rede pública** ao longo da década, é legível um forte pico de frequência em 2001/02 (a frequência aumenta de 2000/01 para 2001/02 em 234 alunos, 18,8%), valores estes que são de relacionar com a expansão da oferta pré-escolar resultante de evidente investimento Autárquico na rede pública, **reforçando a ideia de que a procura na rede pública e neste nível educativo, aumenta com o aumento da oferta.**
- **Na rede Privada**, o aumento excepcionalmente elevado que se registou no último ano lectivo, deveu-se ao facto de, todos os estabelecimentos de ensino da rede particular com fins lucrativos terem apresentado os números actualizados das matrículas, para além de terem sido igualmente considerados os estabelecimentos com alvará Ministério da Educação e os que, apesar de não possuírem alvará, laboram com autorização da Segurança Social.

Observando o comportamento da concentração da frequência **nas 3 Zonas do Concelho**, (gráfico IV.6) verifica-se que em todas se registaram significativos aumentos do número de crianças a frequentar os estabelecimentos com a valência de Jardim de Infância, podendo os mesmos serem explicados sobretudo pela crescente aposta/necessidade das famílias em iniciar o percurso escolar dos seus educandos a partir do Pré-Escolar.

Gráfico IV.6 - Evolução da frequência da educação pré-escolar por zonas, no concelho de Loures.



Fonte: DEJ/AGRE; Estabelecimentos de Ensino, DPEI

- Pese embora a maior variação da concentração da frequência ocorra na **Zona Oriental** (aumento de 768 crianças), constata-se que no período em causa, foi na **Zona Norte Urbana** que se registaram as maiores variações relativas (45,4% e 80,2%, respectivamente);
- **A Zona Norte Rural** apresentou um crescimento nitidamente mais contido (67 crianças, 23,6%);
- Em 2004/05 o peso da frequência de cada zona face ao total de crianças presentes na educação pré-escolar no concelho, foi de 8,2% na **Zona Norte Rural**, 34,4% na **Zona Norte Urbana** e de 57,4% na **Zona Oriental**.

Crianças com Necessidades Específicas de Educação

Considerando apenas os estabelecimentos da **rede pública**, no ano lectivo 2004/05, contavam-se em 92 as crianças com necessidades específicas de educação, nomeadamente:

Quadro IV.5- Necessidades específicas de educação no pré-escolar, na rede pública (2004/05).

TIPO DE DIFICULDADE	N.º ALUNOS	%
Dificuldade Aprendizagem	19	21
Distúrbio Emocional	11	12
Mental	12	13
Motora	10	11
Múltiplas Deficiências	6	7
Outras Situações	27	29
Sem Diagnóstico	5	5
Visual	2	2
TOTAL	92	100

Fonte: DEJ/AGRE

Dificuldades na aprendizagem, problemas mentais, emocionais e motores, foram os tipos de situações diagnosticadas, com maior relevo no universo de crianças com necessidades específicas de educação.

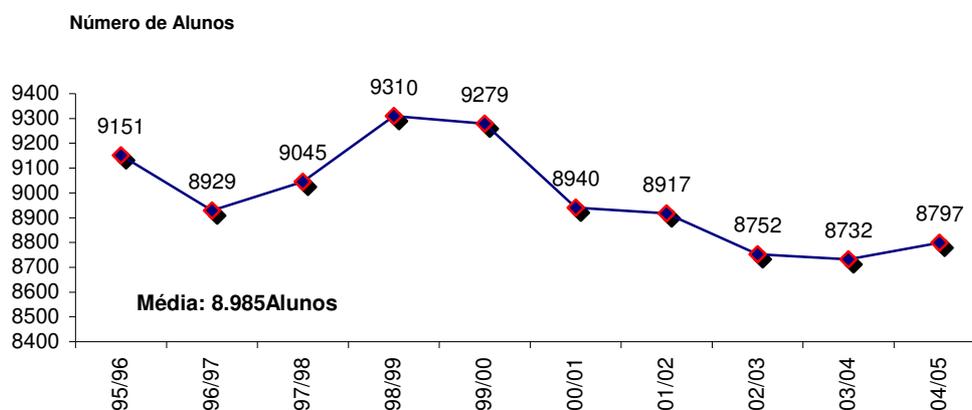
O peso das crianças com necessidades específicas de educação relativamente ao total de crianças a frequentar a rede pública nos estabelecimentos do pré-escolar, foi de 5,8%.

3.1.2. Alunos Matriculados em Estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico

No que se refere ao 1º ciclo do ensino básico, a evolução da frequência no concelho de Loures no período compreendido entre 1995/96 e 2004/05, (gráfico IV.7) seguiu uma tendência ligeiramente decrescente (3,9%, o que corresponde a menos 354 alunos na década), caracterizando-se a mesma por:

- alguma instabilidade pontuada por 1 pico alcançado nos anos 1998/99 e 1999/00;
- valores mínimos registados em 2002/03 e 2003/04 (desde 1999/00 os valores da frequência nunca mais atingiram o valor médio da década - 8.985 alunos);
- uma ligeira tentativa de recuperação da frequência, no último ano lectivo analisado, **merecendo esta questão uma eficaz monitorização nos próximos anos lectivos**, atendendo a que as oscilações que ocorram na frequência neste nível de ensino, terão consequências directas na frequência dos graus de ensino subsequentes.

Gráfico IV.7 - Evolução da frequência do 1º CEB, no concelho de Loures



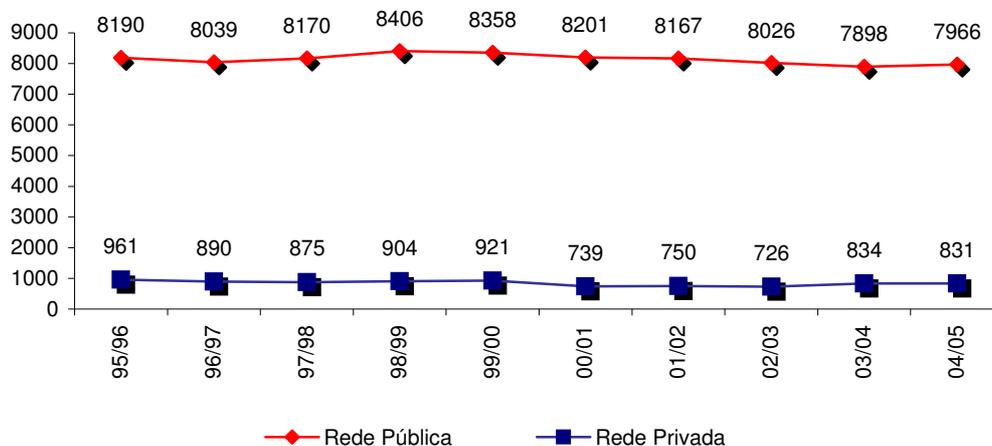
Fonte: DEJ/AGRE; Estabelecimentos de Ensino, DPEI

Após uma análise às **redes separadamente** (gráfico IV.8), constata-se:

- a relevância da **rede pública** relativamente à **rede privada** para o 1º ciclo do ensino básico (**90,6% da frequência** no último ano lectivo);
- uma quase manutenção **na rede pública** do número de alunos entre o início e o fim do período em análise, distinguindo-se porém um pico nos anos lectivos 1998/99 e 1999/00, procedido de algum retrocesso até final do período analisado mas que, no cômputo geral correspondeu apenas a uma redução de 224 alunos, 2,7%;

- a **rede pública** permite antever no último ano lectivo analisado, alguma propensão para uma ligeira inversão nas tendências involutivas que se têm registado na década em estudo;
- que a **rede privada** se caracteriza por uma tendência de diminuição da frequência no período considerado, cuja variação da evolução decresceu ao longo do período, 13,5% (menos 130 alunos presentes na rede).

Gráfico IV.8 - Evolução da frequência do 1º CEB por redes de ensino, no concelho de Loures

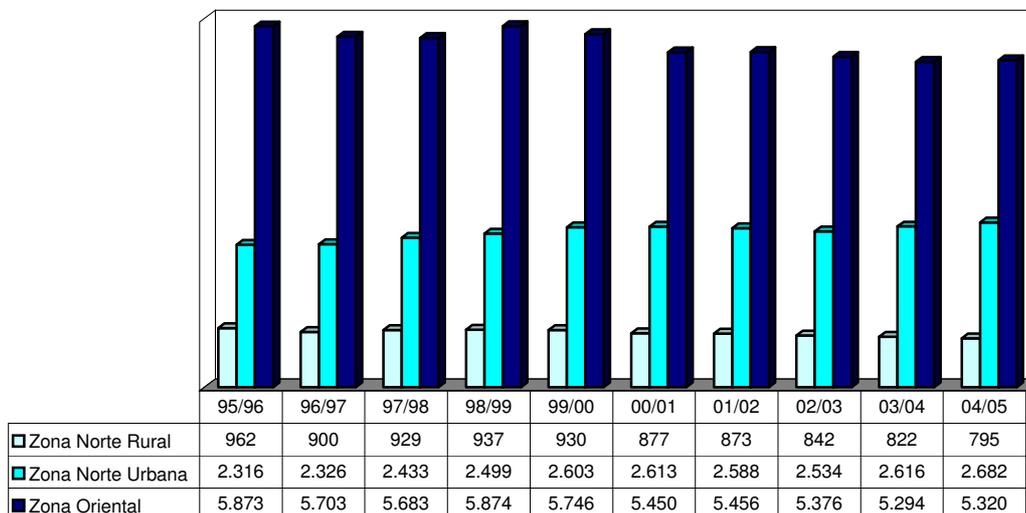


Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI

Analisando a evolução da frequência nas **3 Zonas do Concelho**, (gráfico IV.9) constatou-se:

- ser a **Zona Norte Urbana** a única a apresentar taxa de variação positiva (15,8%, 366 alunos); paralelamente, é na **Zona Norte Rural** que ocorrem as taxas de variação mais negativas (17,4%, menos 167 alunos) em termos relativos, proporcionalmente ao peso que a frequência da mesma representa no total da população entre os 6-9 anos nas freguesias situadas na **Zona Norte Rural**;
- ser a **Zona Oriental** a que perde em termos absolutos uma maior quantidade de alunos (553 alunos), mas que em termos relativos corresponde a uma taxa de variação negativa de 9,4%, inferior portanto à da **Zona Norte Rural**;
- que em 2004/005 o peso da frequência de cada zona face ao total de alunos presentes no 1º ciclo do ensino básico no concelho, foi de 9,0% na **Zona Norte Rural**, 30,5% na **Zona Norte Urbana** e de 60,5% na **Zona Oriental**.

Gráfico IV.9 - Evolução da frequência do 1º CEB por zonas, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI

Alunos com Necessidades Específicas de Educação

Considerando apenas os estabelecimentos de ensino da rede pública, no ano lectivo 2004/05, contavam-se em 1313 os alunos com necessidades específicas de educação. A distribuição destes alunos efectuou-se de acordo com o sintetizado no Quadro IV.6

Quadro IV.6 - Necessidades específicas de educação no 1º CEB, na rede pública (2004/05)

Tipo de Dificuldade	Nº Alunos	%
Auditiva	22	2
Dificuldade Aprendizagem	738	56
Distúrbio Emocional	157	12
Mental	112	9
Motora	15	1
Múltiplas Deficiências	22	2
Outras Situações	148	11
Sem Diagnóstico	76	-
Visual	23	2
TOTAL	1313	100

Fonte: DEJ/AGRE

No seu todo, os alunos com necessidades específicas de educação representam um universo de 16,5% do total dos alunos presentes na rede pública neste grau de ensino.

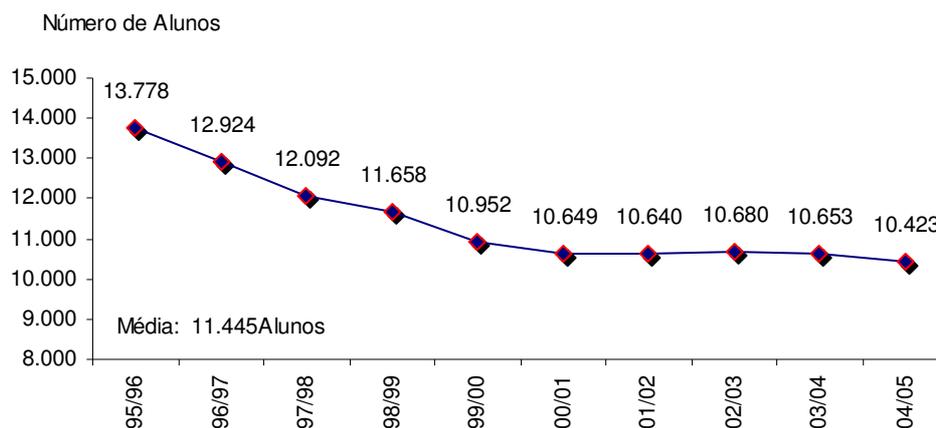
Os alunos com dificuldades de aprendizagem, são os que constituem o maior peso - 56% do total de alunos com necessidades específicas de educação.

3.1.3. Alunos Matriculados em Estabelecimento do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

A frequência do 2º e 3º ciclos do ensino básico no concelho de Loures no período entre 1995/96 e 2004/05 decresceu 24,4%, correspondendo a uma perda efectiva de 3355 alunos (gráfico IV.10), Na análise da curva evolutiva observaram-se os seguintes aspectos:

- O valor mais elevado do período registou-se no primeiro ano lectivo analisado e o mais baixo, no último, tendo ocorrido uma redução na frequência quase constante;
- Os valores superiores à média dos alunos presentes na rede no período analisado (11.445 alunos), ocorreram apenas até ao ano lectivo 1998/99, coincidindo esse período (mais concretamente até 1999/00) com uma forte involução na frequência (2826 alunos, correspondendo a uma redução de 20,5%);

Gráfico IV.10 - Evolução da frequência do 2º e 3º CEB, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI.

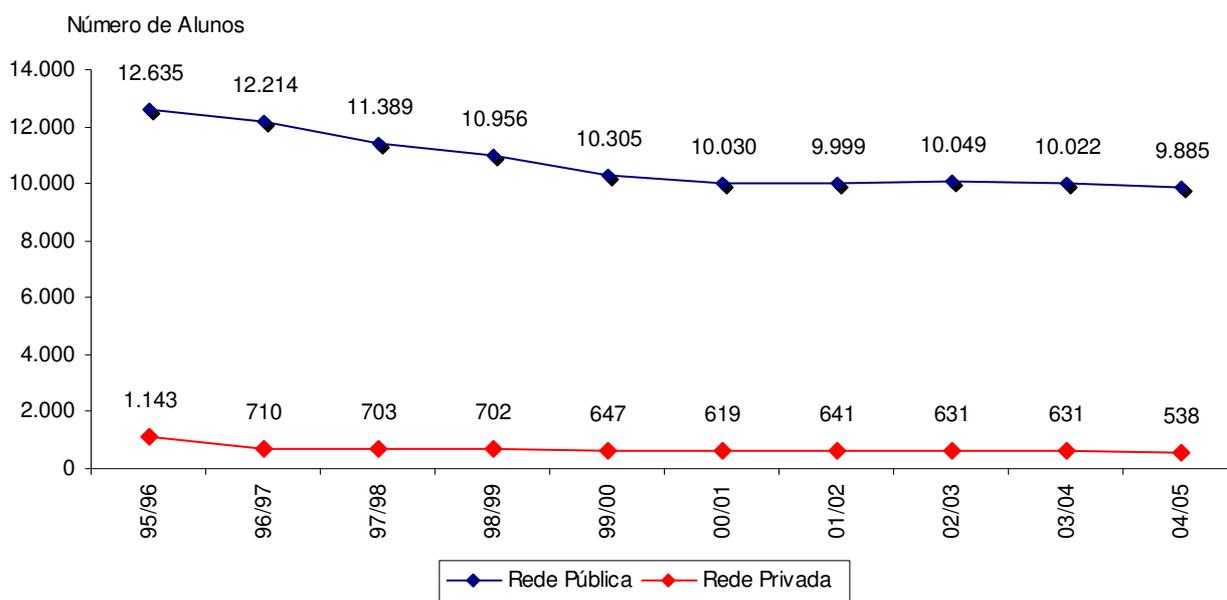
- A linha decrescente definida pela tendência regressiva neste grau de ensino no concelho ao longo do período analisado, coincide com a redução da população residente com idades entre os 5-9 anos no município, aquando do Censos 2001 (ocorre uma redução de 16,9%, 2099 crianças naquele escalão etário, comparativamente com 1991). Essa população, no ano lectivo 2004/05 já se integra no escalão etário dos 8-2 anos passando a influenciar também a rede no 2º ciclo do ensino básico; no entanto e porque no escalão etário anterior (0-4 anos) a diminuição é ínfima (0,8%, menos 88 residentes neste escalão etário), o cenário a partir de 2006/07 poder-se-á alterar);
- Cruzando aquela variável com o facto de existirem indícios de se estar a iniciar um ciclo de recuperação do número de alunos a frequentar o 1º Ciclo do ensino básico, permitir-

nos-á antever que nos 2º e 3º ciclos irãõ, nos pr3ximos anos lectivos, ocorrer ligeiros aumentos na frequ4ncia.

A evolu4c3õ da frequ4ncia **por redes de ensino** teve um comportamento similar ao do 1º ciclo do ensino b3sico (gr3fico IV.11):

- Tamb4m neste grau de ensino a frequ4ncia 4 predominantemente na **rede p3blica** (94,8%);
- Em ambas o n3mero de alunos decresce de uma forma continuada:
 - na **rede privada** aconteceu uma involu4c3õ de 52,9%;
 - na **rede p3blica** a mesma foi de 21,8% (corresponde em termos absolutos a menos 605 e 2.750 alunos, respectivamente);

Gr3fico IV.11 - Evolu4c3õ da frequ4ncia do 2º e 3º CEB por redes de ensino, no concelho de Loures

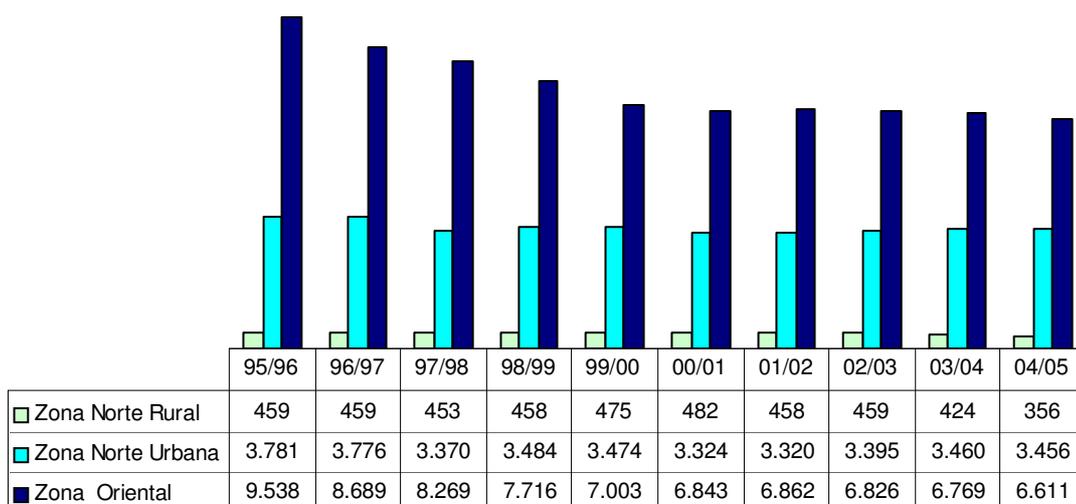


Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI.

- Na **rede p3blica** poder-se-ãõ registar dois momentos em que ocorreram as maiores redu4c3õs nos valores das frequ4ncias: 1996/97 e 1999/00; algum desse decr3scimo poder3 ser explicado pelo encerramento de um conjunto de estabelecimentos de ensino da rede p3blica com val4ncia de 2º e/ou 3º ciclos e sa4da de grande parte desses alunos para outros estabelecimentos fora do 3mbito do concelho de Loures.

Pela análise da concentração da frequência por **zonas**, registaram-se neste grau de ensino, valores de variação da frequência no período em análise em todas as zonas, negativos (gráfico IV.12):

Gráfico IV.12 - Evolução da frequência do 2º e 3º CEB por zonas, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI.

- **A Zona Oriental** contribui para a involução da frequência com a redução de 2927 alunos (30,7%);
- As **Zonas Norte Rural e Norte Urbana** concorrem para um decréscimo de 325 alunos (8,6%) e de 103 alunos (22,4%), respectivamente;
- Em 2004/05 o peso da frequência de cada zona face ao total de alunos presentes no 2º e 3º ciclos do ensino básico no concelho, foi de 3,4% na **Zona Norte Rural**, 33,2% na **Zona Norte Urbana** e de 63,4 % na **Zona Oriental**.

Alunos com Necessidades Específicas de Educação

Considerando apenas os estabelecimentos de ensino da rede pública, no ano lectivo 2004/05, contavam-se em 669 os alunos com necessidades específicas de educação. Os diferentes tipos de dificuldade foram sintetizados no Quadro IV.7

Quadro IV.7 - Necessidades específicas de educação nos 2º e 3º CEB (2004/05)

Tipo de Dificuldade	Nº Alunos	%
Auditiva	14	2
Dificuldade Aprendizagem	324	48
Distúrbio Emocional	109	16
Mental	63	9
Motora	13	2
Múltiplas Deficiências	23	3
Outras Situações	92	14
Sem Diagnóstico	16	2
Visual	15	2
TOTAL	669	100

Fonte: DEJ/AGRE.

Também nestes dois ciclos de ensino são as dificuldades de aprendizagem que concentram a maior parte dos alunos com necessidades específicas de educação (48%), seguida dos distúrbios emocionais.

Estes alunos, e neste grau de ensino, correspondem a um valor relativo de 6,7%, relativamente ao total de alunos presentes na rede pública, bastante inferior ao registado no 1º ciclo do ensino básico.

3.1.4 Alunos Matriculados no Ensino Secundário

O ensino secundário, tal como os restantes graus de ensino com excepção para o Pré-Escolar, apresentou uma tendência de evolução da frequência negativa (1750 alunos, correspondendo a uma taxa de variação negativa de 29,5%).

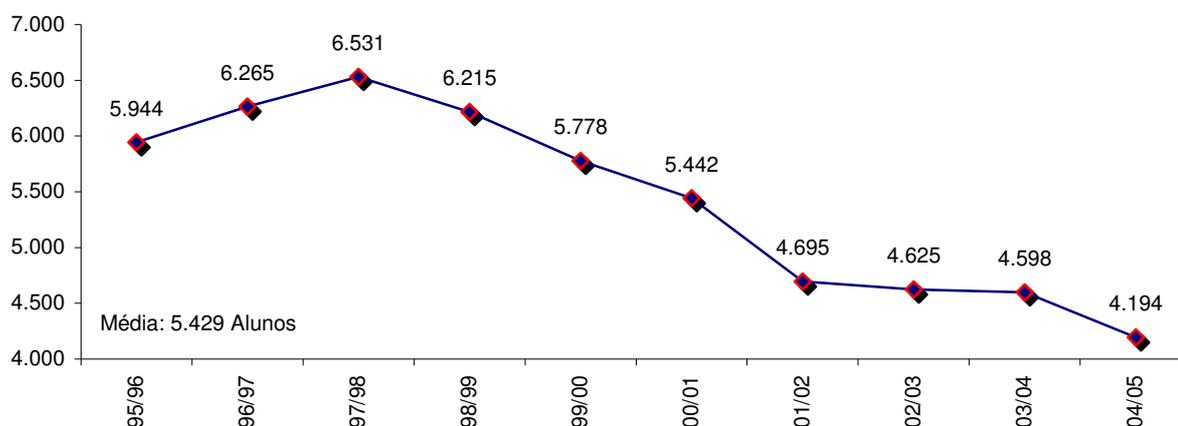
A década foi marcada por (gráfico IV.13):

- um período de contínuo crescimento até 1997/98;
- e de outro período de forte involução (entre 1997/98 e 2004/05 aconteceu uma taxa de variação negativa de 35,8%, o que em termos absolutos, significa uma redução na rede de 2.337alunos);

Se atentarmos nas significativas reduções verificadas no período intercensitário 1991-2001 na população residente com idades compreendidas entre os 10-13 anos (menos 31,6%, 3911 habitantes) constata-se que **a mesma coincide com a grande diminuição da frequência neste grau de ensino** a partir do ano lectivo 2001/02, i.e., a população que até esse ano lectivo se integrava naquele escalão etário, nos anos lectivos procedentes (entre 2001/02 e 2004/05) passou a estar contida no escalão etário que frequenta o grau secundário (14 -19 anos) e a influenciar a rede no ensino secundário.

Gráfico IV.13 - Evolução da frequência do ensino secundário no concelho de Loures.

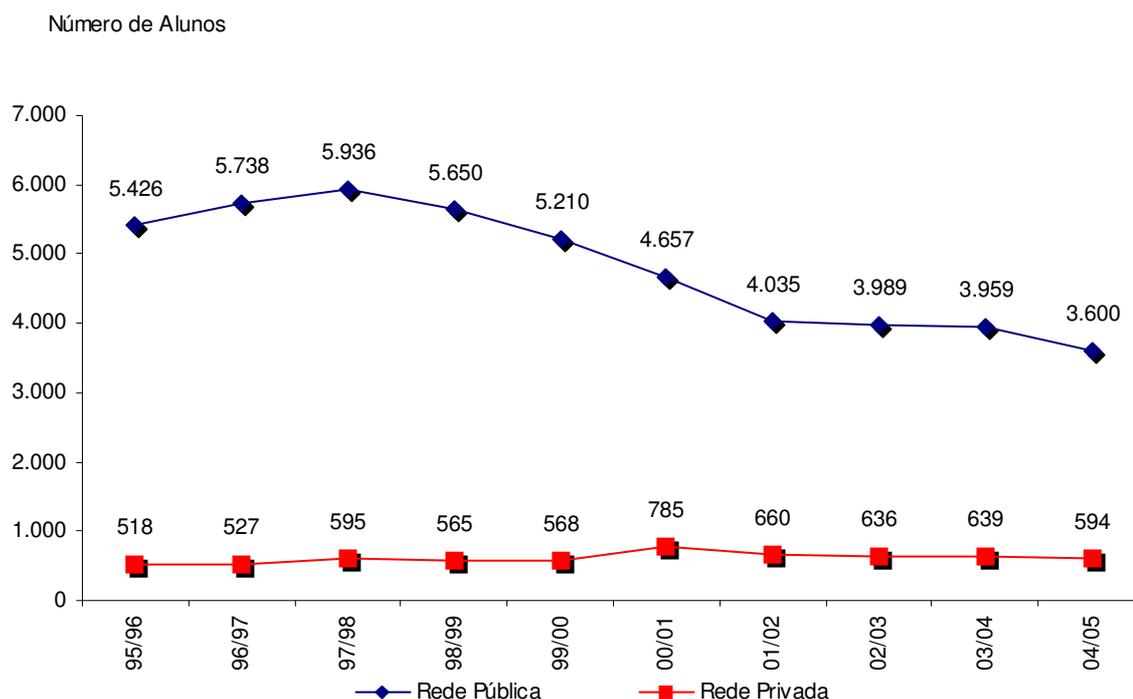
Número de Alunos



Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI.

Considerando as **redes escolares singularmente**, verifica-se o mesmo comportamento do nível básico, i.e., uma presença maioritariamente pública – **a rede privada representa apenas 14,2% do total da frequência** neste nível de ensino (gráfico IV.14).

Gráfico IV.14 - Evolução da frequência do ensino secundário por redes de ensino, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI.

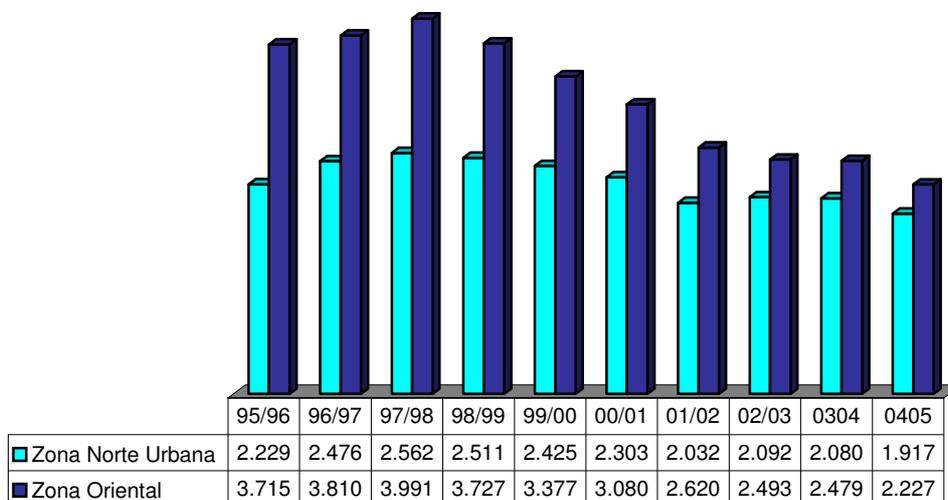
Quanto ao **comportamento das redes** ao longo da década, destacam-se alguns aspectos, nomeadamente:

- A **rede pública** apresentou valores sempre crescentes até 1997/98, seguidos de um período de decréscimo contínuo até 2004/05, o que correspondeu a uma taxa de evolução negativa de 33,7%, menos 1826 alunos matriculados;
- Ainda na **rede pública** de 1999/00 para 2000/01, verificou-se um decréscimo de 553 alunos (10,6%); **na rede privada**, inversamente, no mesmo período de tempo registou-se um aumento de 217 alunos (38,2%);
- A **rede privada** caracterizou-se no período em análise por um crescimento contido até 1999/00, um pico em 2000/01 seguido de um período de redução no número de matriculas até 2004/05 o que no cômputo geral, correspondeu a uma perda de 76 alunos e a uma taxa de evolução negativa de 14,7%.

Pelo facto de não existirem estabelecimentos de Ensino com o grau Secundário na Zona Norte Rural (deslocando-se os alunos normalmente para os equipamentos da Zona Norte Urbana), a análise efectuou-se às **duas Zonas do Concelho** com valores de frequência (Zona Norte Urbana e Oriental), sendo que:

- Foi na **Zona Oriental** que se confirmaram as maiores variações negativas, quer em termos absolutos (1488 alunos), quer relativos (40,1%) (gráfico IV.15);
- A **Zona Norte Urbana** registou uma diminuição dos valores da frequência entre 1995/96 e 2004/05 de 14% (corresponde a uma redução do número de matrículas em 312 alunos);
- Em 2004/05 o peso da frequência de cada zona face ao total de alunos presentes no ensino secundário no concelho, foi de 45,7% na **Zona Norte Urbana** e de 54,3% na **Zona Oriental**.

Gráfico IV.15 - Evolução da frequência do ensino secundário por zonas, no concelho de Loures.



Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI.

Alunos com Necessidades Específicas de Educação

Neste nível de ensino, o número de alunos com necessidades específicas de educação a frequentar os estabelecimentos de ensino da rede pública no ano lectivo 2004/05 é muito menor que o registado nos níveis de educação/ensino referidos anteriormente (quadro IV.8), representando apenas 0,7% do total de alunos matriculados neste grau de ensino.

Quadro IV.8 - Necessidades específicas de educação no ensino secundário, na rede pública (2004/05).

Tipo de Dificuldade	N.º Alunos	%
Dificuldade Aprendizagem	7	28
Distúrbio Emocional	2	8
Mental	1	4
Motora	2	8
Múltiplas Deficiências	1	4
Outras Situações	9	36
Sem Diagnóstico	3	12
TOTAL	25	100

Fonte: DEJ/AGRE;DPE/DPEI.

Ensino Técnico Profissional

Relativamente ao ensino técnico-profissional, existe no concelho de Loures desde 1993, apenas um estabelecimento onde este tipo de ensino é ministrado, o Instituto Técnico-Profissional de Transportes que em 2004/05 registou uma frequência de 126 alunos, divididos por 3 cursos que conferem equivalência ao 12º ano:

- Técnicos de Transportes;
- Técnicos de Sistema e Gestão Informático;
- Técnico de Contabilidade

Estes cursos possibilitam a continuação dos estudos e conferem certificação profissional de nível III (corresponde a profissionais altamente qualificados - quadros intermédios)

Paralelamente e em regime nocturno, funciona um curso de especialização tecnológica – Instalação e Manutenção de Redes, com equivalência ao Bacharelato, conferindo certificação de aptidão profissional de nível IV.

Como pontos conclusivos realça-se:

- A rede privada concentra a sua presença na educação pré-escolar onde ultrapassa a rede pública sendo fortemente minoritária nos outros ciclos;
- A frequência na educação pré-escolar da rede pública, tem vindo a registar significativo aumento; no entanto, 62,3% da frequência ainda se efectuou na Rede Privada, no ano lectivo 2004/05;
- Apenas a educação pré-escolar apresentou uma evolução crescente da frequência. O ensino básico e o secundário apresentaram tendências de frequência decrescentes, particularmente acentuadas no 2º e 3º ciclos e no secundário (3,9% no 1º ciclo, 26,5% nos 2º e 3º ciclos e 31,3% no secundário);
- **A evolução do total da frequência no concelho de Loures foi negativa:** a população presente na rede nos 1º 2º 3º Ciclos e Secundário entre 1995/96 e 2004/05 sofreu uma variação negativa de 12,5%;
- A população residente em idade escolar no período intercensitário entre 1991 e 2001 sofreu uma variação negativa de 22,9%;
- Em todos os níveis de ensino existe um número significativo de crianças/alunos com necessidades específicas de educação, sobretudo dificuldades de aprendizagem, constituindo, no seu todo, cerca de 9,1% da população escolar presente na rede pública no concelho de Loures.

3.2 Taxa de Retenção e de Abandono Escolar

Apresenta-se neste ponto, e relativamente aos equipamentos educativos da rede pública, as taxas de retenção e abandono nos ensinos básico e secundário, para o concelho e para cada uma das zonas.

Entende-se por taxa de retenção¹ de um dado nível de ensino, “a percentagem dos efectivos escolares que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, num determinado grau de ensino, em relação à totalidade de alunos que iniciaram esse mesmo grau de ensino”; por taxa de abandono² “a relação entre o número de indivíduos que na passagem entre dois anos lectivos consecutivos não estão presentes no Sistema de Ensino e os indivíduos matriculados no primeiro dos anos lectivos considerados”

O período de referência considerado foi entre os anos lectivos 1999/00 e 2003/04; de referir no entanto que:

- para o ano lectivo 2001/02 os dados sistematizados sobre o abandono escolar não permitem uma correcta avaliação, pelo que este ano lectivo não foi considerado no estudo;
- se constatou a existência de escolas que, nuns anos forneceram dados e noutros não, pelo que os valores apresentados, encontram-se na maioria dos anos lectivos, sub-avaliados.

Apesar de não se efectuar qualquer análise, considera-se pertinente lembrar que ainda existe um pequeno número de crianças oriundas de diferentes etnias e conseqüentemente com padrões culturais dissemelhantes, que nunca chegam a frequentar o sistema de ensino, pelo que não são contabilizadas nos abandonos.

Do que se identificou como abandonos escolares, refere-se que alguns poderão ter derivado de eventuais mobilidades das famílias para fora do concelho, não correspondendo portanto a situações de abandono efectivo do sistema educativo mas sim de abandono da rede educativa concelhia, e por essa razão identificaremos por “abandono”.

¹ “Cartografia do Abandono e Insucesso Escolares”, Internet (www.min-edu.pt)

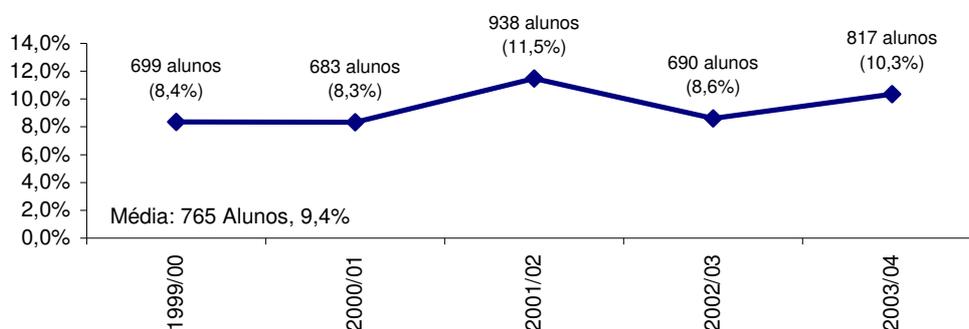
² “Manual para a Elaboração da Carta Educativa, Ministério Educação

3.2.1. 1º Ciclo do Ensino Básico

3.2.1.1 Retenção Escolar

Neste ciclo de ensino, a taxa **média de retenção** no concelho de Loures para o período analisado (entre 1999/00 e 2003/04) foi de **9,4%** (765 alunos) ocorrendo em dois anos lectivos (2001/02 e 2003/04) valores de retenção superiores à média do período (gráfico IV.16).

Gráfico IV.16- Evolução da taxa de retenção no 1º CEB, no concelho de Loures



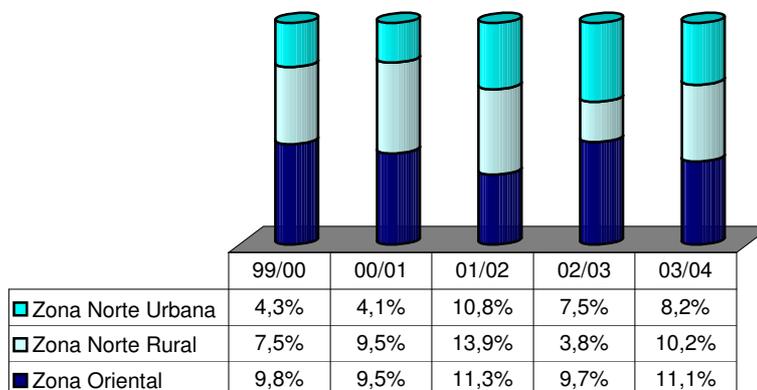
Fonte: DEJ/AGRE.

O valor mais elevado registou-se em 2001/02 (11,5%, 938 alunos) e o mais reduzido, em 2000/01 (8,3%, 683 alunos).

Ocorreu no período em análise uma **variação da taxa de retenção de 23,7%**, correspondendo a um aumento de 118 alunos com insucesso escolar neste ciclo de ensino.

Espacializando a análise à **Escala Zonal**, constata-se por um lado a ausência de uniformização das taxas de retenção em todas as zonas e por outro, à excepção do ano lectivo 2002/03, a semelhança comportamental dos valores das taxas de retenção nas **Zonas Oriental e Norte Rural** (gráfico IV.17), no que respeita às tendências evolutivas.

Gráfico IV.17 - Evolução da taxa de retenção no 1º CEB por zonas, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE.

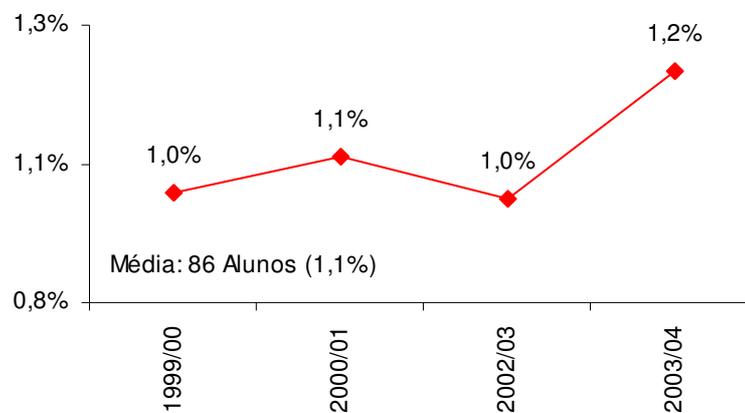
- A **Zona Norte Urbana** foi a que registou no período analisado, taxas inferiores excepto em 2002/03, ano lectivo em que a **Zona Norte Rural** registou os valores relativos inferiores;
- Verificou-se em **todas as Zonas** taxas de variação tendencialmente evolutivas, sendo a **Zona Norte Urbana** a que registou maiores valores relativos e absolutos, 90,8% (mais 65 alunos retidos); a **Zona Norte Rural** assinalou uma variação de 35,8% (14 alunos) e a **Zona Oriental**, 12,7% (39 alunos).

3.2.1.2. Abandono Escolar

Quando nos referimos ao “abandono” no 1º ciclo do ensino básico e como já referido no início deste sub-capítulo, alguns casos poderão estar relacionados com a mobilidade das famílias e respectiva transferência dos alunos para outros locais de ensino, sem que o facto tenha sido comunicado ao estabelecimento de ensino; no entanto, e porque não temos dados que nos permitam concluir sobre os diferentes motivos que levam os alunos a ausentar-se da rede, definiu-se efectuar a análise considerando que as ausências da rede educativa do concelho, correspondem a abandonos escolares.

O período analisado caracterizou-se por ter registado uma inércia quase total, com valores que oscilaram entre 1% em 1999/00 e em 2002/03 e 1,2% no último ano lectivo analisado (gráfico IV.18).

Gráfico IV.18 - Evolução da **taxa de abandono** no 1º CEB, no concelho de Loures



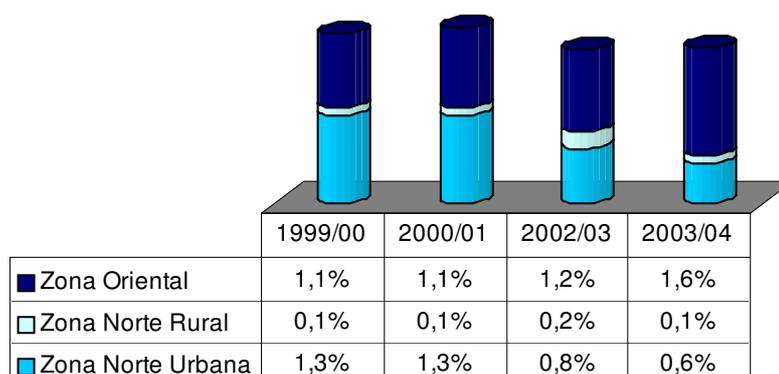
Fonte: DEJ/AGRE.

O **valor médio das taxas de abandono** neste ciclo de ensino foi de **1,1%** (86 alunos), tendo ocorrido no ano lectivo 2000/01 um valor igual à média e em 2003/04, um valor superior (1,2%, 94 alunos), tendo este ano lectivo registado, no período analisado, o maior número de “abandonos” escolares.

Aferiu-se uma **variação da taxa de 18,4%** o que, em termos absolutos representa um aumento de 10 “abandonos” entre o primeiro e o último anos lectivos em análise;

Efectuando a análise do “abandono” escolar nas **zonas do concelho**, constata-se que a inércia verificada na evolução das taxas de abandono à escala concelhia, não esteve patente à escala das **Zonas**, definindo-se alguma heterogeneidade na concentração da distribuição das taxas (gráfico IV.19);

Gráfico IV.19 - Evolução da **taxa de abandono** no 1º CEB por zonas, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE

A **Zona Oriental** deteve as **maiores taxas de abandono** nos últimos dois anos lectivos analisados, registando uma variação de 45,5%, o que corresponde a um aumento de 39 “abandonos”.

A **Zona Norte Urbana** contrariamente à anterior, foi nos dois primeiros anos lectivos analisados que concentrou os maiores valores percentuais de abandono escolar (1,3%) que se reflectiram na variação da taxa numa redução de 54% (23 alunos).

A **Zona Norte Rural** apresentou valores de abandonos quer relativos, quer absolutos, quase nulos.

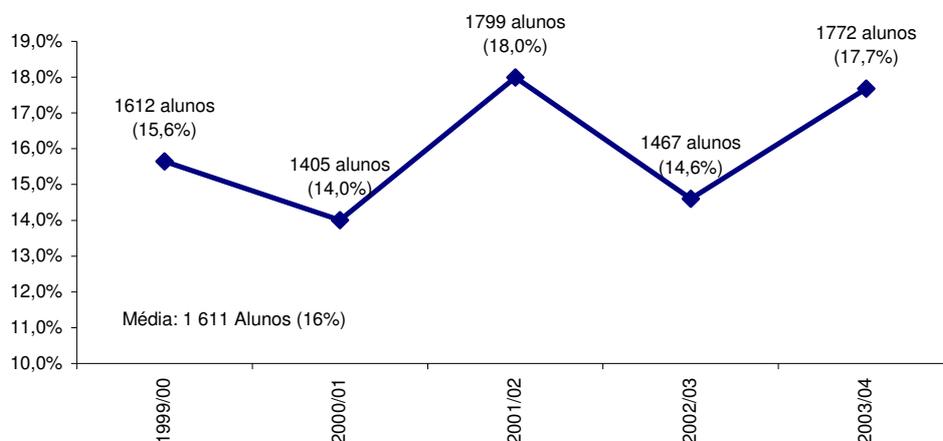
No ano lectivo 2003/04, dos 7898 alunos matriculados na rede pública, 6987 (88,5%) obtiveram sucesso escolar, 817 (10,3%) ficaram retidos no mesmo grau de ensino e os restantes 94 (1,2%) abandonaram a rede escolar concelhia no decorrer daquele ano lectivo.

3.2.2 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

3.2.2.1. Retenção Escolar

A taxa **média de retenção** neste ciclo de ensino para a evolução da retenção no período referido, foi de **16%** (1611 alunos) registando-se, tal como no 1º ciclo do Ensino Básico, valores superiores à média apenas nos anos lectivos 2001/02 e 2003/04 (gráfico IV.20).

Gráfico IV.20 - Evolução da taxa de **retenção** no 2º e 3º CEB, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE

A curva definida pelo comportamento dos valores da retenção escolar, mostrou-se bastante irregular, devendo-se em parte ao facto de algumas escolas, em alguns anos lectivos, não disponibilizarem os dados.

O valor mínimo ocorreu em 2000/01, com uma taxa de retenção de 14,0% (1405 alunos) e o máximo em 2001/02 com uma taxa de retenção de 18,0% (1799 alunos).

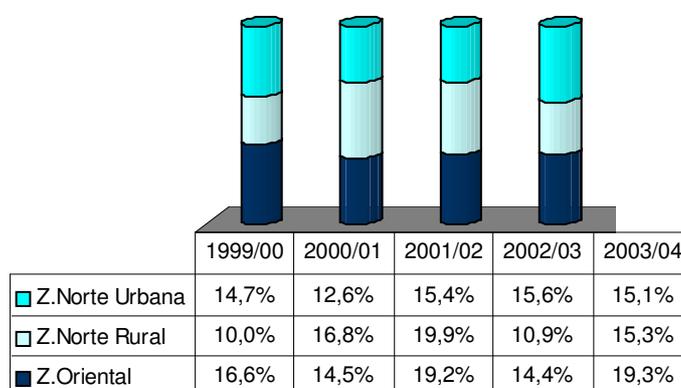
Verificou-se no período analisado, uma **variação da taxa** de **13,0%**, correspondendo a um aumento de 160 alunos que não obtiveram sucesso escolar.

Pela análise do gráfico da evolução da taxa de retenção **por zonas** (gráfico IV.21) constata-se que:

- No ano lectivo 1999/00 foi a **Zona Oriental** que registou a maior taxa de retenção tendo ocorrido o valor máximo nesta zona em 2003/04. A variação da taxa de retenção no período analisado foi de 16,3%, ou seja, mais 130 alunos com insucesso escolar;

- Nos anos lectivos 2000/01 e 2001/02 foi a **Zona Norte Rural** a que assinalou os maiores valores relativos de alunos retidos, sendo de salientar o aumento que ocorreu entre 1999/00 e 2000/01; a taxa de variação entre os primeiro e o último anos analisados foi de 53,7% (aumento de 19 alunos retidos);
- A **Zona Norte Urbana** registou algum aumento da taxa de retenção em 2001/02, mantendo praticamente esse valor até final do período analisado, totalizando uma variação da taxa de 2,6% (11 alunos).

Gráfico IV.21 - Evolução da **taxa de retenção** no 2º e 3º CEB por zonas, no concelho de Loures

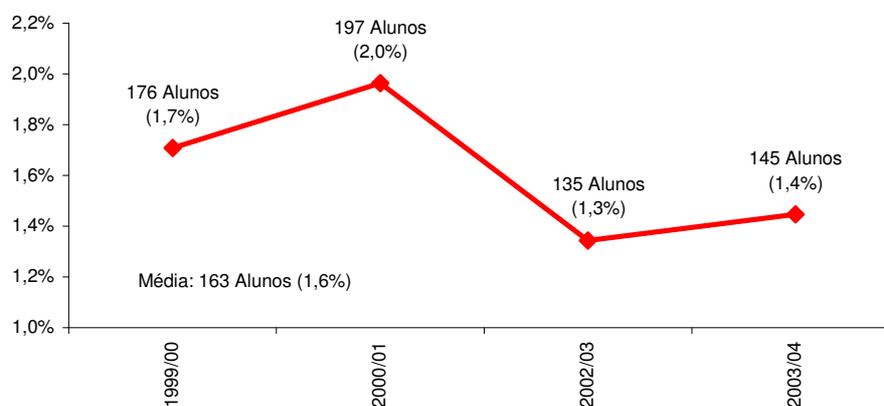


Fonte: DEJ/AGRE

3.2.2.2. Abandono Escolar

A **taxa média** de alunos que abandonaram a rede educativa do concelho neste grau de ensino, foi de **1,6%** (163 alunos) (gráfico IV.22).

Gráfico IV.22 - Evolução da **taxa de abandono** no 2º e 3º CEB, no concelho de Loures.



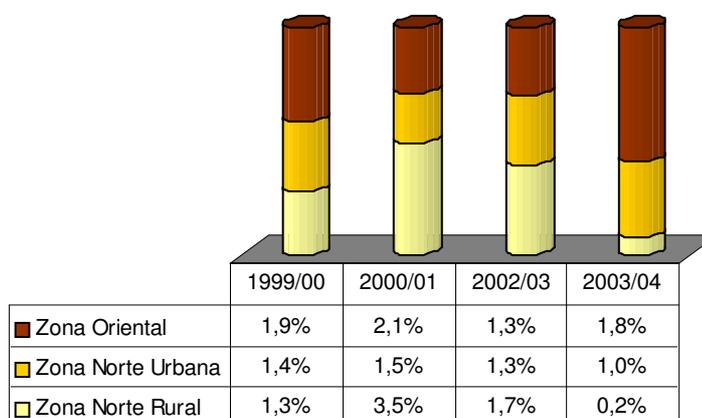
Fonte: DEJ/AGRE

Os dois últimos anos lectivos analisados manifestaram uma tendência para a redução dos valores de abandono, bem como da **variação da taxa (involução de 15,3%, 31 alunos)**.

O comportamento dos valores relativos da taxa de abandono por **zonas** (gráfico IV.23), caracterizou-se pelos seguintes aspectos:

- A **Zona Oriental** registou um comportamento idêntico ao do concelho: um aumento nas taxas de abandono entre 1999/00 e 2000/0, seguido de involução em 2002/03 e um aumento em 2003/04. No período em análise, a **Zona Oriental** sofreu uma redução na taxa de abandono de 6,7% (12 alunos);
- Também a **Zona Norte Urbana** apresentou uma variação da taxa negativa de 28,3%, correspondendo a menos 14 alunos que abandonaram o ensino entre 1999/00 e 2003/04, bem como a **Zona Norte Rural** cuja variação da taxa foi negativa (81,3%) o que em valores absolutos, não é relevante, pois corresponde a uma diminuição de 5 abandonos, mas que se revela como um aspecto positivo

Gráfico IV.23 - Evolução da taxa de **abandono** nos 2º e 3º CEB por zonas, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE

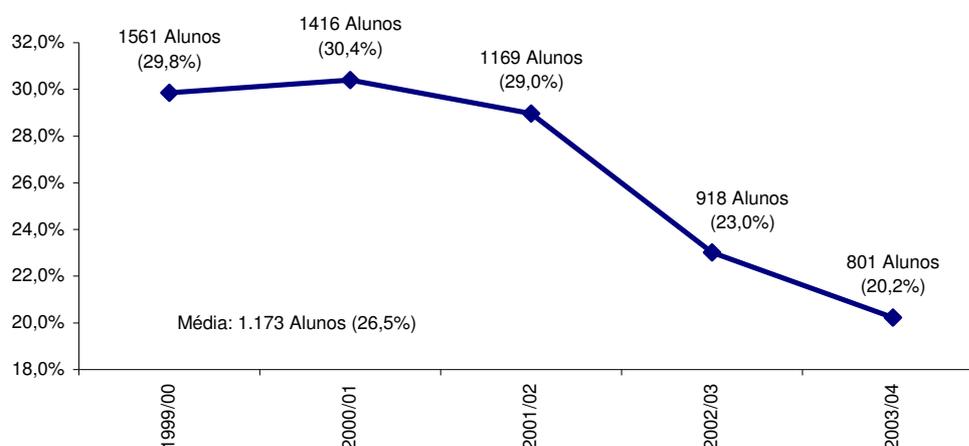
No ano lectivo 2003/04, dos 10022 alunos matriculados, 8105 (80,9%) obtiveram sucesso escolar, 1772 (17,7%) ficaram retidos no mesmo grau de ensino e os restantes 145 (1,5%) abandonaram a rede educativa do concelho no decorrer daquele ano lectivo.

3.2.3 Ensino Secundário

3.2.3.1. Retenção Escolar

Com exceção para o ano lectivo 2000/01 em que ocorreram aumentos nos valores relativos dos alunos retidos (gráfico IV.24), nos restantes anos lectivos a tendência foi para o decréscimo progressivo dos alunos com insucesso escolar, originando uma **variação da taxa de evolução negativa (32,2%, 760 alunos)**.

Gráfico IV.24 - Evolução da taxa de **Retenção** no ensino secundário, no concelho de Loures

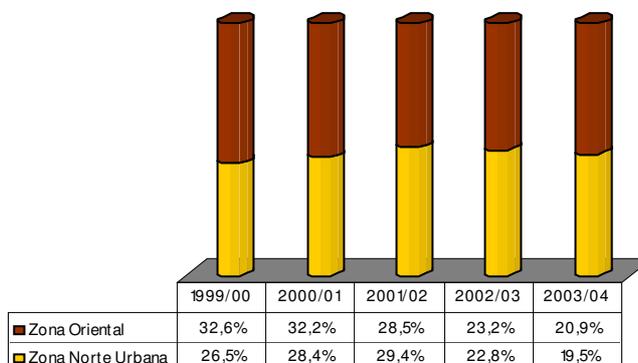


Fonte: DEJ/AGRE

O **valor médio** de alunos retidos no ensino secundário foi de 1173 alunos (26,5%), e apresentaram valores superiores à média, os três primeiros anos lectivos, do período considerado.

Procedendo-se à análise por **Zonas**, constata-se que os valores de alunos com insucesso escolar manifestaram no geral uma tendência global para a diminuição progressiva nas duas zonas do concelho que possuem escolas com o grau de ensino secundário (**Zonas Norte Urbana e Oriental**) (gráfico IV.25).

Gráfico IV.25 - Evolução da **taxa de Retenção** no ensino secundário por zonas, no concelho de Loures



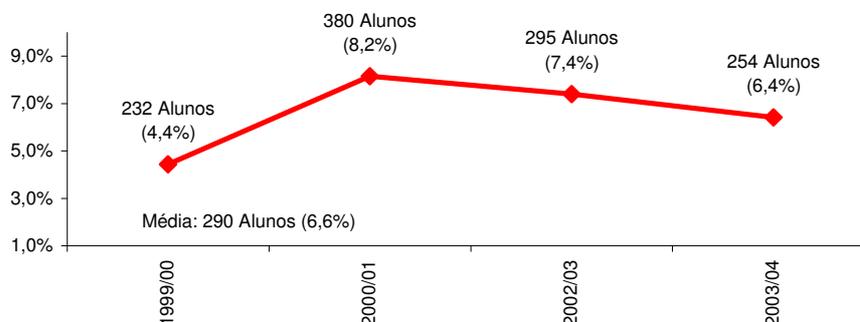
Fonte: DEJ/AGRE

Como exceção, houve a registar a **Zona Norte Urbana** que inicialmente definia uma tendência para o aumento do número de alunos retidos mas que nos últimos dois anos lectivos analisados inverteu essa tendência e, comparando os valores registados em 2003/04 com os de 2001/02, constatou-se um decréscimo relativo da retenção de 9,9 pontos percentuais.

3.2.3.2. Abandono Escolar

O comportamento do abandono escolar apresentou dois momentos bem definidos: de 1999/00 para 2000/01 com uma nítida tendência para o aumento do número de alunos que abandonaram o ensino e de 2000/01 até final da série de anos analisados, em que a tendência foi ligeiramente involutiva (gráfico IV.26).

Gráfico IV.26 - Evolução da taxa de **Abandono** no ensino secundário, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE

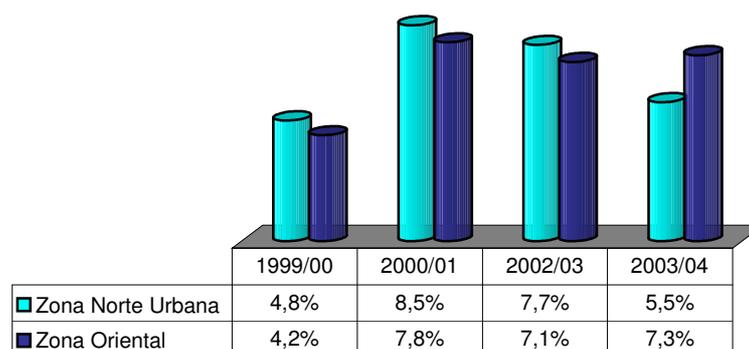
No entanto, no total do período, a **variação da taxa de abandono** foi de 44,6% (mais 22 alunos entre o primeiro e o último anos analisados).

O **valor médio** de abandonos (**6,6%**, 290 alunos) foi ultrapassado em dois anos lectivos (2000/01 e 2002/03).

O comportamento do abandono escolar à **escala zonal**, é em tudo semelhante ao verificado à escala concelhia (gráfico IV.27):

- No ano lectivo de 1999/00 para 2000/01 nas **duas Zonas** com escolas secundárias (**Oriental e Norte Urbana**) ficou patente o aumento da taxa de abandono em 2000/01 e o continuado decréscimo a partir desse ano e até ao final do período considerado na **Zona Norte Urbana**;
- Na **Zona Oriental**, a partir de 2000/01 os valores mantiveram-se praticamente constantes.

Gráfico IV.27 - Evolução da **taxa de Abandono** no ensino secundário por zonas, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE

No ano lectivo 2003/04, dos 3959 alunos matriculados, 2904 (73,4%) obtiveram sucesso escolar, 801 (20,2%) ficaram retidos no mesmo grau de ensino e os restantes 254 (6,4%) abandonaram a rede educativa concelhia no decorrer daquele ano lectivo.

Como pontos conclusivos, realça-se:

- No concelho de Loures e no período decorrido entre 1999/00 a 2003/04, as taxas de retenção diminuíram apenas no ensino secundário e as de abandono diminuíram no 2º e 3º ciclos;
- Nos restantes ciclos, as taxas de abandono e de retenção registaram aumentos naquele período de tempo;
- Os valores das taxas de retenção e abandono são tanto mais altos quanto mais elevado é o nível de ensino;
- A média das taxas de retenção foi mais elevada na **Zona Oriental** em todos os graus de ensino;
- A média das taxas de abandono foi mais elevada na **Zona Oriental** do concelho no ensino básico; o grau secundário obteve taxas médias similares nas **Zonas Norte Urbana e Oriental**.

3.3. Taxa de Cobertura¹ na Educação Pré-Escolar e Taxa Bruta de Escolarização² no Ensino Básico e Secundário

No ano lectivo 2001/02 a população presente na rede escolar do concelho contava-se em 27.511 crianças e alunos a frequentar estabelecimentos de ensino da rede pública e privada.

O cruzamento desta população com o número de residentes na faixa etária dos 3 aos 19 anos, 37.935 habitantes recenseados no Censos 2001, traduziu-se numa taxa de cobertura e taxa bruta de escolarização no Concelho, de 72,5% (Quadro IV.9) em 2001/02.

A distribuição por níveis de ensino e de educação revelou que entre 1991/92 e 2004/05:

- A taxa de cobertura no pré-escolar aumentou 46,8% (em 1991/92 estavam presentes na rede no pré-escolar 1554 crianças e em 2004/05, 4280 crianças);
- Os graus de ensino obrigatórios (1, 2º e 3º ciclos do ensino básico) apresentaram taxas brutas de escolarização em 1991/92 de 88,4 % e 90,5% respectivamente;
- Em 2004/05 registaram-se taxas de 106,0% no 1º ciclo e 97,5% no 2º e 3º ciclos, o que em parte é justificado pela quantidade de alunos provenientes de outros concelhos, sobretudo ao nível do 1º ciclo (4,1%), conforme se poderá verificar no sub-capítulo 3.5 – Fluxos;
- Ao nível do ensino secundário entre 1991/92 e 2004/05 ocorreu um aumento na variação da taxa bruta de escolarização de 15,3%, não por se ter verificado aumento do número de alunos, mas sim devido à redução do número de residentes no concelho neste grupo etário entre 1991 e 2001(ocorreu uma diminuição de 4.097 residentes, menos 24% de população escolarizável em idade de frequentar o grau secundário, relativamente a 1991).

¹ **Taxa de Cobertura** é a relação entre o número de crianças inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar e a população em idade normal de frequência desse nível de ensino (3-5 anos) Fonte: M.E., *Manual para a Elaboração da Carta Educativa*;

² **Taxa de Escolarização** é a relação entre o número de indivíduos matriculados num determinado ano de escolaridade e a população estimada com a idade própria para a frequência desse ano de escolaridade. As taxas de escolarização serão brutas ou líquidas consoante se admite o número total de matriculados num determinado ano de escolaridade ou apenas os indivíduos com a idade própria para a sua frequência.

Quadro IV.9- Taxas Brutas de Cobertura e de Escolarização no Concelho de Loures em 1991/92, 2001/02 e 2004/05, na Rede Pública e Privada.

Grau Ensino	Residentes no Concelho (Censos 91)	Frequência (91/92) Nº	Taxa Bruta Escolariz. 91/92 *	Residentes no Concelho (Censos 01)	Estatuto Jurídico	Frequência 2001/02 Nº	Frequência 2001/02 %	Taxa Bruta Escolariz. 01/02 *	Frequência 2004/05 Nº	Frequência 2004/05 %	Taxa Bruta Escolariz. 04/05 *
PRÉ-ESCOLAR (3-5 anos)	6329	1554	24,6	5998	Pública	1479	45,4	24,7	1589	37,1	26,5
					Privada	1780	54,6	29,7	2691	33,8	44,9
					Sub-Total	3259	100,0	54,3	4280	100,0	71,4
1º CICLO (6-9 anos)	10251	9065	88,4	8298	Pública	8167	91,6	98,4	7966	90,6	96,0
					Privada	750	8,4	9,0	831	8,4	10,0
					Sub-Total	8917	100,0	107,5	8799	100,0	106,0
2º, 3º CICLOS (10-14 anos)	15825	14316	90,5	10686	Pública	9.999	94,0	93,6	9.885	94,8	92,5
					Privada	641	6,0	6,0	538	14,9	5,0
					Sub-Total	10.640	100,0	99,6	10423	100,0	97,5
SECUNDÁRIO (15-19 anos)	17050	4782	28,0	12953	Pública	4.035	85,9	31,2	3.600	85,8	27,8
					Privada	660	14,1	5,1	594	2,6	4,6
					Sub-Total	4.695	100,0	36,2	4194	100,0	32,4
CONCELHO (3-19 anos)	49455	29717	60,1	37935	Pública	23.680	86,1	62,4	23.040	83,2	60,7
					Privada	3.831	13,9	10,1	4.654	16,8	12,3
					Sub-Total	27.511	100,0	72,5	27694	100,0	73,0

a) No ensino pré-escolar, corresponde a taxa de cobertura;

b) As taxas brutas de escolarização e de cobertura foram calculadas para 2004/05 tendo por base a pop.residente no concelho em 2001

Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI

Reportando-se a análise às **redes pública e privada**, constatou-se que:

- Na **educação pré-escolar**, rede pública entre os anos lectivos 2001/02 e 2004/05 se registou um aumento de 1,8 pontos percentuais e na rede privada, um aumento de 15,2 pontos percentuais (corresponde a uma variação da taxa de cobertura de 7,3 % e 51,2%, respectivamente);
- No mesmo período mas para o **Ensino Básico e Secundário** (redes publica e privada) a variação da taxa bruta de escolarização caracterizou-se pela inércia registada, mas com uma tendência ligeiramente involutiva (de 1,4%, 2,1% e 10,5% respectivamente), estando patente nestes graus de ensino a preeminência da taxa Bruta de Escolarização na Rede Pública comparativamente com a da Rede Privada.

Mudando a escala de análise da distribuição da taxa de cobertura e da taxa bruta de escolarização para o nível Zonal (Quadro IV.10) , verificou-se que:

- Ao nível do pré-escolar a distribuição das mesmas efectuou-se de forma homogénea nas zonas Norte Urbana e Rural, apresentando valores significativamente inferiores na Zona Oriental;
- No 1º ciclo a distribuição das mesmas ocorreu de forma similar nas 3 Zonas;
- No 2º e 3º ciclos, a Zona Norte Rural apresentou taxas brutas de escolarização muito inferiores comparativamente com as restantes zonas;
- No secundário, na Zona Norte Rural não foi calculada a taxa bruta de escolarização , atendendo à inexistência de estabelecimentos de ensino com aquela valência;
- A taxa bruta de escolarização no ensino secundário, foi nitidamente superior na Zona Norte Urbana comparativamente com a Zona Oriental, sendo esta supremacia justificada pelo facto de, na quase totalidade, os alunos residentes nas freguesias que constituem a Zona Norte Rural e que frequentam este grau de ensino, estarem matriculados nas escolas secundárias da Zona Norte Urbana, influenciando portanto a sua taxa bruta de escolarização.

Quadro IV.10 - Taxa de Cobertura e Taxa Bruta de Escolarização por zonas, no Concelho de Loures (2001/02)

	Z. Oriental			Z.N.Urbana			Z.N.Rural		
	Pop. Presente Rede 2001/02	Pop. Residente Censos2001	Taxa Bruta Escolariz. %	Pop. Presente Rede 2001/02	Pop. Residente Censos2001	Taxa Bruta Escolariz. %	Pop. Presente Rede 2001/02	Pop. Residente Censos2001	Taxa Bruta Escolariz. %
Pré Escolar	1867	3771	49,5	1044	1692	61,7	348	535	65,0
1º Ciclo	5456	5177	105,4	2.588	2366	109,4	873	755	115,6
2º, 3º Ciclos	6.862	6804	100,9	3.320	2845	116,7	458	1037	44,2
Secundário	2.620	8539	30,7	2.032	4414*	46,0	-----	1234**	-----
Todos Ciclos	16805	24291	69,2	8984	11317	79,4	1679	3561	47,1

* Inclui a população com idades compreendidas entre os 15-19 anos residente na zona norte rural, atendendo à inexistência de estabelecimentos de ensino com valência de secundário;

** Esta população foi integrada na população da zona norte urbana

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 2001; DEJ/AGRE

3.4. Previsão da População a Escolarizar

De acordo com a revisão do PDM de Loures (Revisão do PDM, Programa Base – 2ª Fase, 2005), o município elegeu como eixos estratégicos prioritários para o decénio de vigência do PDM, a estruturação e consolidação das cidades de Loures e de Sacavém.

Pretende-se para estas duas cidades, a concretização de *“acções de estruturação urbanística, de forma a consolidar e integrar estes dois territórios urbanos numa lógica de complementaridade e de polarização de funções centrais que farão diminuir a excessiva dependência face a Lisboa”* (Revisão do PDM, Programa Base – 2ª Fase, 2005).

No presente estudo, a metodologia baseou-se nas projecções demográficas elaboradas pelo PDM (contemplam sobretudo o crescimento natural), bem como nos **compromissos urbanísticos a curto prazo** (planos, alvarás e pretensões) assumidos pelo município e designados por “Folgas de Operação”. Deste modo, os valores estimados rondarão os 242 756 habitantes em 2015.

No âmbito da Carta Educativa houve a **necessidade de estimar a população a escolarizar em 2015 no concelho**. Interessa por isso referir que nesta estimativa se manteve a tendência de diminuição da população jovem por freguesia, projectada para 2015 pelo PDM. Contudo, nas freguesias onde estão previstas novas construções (2,5 hab/fogo³), apurou-se através da estrutura média do concelho em 2001 aplicado às “folgas de operação”, a população escolar prevista para 2015.

A elaboração de um cenário prospectivo da população a escolarizar no horizonte temporal previsto pela Carta Educativa (2015), teve então como base:

- A aplicação da tendência de crescimento para os diferentes escalões etários, prevista para o total do concelho (Programa Base, Revisão do PDM, 2005), extrapolando-a para cada freguesia a partir dos dados do censo 2001;
- A aplicação às “folgas de operação” da estrutura média do concelho em 2001.

No quadro seguinte (quadro IV.11) relativo à população considerada (a escolarizar), as freguesias em que estão previstas as “folgas de operação”, estão evidenciadas em sublinhado.

³ Fonte: Revisão do PDM, Projecto do Plano – Análise Demográfica e Social, 2005.

Quadro IV.11 - População total e por níveis de ensino prevista para o Concelho de Loures para 2015.

	Total	JI	1º Ciclo	2º-3º Ciclo	Secundário
<u>Apelação</u>	6.793	250	380	539	459
<u>Bobadela</u>	10.425	222	350	464	514
Bucelas	5.003	125	179	247	209
<u>Camarate</u>	22.035	617	965	1.213	1.317
Fanhões	2.792	72	119	145	148
Frielas	2.708	88	128	158	190
<u>Loures</u>	39.513	1242	1.669	2.058	2.160
<u>Lousa</u>	3.575	93	130	156	182
<u>Moscavide</u>	14.233	264	320	371	453
Portela	15.825	331	510	703	852
Prior Velho	6.821	258	326	406	351
<u>Sacavém</u>	25.861	746	1.022	1.214	1.300
<u>St.ª Iria Azóia</u>	20.091	584	742	918	981
<u>St.º Antão Tojal</u>	4.594	125	170	250	264
<u>St.º Ant. Cavaleiros</u>	27.640	907	1.373	1.639	1.563
<u>São João Talha</u>	18.967	492	703	1.034	1.186
<u>São Julião Tojal</u>	5.186	157	222	313	325
Unhos	10.694	383	489	688	656
TOTAL CONCELHO	242.756	6.956	9.797	12.516	13.110

3.5 Fluxos: Zonas de Proveniência das crianças e alunos na Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário – Rede Pública

Numa definição mais objectiva da distribuição da procura, apresentar-se-á agora uma análise preliminar das zonas de proveniência das crianças e alunos a frequentar a rede pública educativa no ano lectivo 2004/2005.

Relativamente à rede privada de educação e ensino, a mesma não foi contemplada, tendo em conta a ausência de resposta por parte de muitos estabelecimentos sobre as zonas de proveniência dos respectivos alunos. Considera-se contudo que, apesar de parcial, a análise que se segue dá uma panorâmica da realidade no concelho de Loures.

Para uma abordagem global, ao nível do Concelho de Loures, apresenta-se de seguida um quadro resumo com o número de crianças e alunos por proveniência (quadro IV.12).

Quadro IV.12 – Frequência da Rede Escolar Concelhia em 2004/05: Proveniência das crianças/alunos por níveis de educação e ensino

Proveniência	Crianças/Alunos							
	Educação Pré-Escolar		1.º Ciclo do Ensino Básico		2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico		Ensino Secundário	
Dentro da Freguesia	1392	88%	7028	88,2%	7025	71,1%	2360	66%
Fora da Freguesia	197	12%	938	11,8%	2860	28,9%	1240	34%
Total Concelho	1589	-	7966	-	9885	-	3600	-

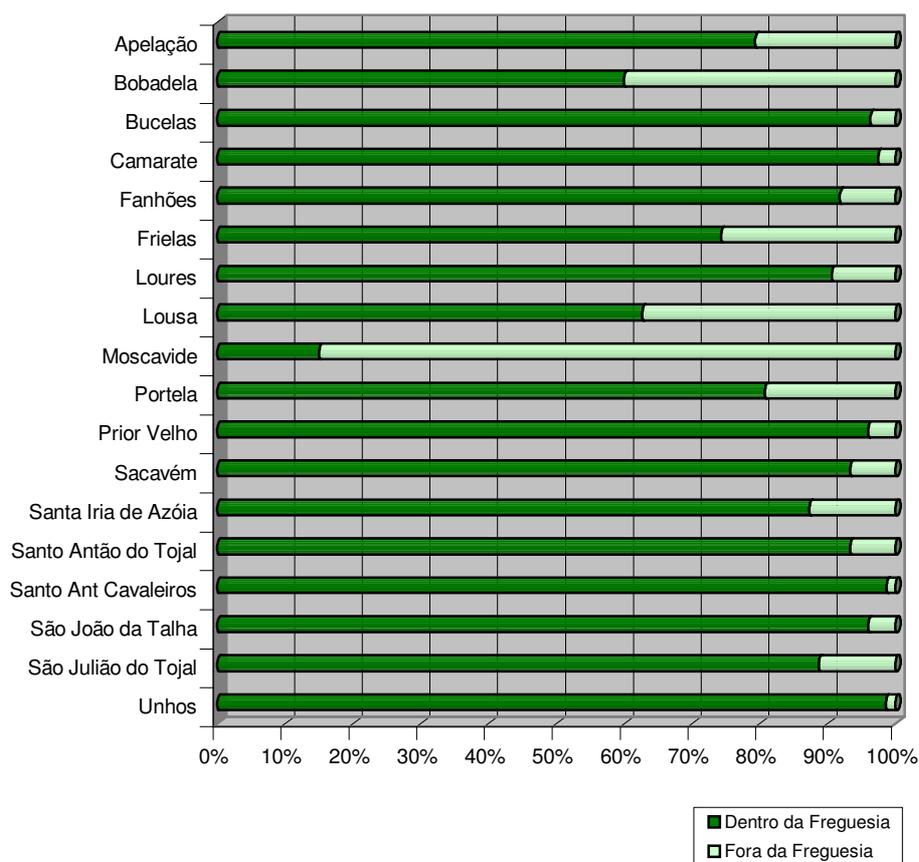
Fonte: DEJ/AGRE

3.5.1. Educação Pré-Escolar

A não existência de limitação de zonas de influência dos estabelecimentos de educação pré-escolar, associada a uma oferta que não cobre ainda a totalidade da população entre os 3 e 5 anos, não possibilita uma análise muito detalhada sobre este assunto.

No conjunto do Concelho de Loures, as crianças a frequentarem jardins de infância fora da sua freguesia de residência representam 12,2% do total da rede de educação pré-escolar (quadro IV.12). A análise dos dados ao nível da freguesia (gráfico IV.28), mostra que são as freguesias de Moscavide, Bobadela, Lousa e Frielas que recebem a maior percentagem de crianças provenientes de outras freguesias do Concelho ou fora deste.

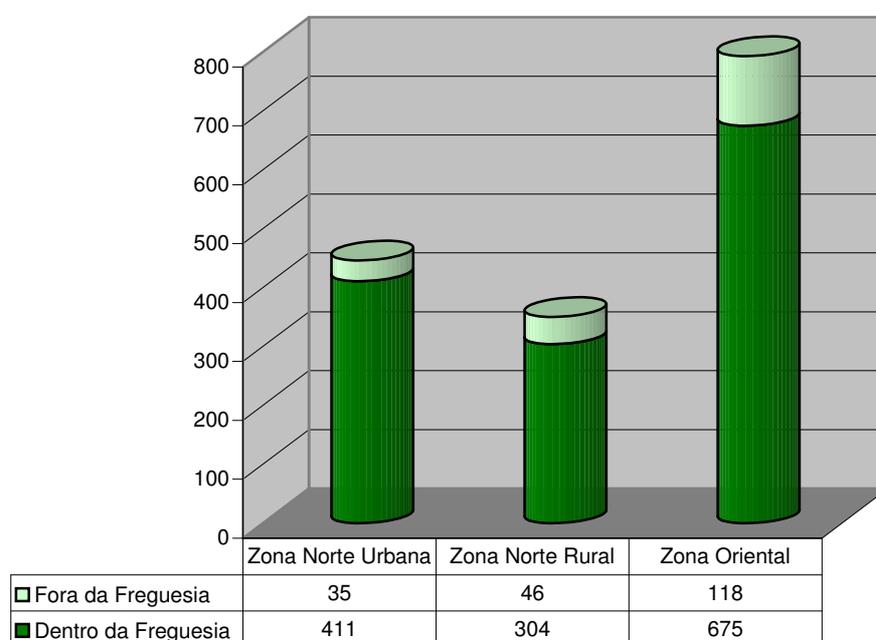
Gráfico IV.28 – Frequência da educação pré-escolar, por freguesia em 2004/05: proveniência (%)



Fonte: DEJ/AGRE/Estabelecimentos de Ensino

A análise por zonas (gráfico IV.29) revela que a distribuição das crianças provenientes de fora das freguesias que constituem cada uma das três zonas é pouco significativa, pese no entanto que do total das crianças da **zona oriental** que frequentam os jardins de infância, 118 são provenientes de fora da área de residência, correspondendo a 14,9% do total de crianças que frequentam os Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar daquela zona. Nas outras duas zonas essa mesma relação corresponde a 7,8% (35 crianças num total de 446) e 13,1% (46 crianças num total de 350), respectivamente para a **zona norte urbana e rural**.

Gráfico IV.29 – Frequência da educação pré-escolar, por zonas em 2004/05: proveniência (N.º)



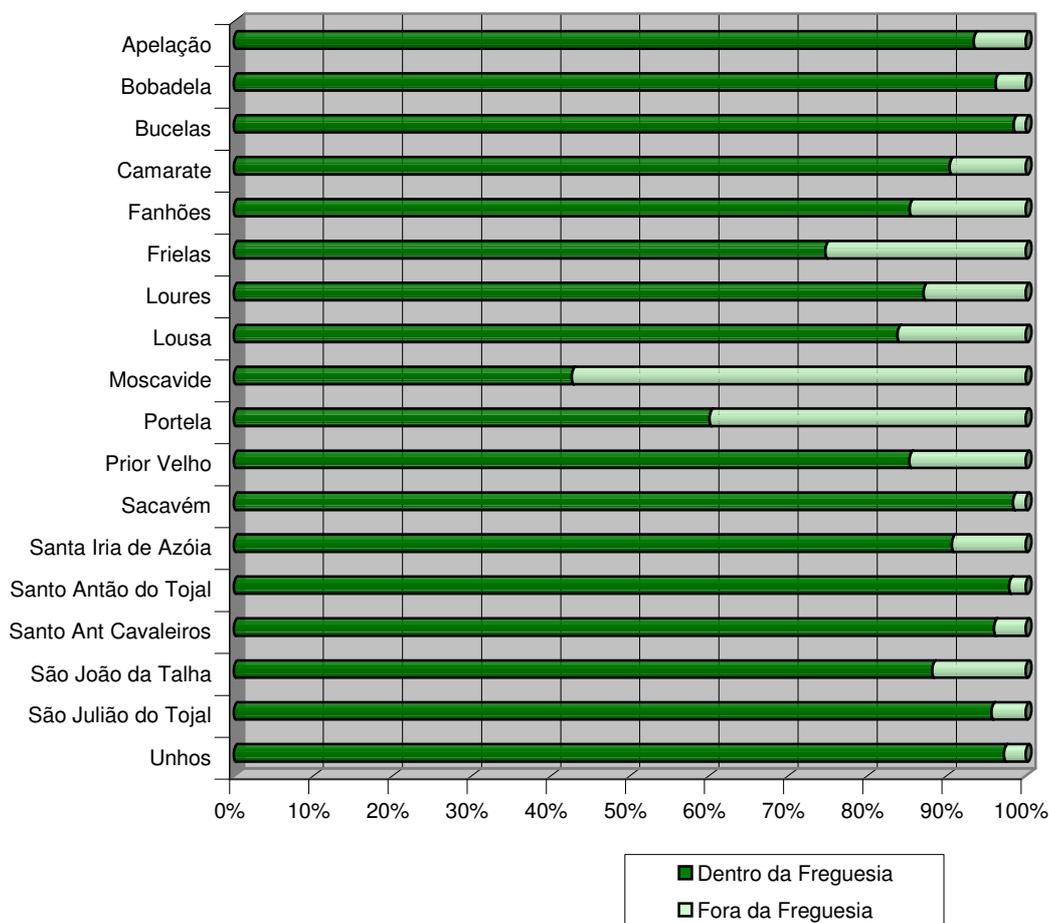
Fonte: DEJ/AGRE/Estabelecimentos de Ensino

3.5.2. 1º Ciclo do Ensino Básico

No que se refere ao 1º ciclo do ensino básico, do total dos 7966 alunos a frequentarem a rede pública no concelho no ano lectivo 2004/2005, 11,8% desses alunos frequentam estabelecimentos de ensino fora da sua freguesia de residência (quadro IV.12).

Verifica-se que são as escolas do 1.º ciclo do ensino básico da freguesia de Moscavide e Portela que recebem a maior percentagem de alunos residentes noutras áreas do concelho ou de fora deste (57,3% e 39,9% respectivamente), sendo ainda de referir a freguesia de Frielas com 25,3% (gráfico IV.30). No que concerne a Moscavide e Portela, esta dinâmica poderá estar relacionada com a forte implantação do sector terciário e a optimização da rede de acessibilidades, que se têm vindo a constituir como factores de atracção para a população de outros concelhos limítrofes, nomeadamente Lisboa e Vila Franca de Xira.

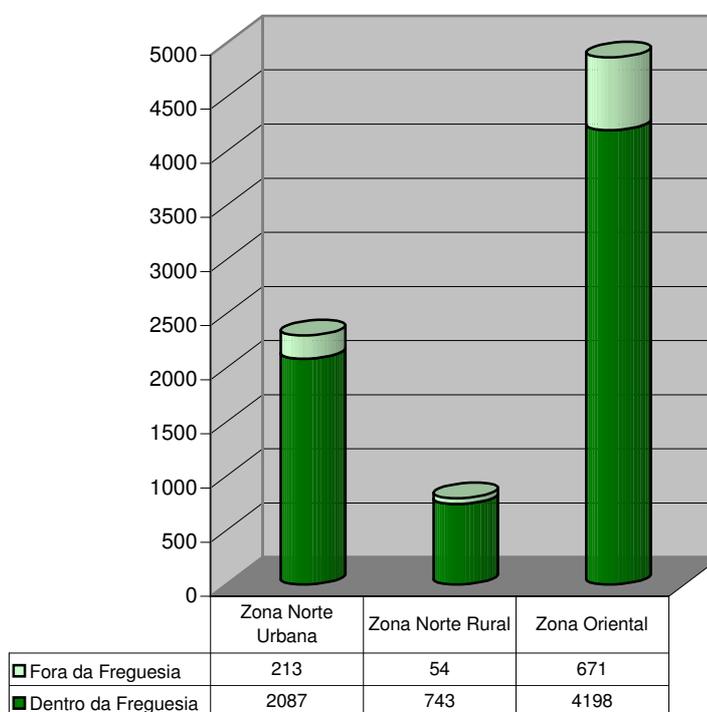
Gráfico IV.30 - Frequência do 1º CEB, por freguesia em 2004/05: proveniência (%)



Fonte: DEJ/AGRE

A mesma distribuição por zonas, revela que à semelhança da Educação Pré-Escolar são as escolas do 1.º ciclo do ensino básico existentes na **zona oriental** que recebem mais alunos de outras freguesias do Concelho ou de fora deste (671 de um total de 4869). Em termos percentuais, na relação entre o número de alunos a frequentar escolas fora da freguesia de residência face ao total da frequência de cada zona, a **zona oriental** é aquela onde se verifica o valor mais alto (13,8%), seguida da **zona norte rural** (6,8%) e da **zona norte urbana** (9,3%) (gráfico IV.31).

Gráfico IV.31 – Frequência do 1º CEB, por zonas em 2004/05: proveniência (N.º)



Fonte: DEJ/AGRE

3.5.3. 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

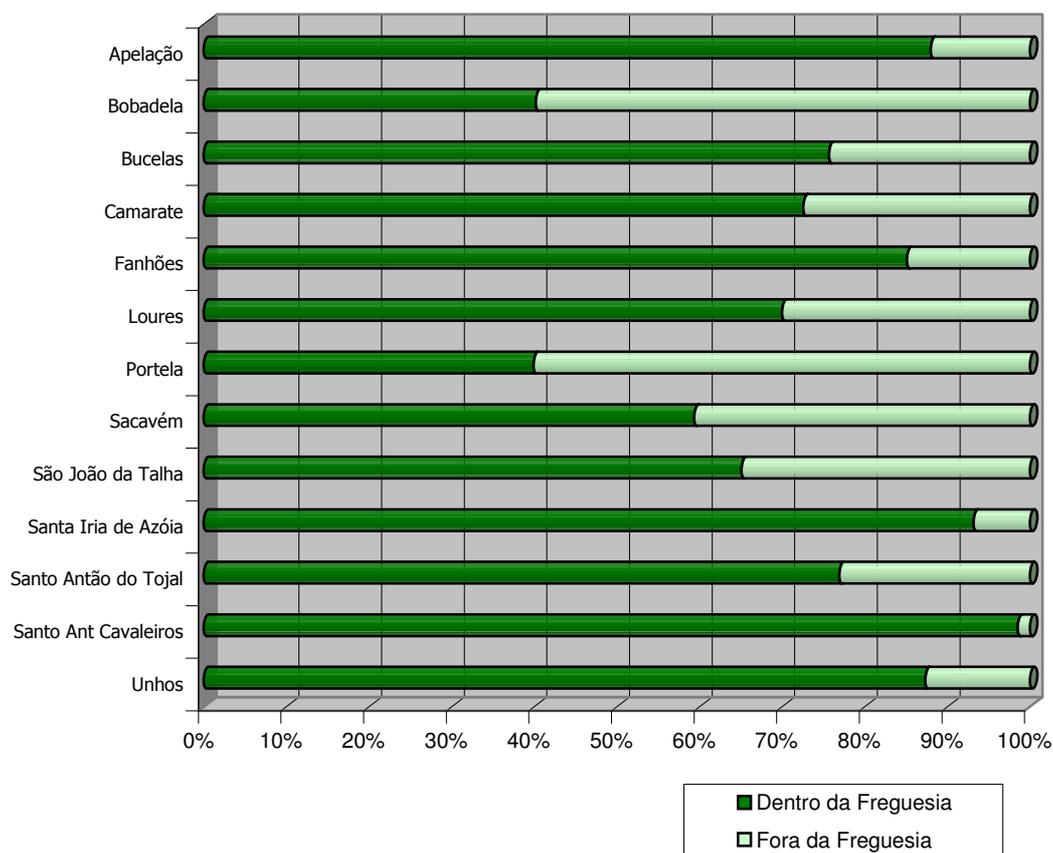
Os 2º e 3º ciclos são os níveis de ensino onde se regista o maior número de alunos provenientes de fora da freguesia de localização das escolas face ao total da frequência nos ciclos em análise. No entanto, haverá aqui a ressaltar que a não existência de EB23 em cada uma das freguesias que constituem o Concelho de Loures, leva a que parte dos alunos se desloquem para fora da freguesia de residência, não querendo isso dizer que estejam a frequentar escolas de fora da respectiva área de influência.

Referir-se ainda que na freguesia de Camarate a análise está condicionada pela ausência de envio de dados por parte de um estabelecimento de ensino.

Feitas as ressalvas, do total da frequência dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico no conjunto do Concelho, 28,8% corresponde a alunos que se deslocam da sua freguesia de residência para outras freguesias onde se localiza a “sua” escola (quadro IV.12). As freguesias da Portela, Bobadela, Sacavém e São João da Talha são aquelas onde se registam valores mais elevados em termos relativos (gráfico IV.32), isto é, do total dos alunos que frequentam as Escolas com 2.º e 3.º ciclos existentes em cada uma daquelas freguesias, 60,1%, 59,8%, 40,6% e 34,9%, respectivamente, são alunos de fora dessas mesmas freguesias.

Se atendermos aos valores absolutos, dos 2012 alunos que frequentam os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico na freguesia de Loures, 604 provêm de fora desta freguesia (30%), valores absolutos estes que são os mais significativos no conjunto dos estabelecimentos concelhios onde funcionam estes ciclos de ensino, com consequências nas dinâmicas da rede escolar da zona norte.

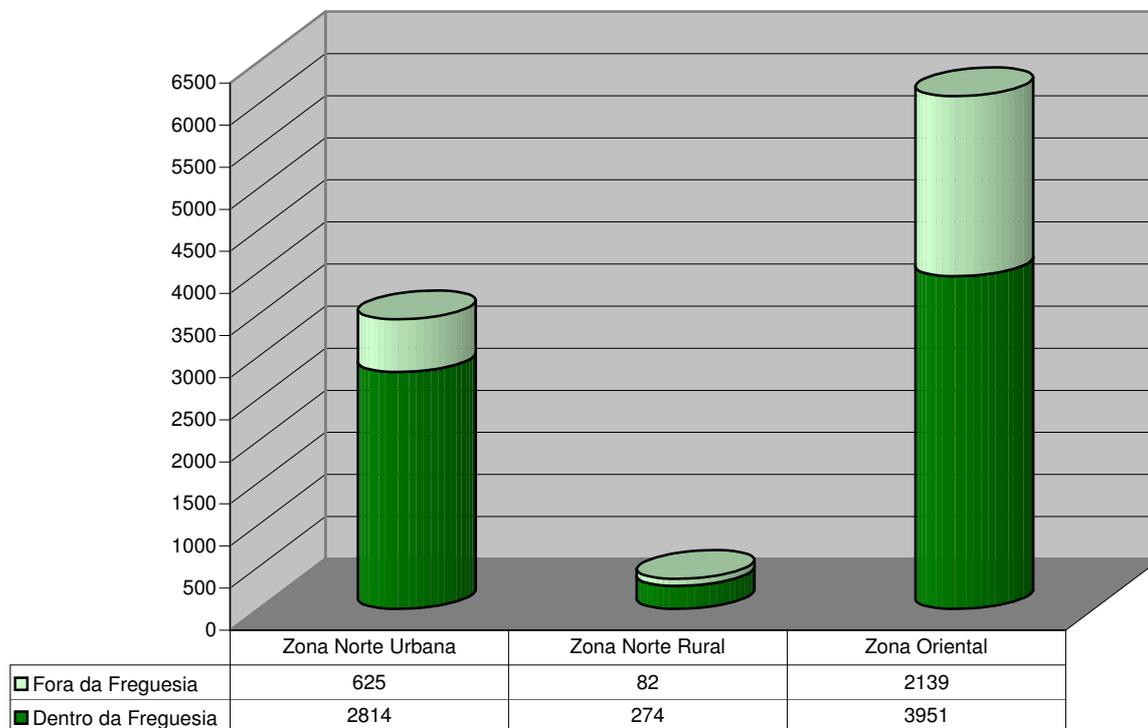
Gráfico IV.32 – Frequência dos 2º e 3º CEB, por freguesia em 2004/05: proveniência (%)



Fonte: DEJ/AGRE

Quanto à análise dos 2º e 3º ciclos do ensino básico por zonas, de acordo com os dados disponíveis, à semelhança do 1º ciclo do ensino básico, são também os estabelecimentos de ensino existentes na **zona oriental** que recebem o maior número de alunos de fora das respectivas freguesias onde se localizam, ou seja, 35,1% do total da frequência daquela rede escolar, o que corresponde em valores absolutos a 2139 alunos (gráfico IV.33).

Gráfico IV.33 - Frequência dos 2º e 3º CEB, por zonas em 2004/05: proveniência (N.º)



Fonte: DEJ/AGRE

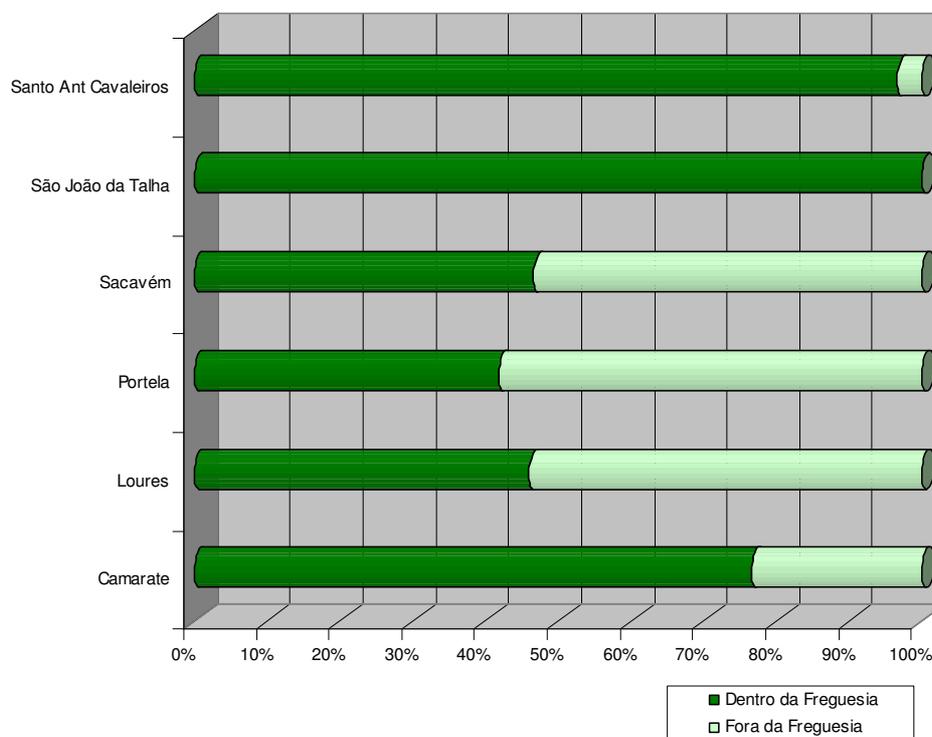
3.5.4. Ensino Secundário

No ensino secundário existem sete estabelecimentos públicos de ensino, localizados em seis freguesias do Concelho, a saber, Loures (com duas ESG), São João da Talha, Sacavém, Portela, Santo António dos Cavaleiros e Camarate.

Na totalidade da rede escolar, 34,4% dos alunos a frequentarem as sete escolas secundárias existentes, são provenientes de outras freguesias do Concelho que não aquela onde se localiza a escola ou, ainda, de fora deste, o que corresponde a 1240 alunos num total de 3600 (quadro IV.12).

Ressalvando a ausência de dados relativos a uma das ESG, verifica-se que percentualmente é a Escola Secundária n.º 2 da Portela que recebe o maior número de alunos vindos de fora da freguesia, com 58,1% (gráfico IV.34). No entanto, são as ESG existentes na freguesia de Loures que, em termos absolutos, absorvem mais alunos residentes noutras freguesias do Concelho ou fora deste (706 num total de 1309).

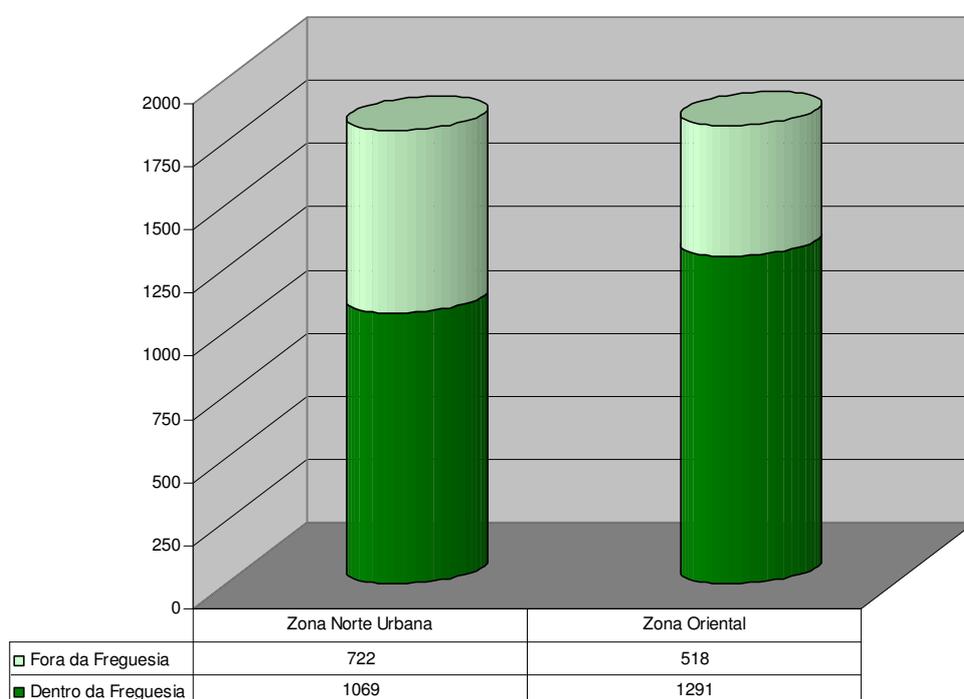
Gráfico IV.34 – Frequência do ensino secundário, por freguesia em 2004/05: proveniência (%)



Fonte: DEJ/AGRE.

Considerando uma análise por zonas, as escolas secundárias que existem na **zona norte urbana** são aquelas que recebem o maior número de alunos vindos de fora da freguesia (722) (gráfico IV.35). Para esta situação contribui o facto de na zona norte rural não existirem equipamentos do ensino secundário, sendo que a maioria dos alunos residentes nesta zona desloca-se para as escolas secundárias localizadas nas freguesias de Loures e Santo António dos Cavaleiros.

Gráfico IV.35 - Frequência do ensino secundário, por zonas em 2004/05: proveniência (N.º)



Fonte:DEJ/AGRE.

Crianças e Alunos provenientes de outros Concelhos

Analisando agora com maior detalhe as proveniências exteriores ao município, é de referir que destas, a maioria das crianças/alunos a frequentar os equipamentos educativos de Loures provêm dos Concelhos de Lisboa (39,4%), Odivelas (22,4%) e Vila Franca de Xira (22,1%).

Ressalvando-se mais uma vez o não fornecimento de dados por parte de alguns estabelecimentos de ensino, é ainda de referir sobre esta análise que, por esse motivo, a percentagem total apresentada para o Concelho de Lisboa possa estar subestimada, atendendo a que esses estabelecimentos poderão ser, ao nível dos 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e secundário, importantes receptores de alunos provenientes desse Município (quadro IV.13).

Quadro IV.13 – Crianças e alunos provenientes de fora do Concelho de Loures em 2004/05

Concelhos	Crianças/ Alunos					
	Pré-Escolar	1.º Ciclo Ensino Básico	2º e 3.º Ciclos Ensino Básico	Ensino Secundário	Total Fora do Concelho	% do Total Fora do Concelho
Amadora	1	2	1	2	6	0,7
Arruda Dos Vinhos	1	1	2	2	6	0,7
Lisboa	4	111	172	51	338	39,4
Mafra	9	34	6	35	84	12,5
Odivelas	10	43	19	120	192	22,4
Sintra	1	14	5	3	23	2,7
Vila Franca de Xira	26	108	52	4	190	22,1
Outros Concelhos	1	15	3	0	19	2,2
Total Fora do Concelho	53	328	260	217	858	-

Fonte: DEJ/AGRE.

Como pontos síntese realçam-se:

- Em todos os níveis de educação e ensino da **rede pública** em 2004/05 existem crianças/alunos que frequentam jardins de infância e escolas fora da freguesia de residência, sendo contudo ao nível do 2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário que este fenómeno é, face aos motivos apresentados, mais significativo.
- É de salientar, em função da distribuição dos estabelecimentos educativos da rede escolar concelhia, a atracção que os estabelecimentos existentes na freguesia de Loures exercem sobre as populações escolares residentes na zona norte do Concelho.

- No que se refere à mobilidade das crianças e alunos nas zonas em análise, é nos estabelecimentos educativos da **zona oriental** que se verifica a frequência de maior número de alunos deslocados das suas áreas de residência.
- Da análise efectuada aos dados relativos aos fluxos da população escolar no ano lectivo de 2004/05 e respectivas conclusões, poder-se-á indiciar, caso se pretenda aproximar a escola/jardim de infância dos locais de residência das populações, a necessidade de adequação da rede educativa, nomeadamente com a construção de novos estabelecimentos educativos e/ou adaptação/transformação de outros, de modo mais significativo ao nível do 1º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar.

4. Evolução da Procura

Com o objectivo de analisar a evolução da procura no sistema de ensino, apresenta-se seguidamente a distribuição das crianças de 5 anos inscritas em estabelecimentos de educação pré-escolar e alunos matriculados nos primeiros anos de escolaridade de cada ciclo de ensino (1º Ano, 5º Ano, 7º Ano e 10º Ano).

Os dados respeitam a um período de 10 anos, entre os anos lectivos 1995/96 e 2004/05. De referir que para o 10º ano de escolaridade, os dados começam no ano lectivo de 1996/97.

A análise da evolução da procura foi efectuada para os estabelecimentos de ensino da **rede pública** e da **rede privada** (estabelecimentos de ensino particulares e cooperativos e instituições particulares de solidariedade social (I.P.S.S)).

Os dados utilizados foram genericamente fornecidos pela Divisão de Educação e Juventude (DEJ), excepto nos seguintes casos:

- No ano lectivo 2004/05 o levantamento dos estabelecimentos de ensino da **rede privada** foi efectuado pelo Departamento de Planeamento Estratégico/Divisão Planeamento Equipamentos e Infraestruturas - DPE/DPEI;
- Na **rede privada** e em alguns anos lectivos por não existirem dados, optou-se por utilizar os dados dos anos posteriores.

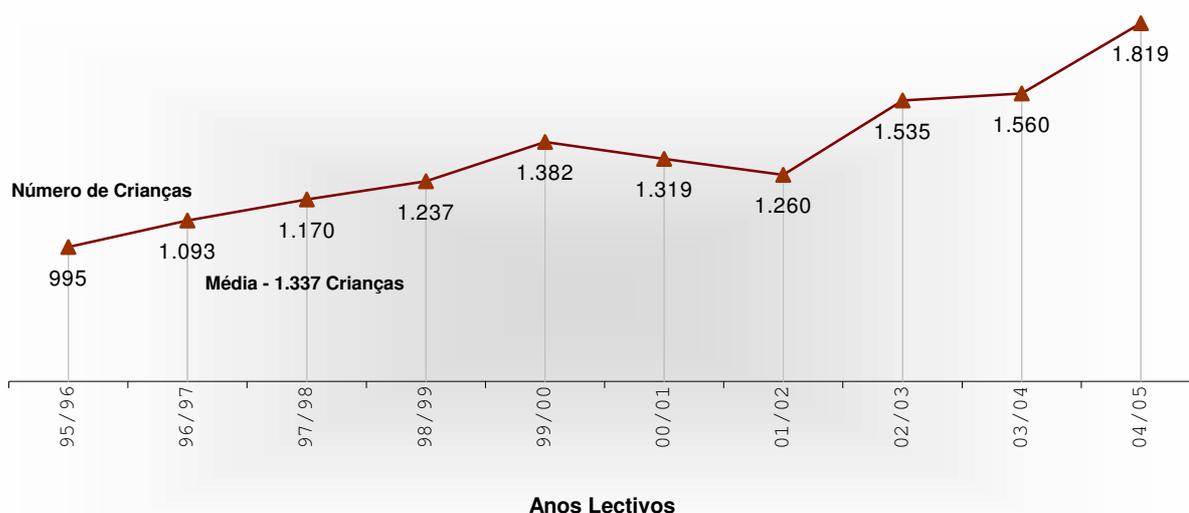
4.1. Crianças com 5 anos Inscritas em Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar

Entre os anos lectivos 1995/96 e 2004/05 o número de crianças com 5 anos inscritos (rede pública e privada) no concelho de Loures (gráfico IV.36) aumentou 82,8% (824 crianças), tendo a curva evolutiva definida pela procura, registado três períodos distintos:

- Entre 1995/96 e 1999/00 ocorreu uma constante evolução, tendo-se inscrito mais 387 crianças;
- Entre 1999/00 e 2001/02 verificou-se uma ligeira redução (122 crianças); atendendo a que se verificou no mesmo período o aumento de 1 sala, considera-se importante referir que, e de acordo com a legislação em vigor, a inscrição de crianças com necessidades específicas de educação (NEE) impõe a redução do número de crianças por sala (de 25 para 20 crianças);
- No restante período em análise, um novo aumento de 559 crianças;

- No ano lectivo 2004/05 as crianças com 5 anos inscritas no pré-escolar, por si só, corresponderam a 42,5% do total de crianças dos 3-5 anos inscritas neste nível de educação.

Gráfico IV.36 - Evolução da procura de educação pré-escolar no concelho de Loures
Crianças com 5 anos



Fonte: D.E.J.\A.G.R.E.;D.P.E.\D.P.E.I.

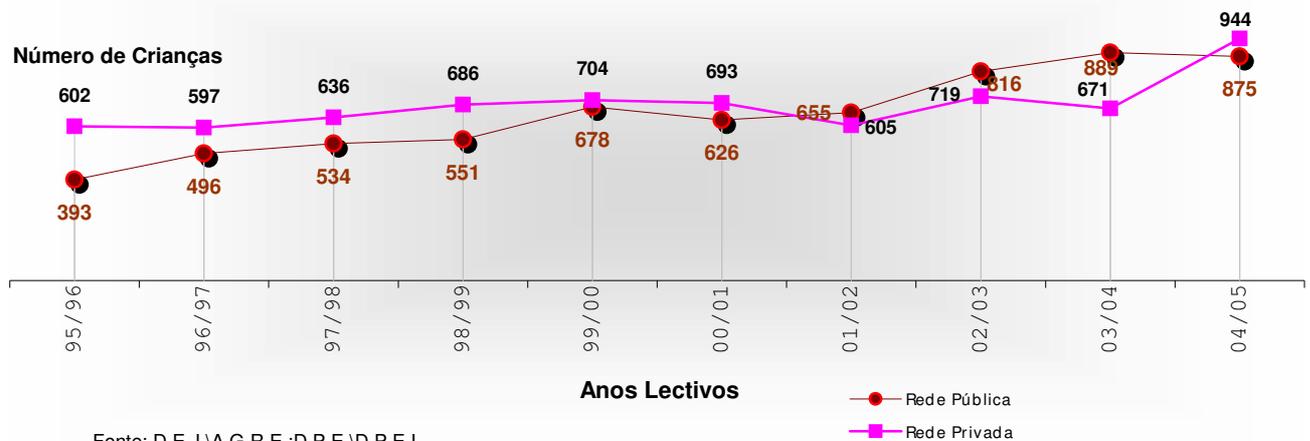
A análise dos dados por redes de educação revela que a **rede privada** teve um aumento significativamente superior à **rede pública**, 122,6% (482 crianças) e 56,8% (342 crianças) respectivamente, mas também que a procura até 2001/02 foi proeminente na **rede privada** (no ano lectivo 2004/05 correspondeu a 51,9%).

O diferente comportamento da procura nas duas redes de ensino é evidenciado no gráfico IV.37:

- Por um lado é manifesta a regularidade da curva desenhada pela procura da **rede pública**, com uma tendência para o aumento do número de crianças ao longo dos anos (excepção para o ano lectivo 2000/01 em que se registou um pequeno declínio do número de crianças o qual se poderá dever em parte, ao facto destas terem estado inscritas e/ou frequentado estabelecimentos educativos sitos em freguesias que passaram a pertencer ao concelho de Odivelas) sendo esse aumento mais evidente a partir de 2001/02, correspondendo ao forte investimento autárquico neste grau educativo;

- Por outro, a **rede privada** que apresentou uma curva muito mais irregular, podendo as razões para este facto estarem associadas tanto a oscilações da oferta e/ou procura da educação privada, como a falhas nas respostas aos inquéritos/levantamento de dados;
- Ainda na **rede privada**, foi relevante o aumento do número de crianças ocorrido no último ano lectivo (273 crianças, 40,7%), sendo oportuno mais uma vez lembrar que esse aumento se deveu em grande parte ao facto de todos os estabelecimentos educativos da rede particular com fins lucrativos terem efectuado uma actualização dos dados, para além de terem sido considerados quer os estabelecimentos com alvará, quer os que, não possuindo alvará do Ministério da Educação, laboram com autorização da Segurança Social.

Gráfico IV.37 - Evolução da procura de educação pré-escolar por rede de ensino, no concelho de Loures Crianças com 5 anos



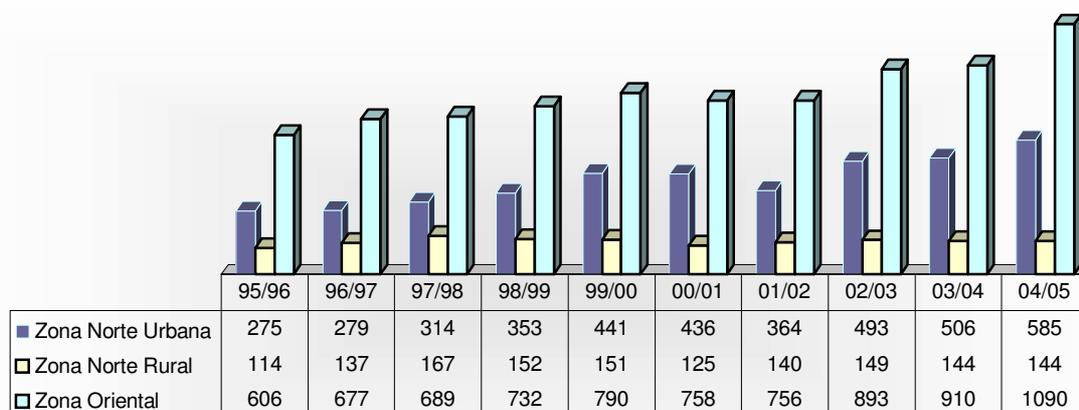
Considerando a evolução da procura por **Zonas**, verifica-se que a distribuição do crescimento pelos anos em análise foi diferenciada (gráfico IV.38):

- A **Zona Oriental** e a **Zona Norte Urbana** tiveram evoluções da procura muito semelhantes à que ocorreu no Concelho, caracterizada sobretudo por uma dinâmica de expansão (decréscimo do número de alunos apenas nos anos lectivos 2000/01 e 2001/02 e crescimentos regulares nos restantes anos) apresentando variações nas taxas de evolução de 79,9% (484 crianças) e 112,7% (310 crianças);
- Na **Zona Norte Rural** o comportamento evolutivo foi um pouco mais irregular (nos primeiros anos lectivos manifestou alguma evolução seguida de um período (entre

1998/99 e 2000/01) de sucessivos declíneos e, nos quatro últimos anos da série analisada, uma quase estagnação;

- Em 2004/05, o peso da procura de cada zona face ao total de alunos do concelho neste grau de ensino, foi de 32,2% na **Zona Norte Urbana**, 7,8% na **Zona Norte Rural** e de 60,0% na **Zona Oriental**.

Gráfico IV.38 - Evolução da procura de educação pré-escolar por zonas, no concelho de Loures
Crianças com 5 anos



Fonte: D.E.J.\A.G.R.E.;D.P.E.\D.P.E.I.

4.2. Alunos com 6 Anos Matriculados no 1º Ano de Escolaridade

Em relação ao 1º ano de escolaridade, a procura entre os anos lectivos 1995/96 e 2004/05 no concelho de Loures, mostrou uma evolução da taxa de crescimento de 13,4% (258 alunos), valor significativamente inferior ao referido para a educação pré-escolar denunciando, ao longo da década, uma relativa inércia nos valores de procura (gráfico IV.39):

- Com valores acima da média, registaram-se os anos lectivos entre 1996/97 e 1999/00 e ainda 2004/05;
- Tal como no pré-escolar, também neste grau de ensino a influência da criação do concelho de Odivelas influenciou a redução do número de alunos que ocorreu entre 1999/00 e 2000/01 no concelho de Loures.

Gráfico IV.39 - Evolução da procura do 1º CEB no concelho de Loures
Alunos com 6 anos matriculados no 1º ano de escolaridade

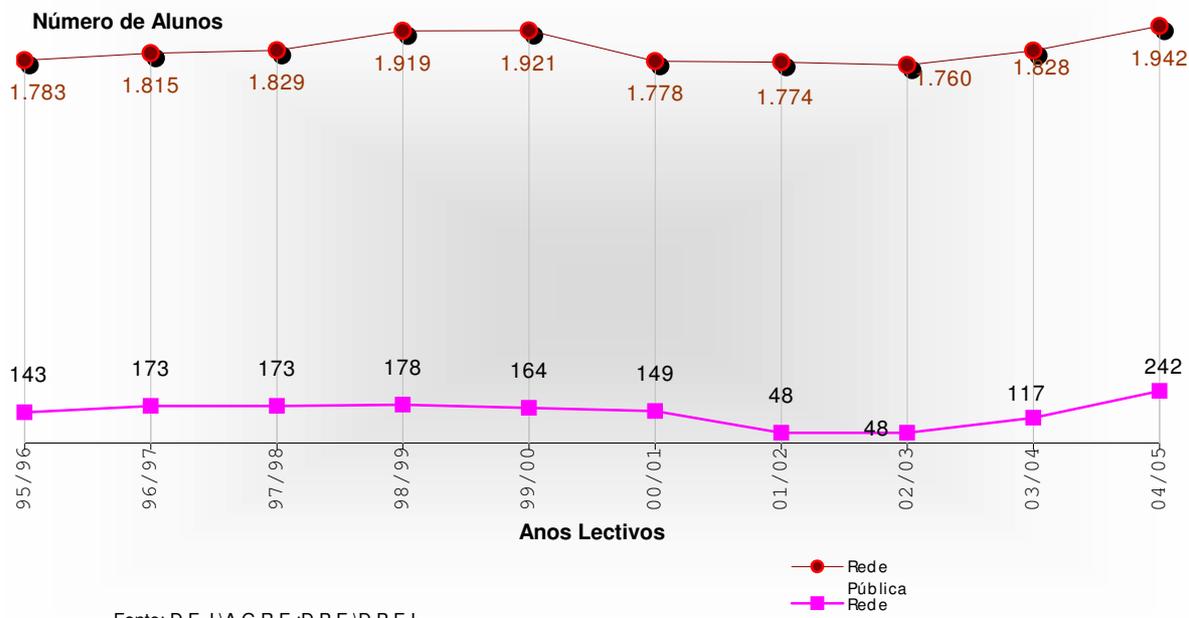


Fonte: D.E.J.\A.G.R.E.;D.P.E.\D.P.E.I.

Considerando as duas redes de ensino (**pública e privada**) individualmente, verifica-se que:

- Nos últimos dez anos o número de alunos com 6 anos matriculados na **rede privada** é consideravelmente inferior aos alunos matriculados em estabelecimentos da **rede pública**, representando esta última 88,9% do total dos alunos matriculados no 1º ano de escolaridade (gráfico IV.40), no entanto, ao longo da última década, ambas as redes manifestam uma tendência evolutiva idêntica, mas apresentaram comportamentos dissemelhantes;
- Excepto raras exceções, ambas as redes apresentaram, nos vários anos lectivos oscilações no mesmo sentido;
- Em ambas ocorreu uma tendência de crescimento, apesar de bastante moderada, sobretudo nos valores absolutos (159 alunos na **rede pública** e 99 alunos na **rede privada**, o que se traduziu numa taxa de evolução significativa: de 8,9% e 69,2%, respectivamente).

Gráfico IV.40 - Evolução da procura do 1º CEB por redes de ensino, no concelho de Loures
Alunos com 6 anos matriculados no 1º ano de escolaridade

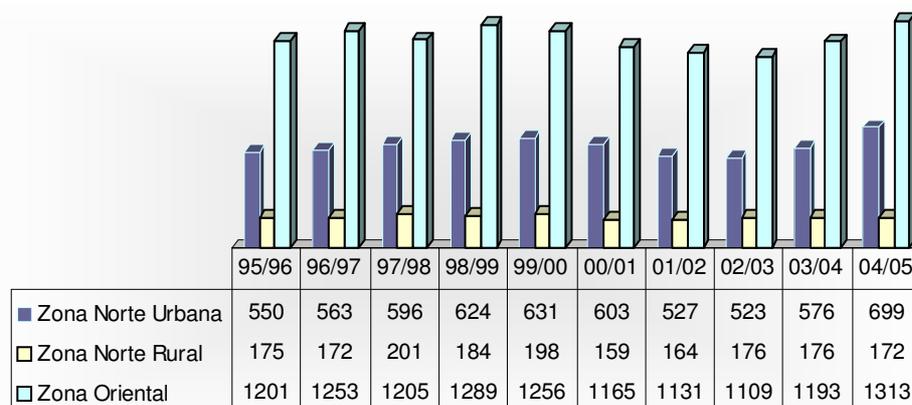


Fonte: D.E.J.\A.G.R.E.;D.P.E.\D.P.E.I.

A análise dos dados referentes à procura no 1º ciclo do ensino básico por **zonas** (gráfico IV.41), revela:

- Que a taxa de variação apresentou uma tendência crescente na **Zona Norte Urbana** (27,1%, 149 alunos) e na **Zona Oriental** (9,3%, 112 alunos);
- Inversamente na **Zona Norte Rural**, é perceptível uma tendência de ligeira involução entre o primeiro e o último ano analisados (-1,7%, 3 alunos);
- Em 2004/05, o peso da procura de cada zona face ao total de alunos do concelho neste grau de ensino, foi de 27,1% na **Zona Norte Urbana**, 7,9% na **Zona Norte Rural** e de 59,7% na **Zona Oriental**.

Gráfico IV.41 - Evolução da procura do 1º ciclo do ensino básico por zonas, no concelho de Loures
Alunos com 6 anos matriculados no 1º ano de escolaridade



Fonte: D.E.J.V.A.G.R.E.;D.P.E.V.D.P.E.I.

4.3. Alunos com 10 Anos Matriculados no 5º Ano de Escolaridade

A evolução da procura registada na década em análise para o 5º ano de escolaridade seguiu uma tendência decrescente (gráfico IV.42), tendo-se caracterizado pelos seguintes aspectos:

- O número de alunos com 10 anos matriculados em estabelecimentos de ensino diminuiu em 2,7% (64 alunos), no entanto, os últimos dois anos lectivos manifestaram alguma recuperação;
- A linha definida pela evolução neste grau de ensino foi bastante regular, não se registando variações proeminentes nem na taxa de evolução ocorrida no período analisado, nem nos registos anuais;
- Os valores acima do valor médio ocorreram apenas nos 3 primeiros anos lectivos e em 2000/01.

Gráfico IV.42 - Evolução da procura do 2º CEB no concelho de Loures
Alunos com 10 anos matriculados no 5º ano de escolaridade



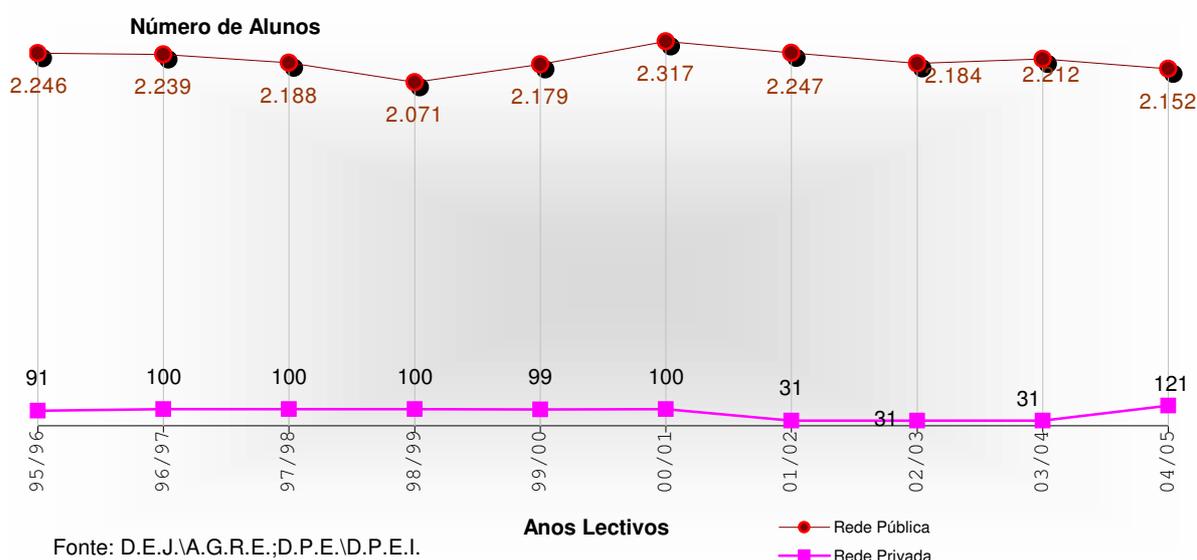
Fonte: D.E.J.V.A.G.R.E.;D.P.E.\D.P.E.I.

Individualizando a análise por redes (gráfico IV.43), realça-se que neste ciclo de ensino e comparativamente com a rede pública, a resposta da **rede privada** não foi relevante (5,3% no ano lectivo 2004/05), tendo a curva do gráfico registado algumas particularidades, nomeadamente:

- Na rede pública a ocorrência de um período involutivo entre 1995/96 e 1998/99 cuja variação da taxa foi de 7,8% (175 alunos) e que se deveu em parte ao encerramento de salas em alguns estabelecimentos de 2º e 3º ciclos;

- Um período de aumento da procura entre 1998/99 e 2000/01 correspondente a uma taxa de evolução de 11,9%, 246 alunos e que poderá estar relacionado com a abertura de duas escolas com este grau de ensino no concelho;
- Um terceiro momento correspondente a uma ligeira involução (95 alunos, 4,4%) e que se prolongou até ao final do período analisado.

Gráfico IV.43 - Evolução da procura do 2º CEB por redes de ensino, no concelho de Loures
Alunos com 10 anos matriculados no 5º ano de escolaridade

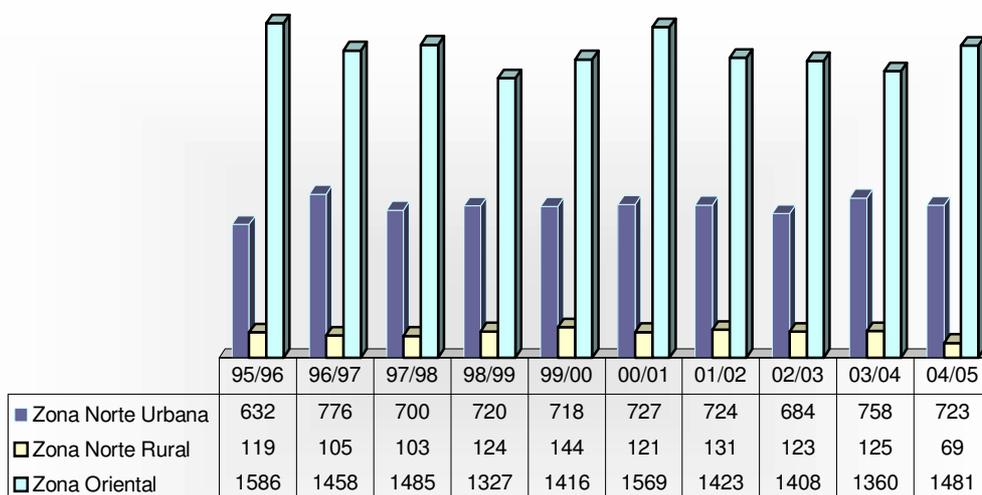


A mesma análise mas à **escala zonal** (gráfico IV.44), revela-nos que:

- A **Zona Norte Urbana** foi a única em que a variação da taxa de evolução da procura neste nível de ensino foi crescente (14,4%, 91 alunos);
- Na **Zona Oriental** o decréscimo foi ligeiro em termos relativos (6,6%) mas que em valores absolutos correspondeu a 105 alunos; de referir que ocorreu uma diminuição da população na totalidade do concelho de Loures entre 1991 e 2001, de acordo com dados do Recenseamento Geral da População do I.N.E., mas com particular incidência na Zona Oriental (houve um decréscimo de 776 alunos com 10 anos no concelho, sendo que 515 residiam na Zona Oriental);

- Na **Zona Norte Rural** e contrariamente à **Zona Oriental**, a variação da taxa de evolução da procura sofreu, em termos relativos, um acentuado decréscimo (42%) mas que, em valores absolutos, correspondeu a uma perda de 50 alunos;
- Em 2004/05, o peso da procura de cada zona face ao total de alunos do concelho neste grau de ensino, foi de 31,8% na **Zona Norte Urbana**, 3% na **Zona Norte Rural** e de 65,2% na **Zona Oriental**.

Gráfico IV.44 - Evolução da procura do 2º CEB por zonas, no concelho de Loures
Alunos com 10 anos matriculados no 5º ano de escolaridade



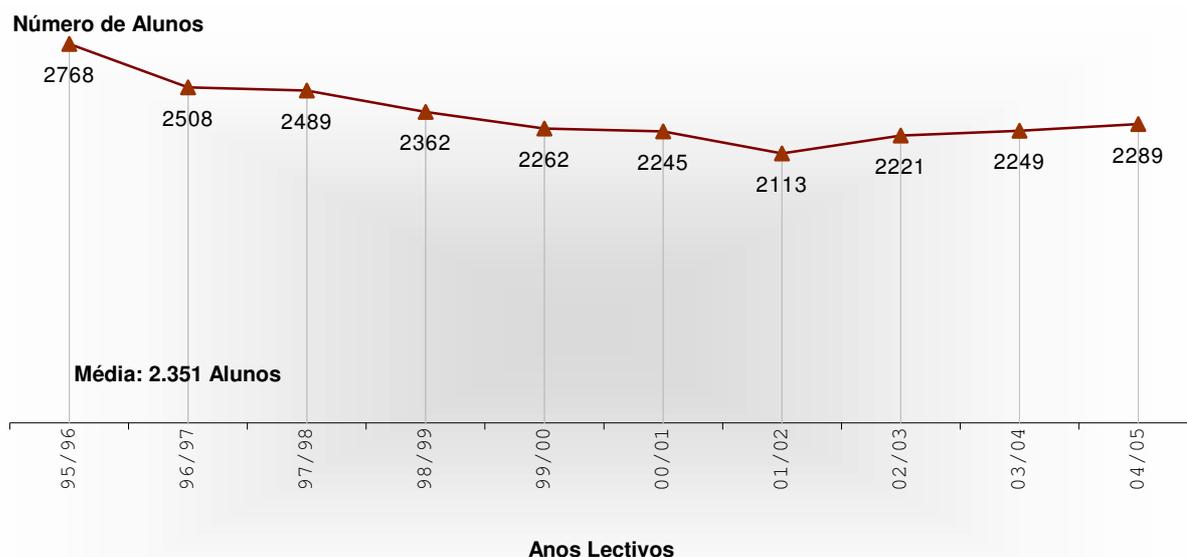
Fonte: D.E.J.\A.G.R.E.;D.P.E.\D.P.E.I.

4.4 Alunos com 12 Anos Matriculados no 7º Ano de Escolaridade

A evolução da procura no 7º ano de escolaridade no concelho de Loures foi, à semelhança da apresentada para o 5º ano de escolaridade, negativa (gráfico IV.45). O número de alunos com 12 anos matriculados no período entre 1995/96 e 2004/05 em estabelecimentos de ensino sofreu uma variação negativa de 17,3% (479 alunos). Contudo a evolução não foi constante:

- A curva do gráfico caracterizou-se por um decréscimo entre os anos lectivos de 1995/96 e 2001/02, onde se registou o valor mais baixo de inscrições; desde então, o número de matriculas aumentou ligeiramente até ao último ano analisado (2004/05);
- Apenas os 4 primeiros anos da série analisada obtiveram valores de procura superiores à média.

Gráfico IV.45 - Evolução da procura do 3º CEB, no concelho de Loures
Alunos com 12 anos matriculados no 7º ano de escolaridade

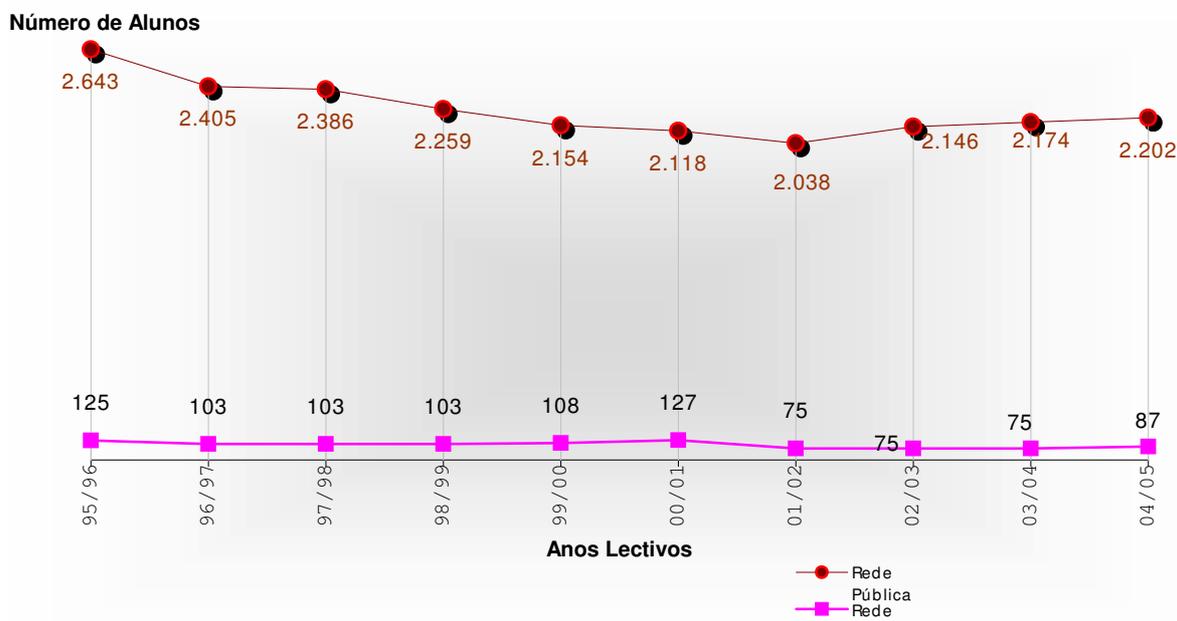


Fonte: D.E.J.\A.G.R.E.;D.P.E.\D.P.E.I.

O gráfico seguinte (gráfico IV.46) mostra o comportamento das **redes pública e privada**:

- À semelhança do 2º ciclo do ensino básico, também no 3º ciclo a influência da **rede privada** foi mínima (3,8%, no ano lectivo 2004/05);
- Em ambas as redes a variação da taxa de evolução foi negativa: na **rede pública** foi de 16,7% (menos 441 alunos) e na **rede privada** 30,4% (menos 38 alunos).

Gráfico IV.46 - Evolução da procura do 3º CEB por redes de ensino, no concelho de Loures
Alunos com 12 anos matriculados no 7º ano de escolaridade

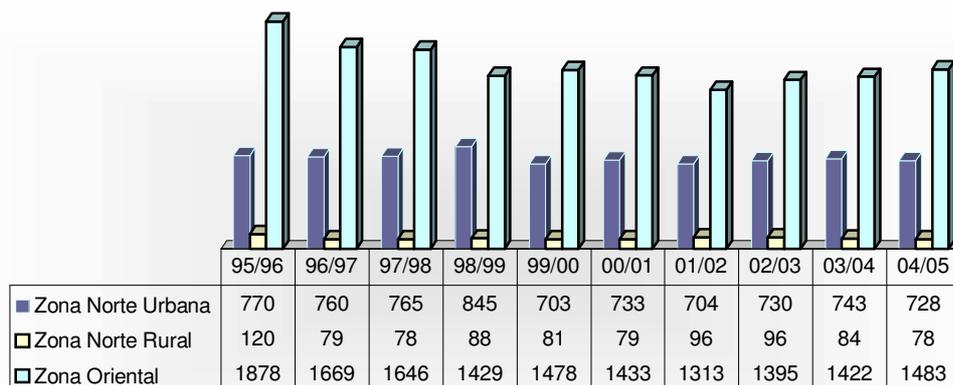


Desagregando a análise **por zonas** (gráfico IV.47), aferiu-se que a evolução da procura é em todas as zonas, negativa:

- Na **Zona Norte Urbana**, 5,5%, (42 alunos);
- Na **Zona Oriental** 21,0%, (395 alunos);
- Na **Zona Norte Rural**, 35,0%, (42 alunos).
- Este decréscimo está relacionado com a diminuição da população: de acordo com o Recenseamento Geral da População do I.N.E., em 1991 existiam no concelho de Loures 3064 habitantes com 12 anos e 2160 habitantes em 2001, o que equivale a uma taxa de variação de 29,5% e a uma redução de 1,6% para 1,1% face ao total da população do concelho.
- A **Zona Oriental** teve um comportamento bastante regular: tendencialmente registou uma evolução sempre negativa até 2001/02 (com excepção para o ano lectivo 1999/00) e, nos 3 últimos anos lectivos, uma recuperação do número de alunos matriculados;
- As **Zonas Norte Rural e Urbana**, contrariamente, caracterizaram-se por uma maior heterogeneidade comportamental, pontuada essencialmente por “altos” e “baixos” nos valores da procura;

- Em 2004/05, o peso da procura de cada zona face ao total de alunos do concelho neste grau de ensino, foi de 31,8% na **Zona Norte Urbana**, 3,4% na **Zona Norte Rural** e de 64,8% na **Zona Oriental**.

Gráfico IV.47 - Evolução da procura do 3º CEB por zonas, no concelho de Loures
Alunos com 12 anos matriculados no 7º ano de escolaridade



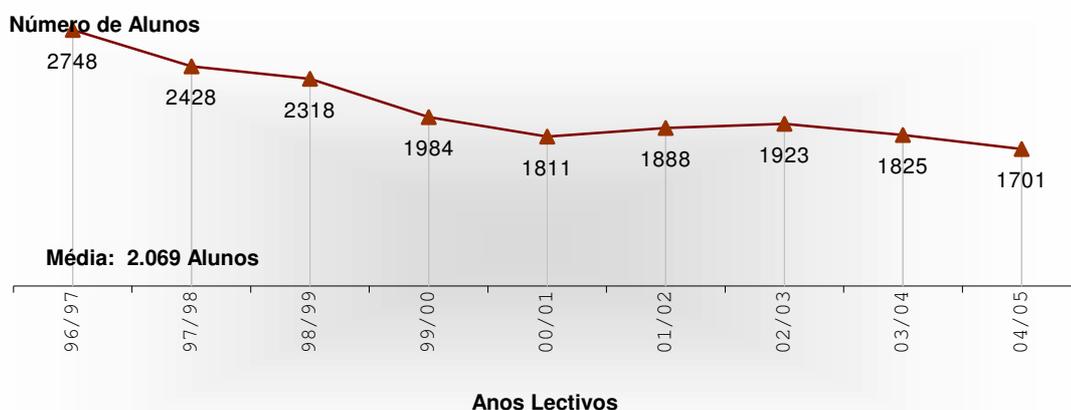
Fonte: D.E.J.\A.G.R.E.;D.P.E.\D.P.E.I.

4.5. Alunos com 15 Anos Matriculados no 10º Ano de Escolaridade

No que respeita à evolução da procura do ensino secundário (gráfico IV.48) e tal como referido no início do presente capítulo, não se dispõe de dados referentes à mesma série temporal, iniciando-se a análise no ano lectivo 1996/97.

- Neste grau de ensino, a variação da taxa de evolução da procura registou, entre os anos lectivos 1996/97 e 2004/05 uma diminuição acentuada (38,1%, 1047 alunos);
- O valor mais baixo do número de matriculas ocorreu no último ano do período em estudo. Esta diminuição do número de alunos está relacionada com o decréscimo populacional que se tem verificado nos últimos anos. Tendo como base o Recenseamento Geral da População, do I.N.E., **com 15 anos** no concelho de Loures, existiam em 1991, 3619 habitantes (correspondia a 1,9% do total da população residente no concelho) e em 2001, 2292 habitantes (correspondia a 1,2% do total da população residente no concelho), o que se traduziu num decréscimo de 1327 habitantes e numa taxa de variação de 36,7%;
- Valores de procura acima do valor médio (2.069 alunos) apenas ocorreram nos três primeiros anos lectivos analisados;
- De 1996/97 e até 2000/01, a linha gráfica apresenta-se permanentemente em declínio, seguindo-se um período de alguma recuperação entre 2001/02 e 2002/03; os dois últimos anos lectivos apresentaram novamente algum retrocesso nos valores da procura.

Gráfico IV.48 - Evolução da procura do ensino secundário no concelho de Loures
Alunos com 15 anos matriculados no 10º ano de escolaridade

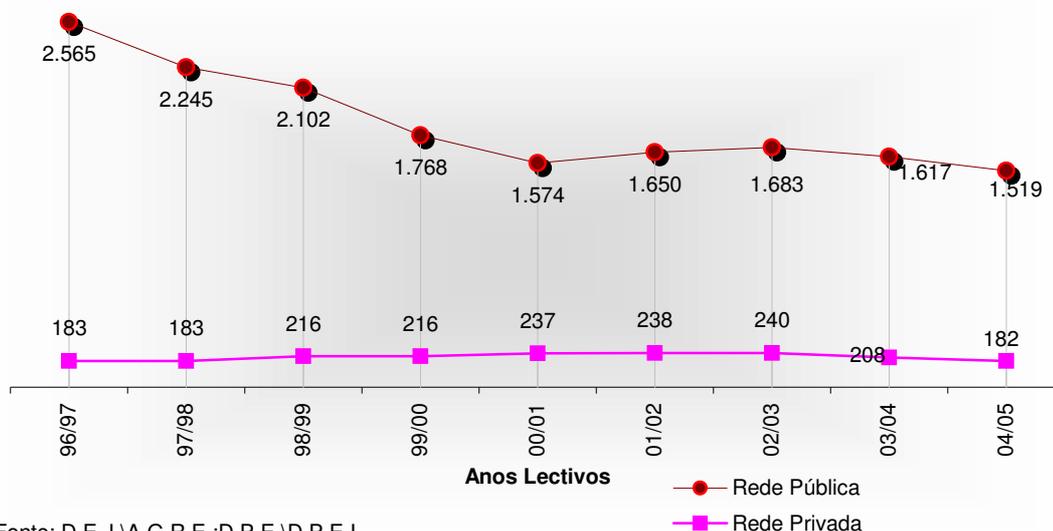


Fonte: D.E.J.\A.G.R.E.;D.P.E.\D.P.E.I.

Por **redes de ensino**, a leitura do gráfico seguinte (gráfico IV.49) permite-nos aferir algumas características, nomeadamente:

- **A rede privada** foi marcada por uma variação da taxa de evolução quase nula, com uma curva comportamental bastante regular, tendo a mesma produzido uma influência de 10,7% no total de alunos matriculados neste ano de escolaridade;
- **A rede pública** manifestou-se bem mais instável ao longo de todo o período em análise, podendo definir-se basicamente dois grandes momentos: de 1996/97 e até 2000/01 com um permanente decréscimo do número de alunos; e de 2000/01 até ao final do período considerado, em que os valores da procura se mantiveram mais estáveis, apesar da manutenção da tendência involutiva;
- A variação da taxa de evolução da **rede pública** foi de - 40,8% o que representou em valores absolutos, uma redução de 1046 alunos.

Gráfico IV.49 – Evolução da procura do ensino secundário por rede de ensino, no concelho de Loures
Alunos com 15 anos matriculados no 10º ano de escolaridade

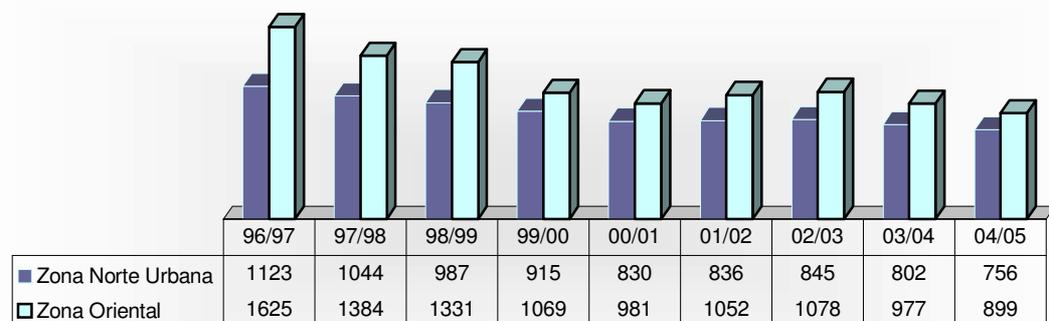


Pelo facto de não existirem estabelecimentos de Ensino com o grau Secundário na Zona Norte Rural, deslocando-se os alunos normalmente para os equipamentos da Zona Norte Urbana, a análise efectuou-se **às duas Zonas do Concelho** com valores de frequência (Zona Norte Urbana e Oriental).

Constata-se também uma tendência decrescente da procura nas **duas zonas** do concelho possuidoras de equipamentos educativos com grau secundário (gráfico IV.50):

- Na **Zona Oriental** o decréscimo da taxa de evolução foi de 44,7% (726 alunos) e na **Zona Norte Urbana** o mesmo foi de 32,7% (367 alunos);
- Excepto nos anos 2001/02 e 2002/03, em que ambas as zonas registaram um ligeiro aumento nos valores da procura comparativamente com o ano lectivo anterior, nos restantes anos analisados os valores da procura diminuíram de uma forma constante;
- Em 2004/05, o peso da procura de cada zona face ao total de alunos do concelho neste grau de ensino, foi de 44,4% na **Zona Norte Urbana** e de 52,6% na **Zona Oriental**.

Gráfico IV.50 - Evolução da procura do ensino secundário por zonas, no concelho de Loures
Alunos com 15 anos matriculados no 10^o ano de escolaridade



Fonte: D.E.J.\A.G.R.E.;D.P.E.\D.P.E.I.

Como pontos conclusivos, realça-se:

- A variação da evolução da taxa da procura do primeiro para o último anos lectivos analisados, tende a decrescer (quadro IV.14) à medida que se progride no nível de ensino.

Quadro IV.14 - Síntese da Evolução da Taxa da Procura no Concelho de Loures

Grau Ensino	1995/96*	2004/05	Evolução N.º	Varição Taxa
Crianças com 5 anos inscritas no Pré-Escolar	995	1819	824	82,8
Alunos com 6 anos matriculados no 1º ano	1926	2184	258	13,4
Alunos com 10 anos matriculados no 5º ano	2337	2273	-64	-2,7
Alunos com 12 anos matriculados no 7º ano	2768	2289	-479	-17,3
Alunos com 15 anos matriculados no 10º ano	2748	1701	-1047	-38,1

* Para o secundário, a série analisada começa no ano lectivo 1996/97

- Admite-se que o aumento do número de crianças inscritas no pré-escolar e de alunos matriculados no 1º ano de escolaridade, em particular neste, tenha reflexos positivos futuramente na procura, questão que deverá ser periodicamente avaliada;
- De notar a inexistência de estabelecimentos do Ensino Secundário na **Zona Norte Rural**, o que influencia os dados em análise restringindo-a às zonas **Norte Urbana e Oriental**;
- A procura na **Zona Norte Urbana** aumentou na educação pré-escolar e nos 1º e 2º ciclos do ensino básico e diminuiu no 3º ciclo e no secundário mas, de uma forma geral, foi a que registou o maior aumento relativo da procura na década analisada, obtendo nos vários graus de ensino, um valor médio de 23,2%;
- A procura na **Zona Oriental** aumentou na educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico e diminuiu nos outros ciclos do ensino básico e no secundário, tendo-se assinalado um registo médio de 3,4%;
- Relativamente à **Zona Norte Rural** a evolução da procura foi positiva para a educação pré-escolar e negativa para os restantes ciclos do ensino básico, ficando-se portanto com uma média negativa de 10,5%;
- A procura no **sector privado** concentra-se na educação pré-escolar (51,9%) e de forma marginal, nos outros ciclos de ensino (11,1%, 5,3%, 3,8% e 10,7% nos 1º, 5º, 7º e 10º anos de escolaridade, respectivamente).

5. Oferta de Educação, Ensino e Formação

Neste capítulo proceder-se-á à caracterização sintética da oferta de educação, ensino e formação. Nesse sentido, face ao levantamento do parque escolar/formativo existente apresentado num anexo próprio e que visa evidenciar a localização dos edifícios escolares e de formação, o seu estado de conservação, a adequação dos espaços, a área de recreio, a rede de serviços, a acessibilidade pedonal, os meios de transporte e as questões de segurança, pretende-se aqui apresentar a sua caracterização segundo o tipo, a localização, a dimensão/capacidade em número de salas.

Os dados utilizados na caracterização da oferta de educação foram fornecidos pela DEJ/AGRE, sobretudo os relativos à rede pública. Houve porém a necessidade de actualização dos dados da rede privada, tendo-se procedido à recolha dos mesmos junto dos responsáveis por cada equipamento, possibilitando assim uma melhor aproximação à realidade, apesar de alguns condicionamentos. É portanto natural que haja um ligeiro aumento do número de salas no ano lectivo de 2004/05 relativamente ao ano anterior.

5.1 Caracterização Física da Rede Educativa

5.1.1 Valências

Em anexo (anexo 4) encontra-se uma caracterização dos edifícios educativos existentes no concelho.

No ano lectivo de 2004/05, encontravam-se em funcionamento no concelho de Loures 94 **edifícios educativos** da rede pública e 64 da rede privada. Nos estabelecimentos da **rede pública**:

- 40 possuem **valência pré-escolar**;
- 63 têm **valência de 1º ciclo** (inclui as Escolas Básicas Integradas da Apelação e de Bucelas);
- 21 têm **valências de 2º-3º ciclo** (inclui as EBI da Apelação e de Bucelas, **2 Escolas Básicas Mediatizadas** e 6 escolas secundárias que têm **3º ciclo** - escolas secundárias de Camarate, Dr. António Carvalho Figueiredo em Loures, N.º 2 da Portela, de Sacavém, José Cardoso Pires em Santo António dos Cavaleiros e a de São João da Talha);
- 7 possuem **valência de ensino secundário**.

Relativamente aos estabelecimentos da **rede privada**, foram realizados neste mesmo ano inquéritos junto dos mesmos com o objectivo de se actualizar a informação de que a câmara dispunha em termos de número de crianças/alunos, educadores, auxiliares, salas e turmas para todos os graus de ensino. Deste modo, em 2004/05 encontram-se em funcionamento 58 estabelecimentos com valência de pré-escolar, 11 com valência de 1º ciclo, 5 com valências de 2º-3º ciclos, 3 com valência de ensino secundário e 1 instituto profissional tecnológico (IPTrans) (quadro IV.15)

Quadro IV. 15 – Equipamentos de ensino e formação a funcionar no concelho de Loures em 2004/05, por valência, rede de ensino e zona.

Valência Pré-escolar

	Rede Pública	Rede Privada
Zona Norte Rural	12	1
Zona Norte Urbana	9	19
Zona Oriental	19	38
Total	40	58

Valência de 1º CEB

	Rede Pública*	Rede Privada
Zona Norte Rural	18	0
Zona Norte Urbana	14	3
Zona Oriental	31	8
Total	63	11

* Inclui a EBI da Apelação e a EBI de Bucelas

Valência de 2º-3º CEB

	Rede Pública*	Rede Privada
Zona Norte Rural	3	0
Zona Norte Urbana	6	1
Zona Oriental	12	4
Total	21	5

* Inclui as EBI referidas anteriormente, as duas Escolas Básicas Mediatizadas de Fanhões e Santo Antão do Tojal, bem como as escolas secundárias mencionadas em texto.

Valência de Ensino Secundário

	Rede Pública	Rede Privada*
Zona Norte Rural	0	0
Zona Norte Urbana	3	1
Zona Oriental	4	3
Total	7	4

* Inclui o Instituto Técnico Profissional (IPTrans)

Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI.

5.1.2 - Evolução da oferta de salas no período 1995/96 – 2004/05

Em termos do número de salas, a oferta global no concelho de Loures (quadro IV.16) foi bastante variável no período considerado: inicia-se com um total de 1240 salas, nos três primeiros anos (1995/96 a 1997/98) ocorre uma diminuição da oferta do número de salas, seguindo-se a partir de 1998/99 um aumento da mesma (apesar de se ter registado uma diminuição de 2 salas nos dois anos seguintes) com o máximo de oferta (1309 salas) em 2004/05. O número de salas contabilizado em 2004/05, é consequência dos inquéritos realizados junto dos responsáveis pelos equipamentos da rede privada, que permitiram ter resultados mais aproximados da realidade desta rede, influenciando os valores finais de oferta de salas.

Quadro IV.16 - Evolução da oferta de salas no concelho de Loures.

Total da Rede Educativa

	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	Var	%
Pré-Escolar	135	140	141	148	154	155	175	180	187	224	89	65,9
1º Ciclo	384	381	376	366	372	371	365	364	360	366	-18	-4,7
2º-3º Ciclo	396	381	411	434	420	420	420	420	420	404	8	2,0
Secundário	325	325	295	295	295	295	295	295	295	315	-10	-3,1
Total	1240	1227	1223	1243	1241	1241	1255	1259	1262	1309	69	5,6

Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI

Na educação **pré-escolar**, a oferta era, no início da década analisada, de 135 salas, tendo ocorrido um incremento do seu número, ano a ano registando-se no último ano lectivo analisado (2004/05) uma oferta de 224 salas, o que corresponde a um aumento de 65,9% (89 salas).

No **1º ciclo** do ensino básico, o número de salas no concelho foi quase sempre diminuindo (com excepção em 1999/00), tendo no período em análise havido um decréscimo de 18 salas, o que equivale a uma perda de 4,7%.

No **2º e 3º ciclos** do ensino básico a evolução do número de salas foi crescente mas pouco significativa (cerca de 2%, 8 salas) tendo-se processado de uma forma irregular: começou por diminuir, alcançando o valor mais baixo em 1996/97, para nos dois anos seguintes subir até às 434 salas e logo depois diminuir mantendo-se o valor constante (com 420 salas) até 2003/04. No ano seguinte, em 2004/05, registou-se novamente uma quebra no número de salas.

No ensino **secundário** a oferta do número de salas diminuiu (cerca de 3,1%, menos 10 salas),. Inicia-se com 325 e, no ano lectivo 1997/98, diminui para 295 salas, mantendo-se desde esse

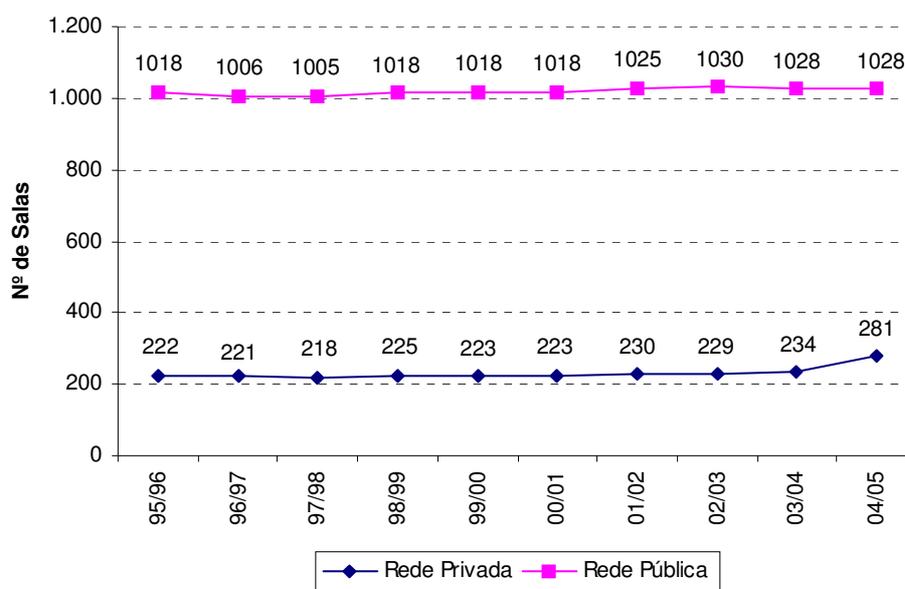
ano o valor constante até quase ao final do período analisado. Em 2004/05 o número de salas aumentou para 315 (o acréscimo de 20 salas deveu-se em grande parte à actualização dos dados da rede privada neste ano lectivo), não conseguindo no entanto ultrapassar as 325 salas contabilizadas no início do período analisado (que coincidiu igualmente com um período de recolha de dados da rede privada).

A análise da evolução do número de salas por redes (gráfico IV. 51 e quadro IV.17), revela que no concelho de Loures, a oferta de salas na rede pública foi consideravelmente superior à registada na rede privada (1028 e 281 salas, respectivamente em 2004/05). A forma como a evolução ocorreu em cada uma das redes foi distinta. No caso da **rede privada** a evolução do número de salas foi decrescente até 1997/98, ano a partir do qual se voltou a registar um crescimento das mesmas.

Na **rede pública** a evolução foi decrescente nos três primeiros anos mas a partir de 1998/99 começou a aumentar até ao ano lectivo de 2002/03. A partir deste registou-se um decréscimo do número de salas da rede pública, atingindo as 1028 salas em 2003/04 e em 2004/05.

Na **rede privada** houve, entre o período analisado, um acréscimo de 59 salas, enquanto a **rede pública** registou um aumento de 10 salas.

Gráfico IV.51 – Evolução da oferta de salas por rede de ensino, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI.

Quadro IV.17 - Evolução da oferta de salas por redes e graus de ensino.

Rede Privada

	95/96	%	96/97	%	97/98	%	98/99	%	99/00	%		
Pré-Escolar	100	74,1	99	70,7	96	68,1	101	68,2	99	64,3		
1º Ciclo	49	12,8	49	12,9	49	13,0	48	13,1	48	12,9		
2-3º Ciclo	54	13,6	54	14,2	54	13,1	57	13,1	57	13,6		
Secundário	19	5,8	19	5,8	19	6,4	19	6,4	19	6,4		
Total	222		221		218		225		223			
	00/01	%	01/02	%	02/03	%	03/04	%	04/05	%	Var	%
Pré-Escolar	99	63,9	106	60,9	105	58,7	110	59,1	147	65,6	47	47,0
1º Ciclo	48	12,9	48	13,2	48	13,2	48	13,3	54	14,8	5	10,2
2-3º Ciclo	57	13,6	57	13,6	57	13,6	57	13,6	41	10,1	-13	-24,1
Secundário	19	6,4	19	6,4	19	6,4	19	6,4	39	12,4	20	105,3
Total	223		230		229		234		281		59	27

Rede Pública

	95/96	%	96/97	%	97/98	%	98/99	%	99/00	%		
Pré-Escolar	35	25,9	41	29,3	45	31,9	47	31,8	55	35,7		
1º Ciclo	335	87,2	332	87,1	327	87,0	318	86,9	324	87,1		
2º-3º Ciclo	342	86,4	327	85,8	357	86,9	377	86,9	363	86,4		
Secundário	306	94,2	306	94,2	276	93,6	276	93,6	276	93,6		
Total	1018		1006		1005		1018		1018			
	00/01	%	01/02	%	02/03	%	03/04	%	04/05	%	Var	%
Pré-Escolar	56	36,1	69	39,7	75	41,9	77	41,4	77	34,4	42	120,0
1º Ciclo	323	87,1	317	86,8	316	86,8	312	86,7	312	85,2	-23	-6,9
2º-3º Ciclo	363	86,4	363	86,4	363	86,4	363	86,4	363	89,9	21	6,1
Secundário	276	93,6	276	93,6	276	93,6	276	93,6	276	87,6	-30	-9,8
Total	1018		1025		1030		1028		1028		10	

Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI .

Considerando a **oferta por zonas**, é na zona oriental que se registam os mais elevados valores de oferta, com 811 salas, enquanto na zona norte rural se registam os mais baixos, com 81 salas. Considerando as zonas definidas (quadro IV.18), todas têm oferta de salas tanto no pré-escolar como no 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico. No entanto, a realidade é bem diferente no que se refere ao secundário, em que só a zona norte urbana e a oriental dispõem de salas neste grau de ensino.

Quadro IV.18 – Evolução da oferta de salas por zona, no concelho de Loures.

Zona Norte Rural												
	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	Var	%
Pré-Escolar	14	15	16	16	19	19	20	21	22	18	4	28,6
1º Ciclo	53	53	51	51	48	48	48	47	46	46	-7	-13,2
2º-3º Ciclo	18	17	17	17	17	17	17	17	17	17	-1	-5,6
Secundário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,0
Total	85	85	84	84	84	84	85	85	85	81	-4	-4,7

Zona Norte Urbana												
	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	Var	%
Pré-Escolar	42	45	42	44	50	51	58	58	61	76	34	81,0
1º Ciclo	84	84	83	83	94	93	92	93	92	101	17	20,2
2º-3º Ciclo	82	82	112	112	112	112	112	112	112	118	36	43,9
Secundário	148	148	118	118	118	118	118	118	118	122	-26	-17,6
Total	356	359	355	357	374	374	380	381	383	417	61	17,1

Zona Oriental												
	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	Var	%
Pré-Escolar	79	80	83	88	85	85	97	101	104	130	51	64,6
1º Ciclo	247	244	242	232	230	230	225	224	222	219	-28	-11,3
2º-3º Ciclo	296	282	282	305	291	291	291	291	291	269	-27	-9,1
Secundário	177	177	177	177	177	177	177	177	177	193	16	9,0
Total	799	783	784	802	783	783	790	793	794	811	12	1,5

Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI.

A evolução da oferta nas três zonas delimitadas processou-se de maneira diferente:

- na **zona norte rural** a tendência foi decrescente, uma vez que houve diminuição do número de salas face ao primeiro ano considerado (menos 4 salas ou seja, uma variação de -4,7%);
- nas **zonas norte urbana e oriental** a tendência foi crescente, verificando-se um acréscimo de 61 (17,1%) e 12 (1,5%) salas, respectivamente, face ao ano de 1995/96.

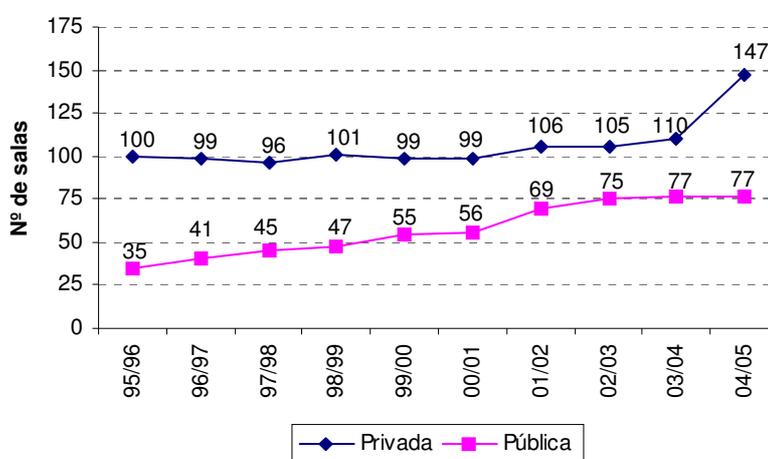
5.1.2.1 - Educação Pré-Escolar

Na educação **pré-escolar** (quadro IV.17), a **rede privada** era a que mais salas tinha e tem para oferecer (100 salas no início do período e 147 no ano lectivo 2004/05). Nesta rede, a evolução foi variável até 2002/03, tornando-se crescente a partir de então. Este crescimento, sobretudo em 2004/05 deveu-se, como já foi referido, à actualização dos dados estatísticos escolares então realizados junto dos equipamentos privados.

Neste nível de educação a evolução do número de salas da **rede pública** tem vindo a aumentar gradualmente, resultado do esforço e empenho do município em proporcionar mais salas para a população dos 3 aos 5 anos (gráfico IV.52).

No período analisado a rede privada registou um aumento de 47 salas (47%) e a rede pública um aumento de 42 (120%).

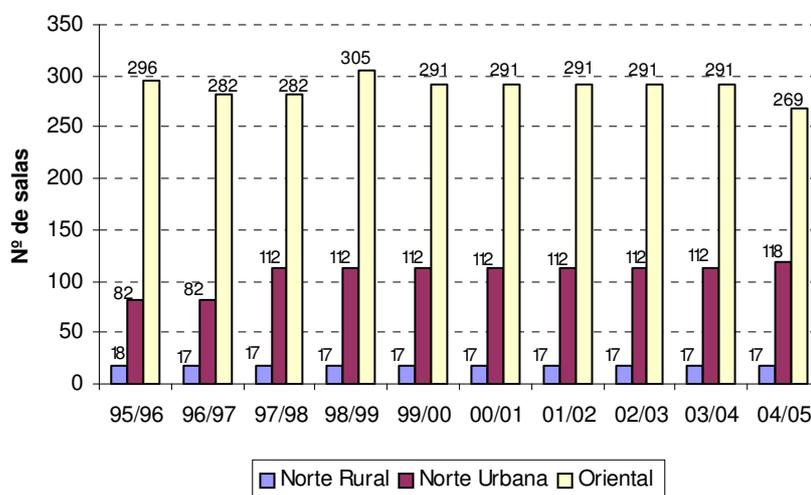
Gráfico IV.52 – Evolução da oferta de salas na educação pré-escolar por rede de ensino, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI .

Na **Educação pré-escolar**, todas as zonas apresentam uma variação positiva (quadro IV.18), reflexo do aumento do número de salas neste grau de ensino (gráfico IV.53). Foi na **zona norte urbana** que se verificou o maior contributo com 81% de novas salas (mais 34 salas), seguida da **zona oriental** com 64,6% (mais 51 salas) e da **zona norte rural** com 28,6% (mais 4 salas).

Gráfico IV.53 – Evolução da oferta total de salas da educação pré-escolar por zona, no concelho de Loures.

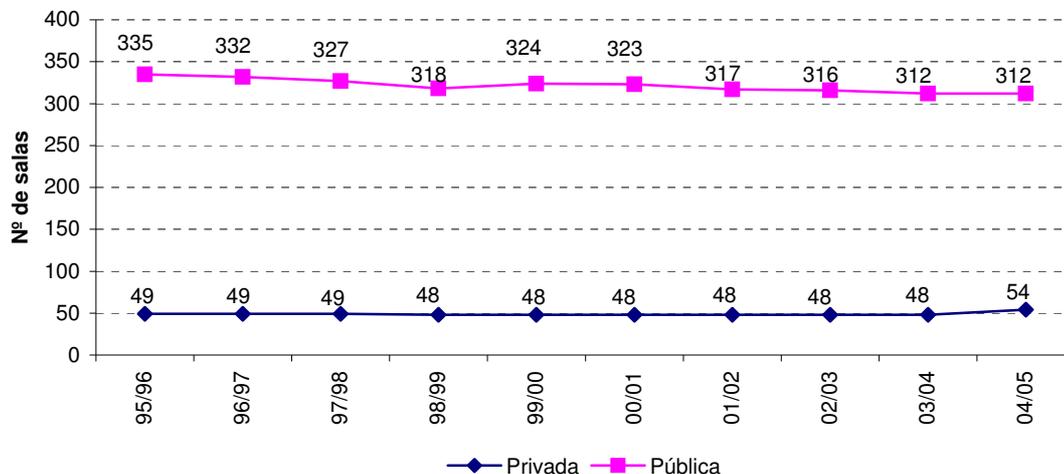


Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI.

5.1.2.2 - 1º Ciclo do Ensino Básico

Tendo em atenção os regimes de funcionamento das escolas públicas do 1º ciclo do ensino básico (normal, duplo ou normal/duplo), o número de salas oferecidas (gráfico IV.54) pela rede pública dominou em todos os anos do período considerado (87% em média – ver quadro IV.17). Contudo, ambas as redes registaram uma tendência geral de involução, apesar de no ano de 2004/05 a rede privada registar um acréscimo no número de salas devido à recolha de informação efectuada nos estabelecimentos da rede privada. A variação do número de salas no período analisado foi positiva para a rede privada (mais 5 salas, ou seja 10,2%), e negativa para a rede pública (menos 23 salas, o que corresponde a uma diminuição de 6,9%). Este decréscimo no número de salas afectas ao 1º ciclo, sobretudo a partir de 2000/01, deveu-se à necessidade de criação de salas com valência de educação pré-escolar em algumas escolas do concelho.

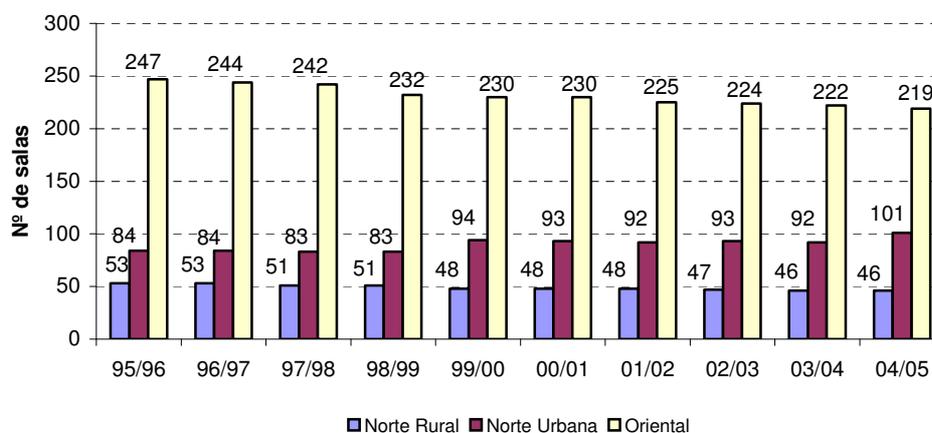
Gráfico IV.54 – Evolução da oferta de salas do 1º CEB por rede de ensino, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI .

No **1º ciclo do ensino básico**, as zonas norte rural e oriental testemunharam uma diminuição da oferta de salas, tendo perdido, face a 1995/96, 13,2% (menos 7 salas) e 11,3% (menos 28 salas), respectivamente (quadro IV.18). Na zona norte urbana, apesar de um ligeiro decréscimo do número de salas em alguns anos, o facto é que actualmente não existe diminuição do número de salas, face ao ano inicial considerado (101 salas em 2004/05 comparativamente a 84 salas em 1995/96) (gráfico IV.55).

Gráfico IV.55 – Evolução da oferta total de salas do 1º CEB por zona, no concelho de Loures.



Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI.

5.1.2.3 - 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

No **2º e 3º ciclos do ensino básico** a rede pública continua a dominar significativamente em todos os anos do período considerado, tendo tido uma variação positiva de 6,1%, o correspondente a mais 21 salas (quadro IV.17), ao contrário da rede privada que perdeu 13 salas (-24,1%).

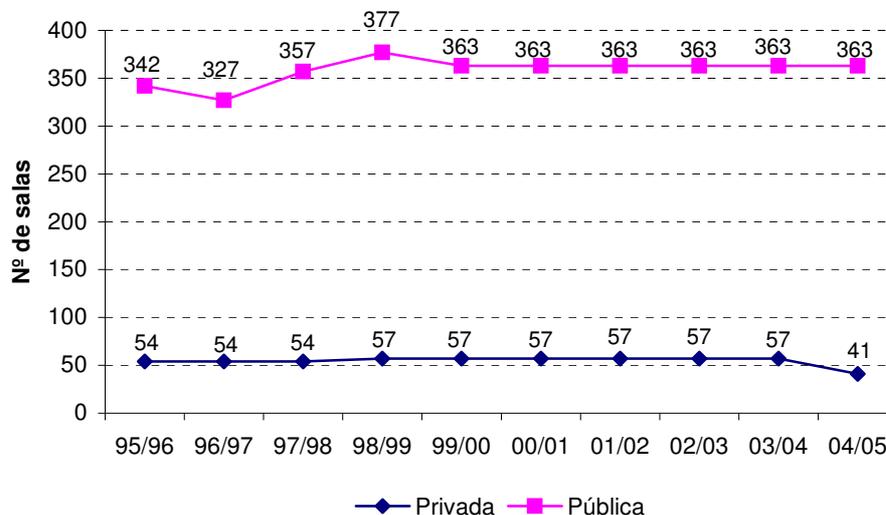
A evolução nas duas redes processou-se de modos distintos (gráfico IV.56):

- na **rede privada** o número de salas manteve-se quase sempre constante, entre 54 e 57 salas, apesar do decréscimo em 2004/05 para as 41 salas;
- na **rede pública**, o número destas começa por diminuir, recupera logo de seguida com uma significativa subida (alcança as 377 salas em 1998/99), mas volta a diminuir em 1999/00, mantendo-se constante até ao ano lectivo de 2004/05, apresentando contudo um valor superior ao registado no primeiro ano do período considerado (363 salas desde 2000/01 até 2004/05 contra 341 em 1995/96).

Na **rede pública**, as oscilações no número de salas entre 1995/96 e 1999/00 deveram-se a (gráfico IV.56):

- de 1995/96 para 1996/97, à desactivação da EBM de Lousa que funcionava com 1 sala, e sobretudo à perda de 14 salas na EB23 da Bobadela;
- de 1996/97 para 1997/98, à criação da EB23 General Humberto Delgado em Santo António dos Cavaleiros, com oferta de 30 salas;
- de 1997/98 para 1998/99, à criação da EBI da Apelação com oferta de 20 salas;
- de 1998/99 para 1999/00, ao encerramento da EB23 Vasco da Gama na Portela, que funcionava com 14 salas.

Gráfico IV.56 – Evolução da oferta de salas do 2º e 3º CEB por rede de ensino, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI .

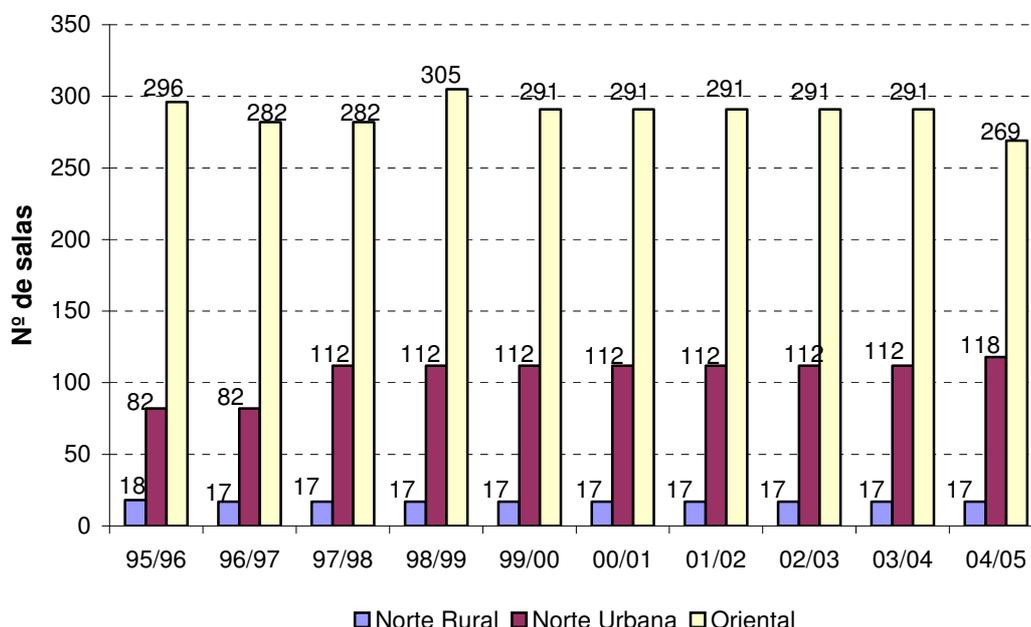
No **2º e 3º ciclos do ensino básico**, da mesma forma que no 1º ciclo do ensino básico, apenas a **zona norte urbana** teve um acréscimo em termos de oferta (43,9%), através da criação de mais 36 salas (quadro IV.18 e gráfico IV.57). Esse aumento registou-se em 1997/98 e em 2004/05.

A **zona norte rural** mantém o mesmo número de salas desde 1996/97 (17 salas).

Pelo contrário, a **zona oriental** registou um decréscimo no número de salas (menos 9,1%, ou seja deixaram de existir 27 salas). Aqui, a evolução do número das mesmas fez-se a diferentes ritmos:

- houve um decréscimo nos dois primeiros anos (1996/97 e 1997/98) face a 1995/96;
- um aumento em 1998/99;
- uma nova diminuição em 1999/00 para as 291 salas, número que se manteve constante até 2003/04, voltando a registar-se uma descida da oferta para as 269 salas em 2004/05 (gráfico IV.57).

Gráfico IV.57 – Evolução da oferta total de salas do 2º e 3º CEB por zona, no concelho de Loures.



Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI.

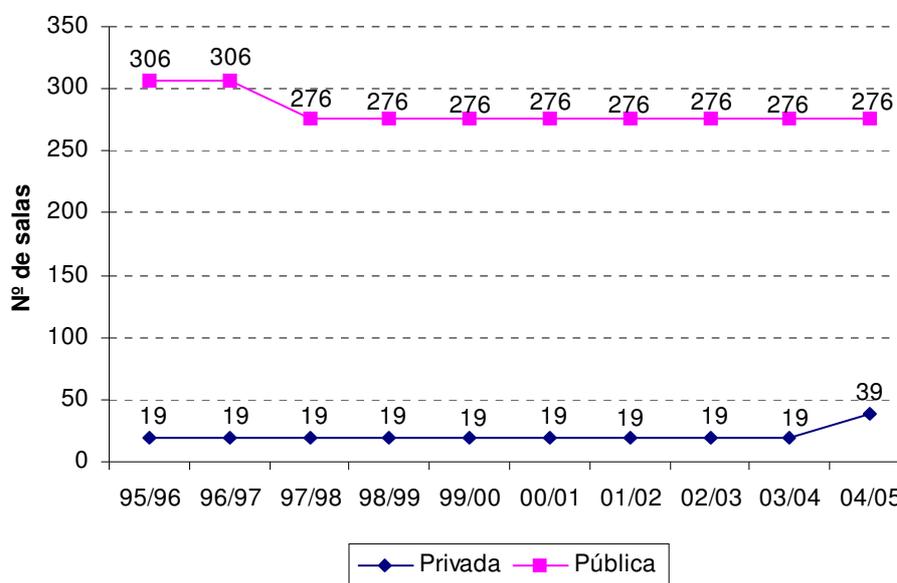
5.1.2.4 - Ensino Secundário

No **ensino secundário**, a rede privada é praticamente insignificante ou seja a maioria das salas do ensino secundário são da rede pública (sempre acima dos 90% em todos os anos do período considerado, à excepção de 2004/05 que ronda os 87,6% de oferta).

Na **rede privada**, o número de salas manteve-se sempre constante, com 19 salas até 2003/04, tendo-se registado um aumento de 20 salas em 2004/05 explicado pelos motivos já referidos anteriormente neste capítulo (gráfico IV.58).

Na **rede pública** houve uma diminuição do número de salas em 1997/98, de 306 para 276 salas, mantendo-se esse valor constante até ao final do período, ou seja, registou-se uma perda de 30 salas (variação de -9,8%). A diminuição de 30 salas no ano lectivo de 1997/98, deveu-se à perda das mesmas na ESG de Santo António dos Cavaleiros, que em vez de oferecer 72 salas (em 1995/96 e 1996/97), passou a oferecer 42 (gráfico IV.58).

Gráfico IV.58 – Evolução da oferta de salas no ensino secundário por rede de ensino, no concelho de Loures.



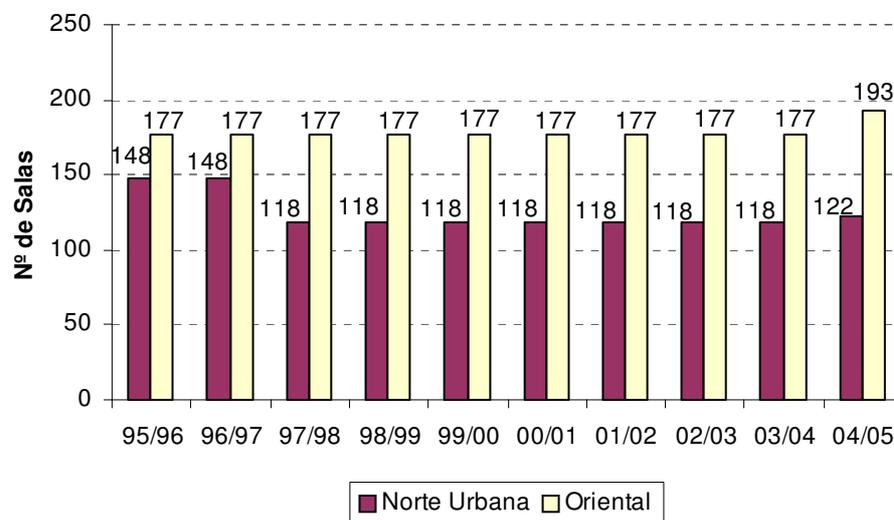
Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI .

No **ensino secundário** verifica-se que, ao contrário do nível de ensino anterior, a evolução do número de salas foi positiva na **zona oriental** e negativa na **zona norte urbana** (não existe oferta de ensino secundário na zona norte rural), com um aumento de 9% (16 salas) e uma diminuição de 17,6% (26 salas), respectivamente (quadro IV.18).

Na **zona oriental** a oferta manteve-se constante de 1995/96 a 2003/04 e no ano lectivo seguinte, resultado da actualização dos dados relativos aos equipamentos privados, houve um acréscimo de 16 salas.

Na **zona norte urbana**, e até 1996/97, a oferta de salas neste grau de ensino era de 148, número que diminuiu no ano seguinte e até 2003/04 para as 118, tornando a aumentar em 2004/05 para as 122 salas (gráfico IV.59).

Gráfico IV.59 – Evolução da oferta total de salas no ensino secundário por zona, no concelho de Loures.



Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI.

Relativamente ao peso que cada rede tem face ao total, atendendo aos vários graus de ensino, observa-se através do Quadro IV.19 que, a **rede pública** representa mais de 85% da oferta educativa a partir do 1º ciclo do ensino básico e apenas 34,4% na educação pré-escolar. Pelo contrário, na educação pré-escolar, é a **rede privada** que assume maior importância, representando actualmente mais de 65% da oferta destinada à faixa etária dos 3 aos 5 anos. Nos restantes graus de ensino, a rede privada tem uma oferta sempre inferior a 15%.

Quadro IV.19 – Peso da oferta pública e privada no concelho de Loures no ano lectivo 2004/05.

	JI		1º Ciclo		2º e 3º Ciclos		Secundário	
	Nº Salas	%	Nº Salas	%	Nº Salas	%	Nº Salas	%
Oferta Pública	77	34,4	312	85,2	363	89,9	276	87,6
Oferta Privada	147	65,6	54	14,8	41	10,1	39	12,4
Total	224	100,0	366	100,0	404	100,0	315	100,0

Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI

Face às propostas apresentadas pela Comissão Europeia, relativas à Política de Coesão para o período de 2007-2013, em que se aponta como uma das prioridades o investimento nas primeiras etapas da educação (sobretudo no pré-escolar e nos primeiros ciclos do ensino básico), haverá ainda muito trabalho a desenvolver, sobretudo no pré-escolar, uma vez que a rede pública apresenta um défice- de resposta relativamente ao grupo etário dos 3 aos 5 anos (representa actualmente, como já foi referido, cerca de 35% da oferta de salas à população escolar nessa faixa etária).

O investimento deverá assentar no aumento da oferta em número de salas de aula, requalificação das escolas existentes e, principalmente, ter em atenção que o *“conceito escola contém um conjunto de valências integradas – salas de aula, biblioteca, refeitório, sala de música e de convívio, espaço para actividades físicas e desportivas, laboratório, equipamento informático em rede, entre outras”* – consideradas imprescindíveis ao desenvolvimento cognitivo e motor das crianças (ANMP⁴, 2004).

⁴ Documento de trabalho (“Non-paper”) – Novos instrumentos de política de coesão 2007-2013 e Notas para reflexão e tomada de opções gerais, 6p, 2004.

5.2 Funcionamento da Rede Educativa

5.2.1 - Evolução do número de turmas nos equipamentos educativos da rede pública no período 1996/97 – 2004/05

No que respeita ao número de turmas, convém referir que no 1º ciclo do ensino básico, existem escolas a funcionar segundo vários regimes (normal, duplo e normal/duplo), o que significa que, no caso do regime duplo, uma única sala pode ter 2 turmas a funcionar em “turnos” distintos (um de manhã e outro à tarde), servindo no máximo 48 alunos.

Este aspecto assume bastante relevância sobretudo porque a oferta de salas, que será abordada no ponto seguinte, irá considerar que cada sala existente num dado estabelecimento da rede pública, funciona em regime normal.

Existem, no entanto, algumas razões para as escolas funcionarem em regime duplo, entre as quais se destacam:

- falta de infra-estruturas físicas da própria escola;
- excesso de alunos matriculados num ano lectivo;
- necessidade de adaptação de salas a outras actividades;
- outros motivos.

5.2.1.1 – 1º Ciclo do Ensino Básico

No quadro seguinte (quadro IV.20), verifica-se que, no ano lectivo de 2004/05, dos 63 equipamentos escolares públicos com **valência de 1º ciclo** existentes no concelho, 22 funcionam em **regime normal**, 27 em **regime duplo** e 14 conciliam turmas em **regime normal com duplo**.

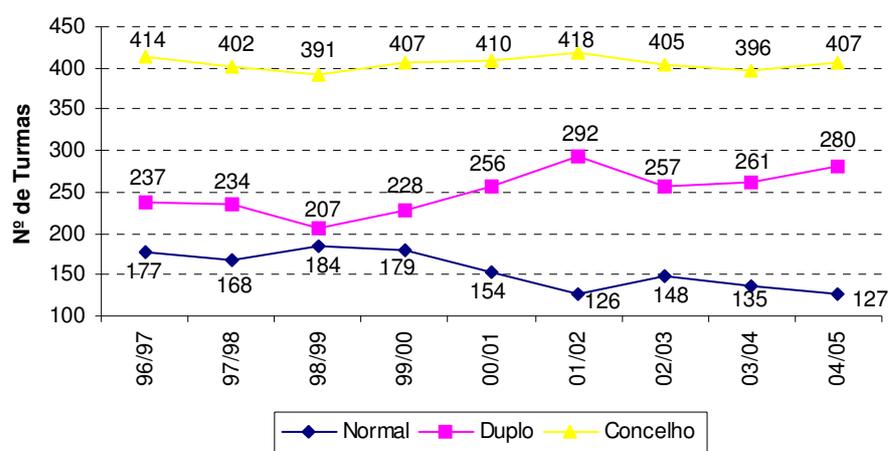
Quadro IV.20 – Número de escolas públicas com valência de 1º CEB, segundo o regime de funcionamento no ano lectivo de 2004/05.

Reg. Funcionamento	N.º Escolas
Normal	22
Duplo	27
Normal/Duplo	14
Total	63

Fonte: DEJ/AGRE

No gráfico IV.60, pode-se verificar que das 407 turmas existentes no concelho de Loures no ano lectivo de 2004/05, 127 funcionaram em regime normal e 280 em regime duplo. A evolução do número de turmas no regime normal é inversamente proporcional à das turmas em regime duplo, ou seja, quando uma aumenta, a outra diminui.

Gráfico IV.60 – Evolução do número de turmas do 1º CEB segundo o regime de funcionamento, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE.

No último ano lectivo (2004/05), foi na **zona oriental** (quadro IV.21), que existiram mais turmas em regime normal (79), enquanto na **zona norte urbana** o número de turmas neste regime foi o mais baixo (18), num universo de 127 turmas.

Em regime duplo, a **zona oriental** registou igualmente o maior número de turmas nesta situação (166), seguida da **zona norte urbana** (94) e da **zona norte rural** (20), o que deixa antever a necessidade de criação de mais salas de modo a que as turmas possam funcionar em regime normal, como seria desejável.

Em termos gerais, e comparando o primeiro e o último ano lectivo da série, verifica-se que houve uma diminuição de 28,2% do número de turmas em regime normal (menos 50 turmas face a 1996/97), em detrimento das turmas em regime duplo (acréscimo de 43 turmas face ao ano inicial, ou seja, uma taxa de variação de 18,1%).

Quadro IV.21 – Evolução do número de turmas do 1º CEB por zona, segundo o regime de funcionamento.

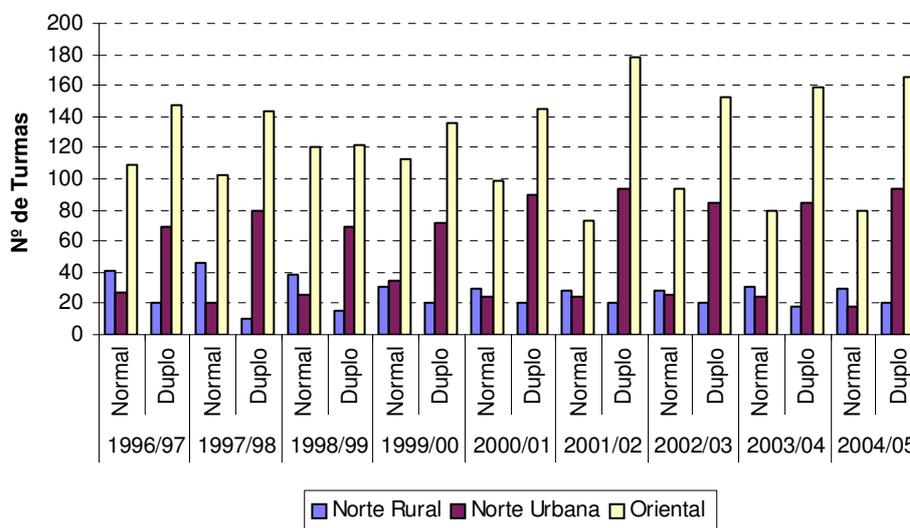
Zona	1996/97		1997/98		1998/99		1999/00		2000/01			
	Normal	Duplo										
Norte Rural	41	20	46	10	38	16	31	20	30	21		
Norte Urbana	27	69	20	80	26	69	35	72	25	90		
Oriental	109	148	102	144	120	122	113	136	99	145		
Concelho	177	237	168	234	184	207	179	228	154	256		
Zona	2001/02		2002/03		2003/04		2004/05		Var		Var %	
	Normal	Duplo	Normal	Duplo								
Norte Rural	28	21	28	21	31	18	30	20	-11	0	-26,8	0,0
Norte Urbana	25	93	26	84	24	84	18	94	-9	25	-33,3	36,2
Oriental	73	178	94	152	80	159	79	166	-30	18	-27,5	12,2
Concelho	126	292	148	257	135	261	127	280	-50	43	-28,2	18,1

Fonte: DEJ/AGRE.

Através do quadro IV.21 e do gráfico IV.61, pode concluir-se:

- Na **zona norte rural**, houve um decréscimo de 26,8% no número de turmas em regime normal (menos 11 turmas), enquanto o número de turmas em regime duplo se manteve igual ao primeiro ano da série. Contudo a evolução do número de turmas processou-se de modo diferenciado, embora se possa afirmar que existe uma tendência para que sempre que o número de turmas num regime diminui, aumente no outro:
 - nas turmas em **regime normal** notou-se um crescimento do número das mesmas de 1996/97 para 1997/98, ano em que se registou o máximo de turmas nesse regime (46). A partir desse ano houve uma involução até 2002/03, onde se verificou o mínimo de turmas (28). Em 2003/04 registou-se um novo aumento (acréscimo de 3 turmas face ao ano anterior), para no último ano lectivo da série se voltar a perder uma turma;
 - nas turmas em **regime duplo**, ao contrário do sucedido no outro regime de funcionamento, notou-se um decréscimo de 1996/97 para 1997/98, ano em que se registou o mínimo de turmas (10). A partir desse ano, houve um acr progressivo no número de turmas a funcionarem em regime duplo até ao ano lectivo 2000/01, ano em que se atingiu as 21 turmas, mantendo-se este número constante até quase ao final do período analisado. Em 2003/04 voltou a dar-se um decréscimo do número da turmas, sendo que em 2004/05 houve um acréscimo de 2 turmas face a 2003/04, atingindo as 20 turmas em regime duplo, o mesmo que em 1996/97.

Gráfico IV.61 – Evolução do número de turmas do 1º CEB por zona, segundo o regime de funcionamento, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE.

- Na **zona norte urbana**, registou-se um decréscimo de 33,3% das turmas em regime normal (menos 9 turmas), e pelo contrário, um aumento de 36,2% das que funcionavam em regime duplo (mais 25 turmas). A evolução nesta zona processou-se da seguinte forma:
 - nas turmas em **regime normal** verificou-se, face ao primeiro ano analisado, uma diminuição de 7 turmas em 1997/98. Depois até 1999/00 nota-se um crescimento do número de turmas (35 turmas naquele ano, que equivale ao número máximo de turmas neste regime), para nos anos seguintes se registar uma nova descida até ao fim da série analisada (apesar do aumento de 1 turma em 2002/03), em que se contabilizaram 18 turmas;
 - nas turmas em **regime duplo** assistiu-se a um crescimento de 11 turmas em 1997/98, face ao primeiro ano da série, para depois em 1998/99 se voltar a registar o mesmo número de turmas que em 1996/97. A partir de 1999/00 intensifica-se o crescimento do número de turmas, atingindo-se as 93 turmas em regime duplo, no ano lectivo de 2001/02. No ano seguinte o número de turmas volta a diminuir, mantendo-se estável nas 84 até 2003/04. No presente ano lectivo verificou-se um novo aumento (mais 10 turmas), registando o número máximo de turmas (94) durante o período analisado.

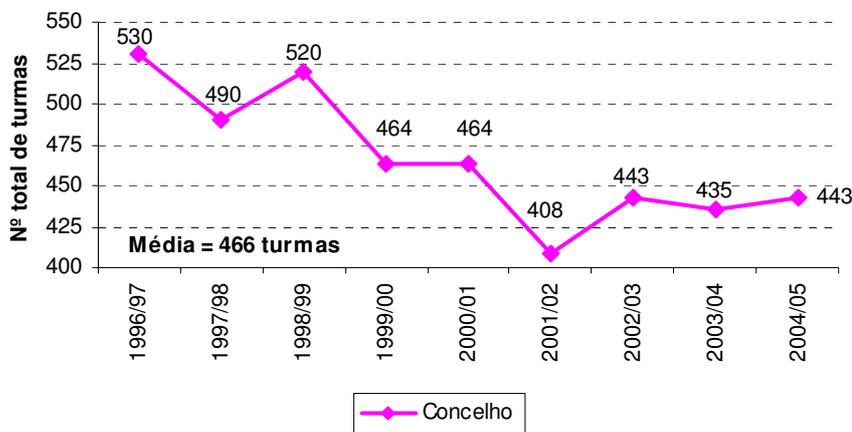
- Na **zona oriental**, da mesma forma que sucedeu na zona norte urbana, houve um aumento de 12,2% de turmas em regime duplo (mais 18 turmas), em detrimento das turmas em regime normal que diminuíram 27,5% (menos 30 turmas). Contudo:
 - as turmas em **regime normal**, só conheceram um aumento nos anos lectivos de 1998/99 (120 turmas, valor máximo registado) e de 2002/03, embora neste último o acréscimo tenha sido bastante inferior ao registado no primeiro ano da série;
 - nas turmas em **regime duplo**, verificou-se um decréscimo até ao ano lectivo de 1998/99, para a partir daí e até 2001/02 conhecer um crescimento das mesmas, tendo-se atingido as 178 turmas (valor máximo registado). No ano seguinte (2002/03) houve um decréscimo do número de turmas que foi corrigido para as 159 turmas em 2003/04 e para as 166 turmas no presente ano lectivo.

5.2.1.2 – 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

No ano lectivo de 2004/05, nas 21 escolas do concelho de Loures com **valência de 2º e 3º ciclos do ensino básico público**, funcionaram 443 turmas. Deste total, 20 pertenciam à **zona norte rural**, 147 à **zona norte urbana** e 276 à **zona oriental**.

No gráfico IV.62, pode-se verificar que houve um decréscimo de 16,4% de turmas do 2º e 3º ciclos do ensino básico (87 turmas), face ao ano inicial (530 turmas em 1996/97 e 443 em 2004/05). A evolução do número de turmas no concelho não se fez de um forma linear, mas sim com oscilações constantes com excepção dos anos lectivos de 1999/00 e 2000/01 em que o número de turmas se manteve constante. O número mínimo de turmas registou-se em 2001/02 (408). De salientar ainda que apenas nos três anos iniciais (1996/97 a 1998/99), apesar do decréscimo em 1997/98, o número de turmas se manteve acima do número médio de turmas do concelho (466 turmas).

Gráfico IV.62 – Evolução do número de turmas do 2º e 3º CEB, no concelho de Loures.



Fonte:DEJ/AGRE

No quadro IV.22 e no gráfico IV.63, constata-se que a evolução do número de turmas por zonas, também sofreu algumas variações ao longo dos anos lectivos analisados, apesar de em todas elas se verificar uma tendência de diminuição.

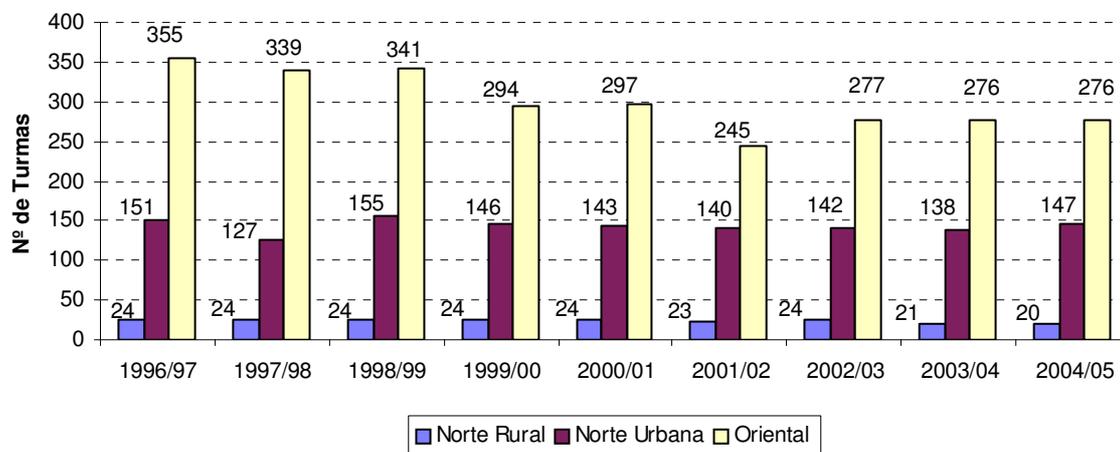
Quadro IV.22 – Evolução do número de turmas do 2º e 3º CEB por zona, no concelho de Loures

Zona	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	Var	%
Norte Rural	24	24	24	24	24	23	24	21	20	-4	-16,7
Norte Urbana	151	127	155	146	143	140	142	138	147	-4	-2,6
Oriental	355	339	341	294	297	245	277	276	276	-79	-22,3
Concelho	530	490	520	464	464	408	443	435	443	-87	-16,4

Fonte:DEJ/AGRE.

- Na **zona norte rural** houve uma diminuição de 16,7% do número de turmas (menos 4) comparativamente a 1996/97. Nesta zona, registou-se a diminuição de 1 turma em 2001/02 (face aos anos anteriores), de 3 turmas em 2003/04 (relativamente a 2002/03) e de 1 turma no último ano lectivo (comparativamente a 2003/04).
- Na **zona norte urbana** registou-se a perda de 4 turmas (- 2,6%), relativamente ao ano inicial do período considerado. Foi sobretudo a partir de 1998/99, que se verificou um decréscimo progressivo do número de turmas neste grau de ensino. Porém, em 2004/05 registou-se um novo acréscimo de turmas face a 2003/04, atingindo-se um total de 147 turmas do 2º e 3º ciclos do ensino básico.

Gráfico IV.63 - Evolução do número de turmas do 2º e 3º CEB por zona, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE

- Foi na **zona oriental** que ocorreu a maior perda no número de turmas (-79), ou seja, uma taxa de variação de -22,3%. A evolução do número de turmas fez-se por avanços e recuos sistemáticos de ano para ano:
 - no segundo ano da série registou-se uma diminuição do número de turmas, seguida de um crescimento no ano seguinte (1998/99);
 - em 1999/00 verificou-se um nova descida, e posteriormente uma recuperação de 3 turmas em 2000/01;
 - no ano seguinte voltou a registar-se um novo decréscimo (menos 52 turmas em 2001/02), sendo que em 2002/03 verificou-se uma nova recuperação (acrécimo de 32 turmas), para em 2003/04 se registar novamente uma ligeiríssima diminuição (menos 1 turma).
 - No último ano lectivo o número de turmas foi igual ao de 2003/04, contabilizando-se 276 turmas no 2º e 3º ciclos do ensino básico.

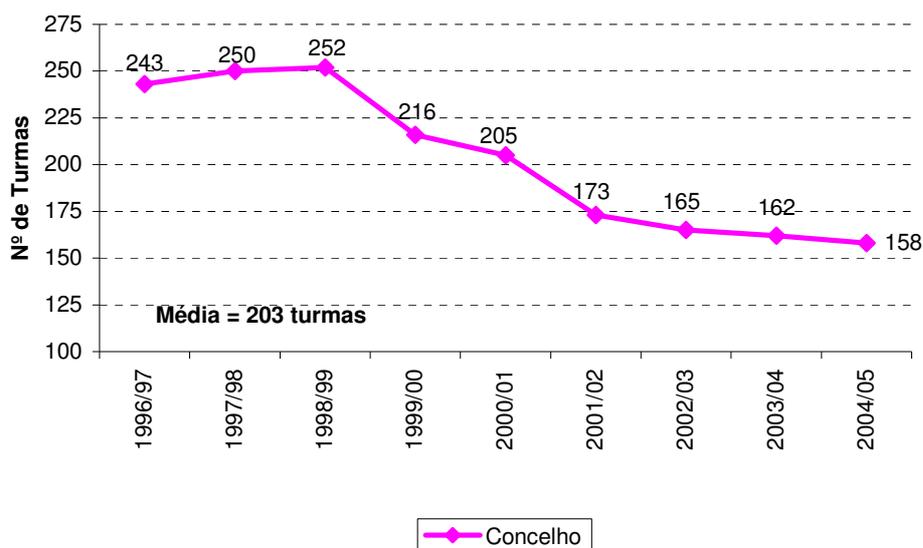
5.2.1.3 – Ensino Secundário

No ano lectivo de 2004/05, nas 7 escolas do concelho de Loures com **valência de ensino secundário público**, funcionaram 158 turmas. Deste total, 76 pertenciam à **zona oriental** e 82 à **zona norte urbana**.

No gráfico IV.64, pode-se verificar que houve um decréscimo de 35% de turmas do ensino secundário (menos 85 turmas), face ao ano inicial (243 turmas em 1996/97 e 158 em 2004/05). A evolução do número de turmas no concelho, neste grau de ensino, foi marcada por dois períodos distintos:

- de 1996/97 a 1998/99 foi notório um crescimento do número de turmas, sendo que em 1998/99 foi registado o máximo de turmas no concelho, durante o período analisado (252 turmas);
- a partir de 1998/99 até 2004/05 verificou-se um decréscimo progressivo do número de turmas, tendo o mínimo sido registado no último ano da série analisada. Em 2000/01, apesar da perda de 11 turmas face ao ano anterior, o número ainda estava acima da média de turmas do concelho, o que não se voltaria a repetir até ao final de 2004/05.

Gráfico IV.64 – Evolução do número de turmas do ensino secundário no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE

No quadro IV.23 e no gráfico IV.65, constata-se que a evolução do número de turmas por zonas, também sofreu variações ao longo dos anos lectivos analisados, apesar de tanto na **zona oriental** como na **norte urbana**, a tendência ser de diminuição, uma vez que se registou uma perda de 66 (46,5%) e 19 (18,8%) turmas, respectivamente.

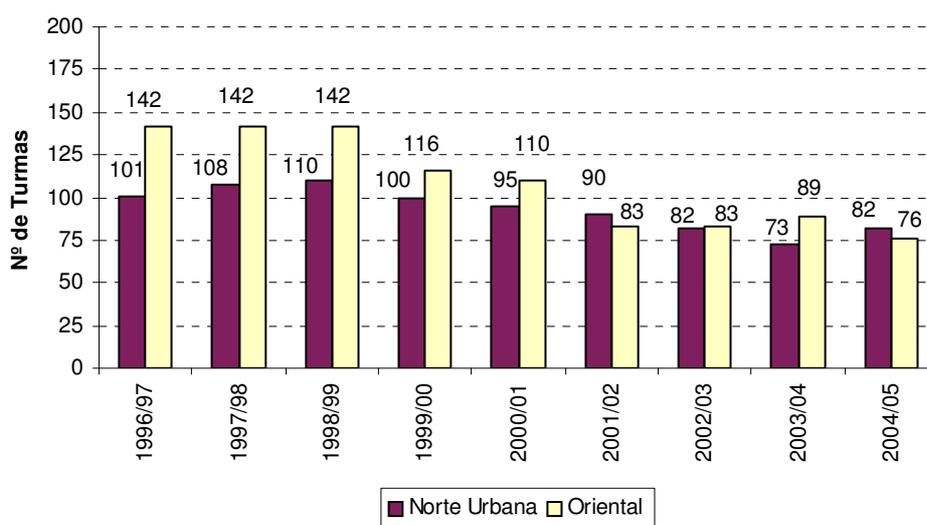
Quadro IV.23 – Evolução do número de turmas do ensino secundário por zona, no concelho de Loures

Zona	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	Var	%
Norte Urbana	101	108	110	100	95	90	82	73	82	-19	-18,8
Oriental	142	142	142	116	110	83	83	89	76	-66	-46,5
Concelho	243	250	252	216	205	173	165	162	158	-85	-35,0

Fonte: DEJ/AGRE

- Na **zona norte urbana**, a evolução do número de turmas teve um comportamento idêntico ao da evolução do concelho, com excepção do último ano lectivo, em que nesta zona se registou um aumento do número das mesmas.
- A evolução do número de turmas na **zona oriental**, pautou-se por uma constância do número das mesmas entre 1996/97 e 1998/99, para a partir do ano lectivo 1999/00 e até 2002/03 se registar uma diminuição. Em 2003/04 registou-se um aumento de 6 turmas face a 2002/03, sendo que no último ano da série analisada (2004/05) voltou a verificar-se uma diminuição do número das mesmas.

Gráfico IV.65 – Evolução do número de turmas do ensino secundário por zona, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AGRE

5.2.2 - Serviço de Apoio à Família

Desde o ano lectivo de 2000/01, o Município de Loures tem vindo a desenvolver actividades no âmbito do Serviço de Apoio à Família (SAF), composto pelas vertentes:

- **refeições** para crianças a frequentarem jardins de infância e alunos das escolas do 1.º ciclo do ensino básico;
- **prolongamentos de horário** exclusivamente destinados às crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar.

A organização e gestão destes serviços de apoio à família, sendo competência do município, desenvolvem-se em estreita colaboração com a comunidade escolar, e nalguns casos através de parcerias com Associações de Pais e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) do Concelho.

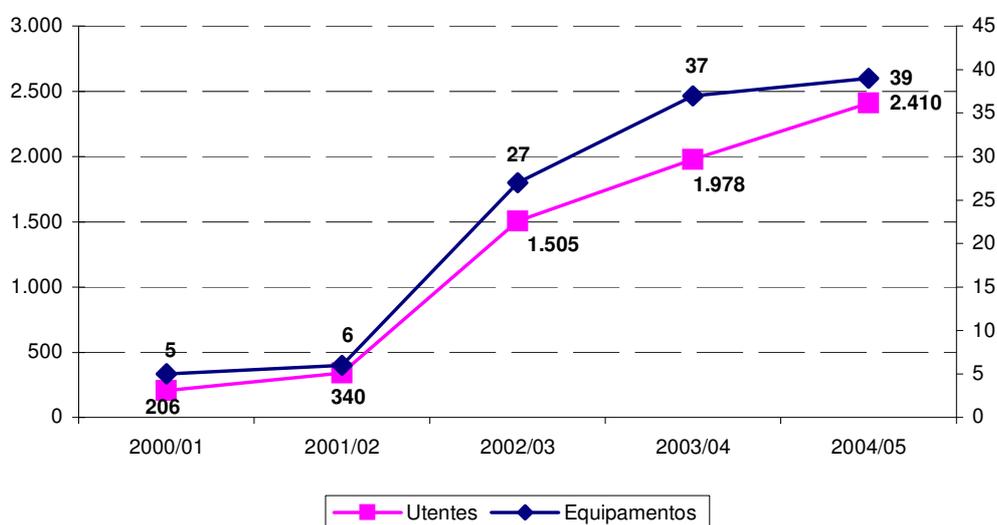
Os dados apresentados dizem respeito aos anos lectivos 2000/01 até 2004/05, no entanto é de ressaltar que neste último ano os valores relativos ao número de refeições são estimados, dado que à data de elaboração deste documento, este ainda se encontrava a decorrer.

Serviços de Refeições – Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico

No gráfico IV.66, observa-se que em todos os anos lectivos o número de equipamentos educativos onde funciona este serviço tem vindo a aumentar significativamente.

Iniciou-se em 2000/01 em 5 equipamentos de educação e ensino e no ano lectivo 2004/05 o serviço de refeição está implementado em 39 equipamentos educativos, correspondendo a um total de 2.410 crianças e alunos, com idades compreendidas entre os 3 e os 10 anos, a usufruírem desde serviço.

Gráfico IV.66 - Evolução do SAF – Refeições. N.º de Utentes e Equipamentos Implementados em Jardim de Infância e no 1.º CEB, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AASE

Em termos de evolução do número de utentes do serviço de refeições (quadro IV.24), no ano lectivo 2000/01 eram 206 o total de crianças e alunos inscritos (68 em jardins de infância e 138 em escolas do 1.º ciclo do ensino básico), enquanto no último ano lectivo em análise contam-se em 2.410 (826 crianças dos 3 aos 5 anos e 1584 alunos do 1.º ciclo do ensino básico), o que correspondeu a um acréscimo de 2.204 utentes.

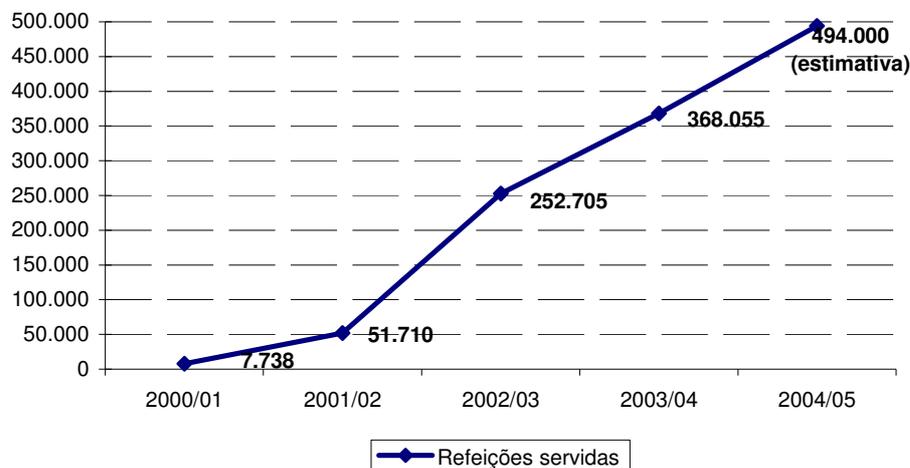
Quadro IV.24 - Evolução do SAF - Refeições – N.º de Utentes

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Jardim de Infância	68	132	492	669	826
1º Ciclo do Ensino Básico	138	208	1.013	1.309	1.584
Total	206	340	1.505	1.978	2.410

Fonte: DEJ/AASE

Por outro lado, se atendermos ao número de refeições servidas (gráfico IV.67), foram fornecidas 7.738 refeições em 2000/01, tendo vindo esse número a aumentar todos os anos lectivos, atingindo em 2003/04 um total de 368.055 refeições, estimando-se que em 2004/05 venham a ser servidas 494.000.

Gráfico IV.67 - Evolução do SAF – Refeições. N.º de Refeições servidas em Jardim de Infância e no 1º CEB, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AASE

Nos quadros IV.25 e IV.26 apresenta-se a relação entre a frequência total da rede escolar e o número de potenciais utilizadores do serviço de refeições e ainda a relação entre a frequência total em equipamentos com SAF - refeições e os efectivos utentes a usufruírem do referido serviço.

Quadro IV.25 - Evolução do SAF - Refeições

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Frequência Total					
Crianças em JI	1.245	1.479	1.611	1.641	1.589
Alunos no 1ºCEB	8.201	8.167	8.026	7.898	7.968
Total	9.446	9.646	9.637	9.539	9.557
Acesso ao SAF - Refeições					
Crianças em JI	14,2%	13,4%	44,1%	63,1%	69,4%
Alunos no 1ºCEB	8,6%	9,6%	40,1%	47,7%	51,1%
Total	9,3%	10,2%	40,8%	50,3%	54,1%

Fonte:DEJ/AASE

Quadro IV.26 - Evolução do SAF - Refeições

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Frequência Total em Equipamentos com SAF - Refeições					
Crianças em JI	177	198	711	1.036	1.102
Alunos no 1ºCEB	706	787	3.218	3.765	4.071
Total	883	985	3.929	4.801	5.173
Acesso ao SAF - Refeições					
Crianças em JI	38,4%	66,7%	69,2%	64,6%	75,0%
Alunos no 1ºCEB	19,5%	26,4%	31,5%	34,8%	38,9%
Total	23,3%	34,5%	38,3%	41,2%	46,6%

Fonte:DEJ/AASE

Referente à primeira vertente da análise (quadro IV.25), observa-se que, no ano lectivo 2004/05, poderiam aceder a este serviço cerca de 69,4% das crianças com idades entre os 3 e os 5 anos e 51,1% dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, a frequentarem os jardins de infância e escolas básicas do Concelho, representando no conjunto 54,1%. Comparativamente entre o ano lectivo 2000/01, ano em que se iniciou este serviço, e o ano lectivo 2004/05 verificou-se um acréscimo percentual de 44,8 no número de utentes.

Se atendermos, em 2000/01, aos equipamentos onde funcionava o SAF (quadro IV.26), a população escolar com acesso ao serviço de refeições representava 23,3% do total da frequência dos cinco equipamentos educativos onde aquele existia. Consta-se que estes valores têm vindo a aumentar anualmente, representado essa relação, em 2004/05, um total de 46,6% no universo dos 39 equipamentos onde o serviço está em funcionamento.

Reportando-nos aos níveis de educação e ensino, actualmente encontram-se abrangidas 75% e 38,9%, respectivamente, das crianças do pré-escolar e alunos do 1.º ciclo do ensino básico que frequentam esses estabelecimentos educativos.

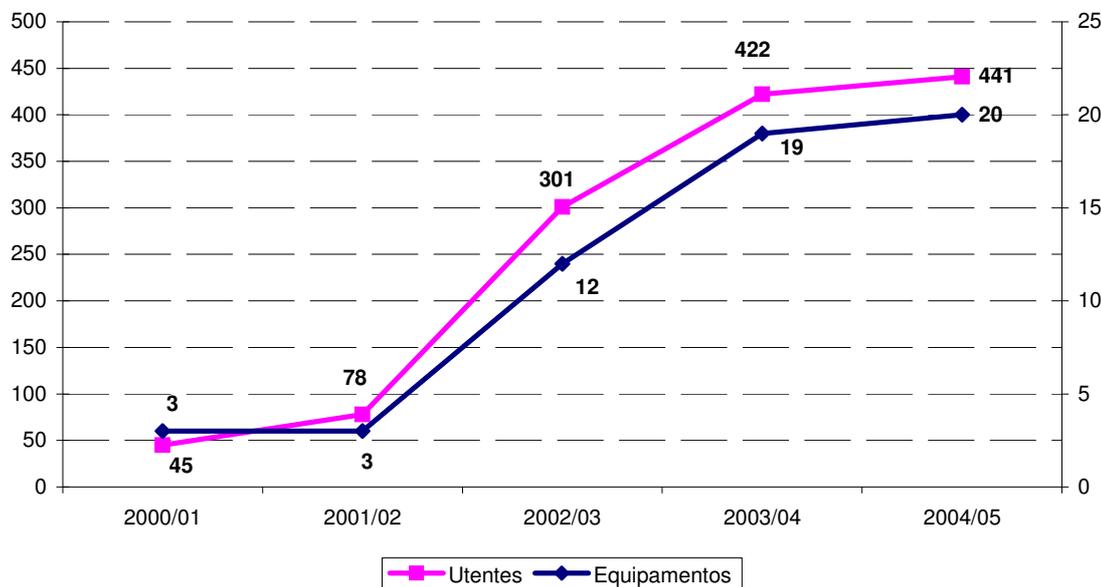
Prolongamentos de Horário – Educação Pré-Escolar

Como se observa no gráfico IV.68, o serviço de apoio à família, no que se refere aos prolongamentos de horário dos jardins de infância, tem vindo a aumentar no número de equipamentos abrangidos e no número de crianças que são apoiadas pelo município.

No primeiro ano lectivo em que se iniciou este serviço (2000/01), existiam três equipamentos de educação com prolongamento de horário e no ano lectivo 2004/05 esse número aumentou para vinte, o que representa uma taxa de variação de 567% entre o primeiro e o último ano lectivo em análise.

No que concerne aos utentes a usufruírem dos prolongamentos de horário, constata-se o acréscimo de 396 crianças com idades entre os 3 e os 5 anos, entre os anos lectivos de 2000/01 e 2004/05.

Gráfico IV.68 - Evolução do SAF - Prolongamento de Horário. N.º de Utentes e Equipamentos Implementados em Jardim de Infância, no concelho de Loures



Fonte: DEJ/AASE

Os quadros seguintes (quadro IV.27 e IV.28) referem-se à relação entre a frequência total da rede escolar e o número de potenciais utilizadores do prolongamento de horários e ainda a relação entre a frequência total em equipamentos com SAF - prolongamento de horários e os efectivos utentes a usufruírem do referido serviço.

Este serviço, no ano lectivo 2004/05, foi frequentado por 62,7% das crianças dos jardins de infância do Concelho, sendo que no ano lectivo 2000/01 eram 14,2%, ou seja, verifica-se no período em análise um aumento percentual de 48,5% (quadro IV.27).

Tendo em conta os jardins de infância do Concelho onde funcionava o prolongamento de horário, no ano lectivo 2000/01, as crianças que acederam a este serviço representavam 25,4% do total da frequência dos três equipamentos educativos. No último ano lectivo em análise (2004/05) as crianças abrangidas representavam 44,2% do total de crianças a frequentarem os vinte equipamentos com o serviço em funcionamento (quadro IV.28).

Quadro IV.27 - Evolução do SAF – Prolongamento de Horário

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Frequência Total					
Crianças em JI	1.245	1.479	1.611	1.641	1.589
Acesso ao SAF – Prolongamento Horário					
Crianças em JI	14,2%	13,4%	37,7%	58,6%	62,7%

Fonte: DEJ/AASE

Quadro IV.28 - Evolução do SAF – Prolongamento de Horário

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Frequência Total em Equipamentos com SAF – Prolongamento de Horário					
Crianças em JI	177	198	607	961	997
Acesso ao SAF – Prolongamento Horário					
Crianças em JI	25,4%	39,4%	49,6%	43,9%	44,2%

Fonte: DEJ/AASE

Entenda-se por prolongamento de horário as actividades em período pós-lectivo direccionadas para as crianças da educação pré-escolar, cuja organização à luz da legislação compete aos municípios. No entanto, e para além do cumprimento desta competência, o Município de Loures, por opção, atribui, através de subsídios, verbas para apoio ao desenvolvimento destas actividades.

Actividades de Tempos Livres – 1.º ciclo do ensino básico

No âmbito das actividades complementares à componente lectiva, são desenvolvidas nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico ateliers de tempos livres, cuja organização e gestão dos mesmos, não se enquadrando nas competências municipais, estão a cargo de associações de pais, de entidades privadas, IPSS e outras entidades.

Não se enquadrando estas actividades de tempos livres nas competências municipais, no entanto face à sua importância no contexto educativo e familiar, o Município de Loures tem vindo a desenvolver modalidades de apoio através da atribuição de subsídios e outras de incremento às mesmas.

No ano lectivo 2004/05, contam-se em 22 as escolas do 1.º ciclo do ensino básico onde se dinamizam estas actividades.

5.2.3 - Recursos Humanos

Pretende-se neste sub capítulo apresentar dados relativos aos recursos humanos, docentes e não docentes, existentes na rede educativa do Concelho de Loures no ano lectivo de 2004/05.

Deste modo dá-se resposta ao disposto no n.º 2 do art.º 12, do Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, onde se expressa que as Cartas Educativas deverão incluir uma identificação dos recursos humanos (educadores/professores e pessoal auxiliar) necessários à prossecução das ofertas educativas.

Os dados relativos aos Recursos Humanos estão sintetizados nos quadros seguintes (quadros IV.29 e IV.30).

Face à realidade organizacional do complexo sistema educativo, nomeadamente quanto à diversidade de afectação do pessoal docente e ao modo como é fornecida a informação relativa a esta matéria, poderão os dados apresentados revelarem alguma discrepância com a realidade.

Aos dados apresentados no quadro abaixo (quadro IV.29), relativo à rede pública, haverá ainda a acrescentar educadores/professores dispensados da componente lectiva para outras actividades no âmbito do sistema educativo, bem como outros docentes e técnicos que prestam apoio educativo de uma forma itinerante por vários equipamentos do Concelho.

De referir ainda, que, para o número de auxiliares/assistentes de acção educativa (AAE) a laborarem nos jardins de infância da rede pública, foram apenas consideradas as que fazem acompanhamento às salas de actividades, independentemente de serem da responsabilidade do Ministério de Educação ou da Autarquia.

Quadro IV. 29 - Recursos Humanos no Concelho de Loures, Rede Pública (ano lectivo 2004/05)

Rede Pública	Total Crianças e Alunos	Professores e Educadores	Rácio	Aux./Assist. Acção Educ.	Rácio
Educação Pré-Escolar	1.589	75	22	74	22
1º Ciclo do Ensino Básico	7.968	407	20	171	47
2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	9.885	1.314	8	303	33
Ensino Secundário	3.600	612	6	212	17
TOTAL	23.042	2.408	10	760	31

Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI

Quadro IV. 30 - Recursos Humanos no Concelho de Loures, Rede Privada (ano lectivo 2004/05)

Rede Privada	Total Crianças e Alunos	Professores e Educadores	Rácio	Aux./Assist. Acção Educ.	Rácio
Educação Pré-Escolar	2691	144	19	180	15
1º Ciclo do Ensino Básico	831	45	19	34	25
2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	538	85	7	23	24
Ensino Secundário	594	106	6	15	40
TOTAL	4654	380	13	252	19

Fonte: DEJ/AGRE; DPE/DPEI

Professores e Educadores de Infância

Ressalvada a possível existência de discrepâncias entre os dados fornecidos e a própria realidade, relacionando o número total de docentes nas redes em análise, constata-se que no global é na rede pública que o rácio⁵ docente/discente é menor (10) comparando com a rede privada (13).

Porém, quando a análise se reporta individualmente aos níveis de ensino/educação, em todos aqueles a rede privada apresenta rácios mais favoráveis.

Auxiliares/Assistentes de Acção Educativa

Globalmente, comparando o rácio⁶ auxiliares/assistentes de acção educativa vs crianças/alunos a frequentarem a rede escolar Concelhia, na rede pública ou privada, verifica-se que é esta última que regista um valor mais favorável, 31 e 19 respectivamente.

Verifica-se porém, que essa distribuição não ocorre de igual forma quando a análise se reporta individualmente aos níveis de educação/ensino, já que o rácio referente ao ensino secundário é mais favorável na rede pública (17) que na rede privada (40).

No ano lectivo em análise na educação pré-escolar da rede pública, existem ainda mais 45 auxiliares/assistentes de acção educativa, da responsabilidade do Município de Loures, que se

⁵ **Rácio:** Relação entre o número de crianças/alunos que frequentam a rede escolar e o número de professores/educadores com turma/sala de actividades.

⁶ **Rácio:** Relação entre o número de crianças/alunos que frequentam a rede escolar e o número de AAE de apoio às actividades lectivas.

encontram afectas ao serviço de apoio à família, fazendo acompanhamento aos prolongamento de horário e serviço de refeições.

Quanto à análise dos recursos humanos existentes nos estabelecimentos de ensino e educação nas diferentes **zonas do concelho**, apresenta-se o seguinte quadro (quadro IV.31):

Quadro IV. 31 - Recursos Humanos por zona, no concelho de Loures (ano lectivo 2004/05).

Redes Pública/Privada		Zona Norte Rural	Rácio	Zona Norte Urbana	Rácio	Zona Oriental	Rácio
Educação Pré Escolar	Crianças	351		1470		2459	
	Educadores	18	20	76	20	125	20
	AAE	18	20	90	17	146	17
1º Ciclo do Ensino Básico	Alunos	797		2682		5320	
	Professores	50	16	133	21	269	20
	AAE	21	38	51	53	133	40
2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	Alunos	359		3456		6611	
	Professores	47	8	474	8	878	8
	AAE	18	20	106	33	202	33
Ensino Secundário	Alunos	-		1917		2277	
	Professores	-	-	339	6	379	6
	AAE	-	-	84	23	143	16
Total Concelho	Crianças/Alunos	1507		9525		16667	
	Educadores/Professores	115	14	1022	10	1651	11
	AAE	57	27	331	29	624	27

Fonte: DEJ/AGRE; DPEI

É possível observar que:

- No conjunto do concelho de Loures, quanto aos docentes, o rácio mais favorável regista-se na **zona norte urbana** (10), seguido **da zona oriental** (11) e da **zona norte rural** (14); No caso das auxiliares/assistentes de acção educativa (AAE), é nas **zonas norte rural e oriental** que a relação entre o número de crianças/alunos e as AAE é mais positiva (27);
- A educação pré-escolar regista uma **homogeneidade entre as zonas** no rácio do crianças/educadores mas, ao nível do pessoal não docente, a zona norte rural apresenta

um rácio menos favorável (20) que nas outras duas zonas (17 tanto para a zona oriental como na zona norte urbana);

- Ao nível do 1º ciclo, quanto ao número de professores por aluno, a **zona norte rural apresenta um rácio que sobressai favoravelmente** quando comparado com as restantes zonas (16). Relativamente ao pessoal não docente, é também a zona norte rural que apresenta um rácio mais favorável (38) comparativamente com as restantes;
- No 2º e 3º ciclos, por um lado, no que se refere ao pessoal docente, a distribuição é **similar nas várias zonas**, por outro, quanto ao rácio do pessoal não docente, apenas difere das restantes, significativamente, na zona norte rural (20);
- Ao nível do ensino secundário, o rácio do pessoal docente é **homogéneo nas duas zonas** onde existe oferta deste nível de ensino (oriental e norte urbana), enquanto que o rácio do pessoal não docente é mais favorável na zona oriental (16).

5.3 Acção Social Escolar

5.3.1 - Transportes Escolares

Conforme disposto na Lei 169/99 de 18 de Setembro, é competência das Câmaras Municipais (art.º 64 alínea m) a organização e gestão dos transportes escolares.

O decreto-lei 299/84, de 5 de Setembro, vem regulamentar o modo como se deverá efectuar a atribuição deste direito, definindo a população a abranger bem como o modo como decorre o funcionamento dos mesmos.

Face à realidade sócio-geográfica do Concelho e sócio-económica da população alvo, a autarquia desenvolve uma política própria de apoio, onde são previstas um conjunto de opções que, face ao desajustamento legal, permitem responder a necessidades da população (ver anexo **).

O quadro IV. 32 sintetiza os apoios da autarquia respeitantes aos transportes escolares. Neste, encontram-se discriminados quer os que são concedidos ao abrigo da legislação em vigor, quer os que são concedidos por opção da autarquia no desenvolvimento da política atrás referida (percursos de risco, fora da escolaridade obrigatória, currículos alternativos, autocarros adaptados e outros apoios em transportes escolares).

Quadro IV.32 – Transportes Escolares. N.º de Crianças/Alunos Apoiados

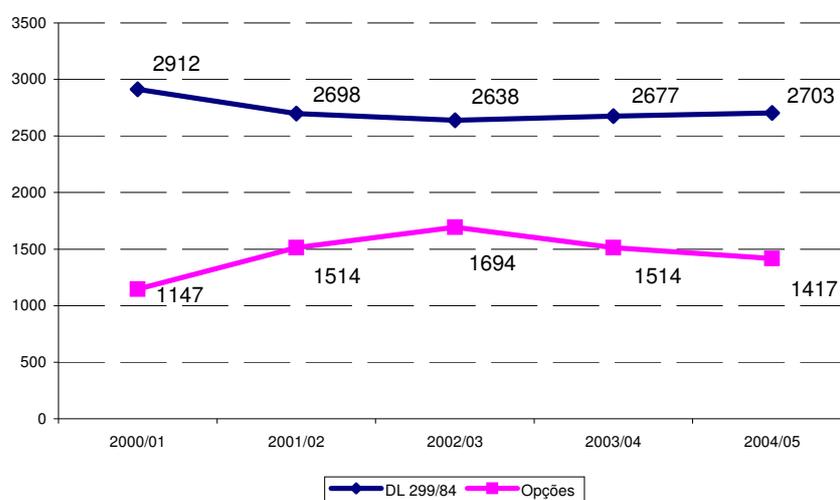
			2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
DL 299/84	DL 299/84	Ensino Básico	1317	1301	1237	1271	1268
		Secundário	849	775	730	715	718
	Circuitos Especiais	Jardins de Infância	65	66	82	77	73
		Ensino Básico	305	271	344	328	346
	Alunos a Estudar Fora Concelho	Ensino Básico	82	62	74	90	119
Ensino Secundário		294	223	171	196	179	
Sub-Total			2912	2698	2638	2677	2703
Opções	Percursos de Risco	Ensino Básico	902	1264	1399	1274	1185
	Fora da Escolaridade Obrigatória	Ensino Básico	188	181	234	203	190
	Currículo Alternativo	Ensino Básico	47	55	47	21	18
	Autocarros Adaptados	Jardins de Infância	0	0	1	3	2
		Ensino Básico	8	11	9	9	20
		Ensino Secundário	2	3	4	4	2
Sub-Total			1147	1514	1694	1514	1417
TOTAL			4059	4212	4332	4191	4120

Fonte: DEJ/AGTE

Os dados de 2004/05 referem-se até Março de 2005.

Analisando os gráficos abaixo apresentados (gráficos IV.69 e IV.70), verifica-se não existir uma linearidade nos dados relativos ao número de crianças e alunos a usufruírem de apoio em transporte escolar, quer seja no âmbito legislativo quer no âmbito das opções da autarquia, podendo dever-se tal facto a situações relacionadas com o acréscimo/decrécimo da população escolar por cada ano lectivo e/ou ao universo de candidaturas apresentadas pelas famílias.

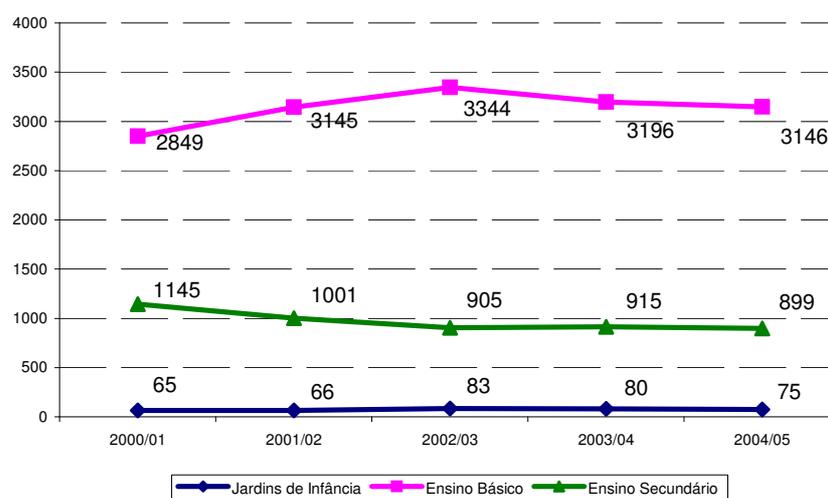
Gráfico IV.69 – Evolução dos Transportes Escolares (DL 299/84 e Opções da Autarquia). N.º de Crianças/Alunos Apoiados.



Fonte: DEJ/AGTE

Os dados de 2004/05 referem-se até Março de 2005.

Gráfico IV.70 – Evolução dos Transportes Escolares por Ciclo de Ensino e Educação. N.º de Crianças/Alunos Apoiados



Fonte: DEJ/AGTE

Os dados de 2004/05 referem-se até Março de 2005.

5.3.2 - Auxílios Económicos

No âmbito da acção social escolar enquadram-se igualmente os auxílios económicos, atribuídos às famílias dos alunos carenciados que frequentam as escolas do 1.º ciclo do ensino básico do Concelho de Loures.

Como se observa no quadro e gráfico abaixo (quadro IV.33 e gráfico IV.71), no período em análise compreendido entre os anos lectivos 2000/01 e 2004/05, o número de alunos apoiados pelo município oscilou entre 2673 e 2863 alunos por ano.

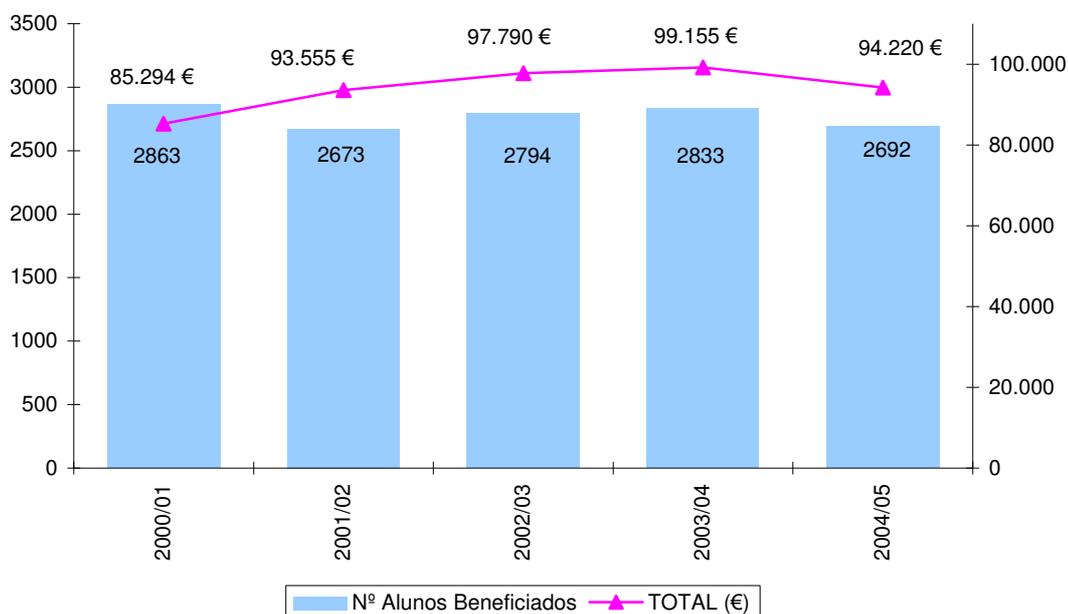
Se atendermos, por outro lado, ao valor total dos subsídios atribuídos pela autarquia, este tem vindo a ser cada vez mais elevado desde 2000/01, exceptuando no ano lectivo 2004/05 que comparativamente com os dois anteriores anos reduziu ligeiramente. No conjunto dos cinco anos lectivos, o valor do subsídio atribuído aos alunos que usufruíram deste apoio fez um total de 470.014 Euros.

Quadro IV.33 - Evolução do Auxílios Económicos – 1º CEB

	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
Alunos Beneficiados	2863	2673	2794	2833	2692
Subsídios Atribuídos (€)	85.294	93.555	97.790	99.155	94.220

Fonte:DEJ/AASE

Gráfico IV.71 - Evolução dos Auxílios Económicos - 1.º CEB. N.º de Alunos Beneficiados e Subsídios Atribuídos



Fonte:DEJ/AASE

5.3.3 - Apoio Alimentar

Enquadrando-se também no âmbito da acção social escolar, o subsídio de apoio alimentar é atribuído anualmente às crianças e alunos dos jardins de infância e escolas do 1.º ciclo do ensino básico com dificuldades socio-económicas.

Pelo quadro infra (quadro IV.34), observa-se que no conjunto tem vindo a diminuir o número de crianças e alunos apoiadas com subsídio de apoio alimentar.

Quadro IV.34 - Evolução do Apoio Alimentar em Jardim de Infância e no 1º CEB, no concelho de Loures

	2001	2002	2003	2003/04 ⁷	2004/05
Crianças Apoiados	3012	2.059	1.433	1.431	1.319
Investimento	327.501 €	242.867 €	180.525 €	178.133 €	166.593 €

Fonte:DEJ/AASE

No primeiro ano em análise, 2001, foram apoiadas 3012 crianças e alunos, enquanto que no ano lectivo 2004/05 foram abrangidas com este subsídio 1319 indivíduos (gráfico IV.72).

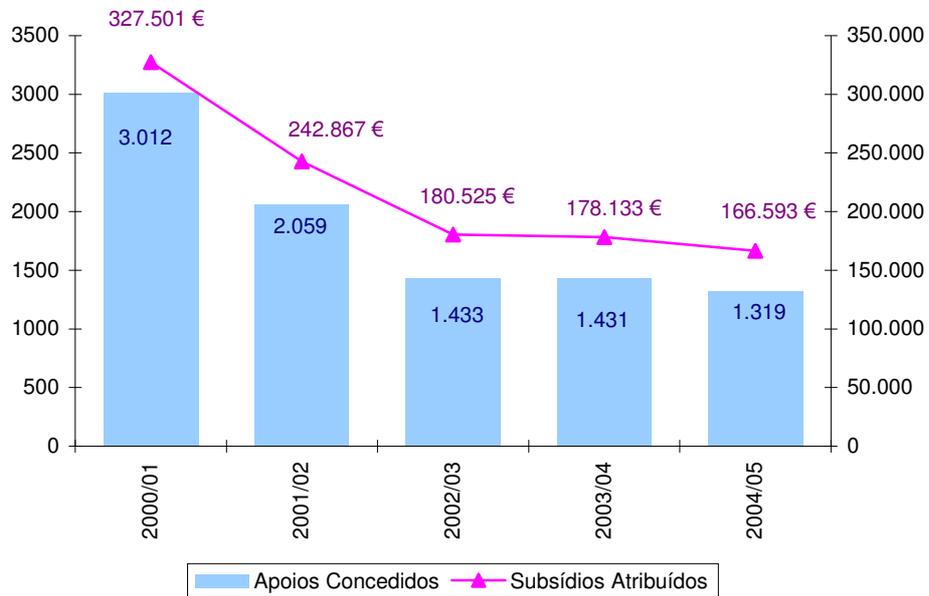
Entre os dois momentos, ocorreu uma taxa de variação negativa de 56,2%, o que corresponde a uma redução de 1693 crianças e alunos que foram apoiados com subsídio de apoio alimentar entre 2001 e 2004/05.

Tal diminuição relaciona-se com o acréscimo exponencial verificado no número de crianças/alunos com possibilidades de aceder, no âmbito do apoio à família, ao serviço de refeições, já que o Município de Loures ao criar condições para que cada vez mais o universo escolar seja coberto por esta componente, implica concomitantemente a diminuição de atribuição de subsídios de apoio alimentar.

Em termos de investimento, a Autarquia atribuiu no conjunto dos cinco anos lectivos em estudo, um total de 1.095.618 Euros em subsídios para apoio alimentar a crianças e alunos a frequentarem os jardins de infância e escolas do 1º do ensino básico do Concelho.

⁷ Após o ano 2003 o apoio alimentar passou a ser atribuído por ano lectivo, contrariamente ao que ocorria nos anos anteriores que era atribuído por ano civil.

Gráfico IV.72 - Evolução do Apoio Alimentar. N.º de Crianças/Alunos Beneficiados e Subsídios Atribuídos em Jardim de Infância e 1.º CEB, no concelho de Loures



Fonte:DEJ/AASE

6. Da Oferta à Procura – Diagnóstico Síntese

Este ponto tem como objectivo elaborar um diagnóstico do sistema educativo analisado neste documento. Nele far-se-á uma análise sucinta dos temas abordados ao longo deste capítulo com particular enfoque para com a Rede Pública de Ensino.

A Rede de Ensino Privada (Particular/Cooperativa e Instituições Privadas de Solidariedade Social) apenas se contabilizou para a análise do déficite existente nos vários níveis de Educação e Ensino no Concelho. Esta opção deve-se sobretudo ao assumir das legislações e directrizes da própria Lei de Bases do Sistema Educativo que preconiza que o Ensino é um direito para todos, universal e tendencialmente gratuito.

Não tendo a veleidade de poder exaurir o tema tratado, este capítulo pretende apenas realçar as principais características do sistema educativo do Concelho, focando pontos fortes e fracos, indicando, ao mesmo tempo, os possíveis vectores de crescimento.

Pretende-se igualmente detectar as situações de maior ruptura e alertar para os casos de carácter sócio-pedagógico mais fragilizados.

6.1 Uma Visão Global

O Município de Loures tem uma política integrada de desenvolvimento, cuja vertente na área económica tem como objectivo a criação de emprego que permita equilibrar progressivamente as funções habitação e emprego, bem como a qualificação do tecido económico do Concelho. Assim e de acordo com o Plano Director Municipal de Loures, “... o desenvolvimento municipal passa necessariamente pela intervenção pública no sentido de fazer face às transformações e crescimento esperados ...”, havendo que aproveitar os recursos e a própria dinâmica endógena, balizando-a na prossecução do interesse público e das populações.

Numa óptica mais abrangente, a perspectiva de evolução é entendida no sentido da captação do emprego e do desenvolvimento, nomeadamente através da:

- Modernização da base económica com a reabilitação do tecido industrial existente e iniciativas locais (de emprego ou outras);
- Criação de alternativas de localização espacial do tecido económico, evitando as deseconomias de congestionamento e a perda de sinergias;

- Captação e apoio a novos investimentos estruturantes, com continuidade na aposta na proximidade aos mercados e aos grandes pólos de consumo nacionais, bem como às principais infraestruturas de transporte internacional;
- Aposta nas indústrias ligadas ao ambiente;
- Mobilização de recursos e potencialidades endógenas, incluindo a melhoria da qualidade dos recursos humanos, passando pela criação de projectos e incentivos diversos no âmbito da formação profissional;
- Criação de programas de formação e de emprego social destinados às populações com menores qualificações académicas.

Como factores potenciadores de desenvolvimento, são identificados os seguintes:

- Capacidade para desenvolver e diversificar o potencial turístico associado à actividade vitivinícola e ao turismo de habitação, que concentra já algumas iniciativas;
- Implementação de projectos com incidência directa no tecido económico concelhio: construção de um parque empresarial e de infra-estrutura moderna de recepção e processamento de mercadorias ;
- Elevado poder de compra relativo dos habitantes do concelho;
- Possibilidade de construir uma matriz identitária alternativa em torno de valores tradicionais.

A estes factores acrescem ainda a existência de uma mão-de-obra jovem e qualificada e de bons recursos físicos e patrimoniais.

No que se refere ao âmbito demográfico, pode afirmar-se que o concelho de Loures sofreu um aumento populacional muito acentuado após 1950, realizado sobretudo à custa de população migrante, embora, nesta última década, a dinâmica demográfica tenha mostrado sinais de abrandamento do ritmo de crescimento populacional.

Relativamente à repartição da população segundo a dimensão dos lugares, verifica-se uma tendência para concentração da população nos lugares com características mais urbanas e situados na coroa envolvente de Lisboa.

O Município de Loures caracteriza-se ainda por possuir uma estrutura etária jovem o que explica as taxas de mortalidade e rácios de dependência total baixos (respectivamente 7,2‰ e

39,3), não obstante aparecerem sintomas de envelhecimento e diminuição da substituição de gerações. A distribuição da população por género sempre foi equilibrada, diminuindo esse equilíbrio com o aumento da idade, devido à maior longevidade das mulheres.

Outro fenómeno não menos importante na dinâmica de crescimento urbano do Concelho e na apropriação do seu espaço, reporta-se ao P.E.R. que manifestamente alterou os comportamentos populacionais de alguns locais tendo transferido população para zonas consideradas estáveis, ou mesmo em decréscimo como é o caso das freguesias de Loures, Apelação e Sacavém.

Aos fenómenos atrás descritos, que têm vectoriado a construção de novas urbanizações, associou-se a necessidade de construção de novos equipamentos educativos que, sobretudo devido ao “boom” ocorrido em 70, a partir da década de 80 aumentaram a procura de locais e espaços para responder às grandes necessidades de escolarização das crianças que acabavam de “chegar” ao concelho.

Responsável por estas necessidades foi, não só a grande densidade com que se processou a ocupação do território, mas igualmente a mudança de regime político e correspondente democratização educativa, que veio possibilitar a todos o acesso devido à escolarização. Assim e sob pena de descurar a qualidade do edificado Escolar, a opção foi responder o mais condignamente possível à procura de então, surgindo dessa forma alguns equipamentos construídos em pavilhões pré-fabricados e outros em espaços que foram adaptados para o Ensino.

É nesse contexto que o edificado, para o qual já na altura se identificava como necessária a sua transformação e reabilitação, ficou secundarizado, constituindo hoje um dos elementos preocupantes se se considerar que desde então as exigências face aos espaços escolares foram evoluindo.

Desta forma, e apesar de nos últimos anos o esforço ter sido o de, por um lado, ir diminuindo o défice e, simultaneamente, melhorando e adequando o parque existente aos novos programas educativos, ainda se encontra um significativo défice de respostas e algumas escolas menos adequadas ou mesmo com necessidade de ser substituídas.

Ainda em âmbito geral, repara-se como os equipamentos educativos foram até há bem pouco tempo considerados como espaços apenas destinados ao ensino enquanto hoje constituem mais do que o simples local de aprendizagem, sendo esperado deles que sejam tradutores de comportamento de cidadania, percursos de vários saberes, pelo que terão de ter respostas

que ultrapassem o horário normal de funcionamento, sob pena de se tornarem inoperativos para as famílias se o não fizerem.

A adicionar, tem-se que a realidade da densidade populacional é muito díspar entre as **três Zonas** do concelho, o que provoca uma desigual distribuição da população escolar e respectivas taxas de ocupação nas escolas, obrigando por vezes os alunos a percursos desadequados.

Na **zona Oriental** evidenciam-se ainda áreas de forte industrialização em simultâneo com a actividade ao nível da construção civil, detectando-se o surgimento de bairros de génese ilegal com aglomerados de população e agregados familiares muito numerosos, alguns destes de origem africana. Estes aglomerados intensificam e acentuam a ruptura vivida nas escolas, criando situações problemáticas face aos terrenos necessários para a sua implantação, já que o solo estando ocupado desordenadamente, não deixa espaço suficiente para os mesmos.

Em algumas freguesias verifica-se que esta população em idade escolar apresenta graves carências, quer económicas quer de adaptação cultural, sendo estes alguns dos principais factores responsáveis pelo aumento do índice de insucesso escolar.

Se atentarmos na oscilação das taxas de ocupação dos estabelecimentos de ensino, verificar-se-à ser a **zona norte rural** a que apresenta a taxa mais baixa (a rondar em média os 80% em EB1), o que numa primeira análise poderia ser considerado sintoma do envelhecimento daquela **zona**, resultando a diminuição da procura num maior número de escolas do 1.º Ciclo apenas com 1 sala de aula com todos os anos deste ciclo, funcionando como “Escolas Unitárias” (na freguesia de Lousa e no ano lectivo 2004/05 ainda existia um estabelecimento de ensino com número de alunos inferior ao número mínimo permitido - 10 alunos por escola).

Este fenómeno, por si só não é garantia de um envelhecimento das freguesias, nem pode ser considerado como constatação da desertificação destes locais (apesar de nesta zona o acréscimo populacional em idade escolar previsto para 2015 ser de apenas 70 habitantes). Ele poderá igualmente ser a resposta das comunidades à desadequação dos espaços escolares e horários por estes praticados, face às necessidades dessas mesmas comunidades.

Prova disso pode ser considerada a procura de estabelecimentos de ensino que oferecem outras respostas educativas e garantem a sequencialidade e progressão do ensino como no caso da EBI de Bucelas que, ao dispor do Jardim de Infância na proximidade, oferece um conjunto de respostas complementares como refeitório e prolongamento de horário, verificando-se mesmo a sua situação de ruptura face à procura (uma taxa de ocupação no ano lectivo de 2004/05 de 103%), aliás o único equipamento educativo na zona norte rural com

valência de 2º e 3º ciclos , o que implica a deslocação de grande número de alunos, na maioria dos casos para as escolas da zona norte urbana do concelho.

Se se considerar que esta é a **zona** do concelho onde as necessidades de respostas educativas são estatisticamente menores, então poder-se-ia prever que fosse nesta que o investimento deveria ser inferior. No entanto, é exactamente aqui que a disparidade entre lugares é mais evidente, e é igualmente onde a resposta dos 2.º e 3.º Ciclos apresenta uma preocupação acentuada, já que os alunos deste nível de ensino têm que se deslocar mais.

Na **zona norte urbana** é, em termos de acréscimo populacional previsto para 2015, onde se prevê o maior aumento de habitantes em idade escolar (um aumento de 3092 habitantes com idades compreendidas entre os 3 e os 19 anos). Se cruzarmos esta variável com a das taxas de ocupação dos estabelecimentos de ensino nesta zona do concelho (135% no 1º ciclo e 106% nos 2º e 3º ciclos), prevê-se que venham a ocorrer, caso não se verifiquem intervenções, rupturas na rede educativa.

A **zona oriental do concelho** apresenta-se como sendo a mais fragilizada em termos sociais como já referido anteriormente. O aumento populacional em idade escolar prevê-se que venha a ser em 2015 de 1282 habitantes, o que associado à sobreocupação dos estabelecimentos educativos em algumas freguesias como sejam a de Camarate, Moscavide, São João da Talha e Unhos, ao nível do 1º Ciclo em que a taxa de ocupação oscila entre os 120% e os 140%, poderá contribuir para a consolidação de situações graves como por exemplo a desadaptação e o insucesso escolar (que se constatam existir sobretudo em Camarate).

A sobreocupação ao nível dos 2º-3º ciclos não é tão evidente nesta zona do concelho (média de 93% de taxa de ocupação nos estabelecimentos de ensino com 2º e 3º ciclo).

Apresentada esta visão de conjunto do Concelho, segue-se uma discriminação por nível de ensino, onde de uma forma sintética se procede à estimativa das principais carências e capacidade de resposta do parque escolar, projectadas para o horizonte temporal em causa (2015), com base no cenário de população escolar elaborado no âmbito deste estudo.

6.2 Educação Pré-Escolar

Este nível de educação, no que respeita à taxa de cobertura⁸, teve um crescimento considerável desde o ano lectivo de 1991 (24,6%) até ao ano lectivo de 2004/05, em que o concelho de Loures apresenta uma taxa de cobertura de 71,4%⁹, resultado do investimento realizado na rede educativa. O objectivo a atingir 90% de cobertura na rede pública a que o município se propõe, terá, face à dimensão da intervenção e consequentemente do investimento financeiro a realizar, que passar pela definição de prioridades de intervenção.

Em paralelo com as construções de raiz a efectuar, será ainda, no que respeita à rede pública, necessário promover, em alguns dos equipamentos educativos existentes, obras de adaptação, recuperação e ampliação adequando estes às actuais dinâmicas do processo educativo.

No quadro seguinte (quadro IV.35) poder-se-á verificar que é na **Zona Oriental** que a carência de resposta é maior. Se cruzarmos com esta realidade o facto de ser também nesta zona, quando comparada com as restantes, que se prevê venha a ocorrer um maior acréscimo de habitantes, e em particular de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos, estima-se, considerando os objectivos traçados, ser esta a zona que necessitará de maior investimento.

Quadro IV.35 - Educação Pré-Escolar. Necessidade de resposta estimada para o ano 2015.

Zona	Rede Pública				Rede Privada/ IPSS	Déficit/ Superavit Total
	População em Idade Escolar 2015	Salas Necessárias	Salas Existentes	Déficit/ Superavit		
Norte Rural	572	23	17	-7	1	-6
Norte Urbana	2237	90	20	-70	56	-14
Zona Oriental	4146	166	40	-126	90	-36
Concelho	6955	279	77	-203	147	-56

Fonte: DEJ/AGRE; DPEI.

Esta intenção esbarrará porém com uma dificuldade acrescida, uma vez que a ocupação do solo se caracteriza em toda a zona, pela densidade populacional e pela pouca disponibilidade em bolsa de terrenos edificáveis para a construção de equipamentos colectivos.

⁸ Corresponde à taxa de cobertura da rede pública e privada.

⁹ Calculada com base na população presente na rede no ano lectivo 2004/05, face à população residente no censo 2001, com idades compreendidas entre os 3 os 5 anos.

A dificuldade, generalizada ao território Concelhio (com especial destaque para a zona oriental), de identificar locais/terrenos adequados à implantação de estabelecimentos de ensino e de educação, bem como a necessidade de atempadamente planear o desenvolvimento da rede educativa, torna pertinente, desde já, não só a indicação dos terrenos para esse efeito mas igualmente a sua reserva.

O quadro seguinte (quadro IV.36) traduz a evolução, ao longo dos últimos 10 anos lectivos, do número de salas disponíveis na rede pública paralelamente à evolução do número de crianças abrangidas na educação pré-escolar. Pelo exposto verifica-se uma correspondência entre o aumento das salas e o número de crianças em cada ano (à excepção do ano lectivo 2000/01 e 2004/05), indiciando a grande procura que existe neste nível de educação.

De ressaltar que, na rede de educação pré-escolar, nem sempre existe linearidade na relação entre a frequência e o acréscimo da oferta. Tal deve-se ao crescente número de crianças com necessidades específicas de educação a frequentar os jardins de infância, com consequências directas na diminuição da capacidade máxima dos equipamentos, assim como às modificações ocorridas nas próprias dinâmicas do sistema educativo que alterando-se, têm vindo gradualmente a introduzir a necessidade de reduzir o número de crianças por sala, a que também não estará totalmente alheio o facto de com o acréscimo de cobertura serem, em maior número, as crianças com 3 anos a frequentarem os JI.

Quadro IV.36 - Evolução da Rede Pública de Educação Pré-Escolar (1995/96 - 2004/05).

Ano Lectivo	95/96	96/97	%*	97/98	%*	98/99	%*	99/00	%*	
Salas	35	41	17,1	45	9,8	47	4,4	55	17,0	
Crianças	804	940	16,9	1041	10,7	1089	4,6	1269	16,5	
Ano Lectivo	00/01	%*	01/02	%*	02/03	%*	03/04	%*	04/05	%*
Salas	56	1,8	69	23,2	75	8,7	77	2,7	77	0,0
Crianças	1245	-1,9	1479	18,8	1611	8,9	1641	1,9	1589	-3,2

* sobre o ano anterior

Fonte: DEJ/AGRE; DPEI.

6.3 1º Ciclo do Ensino Básico

O ensino básico constitui na Lei Portuguesa a escolaridade obrigatória, sendo a sua duração 9 anos. Inicia-se com 6 anos de idade e segundo um percurso normal termina quando o aluno completa os 14 anos de idade.

A primeira etapa da escolaridade obrigatória, denominada 1º Ciclo do Ensino Básico (1º CEB) era, até à poucos anos, leccionada em edifícios destinados exclusivamente a este Ciclo, herança da então organização do sistema de ensino. Contudo, e de acordo com a caracterização da Rede Educativa no concelho de Loures (capítulo IV), verifica-se actualmente um equilíbrio entre o número de estabelecimentos com as características herdadas da antiga escolaridade (só com a valência de 1º CEB) e os que integram conjuntamente as valências de Jardim de Infância e 1º CEB, contabilizando-se 34 equipamentos na primeira situação e 27 na segunda.

À semelhança do que acontece ao nível da educação pré-escolar, também os restantes ciclos do ensino básico, nomeadamente o 1º ciclo do ensino básico são ministrados nas duas redes de ensino e formação - Pública e Privada - embora em menor número nesta última.

Em relação aos Estabelecimentos de Ensino Privado a análise limita-se à constatação da sua existência e localização. Sendo estes equipamentos escolares tutelados e autorizados pelo Ministério da Educação parte-se do princípio que as suas instalações oferecem a qualidade exigida pelo mesmo Ministério.

No que respeita às características do edificado escolar da Rede Pública, pese embora a existência de um estudo municipal relativo às condições físicas dos estabelecimentos educativos, mas que face à evolução das dinâmicas educacionais e da intervenção municipal se encontra desactualizado, pode-se concluir que uma boa maioria dos equipamentos se encontram em condições físicas adequadas.

Esta conclusão não impede porém a constatação da necessidade de aprofundar o investimento na realização de obras, que permitam dotar aqueles de espaços educativos complementares, dos quais se destacam os espaços de biblioteca, cozinhas, refeitórios, espaço para actividades extra lectivas, polidesportivos, salas polivalentes, etc.

Em relação à resposta necessária prevista para o horizonte em causa pode-se constatar pelo quadro seguinte (quadro IV.37), que o diferencial entre as necessidades estimadas e o nível de resposta educativa actual, não é tão díspar quanto nos outros ciclos de educação e formação, apesar de ainda não atingir o equilíbrio.

Quadro IV.37 - 1º CEB. Necessidade de resposta estimada para o ano 2015.

Zona	Rede Pública			Rede Privada/ IPSS	Déficit/ Superavit Total
	População em Idade Escolar 2015	Salas Necessárias	Salas Existentes		
Norte Rural	820	35	46	11	11
Norte Urbana	3170	133	77	-56	-32
Zona Oriental	5807	242	189	-53	-23
Concelho	9797	410	312	-98	-44

Fonte: DEJ/AGRE; DPEI

Em relação a este Ciclo de Ensino a **zona** que apresenta o maior défice é a **norte urbana** (mesmo considerando a resposta da rede privada) com necessidade de criação de mais 32 salas, seguida da **zona oriental**, com carência de 23 salas. É também nestas zonas que se prevê o maior aumento do número de alunos com idade compreendida entre os 6 e os 9 anos, o que poderá antecipar a urgência destas infra-estruturas.

A **zona norte rural**, face às estimativas populacionais para 2015, tende a apresentar um superavit de salas (11), o que poderá não implicar o encerramento das mesmas nesta zona, mas sim o seu aproveitamento para actividades pedagógicas complementares ou outrem.

O quadro seguinte (quadro IV.38) mostra a evolução, ao longo dos últimos nove anos lectivos da capacidade de resposta das escolas do 1º ciclo do concelho. Assumindo como índice de base 100 os alunos e turmas totais em cada ano, verifica-se que a capacidade de resposta da totalidade das salas existentes (e é de considerar que as adequadas são ainda menos) se situa em torno de 80 % das necessidades, com poucas oscilações em volta deste valor ao longo do período considerado. Se se trocarem os valores de referência, assumindo como base 100 as salas existentes, obter-se-ia uma taxa média de ocupação que ronda 1,3 turmas por sala. Note-se ainda que o valor das turmas em duplo corresponde a mais de metade das turmas totais, sendo que a partir do ano lectivo 2000/01 estas passaram a estar acima dos 60%.

Quadro IV.38 - Evolução da Capacidade de Resposta dos Estabelecimentos de 1º CEB da rede pública (1996/97-2004/05).

Ano Lectivo	96/97	%*	97/98	%*	98/99	%*	99/00	%*		
Salas	332	80,2	327	81,3	318	81,3	324	79,6		
Alunos Totais	8039	100,0	8170	100,0	8406	100,0	8358	100,0		
Turmas em Duplo	237	57,2	234	58,2	207	52,9	228	56,0		
Total Turmas 1º CEB	414	100,0	402	100,0	391	100,0	407	100,0		
Ano Lectivo	00/01	%*	01/02	%*	02/03	%*	03/04	%*	04/05	%*
Salas	323	78,8	317	75,8	316	78,0	312	78,8	312	76,7
Alunos Totais	8201	100,0	8167	100,0	8026	100,0	7898	100,0	7966	100,0
Turmas em Duplo	256	62,4	292	69,9	257	63,5	261	65,9	280	68,8
Total Turmas 1º CEB	410	100,0	418	100,0	405	100,0	396	100,0	407	100,0

* sobre o total

Fonte: DEJ/AGRE; DPEI.

6.4. 2º-3º Ciclos do Ensino Básico

À semelhança dos outros ciclos analisados, também no caso do 2º e 3º ciclos não foram analisados os estabelecimentos do ensino privado e cooperativo a não ser a dotação do alvará ou autorização para funcionamento emitido pelo Ministério da Educação.

Apresentam-se seguidamente as necessidades de salas por zona e para o concelho no 2º e 3º ciclos para o horizonte em causa (2015), tendo como base de análise a estimativa de alunos apresentada nesta Carta Educativa e as salas de aula existentes nas duas redes de ensino: pública e privada (quadro IV.39).

Quadro IV.39 - 2º-3º CEB. Necessidade de resposta estimada para o ano 2015.

Zona	Rede Pública			Rede Privada/ IPSS	Déficit/ Superavit Total
	População em Idade Escolar 2015	Salas Necessárias	Salas Existentes		
Norte Rural	1111	45	17	0	-28
Norte Urbana	3855	155	112	6	-37
Zona Oriental	7548	302	234	35	-33
Concelho	12514	502	363	41	-98

Fonte: DEJ / AGRE; DPEI

Pelo exposto verifica-se que também neste nível de ensino, é a **zona norte urbana** que apresenta maior défice de salas (serão necessárias 37 salas), seguida da **zona oriental** (faltarão 33 salas) e da **zona norte rural** (28 salas necessárias). Na zona oriental a necessidade é ainda mais preocupante quando se analisa a situação de resposta em termos de localizações possíveis para a implantação de novos equipamentos educativos.

Por outro lado, todas as escolas destes ciclos apresentam uma ocupação superior à sua capacidade, existindo ainda um número considerável de alunos a frequentar estes ciclos nas escolas secundárias.

O quadro seguinte (quadro VI.40) mostra a evolução, ao longo dos últimos nove anos lectivos, da capacidade de resposta das escolas do 2º e 3º ciclos do concelho, acrescentando, neste caso específico, os alunos que se encontram a frequentar o 3º ciclo em estabelecimentos do secundário.

Assumindo como índice de base 100 os alunos e turmas totais em cada ano, verifica-se que a capacidade de resposta da totalidade das salas existentes tem vindo a aumentar gradualmente:

- 61,7%, no ano inicial (1996/97);
- acima dos 70% entre os anos lectivos 1997/98 a 2000/01;
- acima dos 80% a partir do ano lectivo 2001/02.

Quadro IV.40 - Evolução da Capacidade de Resposta dos Estabelecimentos de 2º e 3º CEB da rede pública (1996/97-2004/05).

Ano Lectivo	96/97	%	97/98	%	98/99	%	99/00	%		
Salas Existentes*	327	61,7	357	72,9	377	72,5	363	78,2		
Total Alunos do 2º-3º CEB	12214	100,0	11389	100,0	10956	100,0	10305	100,0		
Turmas Totais	530	100,0	490	100,0	520	100,0	464	100,0		
Alunos do 2º-3º ciclos no secundário	2347	19,2	1270	11,2	1141	10,4	1299	12,6		
Turmas do 2º-3º ciclos no secundário	99	18,7	54	11,0	54	10,4	46	9,9		
Ano Lectivo	00/01	%	01/02	%	02/03	%	03/04	%	04/05	%
Salas Existentes*	363	78,2	363	89,0	363	81,9	363	83,4	363	81,9
Total Alunos do 2º-3º CEB	10030	100,0	9999	100,0	10049	100,0	10022	100,0	9885	100,0
Turmas Totais	464	100,0	408	100,0	443	100,0	435	100,0	443	100,0
Alunos do 2º-3º ciclos no secundário	1222	12,2	1368	13,7	1381	13,7	1513	15,1	1762	17,8
Turmas do 2º-3º ciclos no secundário	47	10,1	49	12,0	50	11,3	55	12,6	74	16,7

*Refere-se ao número de salas existentes nas Escolas de 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

Fonte: DEJ/AGRE; DPEI.

6.5. Ensino Secundário

Neste nível de ensino, não é possível uma análise por freguesia, pois as escolas do secundário apresentam uma área de influência que ultrapassa os limites da freguesia.

Assim, embora as carências possam ser reconduzidas ao nível da freguesias, apenas se irão constatar os resultados ao nível das zonas que correspondem ao nível de abrangência do ensino secundário.

No que respeita à rede de ensino privado, volta-se a lembrar que esta não foi alvo de análise criteriosa considerando-se apenas a totalidade dos equipamentos que têm alvará e/ou autorização de funcionamento.

No quadro seguinte (quadro IV.41) são apresentadas as necessidades estimadas, em número de salas, **por zona e no concelho**, para o horizonte em causa (2015), elaboradas com base na previsão de alunos estimada nesta Carta Educativa e as salas de aula existentes nas duas redes de ensino: pública e privada.

Quadro IV.41 - Ensino Secundário. Necessidade de resposta estimada para o ano 2015.

Zona	Rede Pública				Rede Privada/ IPSS	Déficit/ Superavit Total
	População em Idade Escolar 2015	Salas Necessárias	Salas Existentes	Déficit/ Superavit		
Norte Rural	1128	46	0	-46	0	-46
Norte Urbana	3913	157	108	-49	14	-35
Zona Oriental	8068	323	168	-155	25	-130
Concelho	13109	526	276	-250	39	-211

Fonte: DEJ / AGRE; DPEI.

Pelo exposto verifica-se que em todas as zonas a resposta é insuficiente, sendo a **zona oriental** a que apresenta um défice maior (necessidade de criação de 130 salas) em relação às necessidades projectadas para o horizonte temporal considerado neste documento (2015), seguida da **zona norte rural** (carência de 46 salas) e da **zona norte urbana** (faltarão 35 salas).

Como já foi focado na análise dos 2º-3º ciclos, escolas do ensino secundário são também utilizadas pelos alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico. O quadro seguinte mostra a ocupação destes estabelecimentos ao longo dos últimos nove anos lectivos evidenciando a ocupação percentual por parte dos alunos do secundário (quadro IV.42).

Quadro IV.42 - Evolução da Capacidade de Resposta dos Estabelecimentos do ensino Secundário da rede pública (1996/97-2004/05).

Ano Lectivo	96/97	%*	97/98	%*	98/99	%*	99/00	%*
Salas Existentes	306	89,5	276	90,8	276	90,2	276	105,3
Alunos Totais*	8085	100,0	7206	100,0	6791	100,0	6509	100,0
Turmas Totais*	342	100,0	304	100,0	306	100,0	262	100,0
Alunos Secundário	5738	71,0	5936	82,4	5650	83,2	5210	80,0
Turmas Secundário	243	71,1	250	82,2	252	82,4	216	82,4

Ano Lectivo	00/01	%*	01/02	%*	02/03	%*	03/04	%*	04/05	%*
Salas Existentes	276	109,5	276	124,3	276	128,4	276	127,2	276	119,0
Alunos Totais*	5879	100,0	5403	100,0	5370	100,0	5472	100,0	5362	100,0
Turmas Totais*	252	100,0	222	100,0	215	100,0	217	100,0	232	100,0
Alunos Secundário	4657	79,2	4035	74,7	3989	74,3	3959	72,4	3600	67,1
Turmas Secundário	205	81,3	173	77,9	165	76,7	162	74,7	158	68,1

* inclui os alunos e turmas do 3º ciclo

* sobre o total

Fonte: DEJ/AGRE; DPEI.

De salientar ainda que o número de turmas se mantém inferior, ao longo de todo o período considerado, ao número de salas disponíveis determinando assim um subaproveitamento dos equipamentos (assinalado a verde no quadro IV.42).

Finalmente, refere-se que as condições do parque escolar neste nível de ensino são maioritariamente boas, existindo um só estabelecimento com necessidade de ser substituído (ESG José Afonso) pelo que a proposta de reordenamento que se vai apresentar nos próximos capítulos não incidirá sobre estes equipamentos.

V PROPOSTA DE REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA

1. Enquadramento

As propostas apresentadas no presente estudo, baseiam-se na metodologia já fixada nos precedentes capítulos da Carta Educativa e dos quais se constituem, numa linha de continuidade, como uma peça fundamental para o desenvolvimento metodológico dos objectivos e aí enunciadas. A saber:

- Requalificação da Rede de Equipamentos Educativos do Concelho criando condições para uma resposta que traduza uma adequação às particularidades do território e da população do Concelho.
- Promoção de uma integração vertical dos diversos níveis educativos de forma a garantir a sequencialidade do processo ensino-aprendizagem da educação pré-escolar ao 3.º Ciclo do Ensino Básico.
- Adequação dos equipamentos de Educação Pré-Escolar e Ensino Básico à população do Concelho.
- Reorganização das áreas de drenagem da População Escolar de forma a rentabilizar a Rede Educativa.
- Propor uma programação da Rede Educativa para o horizonte da Carta Educativa (2015).
- Programar os Equipamentos Educativos necessários de forma a que os alunos que se encontram a frequentar os Estabelecimentos de Ensino tenham a oferta adequada às suas necessidades educativas e sociais.

Embora no conjunto das propostas apresentadas neste estudo se reflectam as deficiências e rupturas da rede detectadas aquando do diagnóstico, a elaboração das propostas de reordenamento são inspiradas em princípios de prospectiva e de planeamento estratégico.

O modelo considerado como o mais adequado para o reordenamento da Rede Educativa e de formação, com especial referência à educação pré-escolar e ao ensino básico, é o da integração das escolas em Territórios Educativos cuja delimitação foi feita dando primazia a critérios de irradiação e exprimem as condições desejáveis de acessibilidade face às reais condições geográficas e constrangimentos do território.

Assim, realizando os objectivos específicos consagrados na Carta Educativa, o presente estudo visa o reordenamento do parque de Equipamentos Educativos numa lógica de rede e numa relação directa com as características particulares do território em que se insere, introduzindo uma perspectiva de sequencialidade e integração vertical, tendo em conta:

- A criação de unidades integradas e coordenadas por projectos educativos, que visem uma rentabilização do parque escolar existente e a criar, como estratégia de suporte à melhoria da qualidade de ensino;
- O planeamento da expansão da Rede Educativa atendendo às necessidades estimadas para o horizonte temporal em causa (2015) e a uma aproximação aos critérios de dimensionamento vigentes;
- A ampliação da cobertura da Educação Pré-Escolar como primeiro momento de Educação Básica;
- A racionalização dos recursos existentes e propostos tendo em consideração a dinâmica da população escolar;
- A aposta no ensino profissionalizante por forma a criar uma maior inter-relação entre recursos humanos qualificados e as necessidades específicas das indústrias concelhias, concretamente as ligadas aos transportes, ao turismo rural e às artes gráficas.

Propõe-se uma reorganização espacial da Rede Educativa em Territórios Educativos, o que implica um processo de gestão educativa comum entre os Agrupamentos Educativos¹ que integram um determinado Território, e que sustente uma efectiva articulação pedagógica e de meios entre os vários intervenientes no processo educativo. Pretende-se que futuramente os actuais agrupamentos venham a constituir-se ajustando-se à nova realidade expressa nos Territórios Educativos propostos.

Define-se Território Educativo como um “território físico e populacional servido, em boas condições, por um conjunto de instalações de Educação Pré-Escolar e de Ensino Básico, interdependentes e complementares sob o ponto de vista pedagógico e de utilização e gestão de recursos físicos que assegurem o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento integrado²”.

¹ Actualmente a gestão educativa no concelho de Loures processa-se através de 14 agrupamentos educativos

² Texto policopiado da DREL

Este modelo perspectiva um projecto educativo comum, capaz de conduzir a uma inter-relação estreita entre os Agrupamentos/Estabelecimentos de Ensino, a Comunidade Educativa e os meios, recursos e equipamentos complementares ao processo educativo integrantes do Território Educativo.

1.1. Opções Estratégicas

Propõe-se que a rede educativa a programar venha a surgir, entre outras acções, como um factor que contribua para a qualificação do processo de ensino-aprendizagem no Concelho de Loures. Para isso, a Carta Educativa procura traduzir uma filosofia educativa e pedagógica visando um desenvolvimento do sector educativo em adequação com as particularidades do território e da população do Concelho.

Com vista à promoção de uma integração vertical dos diversos níveis educativos, de forma a garantir a sequencialidade do processo ensino-aprendizagem, da educação pré-escolar até ao 3.º Ciclo do Ensino Básico, privilegiou-se, sempre que possível, a tipologia “Escola Básica Integrada” (seja na proposta de novos equipamentos, seja na proposta de alteração dos existentes).

Dos diferentes cenários demográficos analisados, foi considerado como o mais adequado aquele que se refere à População Escolar (estimada pela Carta Educativa 2005) sem considerar a cobertura efectuada pela rede privada de ensino, respeitando a Lei de Bases do Sistema Educativo, que preconiza, preferencialmente, que o ensino seja universal e gratuito, sendo isso garantido pela rede pública de ensino, dado que esta proporciona maiores condições de igualdade de acesso.

Investir no reordenamento do parque de equipamentos existentes é entendido como uma estratégia que contribui para o alcance dos objectivos acima enunciados, acreditando-se que estes têm um efeito positivo na aprendizagem em termos de sucesso escolar e na democratização do ensino.

- Actuação sobre a Rede Educativa existente:
 - transformando
 - ampliando
 - desactivando
 - beneficiando
 - relocalizando

- Programação de novos Equipamentos Educativos, visando a criação, preferencialmente, de unidades integradas, mas admitindo as seguintes tipologias, face às condições pré-existentes:
 - JI (Jardim de Infância);
 - EB1/JI (1.º Ciclo/Jardim de Infância);
 - EB1 (1.º Ciclo do Ensino Básico);
 - EBI (Ensino Básico);
 - EBI/JI (Pré-Escolar e Ensino Básico)
 - EB 23 (2.º e 3.º Ciclos).
- Adequação das tipologias às especificidades e características locais propondo o desenvolvimento de projectos arquitectónicos específicos.

1.2. Objectivos Específicos dos TE

Assumem-se como objectivos específicos dos Territórios Educativos:

- Garantir a oferta pública da educação pré-escolar e ensino básico;
- Favorecer a aproximação dos vários ciclos de ensino através de uma visão integrada e articulada da escolaridade;
- Promover a aproximação da Escola ao Meio;
- Criar condições que favoreçam a ligação da Escola à vida;
- Integrar progressivamente as políticas educativas numa articulação da vivência das Escolas com a Comunidade;
- Contribuir para a melhoria do ambiente educativo e a qualidade de aprendizagem;
- Contribuir para o funcionamento integrado dos diversos equipamentos colectivos presentes no território.

1.3. Metodologia

A metodologia seguida na elaboração da proposta de reordenamento, assumiu como bases as conclusões do diagnóstico no que se refere às necessidades da rede educativa pública; determinadas em função das normas e critérios vigentes e à previsão de alunos para 2015 estimada pela Carta Educativa 2005 com base nas previsões de crescimento populacional do PDM para aquele horizonte.

Seguidamente, avançou-se com a proposta de reordenamento da rede existente actuando nas duas vertentes quer pedagógica quer estrutural.

No que diz respeito à primeira, a criação de territórios educativos e as transformações tipológicas propostas procuram, sempre que possível, uma maior integração e continuidade pedagógica entre os diferentes ciclos de ensino, sendo considerada como fundamental para reduzir as taxas de insucesso e abandono que ainda atingem os alunos do Concelho.

Por outro lado, a requalificação das escolas que necessitam de intervenção e as desactivações das inadequadas à função educativa, objectivam um melhoramento necessário das estruturas de acordo com os standards propostos pelo actual quadro normativo.

Sobre o saldo resultante foi desenvolvida, quando necessária, uma proposta de criação de novos equipamentos, segundo algumas tipologias consideradas como as mais adequadas a responder às necessidades do território do Concelho.

A reorganização da resposta educativa com base no território do Concelho, aprofunda os aspectos de demografia escolar e das dinâmicas educativas, aspectos estes já enquadrados pelos precedentes capítulos da Carta Educativa.

Deste modo, resulta a evidência de que as necessidades educativas detectadas com base no quadro populacional acima referido e o consequente reordenamento da resposta proposto neste estudo, estão estritamente relacionados, reflectindo-se qualquer desvio detectado no primeiro na margem de validade do segundo.

No âmbito da população considerada, um alerta particular refere-se à especificidade das Freguesias fronteiriças do Concelho (com especial enfoque para a fronteira com Lisboa) onde a incidência de população escolar passível de evasão à rede educativa pública do Concelho pode assumir maior significado, como consequência de factores como, por exemplo, a deslocação dos pais para o local de emprego. Fenómenos cuja importância só pode ser equacionada no âmbito de estudos específicos de carácter intermunicipal, que se propõe virem a ser promovidos.

Para além da reorganização das necessidades atendendo aos aspectos geográficos, no presente estudo foi atribuído um realce fundamental à avaliação das condições do parque existente em termos de estado de conservação, localização, área de recreio, rede de serviços, adequação das salas, qualidade física, taxas de ocupação, tendo estas reflexo directo na elaboração das propostas apresentadas. Atribuiu-se também uma atenção especial às condições de cobertura proporcionadas pela rede existente de acordo com os critérios vigentes, enquadrados pela Lei de Bases do Sistema Educativo.

Após a análise dos documentos que constituíram a base analítica do estudo apresentado, o momento de síntese traduz o cruzamento das necessidades estimadas com as possibilidades proporcionadas pelo território para resolver as mesmas dentro do quadro normativo definido. Naturalmente, nesta fase, muitos foram os acertos introduzidos quer ao nível da intervenção na Rede Educativa (alterações de tipologia, ampliações, construções de raiz, etc.) quer ao nível da delimitação dos Territórios Educativos (TE), resultando evidente nos resultados o processo de confronto e adaptação entre as propostas e a realidade do território.

Mais especificadamente, no que se refere ao território, as propostas apresentadas procuraram atender aos seguintes aspectos:

- Delimitar territórios onde a procura e a resposta se resolvam num único espaço geográfico funcional;
- Identificar a necessidade de criação de novas unidades educativas e individualizar lotes de terrenos adequados à sua implantação;
- Registrar a necessidade de alterações no parque existente e assinalar áreas necessárias à expansão dos lotes de algumas unidades educativas já existentes;

O terceiro ponto é determinado quer como consequência das necessidades de resposta detectadas, quer para beneficiar e adequar o parque existente aos critérios exigidos. Nas áreas indicadas nos elementos anexos e relativamente às propostas de ampliação traduziu-se a exigência expressa pelas normas devendo-se, progressivamente, em fase de projecto, atender a estas, considerando contudo as efectivas possibilidades de ampliação no terreno, isto é, os condicionalismos da área em volta do lote. De uma forma geral, verifica-se que muitas delas, podem ser realizadas a partir do núcleo do lote escolar existente (no seu interior ou em espaço adjacente).

Pelo contrário, em áreas densamente urbanizadas, muitas vezes, a resposta às necessidades detectadas não pode ser solucionada recorrendo à cativação de áreas de acordo com a normativa em vigor, por não existirem, nem pela ampliação dos lotes das escolas existentes,

por não haver terreno livre à sua volta. Nestes casos terão que ser desenvolvidos projectos especiais que tenham em conta as especificidades da área em que se inserem e que compensem as deficiências internas ao lote através de soluções de arquitectura inovadoras e de uma estreita sinergia e cooperação com os outros equipamentos colectivos existentes no interior do Território Educativo.

A ocorrência de situações do tipo acima referido, em termos futuros, deve ser obviada no âmbito do desenvolvimento de instrumentos urbanísticos para as áreas de consolidação ou de expansão urbana, condicionando-se, preventivamente, as áreas livres em volta dos equipamentos educativos existentes e libertando-se o espaço público suficiente aos diferentes serviços urbanos a prever, com consideração pelas suas exigências específicas, podendo ser propostas diferentes soluções que compreendam este objectivo, desde que coerentes e explícitas.

2. Caracterização da Intervenção Proposta

A fim de alcançar os objectivos propostos, o Território Educativo deve obedecer a determinados critérios de carácter geral:

- Não ultrapasse o âmbito concelhio³;
- A sua área de influência deve permitir um contacto fácil entre os Estabelecimentos abrangidos e para com a população escolar servida dependendo, por isso, das condições geográficas, das acessibilidades existentes e/ou propostas e da densidade populacional considerada;
- Corresponda, sempre que possível, a limites administrativos já consagrados;
- Possui, existente e/ou planeada, uma Escola que congregue maiores e mais especializados recursos físicos e humanos que se denomina “Escola Núcleo” onde se centralizam as funções e actividades que não são possíveis desenvolver em Escolas mais pequenas e por isso menos equipadas.

Como critérios específicos, face às normas emitidas pelo Ministério da Educação e adoptadas nos precedentes documentos da Carta Educativa, a programação das intervenções propostas visa adequar, por território, os objectivos de cobertura estabelecidos ao crescimento populacional previsto e à população escolar estimada:

Objectivos de cobertura da rede pública:

- Jardim de Infância: 90%, com 25 crianças por sala de actividade
- Ensino Básico: 100%, com 24 alunos por turma em regime normal

³ Este aspecto pode ser alterado com o desenvolvimento de estudos intermunicipais específicos, que introduzam acertos; especialmente nas situações de fronteira

2.1. Delimitação dos Territórios Educativos

A delimitação dos Territórios Educativos propostos, foi desenvolvida tendo como pressupostos fundamentais:

- Características fisiográficas do território e principais barreiras e acessibilidades (existentes e previstas no Plano Director das Acessibilidades Municipais (PDAM));
- Configuração do Parque de Equipamentos Educativos existente;
- Cobertura da potencial população escolar;
- Densidade da ocupação populacional;
- Dinâmica educativa e especificidades locais desta;
- Limites administrativos e Sistemas Urbanos Hierárquicos consagrados no PDM;
- Instrumentos Urbanísticos em vigor ou em fase adiantada de elaboração (PMOT's);
- Reorganização das áreas de drenagem da População Escolar de forma a rentabilizar a Rede
- Dimensão otimizada para a gestão pedagógica, de um TE, que em termos de população escolar servida situa-se na ordem de 700 alunos/crianças.

Como é evidente, nem sempre foi possível individualizar o território ideal que respondesse em pleno a todos os critérios acima referidos, devido sobretudo à dificuldade de operar em presença de um parque existente estruturante e muito desenvolvido, sobretudo no que se refere ao 1º ciclo do Ensino Básico, mas também à grande dimensão das unidades de 2º e 3º Ciclos. Este aspecto comportou uma objectiva dificuldade em adoptar e calibrar a drenagem entre os diferentes Ciclos dos Estabelecimentos existentes, a resposta considerada necessária e as tipologias preferenciais dos novos Equipamentos Educativos a propor (Escolas Integradas).

De uma forma geral e a título de exemplo, seguidamente se enumeram algumas das condições que influenciaram a delimitação dos TE propostos e as propostas apresentadas:

- As condições do parque escolar existente;
- As disparidades territoriais em termos de densidade populacional;
- A restante rede de equipamentos colectivos existente;

- As exigências de drenagem entre os Estabelecimentos dos diferentes ciclos de ensino;
- A disponibilidade dos terrenos necessários à resolução das necessidades detectadas no interior de um Território Educativo;

Assumindo os condicionalismos acima referidos e que determinam a formulação dos TE, é necessário atingir os patamares de resposta, considerados como objectivo, em todos os ciclos do ensino básico. Para o efeito são necessárias quer obras incidentes sobre o parque existente quer, a construção de raiz de novas escolas.

Na proposta de localização destas últimas, a disponibilidade de solos foi ponderada tendo essencialmente, e nos limites do possível, em conta :

- A posição face à população servida e às acessibilidades existentes e previstas;
- A existência de áreas destinadas a equipamentos quer previstas no âmbito dos PMOT's quer no âmbito de terrenos que já integram o património municipal;
- As condicionantes fisiográficas e, mais especificadamente, as disposições contidas no documento MES/SEOP/DGCE/1995 "Recintos Escolares – Critérios para designação urbanística".

2.2. Proposta de Novos Equipamentos Educativos

2.2.1. Critérios de Localização

As propostas de localização de novos Equipamentos Educativos foram norteadas pela atenção aos seguintes critérios:

- Inserção no tecido urbano
 - Localização em zonas habitacionais e na proximidade de outros equipamentos;
 - Articulação funcional entre a Escola, as zonas de residência da população a servir, os jardins, parques e restantes equipamentos sociais, culturais e recreativos do aglomerado;
 - Localização ao longo de percursos de rotina diária, garantindo-se o afastamento de vias de tráfego intenso;
 - Implantação em locais com exposição predominante a sul e boas condições de salubridade;
 - Rede de transportes;
- Requisitos de segurança dos utentes
 - Segurança nos percursos e no acesso ao Estabelecimento de ensino.
- Infra-estruturas básicas
 - Abastecimento de água, energia eléctrica, ligação à rede telefónica e recolha de lixo.
- Características dos locais e dos terrenos
 - Inclinações preferencialmente não superiores a 5%.
- Incompatibilidades
 - Vizinhanças insalubres ou perigosas;
 - Linhas aéreas de transportes de energia.

2.2.2. Critérios de Dimensionamento

As Normas e Critérios adoptados estão subjacentes à Lei de bases do Sistema Educativo e às Normas da GEPAT.

- Funcionamento em Regime Normal:
 - Educação Pré-Escolar: 25 crianças/sala
 - Ensino Básico: 24 alunos/turma
- Áreas recomendadas por aluno:
 - Jardim de Infância: 15 m²/aluno
 - Escola do 1.º Ciclo: 25 m²/aluno
 - Escola Básicas Integradas: 27 m²/aluno
 - Escolas Básicas do 2.º e 3.º Ciclos: 27 m²/aluno

2.2.3. Critérios de Programação

A programação é feita com vista a adequar as percentagens de resposta à população prevista pelo PDM e à população escolar estimada pela Carta Educativa:

- Jardim de Infância: 90%
- Ensino Básico: 100%

Para a programação de novos equipamentos foram desenvolvidas as seguintes tipologias (quadro V.1):

Quadro V.1 – Síntese das tipologias propostas para novos Equipamentos Educativos

EB23	EBI	EBI/JI	EB1	EB1/JI	JJ
24T	23T	32T+4S	6T	8T+3S	6S
18T		24T+3S		2T+1S	5S
16T		24T+4S			4S
14T		23T+3S			3S
10T		20T+4S			2S
		16T+4S			
		16T+3S			
		16T+2S			
		12T+3S			
		12T+2S			
		10T+2S			

Relativamente às áreas de terreno a reservar para os diferentes tipos e capacidades de jardins de infância e escolas básicas, salienta-se que os valores indicados acima contemplam as áreas necessárias para a implantação das instalações cobertas e descobertas para educação física e desporto. O programa destas instalações deve ser definido caso a caso, em função da existência ou não, por exemplo, nas proximidades do terreno escolar, de equipamentos desportivos comunitários ou de outras escolas, susceptíveis de serem compartilhados.

2.3. Proposta de Intervenção sobre o Parque Existente

Requalificação:

- Redução do número de turmas adequando ao valor médio de m²/aluno;
- Ampliação do número de salas/turmas adequando ao valor médio de m²/aluno;
- Transformação das tipologias em EB1/JI ou EBI (quando possível);
- Melhoria das respostas através da criação de:
 - Cozinha;
 - Refeitório;
 - Ginásio;
 - Balneários;
 - Polivalente;
 - Polidesportivo;
 - Logradouro Coberto e Descoberto;
 - Bibliotecas;
 - Salas de Informática;
 - ATL's;
- Desactivações quando:
 - O estado de conservação não permita melhoria;
 - Instalações provisórias;
 - Localização totalmente desadequada;
 - Unitárias ou tendencialmente unitárias.

3. Síntese da Proposta Apresentada

Como introdução à síntese da proposta apresentada pode dizer-se que os Territórios Educativos são pensados e considerados como um conjunto de equipamentos apoiados no meio físico de suporte e inseridos no tecido populacional que servem.

Neste sentido, foram encontradas sinergias entre os factores educacionais, urbanos e culturais que foram resolvidos numa organização Educativa/Territorial distribuída por 34 Territórios Educativos. Os objectivos preconizados e que serviram de vector deste estudo foram respeitados, deixando às Comunidades Educativas o árduo trabalho de os tornar eficazes.

Esta proposta de reordenamento, como já antecipado no capítulo dedicado ao diagnóstico, não enquadra as unidades de Ensino Secundário nem o Ensino Profissionalizante. Tal deve-se à priorização do objectivo de criar um mecanismo que salvguarde o respeito pela cobertura aproximada dos 100% do Ensino Básico, como escolaridade obrigatória e, de 90% na Educação Pré-Escolar como meta a prosseguir. Níveis estes, cujas coberturas actuais se apresentam ainda muito abaixo destes valores.

Por outro lado, constata-se que apesar de existir uma incorrecta distribuição territorial das Escolas Secundárias, a resposta que apresentam será em princípio suficiente para o número de alunos estimados, exigindo o estudo deste nível de ensino uma articulação mais forte com a questão das opções e tipo de ensino a disponibilizar em termos de formação secundária, fazendo-o atendendo ao que se passa nos Concelhos envolventes, em particular com Lisboa, mantendo-se, contudo, a necessidade há muito referida de construção de uma ESG no Infantado, bem como a de uma Escola Profissional de Artes Gráficas, a localizar preferencialmente na Zona Norte (Rural ou Urbana) do concelho.

Para cada um dos Territórios Educativos, preconizou-se a resposta adequada à sua especificidade. Surge assim, cada um deles, com soluções específicas e únicas mas em que os objectivos principais não foram postos em causa. Isto obriga a soluções que evidenciarão respostas alternativas às tipologias padrão, através de projectos atípicos. Esta situação não é alheia à existência de inúmeras unidades do 1.º Ciclo do Ensino Básico que não permitem as alterações que seriam necessárias, muitas vezes devido à reduzida área dos lotes, ou que não têm prevista a sequencialidade no Ciclo de Ensino. A necessidade de aproximar os alunos do seu local de residência cruzado com o número efectivo de população, não permite justificar por vezes a criação de mais salas de aulas, e neste caso é procurado no seio do Território a continuidade de resposta.

É igualmente de realçar, na zona Norte do Concelho, por um lado a grande dispersão dos Equipamentos Educativos, o que dificulta uma relação estreita entre os mesmos e por outro a pequena dimensão dos centros populacionais que dificulta uma fixação efectiva de respostas mais abrangentes.

Constata-se por outro lado, que o investimento feito em grandes unidades dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, se encontra desadequado aos objectivos actuais de constituição do parque escolar, dificultando uma distribuição harmoniosa dos equipamentos e obrigando a delimitar grandes áreas geográficas para que seja possível respeitar a drenagem entre Ciclos de Ensino.

Não obstante, as propostas de intervenção foram dirigidas de forma a contrariar estas tendências e preconizaram-se as alterações de forma a diminuir as acentuadas diferenças de acesso aos meios educativos (ao nível curricular, complementar e extra curricular). Deste modo, privilegiou-se o processo sócio-educativo em detrimento de normativos que diferenciam o ratio aluno/área. Todavia nos espaços rurais em que isto acontece existe uma compensação proporcionada pela amplitude dos espaços de vivência, e pelas acentuadas marcas culturais destas comunidades, onde a relação e apropriação do aluno pelo meio é bastante vincada.

A especificidade desta parte do território de Loures é contrariada no restante, com a presença de territórios cuja área é significativamente menor e onde dificilmente seria permitido fazer coincidir as fronteiras do Território Educativo com as administrativas. Densamente ocupadas por urbanizações licenciadas ou por núcleos de génese ilegal, exibem unidades educativas desequilibradas tanto ao nível do 1.º Ciclo, como dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico. Na globalidade, a cobertura identificada fica aquém das necessidades estimadas.

Nos Territórios destas zonas a dificuldade centra-se na procura de terrenos que permitam a ampliação e integração de resposta e, à semelhança da Zona Norte, nas áreas necessárias à requalificação do parque escolar existente.

As Unidades Educativas têm como constante a elevada ocupação face à capacidade para que foram construídas, fixando, deste modo, Territórios Educativos com um elevado número de efectivos, desajustando-se de uma gestão territorial e educativa mais fácil e naturalmente com melhores resultados pedagógicos. A seu favor têm a proximidade dos Equipamentos de um mesmo Território, sendo mais fácil à Comunidade Educativa perspectivar a sua progressão escolar e reconhecer-se como membro daquele projecto educativo e territorial.

Consagrou-se por isso a proximidade das unidades entre si e da residência dos alunos, como factor favorável à difícil gestão do Território com dimensões de mais de 1000 alunos.

Nesta situação, encontram-se os Territórios do Infantado/Quinta Nova de São Roque, Loures, St.º António dos Cavaleiros, Pirescouxe, Sacavém, Terraços da Ponte, Apelação e Unhos.

Pelas razões expostas, nomeadamente a grande densidade populacional e ausência de áreas livres para os Equipamentos, verificou-se ser difícil responder objectivamente à cobertura de 100% das necessidades em todos os Territórios Educativos; todavia, no cômputo geral, a cobertura do Ensino Básico ultrapassa os 100% e a da Educação Pré-Escolar os 90%, a isto se devem opções que não respeitam integralmente as tipologias preconizadas, quer ao nível das transformações quer dos Equipamentos a criar de raiz, como anteriormente afluído.

Alguma margem na cobertura proposta em alguns destes territórios deve-se sobretudo à necessidade de reordenar e dar corpo a unidades educativas com sentido organizativo, bem como conscientemente reconhecer que o ratio de 25 crianças/sala e 24 alunos/turma é cada vez menos possível de cumprir, dada a integração de alunos com Necessidades Específicas de Educação (NEE), que ganha cada vez mais uma expressão universal. Situação que remete as turmas que os incluem para um ratio de 20 crianças e alunos/sala e/ou turma, diminuindo desta forma a capacidade total dos equipamentos educativos.

Deste modo, face à população estimada para o horizonte temporal do PDM (2015) com as transformações operadas nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo e do 2.º e 3.º Ciclos e com a previsão de construção de raiz de dezasseis EBI/JI (de 10T+2S a 32T+4S), uma EBI (23T), seis EB23 (de 10T a 24T), três EB1/JI (2T+1S e duas 8T+3S), uma EB1 (6T) e vinte e três JI (de 1S a 6S), obter-se-á a cobertura de 110% e 120% respectivamente para o 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e 96% para a Educação Pré-Escolar, contrariando-se assim a actual cobertura de 73%, 56% e 30% nos 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Educação Pré-Escolar, respectivamente.

Em quadro anexo a este documento é apresentado o impacto, em termos de cobertura percentual, das intervenções propostas na Rede Educativa do Concelho.

4. Prioridades de Intervenção

4.1. Indicadores de Prioridade

Para ordenar em termos de prioridade as intervenções propostas, foram considerados os seguintes critérios:

- Saldo inicial fortemente negativo
- Situações de ruptura da rede
- Percentagem de cobertura da Rede de Ensino face às necessidades

Apesar de, como anteriormente referido, não ser considerada a cobertura efectuada pela rede privada de ensino aquando da elaboração das propostas de intervenção, na definição de prioridades de intervenção considerou-se também o facto de existirem ou não equipamentos desta rede.

Cada critério foi ponderado individualmente, atribuindo-se um número de ordem, por ciclo e por freguesia.

A classificação que resultou foi ainda avaliada através da caracterização específica, por ciclo e por freguesia exposta no diagnóstico, tendo assim em conta ulteriores critérios de carácter geral como:

- Especificidades locais (ex: distribuição geográfica da resposta, características socio-económicas da população)
- Situações de resposta inadequada que agravam o défice potencial

De seguida apresentam-se os quadros de prioridade segundo a hierarquização já exposta na sinopse, ou seja, por ciclo e por freguesia.

4.2. Quadro de Prioridades

Freguesias por Ordem de Prioridade Pré-Escolar	
1	Loures Santo António dos Cavaleiros
2	Sacavém Camarate
3	São João da Talha Santa Iria de Azóia Unhos Portela
4	Moscavide Prior Velho Bobadela São Julião do Tojal Frielas Bucelas Apelação Santo Antão do Tojal Fanhões Lousa

N.º VEIS DE PRIORIDADE
EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR



— LÍMITES DE FREGUESIA
— LÍMITE DE CONCELHO



PLANO DE GESTÃO DE PLANEJAMENTO DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DE 2014 A 2018

**Freguesias por Ordem de Prioridade
1º Ciclo de Ensino**

1	Loures Sacavém Santo António dos Cavaleiros
2	Camarate Portela São João da Talha
3	Santa Iria de Azóia Prior Velho Frielas Apelação Unhos Moscavide São Julião do Tojal
4	Bobadela Bucelas Lousa Fanhões Santo Antão do Tojal

N.º VEIS DE PRIORIDADE
1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO



— LIMITES DE PRIORIDADE
— LIMITE DE CONCELHO



Loures
Câmara Municipal

PROJ. EXECUTIVO DE PLANEAMENTO DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DE 10 AGOSTO DE 2005

**Freguesias por Ordem de Prioridade
2º e 3º Ciclos de Ensino**

1	São João da Talha / St ^a Iria Azóia* Loures Sacavém
2	Prior Velho Moscavide Santo António dos Cavaleiros São Julião do Tojal
3	Camarate Santo Antão do Tojal Frielas Lousa Fanhões Apelação
4	Unhos Bucelas Portela Bobadela São João da Talha / St ^a Iria Azóia*

* Os dois estabelecimentos de ensino existentes localizam-se na freguesia de Santa Iria de Azóia, no entanto a EB23 Jorge de Barros dá resposta significativa aos alunos da freguesia de São João da Talha. As prioridades de intervenção deste grau de ensino deverão ser lidas no âmbito dos Territórios Educativos.

N.º VEIS DE PRIORIDADE
2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO



— LÍMITES DE PRIORIDADE 
— LÍMITE DE CONCELHO

Loures
Câmara Municipal
PROCESSO DE PLANEAMENTO DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DI.º 110/A/2010 DE 2010

VI CONSIDERAÇÕES FINAIS

A versão da Carta Educativa 2005 que aqui se apresenta, tal como a precedente versão da Carta Escolar, constitui-se como um regulamento ou conjunto de normas (que à data se encontra jurídica e estatisticamente actualizado necessitando no entanto de permanente avaliação e adaptação), que permite dotar cada unidade com capacidade para se auto-gerir e emanar do seu seio indicadores que permitam uma gestão global do Território, em termos de flexibilidade e versatilidade de soluções tipológicas, adaptando-se às sucessivas dinâmicas populacionais, gerindo a distribuição dos alunos na rede educativa, facilitando a aproximação ao seu local de residência e perspectivando uma fixação de população escolar e uma apropriação das características sócio-culturais do seu território de origem, factores estes que contribuem para o sucesso escolar e contrariam as taxas de abandono ainda elevadas.

A ideia de base foi a de descentrar soluções e não problemas, obviando, nos limites do possível, as disparidades e desequilíbrios existentes, numa perspectiva de desenvolvimento estratégico do território que permitisse contribuir para o bem estar das populações envolvidas, através da sua rede de equipamentos.

Assume-se aqui que só maximizando a mais valia do conjunto de equipamentos colectivos existentes e previstos é possível aumentar a qualidade de vida das populações servidas, através da melhoria das relações da população para com a própria rede de equipamentos que a serve.

É obvio que para alcançar tamanha ambição, um simples modelo quantitativo de resposta é um necessário ponto de partida, mas não chega. E sobretudo mal se adapta quando confrontados com as fortes especificidades que caracterizam o território do Concelho nomeadamente o cariz de ocupação marcadamente urbano a Sul e rural a Norte. Assim, embora o presente estudo pretenda contribuir para incrementar alguma orientação, temos consciência de quão necessário é avançar mais nestes domínios, e de quanto trabalho fica para a frente mas fica reforçada a noção que só a mais estreita sinergia entre os processos de gestão das necessidades e de planeamento das respostas pode ter razoáveis esperanças de sucesso.